

ANTRO PÔNIMOS INOVA DORES

de germânicos
a baianos

Letícia Santos Rodrigues



Estudos onomásticos podem revelar não só aspectos linguísticos, mas também sociais, culturais, históricos, políticos, dentre outros, porém são ainda exíguos em língua portuguesa. Nesse sentido, o livro *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos* ocupa um lugar de destaque ao se concentrar na análise, a partir de um dado recorte, do quadro antroponímico brasileiro referente à última década do século XIX até início do século XXI, a fim de compreender como se dá a formação de novos prenomes. O conteúdo que aqui se apresenta é resultado da dissertação defendida, em 2019, por Letícia Rodrigues, na Universidade de São Paulo, intitulada *Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?*, aprovada com louvor e distinção. Ao se valer de contribuições da Linguística Cognitiva, da Morfologia Construcional e da Etimologia, o estudo propôs e confirmou a hipótese de que a criação de prenomes inovadores segue o modelo biformativo, advindo do modelo bitemático utilizado pelos povos germânicos que ocuparam a Península Ibérica, berço da língua portuguesa. Quanto aos resultados, foi constatada uma relação entre o aumento dos nomes inovadores após a Abolição da Escravatura e a retirada do registro civil das mãos da Igreja Católica, visto que tais acontecimentos ofereceram certa liberdade para aqueles indivíduos que, à época, apenas podiam optar por nomes tradicionais.

ANTRO
PÔNIMOS
INOVA
DORES

de germânicos
a baianos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Letícia Santos Rodrigues

ANTROPÔNIMOS
INOVADORES
de germânicos a baianos

Salvador
UFBA
2022

2022, autora.

Direitos dessa edição cedidos à [Edufba](#).

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Susane Santos Barros

Projeto gráfico, capa e editoração
Josias Almeida Jr.

Coordenação gráfica
Edson Sales

Revisão e Normalização
Equipe da Edufba

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

R696 Rodrigues, Leticia Santos
Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos / Leticia Santos Rodrigues. - Salvador: EDUFBA, 2022.
e-book (218 p.) : il. color. ; pdf.
ISBN: 978-65-5630-301-7
Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35102>
1. Onomástica. 2. Língua portuguesa – Etimologia – Nomes. 3. Antropônimos – Alemanha - Bahia. I. Título: de germânicos a baianos.
CDU – 81'373.23

Elaborada por Geovana Soares Lira: CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil

Tel: +55 (71) 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

À memória de meu dindo, Jailton, pelo exemplo.
Aos meus pais e avós, pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

A publicação deste livro é, para mim, uma alegria e um consolo em meio ao cansaço que é fazer pesquisa no Brasil hoje. Assim, não seria possível compartilhar as informações que agora ofereço aos leitores sem os mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que prestaram apoio e solidariedade nos momentos mais difíceis e desanimadores. Vocês são força e luz para os momentos de fraqueza.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Instituto de Letras, onde me graduei e conheci os exemplos de profissionais que desejo e também que não desejo ser. Nesse lugar, convivi com pessoas e histórias que, com certeza, me transformaram enquanto ser humano e que ficarão para sempre nas minhas lembranças. Agradeço, portanto, aos colegas e professores que fizeram parte desta caminhada, mas especialmente a Juliana Soledade que, com muito carinho e atenção, foi minha tutora, professora e orientadora e com quem aprendi e aprendo a cada dia. Você sempre foi o meu exemplo!

Na universidade, tive o prazer de participar de alguns grupos, dentre os mais marcantes: o Programa de Educação Tutorial do curso de Letras (PET-Letras) e a Editora da UFBA (Edufba). No PET, tendo ingressado ainda no terceiro semestre, vivi momentos muito importantes e, acredito, foi onde precisei me dedicar mais fortemente às relações humanas, em meio a uma trajetória composta por muitos erros e acertos, porém mais ainda por muito afeto. Na Edufba, exercitei o meu lado profissional, aprendendo a lidar com prazos, metas e fui muito bem orientada pela diretora da instituição, Flávia Goulart Rosa. Preciso dizer, claro, que é uma alegria sem tamanho publicar meu primeiro livro nessa editora que eu, carinhosamente, chamo de “casa”, tendo trabalhado na revisão de mais de 50 livros e, agora, vendo meu nome estampado em uma de suas capas. A toda a equipe, agradeço imensamente por esta publicação!

Com a bagagem cheia de sonhos e de esperança, desembarquei no mestrado em Letras na Universidade de São Paulo. Foi então que conheci o professor Mário Eduardo Viaro que, com sua paciência, aceitou

me orientar e é ele um dos responsáveis pelo conteúdo que apresento nesta obra. Por toda sua preocupação em compartilhar comigo um pouco do seu conhecimento que é tão grande, eu agradeço e torço para que consigamos construir ainda mais no doutorado.

Agradeço também às professoras doutoras Graça Maria Rio-Torto, da Universidade de Coimbra, e Patrícia de Jesus Carvalhinhos, da Universidade de São Paulo, por aceitarem compor a minha banca de defesa de dissertação e por terem, gentilmente, tecido preciosas considerações sobre o tema.

Não poderia encerrar sem agradecer também a todos os colegas que colaboraram com a produção deste livro. Assim, agradeço nominalmente a Natival Simões Neto, por partilhar suas ideias comigo e por ser o maior companheiro acadêmico que tenho em Letras; a Sandra Batista que, em pouco tempo, certamente será um dos grandes nomes da Biblioteconomia no Brasil e que me auxiliou na formatação desta obra; às minhas amigas das línguas estrangeiras, Paula Fernandes e Priscila Machado, pela ajuda nas traduções do inglês, espanhol e francês; e a Cristovão Mascarenhas que, com todo zelo, cuidou dos demais trâmites envolvidos nesta publicação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao órgão de financiamento da pesquisa, por meio do Programa Regular de Bolsas no País, pela bolsa de mestrado concedida durante os anos de 2017 a 2019, sob o processo nº 2017/06792-7, e pela bolsa de doutorado concedida no ano de 2020, processo nº 2019/20331-8 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A todos, o meu mais sincero: obrigada!
Sigamos...

Sumário

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | 11 |
| Mário Eduardo Viaro | |
| APRESENTAÇÃO | 15 |
| REFLEXÕES INICIAIS | 19 |
| MÉTODOS E DESCRIÇÃO DO CORPUS | 25 |
| O PAPEL DA ONOMÁSTICA E DA ETIMOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIAS NORTEADORAS | 31 |
| O que são os nomes próprios? | 33 |
| Nomes próprios: classificações e terminologias | 44 |
| Prenome | 45 |
| Sobrenome | 49 |
| Caminhos etimológicos | 53 |
| A pesquisa etimológica aplicada à antroponímia | 56 |
| PARA UMA INTEGRAÇÃO ENTRE A ONOMÁSTICA E A LINGÜÍSTICA COGNITIVA: ASPECTOS MORFOLEXICAIS | 61 |
| ENTENDENDO A INOVAÇÃO NA ANTROPONÍMIA | 69 |
| Processos tradicionais para a construção de antropônimos inovadores | 73 |
| Sufixação | 73 |
| Composição | 73 |
| Braquisssemia | 74 |
| Acrossemia | 74 |
| Anagrama | 75 |
| Empréstimo | 75 |
| Processos não tradicionais para a construção de antropônimos inovadores | 77 |

| | |
|---|-----|
| Hipocorização | 78 |
| Cruzamento vocabular (<i>blend</i>) | 80 |
| <i>Splinter</i> | 83 |
| CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS | 85 |
| Península Ibérica: heranças onomásticas | 86 |
| Brasil e os fatores de impulsionamento para antropônimos inovadores | 103 |
| O QUE REVELA A ANÁLISE DO CORPUS | 109 |
| ○ formativo adal- | 130 |
| Os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald | 134 |
| ○ formativo -astr | 142 |
| ○ formativo bald- ~ -bald | 143 |
| ○ formativo ed- ~ ede- ~ edi- | 146 |
| ○ formativo -elza ~ -ilza ~ -ilze | 150 |
| ○ formativo gil- | 153 |
| ○ formativo ild- ~ -ild | 156 |
| ○ formativo -lin | 161 |
| ○ formativo lind- ~ -lind | 163 |
| ○ formativo -mar | 168 |
| ○ formativo -ric | 171 |
| Os formativos -son e -ton | 173 |
| ○ formativo val- ~ -val | 178 |
| Outros casos | 181 |
| "Carlito" e "Norete" | 181 |
| "Durvalgisa" | 184 |
| "Eterelvina" ~ "Etirelvina" | 186 |
| "Hormina" | 188 |
| "Ilma" | 189 |
| "Reine" | 192 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 195 |
| REFERÊNCIAS | 199 |

Prefácio

PESQUISAS detalhadas em Onomástica e Antroponímia são raras em língua portuguesa, que ainda contam majoritariamente com os trabalhos pioneiros de José Leite de Vasconcellos, Antenor Nascentes, José Pedro Machado e Rosário Farâni Mansur Guérios. Nesse sentido, o livro *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos*, de Letícia Santos Rodrigues, ocupa um lugar de destaque no panorama de uma nova geração preocupada com o tema, que ainda tem muitíssimo a ser explorado. Resultante da sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, intitulada *Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?*, aprovada com louvor e distinção, a qual teve a honra de orientar, a pesquisa apresentada neste livro, iniciada pela autora ainda na Universidade Federal da Bahia e tendo, à época, como orientadora de Iniciação Científica, a professora doutora Juliana Soledade Barbosa Coelho, que encabeça o projeto Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil, enveredou para questões de Morfologia e Etimologia, refletindo, assim, o imenso potencial interdisciplinar latente nos estudos em Onomástica.

Como poderá observar o leitor, a autora busca compreender qual foi a atuação e a importância dos nomes inovadores no Brasil. Respalda-se na Linguística Cognitiva e no modelo da Morfologia Construcional de Booij, analisou os supostos formativos “germânicos” de muitos nomes próprios brasileiros. É consabida a importância do legado germânico na Onomástica portuguesa, pois remonta à formação do português na Península Ibérica. O surgimento de uma produtividade bem mais recente desses formativos, contudo, bastante inesperada e muito expressiva, é sempre um elemento de indagações e suposições, no entanto, com pouca investigação acadêmica.

Prenomes inovadores são atestados e investigados pela autora em textos que datam do final do século XIX até o início do século XXI, provenientes dos arquivos da Ordem Terceira do Carmo, localizada no Centro Histórico da cidade de Salvador/BA. A comprovação da existência

da inovação seguiu o critério da ausência de verbetes correspondentes aos dados coletados em dicionários onomásticos consagrados.

Além da riqueza dos dados que nos fornece, a investigação promovida pela autora permite observar, entre os seus resultados, uma relação evidente entre o aumento dos nomes inovadores, a Abolição da Escravatura e a retirada do registro civil das mãos da Igreja Católica. Segundo sua instigante análise, tais acontecimentos teriam conferido maior liberdade aos indivíduos: os pais teriam optado por não privilegiar mais o uso de nomes tradicionais aos seus filhos batizados. Também, a partir desse raciocínio, conclui a autora, sempre analisando os dados, que um aumento significativo do número de nomes inovadores nos anos seguintes a esses acabou por criar uma tradição inovadora baseada, sobretudo, na recorrente utilização de estruturas composicionais biformativas. Esse incremento do uso das estruturas biformativas, fundadas já na antiga construção tradicional de antropônimos germânicos, revela não só a produtividade da estrutura, mas também uma intrigante herança de elementos formativos de origem germânica.

O trabalho de Rodrigues, desse modo, para além de uma aplicação de modelos morfológicos, da investigação histórica que desenvolve e de um convite à reflexão do fenômeno da inovação na área dos nomes próprios, tem, salvo melhor juízo, um papel muito grande na teorização em Morfologia, uma vez que está alinhado com diversos trabalhos que envolvem processos similares com outras “unidades assemânticas” (morfemas *cranberry*, interfixos, radicais neoclássicos etc.). Tais unidades evidenciam que a Semântica, no signo linguístico, pode desvincular-se da Referência, sem estar necessariamente associada a paradigmas do Significante. Um morfólogo concordará, ao ler esta obra, que o Significado abrange paradigmas morfológicos que se sustentam *per se* ao lado dos paradigmas lexicais e que é possível falar de Semântica quer em relação ao Significado quer em relação à Referência. As estruturas biformativas dos antropônimos investigados pela autora também são um grande argumento para o entendimento de fenômenos morfofonológicos como um caso particular dos fenômenos morfológicos e não o contrário, como se a Morfologia fizesse parte de uma Fonologia estendida, que a subsumisse. O fenômeno apontado por Rodrigues em sua pesquisa no campo da Onomástica, mais especificamente na Antroponímia, mostra,

por fim, com bastante originalidade, que é necessário repensar cientificamente questões relativas às definições de morfema, que assume entre os autores os mais diversos sentidos, como apontam Soledade e Lopes (2015), sem que os pressupostos da ciência linguística sejam definitivamente esclarecidos.

São Paulo, 21 de janeiro de 2021

Mário Eduardo Viaro

Professor livre-docente, pesquisador CNPq Pq-1D

Área de Filologia e Língua Portuguesa

DLCV/FFLCH/USP

Apresentação

Os nomes de pessoas são considerados elementos indispensáveis e estão presentes nos mais diversos lugares, culturas, religiões e épocas. Podemos dizer, inclusive, que eles são elementos essenciais à convivência humana. Por esse motivo, a escolha de um nome é um ato significativo, pois ele será a primeira identificação de um indivíduo em sociedade e, salvo em casos específicos (quando há permissão da lei), uma marca para a vida toda.

A Onomástica, segundo definição do *site* The International Council of Onomastic Sciences (ICOS), é “[...] o estudo dos nomes próprios, da palavra grega *onoma*, ‘nome’” (COATES, [200-], tradução nossa¹). Dentre os diversos objetos de análise, como nomes de santos, personagens, plantas, rios, marcas etc., os mais estudados e reconhecidos certamente são os nomes de lugares (topônimos) e os nomes de pessoas (antropônimos), que correspondem, respectivamente, às subáreas da Toponímia e Antroponímia. Assim, para Câmara Jr. (1981, p. 182), a Onomástica é o “Conjunto dos antropônimos e topônimos de uma língua, e também o estudo lingüístico desses vocábulos, o qual requer métodos de pesquisa especiais”.

Salientamos, contudo, que apesar da crescente investida de estudiosos por assuntos onomásticos, ainda há muito a ser feito, principalmente no cenário brasileiro, em que vemos mais investimentos no que se refere à Toponímia, principalmente após a década de 1990, com o importante trabalho do *Atlas Toponímico do Brasil* começado pela professora Maria Vicentina Dick².

1 No original: “Onomastics is the study of proper names, from the Greek word *onoma*, ‘name’”.

2 O *Atlas Toponímico do Brasil* originou trabalhos por todo o país, como menciona Carvalhinhos (2008): em Minas Gerais (Atlas Toponímico de Minas Gerais, ATEMIG, da Universidade Federal de Minas Gerais), São Paulo (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, ATESP, Universidade de São Paulo), Mato Grosso do Sul (Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul, ATEMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Paraná (Atlas Toponímico do Paraná, ATEPAR, Universidade Estadual de Londrina), Mato Grosso (Atlas Toponímico do Mato Grosso, ATEMT, Universidade Federal de Mato Grosso), Tocantins (Atlas Toponímico de Origem Indígena, ATITO, Universidade Federal do Tocantins), Amazonas (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira, ATA OB) e Ceará (Atlas Toponímico do Estado do Ceará, ATEC), sendo os dois últimos vinculados à Universidade Federal do Acre.

Após essa breve consideração, apresentaremos os principais motivos que levaram à realização desta obra. Começamos com o Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Rodrigues (2016) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulado *Neologismos antropônimos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*, sob orientação da professora doutora Juliana Soledade (UFBA/Universidade de Brasília)³. O objetivo dessa pesquisa foi entender como se compõe parte do quadro antropônimo inovador brasileiro a partir, especificamente, da influência dos antropônimos germânicos ou de partes desses antropônimos, entendidos como “formativos” – conceito que será mais bem delineado no Capítulo 4. A análise se deu por meio de *corpus* datado, a saber, a lista de aprovados na UFBA em 2005, a fim de encontrar prenomes criados no Brasil com o uso de formativos vinculados parcial ou integralmente a uma origem germânica.

Contudo, após a realização desse trabalho, restaram algumas lacunas a serem preenchidas: afinal, se há mesmo influência dos antropônimos cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica na formação do léxico personativo brasileiro, como se dá exatamente essa influência no que tange à composição do nosso quadro antropônimo? E ainda, de que modo e desde quando essa influência atua na construção de novos prenomes? A fim de procurar respostas para essas perguntas, tem início a pesquisa que resultou na dissertação *Neologia antropônima: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?*⁴, apresentada por Rodrigues (2019) ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do professor doutor Mário Eduardo Viaro. Este livro é fruto dessa dissertação e tem como objetivo expandir os conhecimentos outrora alcançados, além de acrescentar novos pontos pertinentes ao debate, contribuindo para o cenário dos estudos antropônimos no Brasil.

3 Devido a algumas complicações burocráticas referentes à transferência da professora doutora Juliana Soledade para a Universidade de Brasília, oficialmente a pesquisa de Rodrigues (2016) foi orientada pela professora doutora Antonia Vieira dos Santos (UFBA).

4 Neste livro, modalizamos a noção de neologia e o emprego de termos como “prenomes/ antropônimos neológicos”, como utilizados em Rodrigues (2019), favorecendo a ideia de inovação.

A dissertação desenvolvida por Rodrigues (2019) se valeu da análise de *corpus* datado da última década do século XIX até início do século XXI, referente aos arquivos dos Livros dos Termos dos Irmãos, vinculados à Ordem Terceira do Carmo, localizada no Centro Histórico da cidade de Salvador/BA. A hipótese formulada pela autora, tida como inovadora, propunha que a estrutura dos prenomes inovadores no Brasil estava associada aos modelos herdados dos povos germânicos, devido à relação entre parte do arcabouço lexical onomástico personativo português e a influência germânica, após o contato com o latim (e, posteriormente, com o português em formação) na Península Ibérica. Rodrigues (2019) esclarece que não se refere à influência germânica como o resultado de um contato sincrônico/contemporâneo, pois só seria possível falar de um contato linguístico durante o período das “invasões”⁵ germânicas (século V d.C.), que teria perdurado com dificuldade após a introdução dos povos árabes provenientes do norte da África (século VIII d.C. ao século XV d.C.), complicando ainda mais a situação linguística na região. Isso porque, como suposta reação tardia ao domínio árabe, os antropônimos germânicos passaram a adquirir maior prestígio entre a população do norte da Península e, posteriormente, em todo o território após o período conhecido como “Reconquista”, como veremos mais detidamente no Capítulo 6.

Concluindo este prelúdio, indicamos que este livro está organizado da seguinte maneira: reunimos no Capítulo 1 algumas reflexões acerca dos nomes de pessoas segundo diversos autores, como Freud (1969), Lévi-Strauss (1970), Dick (1992), Carreira e Quintino (1966), dentre outros. O Capítulo 2 destaca a metodologia empregada, seguida de descrição mais detalhada do *corpus*. O Capítulo 3 se dedica a discutir classificações e terminologias empregadas no âmbito da Onomástica e da Etimologia, propondo também uma integração entre elas. O Capítulo 4 traz considerações referentes ao Léxico e à Morfologia, tidos como bases das nossas discussões, seguindo os preceitos da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional, nosso embasamento teórico. O Capítulo 5 tem seu foco nos processos envolvidos na construção de novos prenomes

5 Pois, como veremos no Capítulo 6, havia germânicos que chegaram como convidados no território ibérico pelos próprios romanos para lutar a favor do Império e também manter relações comerciais, apesar de essa relação nem sempre ter sido exatamente pacífica.

e nas possíveis motivações para esse fenômeno. Para embasar nossa análise quanto aos acontecimentos sócio-históricos, o Capítulo 6 se volta para alguns fatos determinantes no desdobramento do nosso tema, referentes ao período entre os séculos V e XIII, na Península Ibérica, e aos reflexos desses acontecimentos no Brasil, no final do século XIX. O Capítulo 7 trata da análise do *corpus*, considerando os formativos (ou os próprios prenomes inovadores) vinculados parcial ou integralmente a uma origem germânica de uma perspectiva etimológica (sempre que for possível encontrar tais informações) e analisando outros aspectos, como a posição ocupada no prenome inovador, a frequência no atual quadro antroponímico brasileiro (segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, de 2010), dentre outros. Por fim, o Capítulo 8 apresenta as nossas considerações finais, elencando as principais conclusões alcançadas.

Reflexões iniciais

O nome de um homem é um componente principal de sua personalidade, talvez mesmo uma parte de sua alma (FREUD, 1969, p. 119).

Os nomes de pessoas apresentam características singulares a depender da língua, do povo, da época, da ideologia e da cultura em que se inserem. Assim, ainda que a organização dos léxicos onomásticos se dê de formas diferentes segundo tais fatores, de acordo com Bright (2003, p. 673, tradução nossa⁶): “[...] o uso de nomes de pessoas, com níveis variados de descritividade, é um universal sociolinguístico da espécie humana”. Algumas dessas peculiaridades podem ser observadas quanto às motivações associadas à sua escolha. Para tanto, nestas primeiras reflexões intentamos reunir considerações pertinentes a vários campos do saber, confirmando o caráter interdisciplinar atribuído à Onomástica que frequentemente dialoga com a História, a Geografia, a Psicologia, a Antropologia, o Direito, a Psicanálise, a Filosofia, apenas para citar alguns. Ao recorrer a estudos de diversos autores, será possível observar, ainda que brevemente, o encantamento e o mistério respeitante aos nomes de pessoas.

Em *Totem e tabu*, Freud já falava sobre certos costumes “estranhos” associados a antropônimos. Um tabu⁷, por exemplo, seria a proibição da pronúncia dos nomes dos mortos, sob pena de castigos severos. Segundo o autor, algumas tribos, inclusive, se valeriam do artifício de mudar o nome do indivíduo logo após a sua morte, de modo que apenas o novo nome pudesse ser livremente mencionado. Outras tribos iriam além e até pregariam a necessidade de que todos os homônimos vivos trocassem seus nomes⁸. A razão para essa troca estaria embasada na crença de que os nomes próprios estabelecem relações muito íntimas

6 No original: “[...] the use of personal names, having varying, levels of descriptiveness, is a sociolinguistic universal of the human species”.

7 No sentido de algo inabordável, segundo o próprio Freud.

8 Freud (1969) se referia a tribos de diversos lugares do mundo, como Austrália, Polinésia, Sibéria, Tartária, Japão, Filipinas etc.

com a própria personalidade de seus portadores e a pronúncia do nome de pessoas mortas seria uma forma de invocá-las (ou de invocar seus espíritos). Nessa lógica, os nomes de pessoas seriam tão profundamente essenciais que sobreviveriam até mesmo à morte.

Sousa Filho (2006), ao estudar os nomes próprios em xerente – língua indígena que pertence ao tronco Macro-Jê, falada no município de Tocantínia/TO –, explica que o ritual de nomeação é a prática simbólica mais significativa desse povo. Seus nomes se organizam em um sistema dual, com metades exogâmicas representadas pela Lua e pelo Sol. Desse modo, Sousa Filho (2006) verificou que há uma lógica de distribuição e pertencimento do indivíduo, em seus respectivos clãs, relacionada à natureza, tendo seu léxico antroponímico semanticamente motivado a partir das crenças e das experiências dos indivíduos.

Lévi-Strauss (1970, p. 201), se referindo aos clãs, seus símbolos e suas formas de nomeação, conta:

Dos sauk [...] se diz que seus nomes próprios têm sempre relação com o animal clânico: quer porque o mencionem expressamente, quer porque evoquem um hábito, um atributo, uma qualidade característica (verdadeira ou mítica) do epônimo [...]. Assim, no clã do urso prêto: Olhos-cintilantes (do urso), Rastros-no-campo, Terreno-pisoteado, Ursa-preta, Gordura-das-costas-do-urso, etc.

Dick (1992) faz alusão a um fato curioso relacionado aos Karib das Ilhas Dominica, que acreditavam que nunca se deveria dizer o seu próprio nome a um estranho, adotando, inclusive, um “nom de voyage” caso fosse necessário deslocar-se para outras regiões. Mabuza (2014), ao estudar a atribuição dos nomes e os aspectos da personalidade na cultura africana Zulu, explica que diferentemente do costume tradicional de se atribuir nomes no ato do nascimento ou do batizado, os Zulus os recebem à medida que se desenvolvem, pois os indivíduos acreditam que o nome deva estar de acordo com a personalidade do nomeado. Fato ainda mais curioso é o que foi apontado por Carreira e Quintino (1966) quanto ao grupo étnico africano da Guiné portuguesa, os “fulas”, que escolhiam seus nomes buscando significados desagradáveis, a fim de afastar os maus espíritos. Como exemplos, os autores citaram os

nomes Bâba (“burro”), Djidêra (“estrumeira”, “monturo”, “esterco”) e Kôti (“pulga penetrante”).

Guérios (1981, p. 19) leva o assunto para outra esfera, alegando que “Entre os povos chamados primitivos, o nome é inseparável da coisa e do indivíduo assim designado; faz corpo com ele. Daí o sumo cuidado e respeito que lhe dispensam, atribuindo-lhe valor mágico”. Já Petrucci (1998, p. 25, tradução nossa⁹), sobre os costumes cristãos que se referem à morte e à atmosfera mágica que a circunda, diz:

O texto [das lápides] foi assim reduzido ao essencial e, por óbvia humildade ideológica e demonstrativa, a designação do falecido também o foi. O uso do *tria nomina* foi efetivamente abolido, houve uma redução drástica do *duo nomina* [...] e o nome próprio foi geralmente adotado. [...] Onde a vida após a morte era enfatizada como mais importante que a vida terrena, os mortos eram considerados os que estavam realmente vivos, o *dies natalis* era assim da morte, não do nascimento, e o cemitério era visto como uma cidade daqueles que haviam falecido e foram periodicamente honrados pelos vivos. Não surpreendentemente, essa concentração em uma vida além do túmulo às vezes levou o nome do falecido a ser deixado de fora do lóculo ou substituído por sequências de letras que tivessem significado puramente mágico.

Passando ao cenário que envolve a mitologia egípcia e todo o mistério atrelado aos nomes, Cassirer (1972, p. 68) explica que “[...] o eu do homem, sua mesmidade e personalidade, estão indissolúvelmente unidos com seu nome, para o pensamento mítico. O nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador”. E complementa:

9 No original: “The text [of the tombstone] was thus reduced to the essentials, and out of obvious ideological and demonstrative humility, so was the designation of the deceased. The use of the *tria nomina* was effectively abolished, there was drastic reduction of the *duo nomina* [...] and the forename was generally adopted. [...] Where life after death was stressed as more important than earthly life, the dead were considered the ones who were truly alive, the *dies natalis* was thus that of death, not birth, and the cemetery was seen as a city of those who had passed on and were periodically honored by the living. Not surprisingly, this concentration on a life beyond the grave sometimes led to the name of the deceased being left off the loculus or replaced by sequences of letters that had purely magical significance”.

Uma difundida lenda egípcia nos conta que Ísis, a grande feiticeira, induziu astutamente o deus do Sol, Râ, a lhe revelar seu nome, obtendo assim o domínio sobre ele e sobre os demais deuses. Todas as formas da vida religiosa dos egípcios também evidenciam, em todas suas fases, esta fé na supremacia do nome e no poder mágico que lhe é inerente. Nas cerimônias de consagração dos faraós existem prescrições muito determinadas quanto ao modo pelo qual os diversos nomes dos deuses são transferidos ao faraó; e cada nome novo transmite, por sua vez, um novo atributo, uma nova força divina (CASSIRER, 1972, p. 68).

Para os hebreus, o nome sagrado de **Deus** não poderia nem deveria ser pronunciado. Assim, para se referir a Ele, havia o famoso tetragrama sagrado YHWH – representado pelas consoantes hebraicas “yod”, “hê”, “waw”, “hê”. Isso porque, no Antigo Testamento, o nome também não era considerado apenas um simples título, mas possuía a carga mais profunda de expressar a natureza de quem o possuía. Logo, “[...] ao se descobrir o significado do nome divino, também se descobrirá parte do caráter do ser que o carrega, no caso, o próprio Deus” (SHIGUEMOTO; SIQUEIRA, 2011, p. 74).

Neste trabalho, de modo mais específico, partimos inicialmente de uma suspeita como utentes – e observadores – da língua quanto ao papel exercido pela influência¹⁰ do léxico germânico nos processos de formação de prenomes no português brasileiro. Tal suspeita se dá, inclusive, por razões históricas, pois a herança lusitana, constituída em território ibérico, terá forte impacto sobre a nomeação de pessoas no Brasil. Assim, seguimos a hipótese de que a inovação que atualmente envolve os antropônimos brasileiros herda como modelo linguístico básico, em grande medida, as estruturas biformativas¹¹ dos nomes de “origem germânica”, inclusive fazendo uso, com certa recorrência, de formativos tomados dos antropônimos germânicos que foram incorporados à língua portuguesa, como veremos no Capítulo 6.

10 O uso do termo “influência” neste livro não se dá em pressuposição de um contato linguístico, até porque esse contato aconteceu, mas foi algo minoritário nessa questão, pois só ocorreu com falantes de línguas germânicas no final do Império Romano ou, se pensarmos nos francos, no início da Idade Média.

11 Originalmente, nos trabalhos de Rodrigues (2016; 2019), o termo empregado era “bitemático”. Neste livro, contudo, optaremos pelo termo “biformativo”, em consonância com a proposta apresentada por Soledade (2018a), como explicaremos no Capítulo 6.

Porém, antes de prosseguirmos, será necessário fazer algumas advertências. A primeira é a de que as menções feitas neste trabalho a uma “origem germânica” devem ser relativizadas. Os motivos principais são: a) a ideia generalizante de que “germânicos” são um povo uno: algo que, decerto, não ocorreu; e b) a falsa ideia e também generalizante de que existiria, em algum momento da história, uma só língua germânica. Para tanto, sempre que nos valermos neste livro da expressão “antropônimos de origem germânica” nos referimos, na verdade, a “antropônimos cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica”. Ademais, em respeito aos rigores etimológicos, o termo “origem” também não deve ser entendido como sinônimo de “étimo”.

O problema da generalização também é verificado em algumas obras de consulta utilizadas nas nossas análises, a exemplo de Piel (1933), Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003). Isso certamente não tira o mérito dessas obras no cenário dos estudos onomásticos, etimológicos e lexicográficos realizados em língua portuguesa – que, com certeza, ainda é carente de pesquisas no que se refere à Antroponímia. Contudo, esses autores não possuem formação indo-europeísta e, ao arriscarem atribuir a seus étimos o rótulo de “germânico” ou, ainda, ao apresentarem palavras de difícil localização como propostas etimológicas válidas para determinados antropônimos, se complicam quanto a uma proposição alinhada em termos etimológicos. Logo, as formas que eles assumem como do “germânico” não corresponderiam ao “protogermânico”, uma vez que a língua que deu origem às atuais línguas germânicas não deixou documentos, sendo possível falar de protogermânico apenas quando tratarmos de reconstruções.

Na verdade, alguns desses antropônimos poderiam estar vinculados a “línguas germânicas antigas específicas”, como o gótico, o antigo alto alemão, o antigo saxão, o antigo nórdico ou o anglo-saxão, sem identificá-las exatamente de forma concisa. Ademais, para piorar há o fato de que algumas dessas línguas antigas já apresentavam forte dialeção em períodos antigos. Para resumir a questão, de acordo com Rodrigues (2019, p. 14), esses étimos chamados de “germânicos” na verdade são:

[...] a) palavras de uma língua germânica antiga específica, mas não identificada pelo proponente do étimo; b) palavras cuja detecção nos dicionários especializados é quase impossível por estarem em glossários de edições de textos; c) palavras erroneamente transcritas ou simplesmente inexistentes.

Desse modo, buscando respeitar o rigor científico exigido pela Etimologia (VIARO, 2014), nossa solução foi recusar tais propostas e explicações (ao modo como aparecem nas obras) e não usar o asterisco indiscriminadamente, pois este pressupõe a existência de reconstruções oriundas do método histórico-comparativo – passíveis de revisões a depender de novas propostas etimológicas e descobertas arqueológicas. Valemo-nos, assim, a partir deste momento, de parênteses uncinados em forma de aspas angulares «...» tanto na palavra «germânico» quanto nos supostos étimos – como consta na análise dos dados. No entanto, alertamos que é urgente a revisão das sugestões etimológicas indicadas nessas obras, mediante os avanços atuais da linguística indo-europeia, embora tal revisão não possa ter sido feita neste trabalho.

Assim, passaremos ao tratamento do tema a partir da utilização de seus termos científicos e situando esta obra nas diversas esferas em que está circunscrita, de acordo com um embasamento teórico em três ambientes distintos, mas não excludentes, dos estudos linguísticos. Primeiro será preciso apropriarmo-nos de uma concepção de Léxico e de Morfologia que ofereça subsídios para analisar a criatividade lexical envolvida na formação de prenomes inovadores brasileiros desde o final do século XIX. Segundo, trabalharemos a Antroponímia em associação com a Etimologia, tentando, sempre que possível, perscrutar o percurso entre o étimo ou a origem e o prenome investigado. Por fim, partindo do viés sócio-histórico, devemos conhecer alguns aspectos referentes ao contato linguístico entre o latim/romance na Península Ibérica, bem como buscar compreender as razões que motivaram a contundente influência «germânica» no que se refere ao nosso quadro onomástico pessoal.

Métodos e descrição do *corpus*

Diacronia é a sucessão de sincronias que constitui o processo histórico de mudança em qualquer língua: a uma definição desse tipo, que poderemos encontrar em dicionários de terminologia da Lingüística, preferi a de Labov: 'A arte de fazer o melhor uso de maus dados' (1982:20) não só por ser mais expressiva – de muito bom gosto até! –, mas porque já aí transparece o tipo de trabalho que enfrentará todo aquele que se propuser abordar o estudo de uma língua no seu constante fazer-se (MATTOS E SILVA, 1991, p. 68-69).

O *corpus* analisado neste estudo é constituído pelos arquivos do Livro dos Termos dos Irmãos, vinculados à Ordem Terceira do Carmo. O fato de ser uma Ordem Terceira significa que ela é um ramo composto por membros leigos, ou seja, indivíduos não religiosos por profissão/vocação, como padres e freiras. Essa Ordem está localizada no Centro Histórico da cidade de Salvador/BA e sua documentação é uma fonte histórica que contém as ações dos indivíduos que outrora desejaram vinculação à Ordem. Dos 10 exemplares que compõem o *Livro dos Termos dos Irmãos*, foram analisados os quatro últimos devido ao período histórico que abrangem, estes em regular estado de conservação. Cada livro é composto por fichas de registro de novos membros afiliados à Ordem. Nessas fichas constam, quando completas, as seguintes informações: a) data do início do postulante; b) data da tomada de hábito; c) profissão; d) naturalidade; e) idade; e f) estado civil. Há também a assinatura dos dirigentes da Ordem (frei comissário, prior, tesoureiro e secretário).

Quanto ao período analisado, cobrimos, em específico, o ano de 1893 – referente ao primeiro registro, encontrado no Livro 7 – até 2014 – ano do último registro, encontrado no Livro 10 –, ou seja, do fim do século XIX até o início do século XXI. A consideração desse período histórico, que resultou no desprezo pelos materiais anteriores ao Livro de número 7, se deve à hipótese aventada de que, após a instauração do Decreto nº 9.886 e a Abolição da Escravatura, ambos ocorridos no ano de 1888, houve incremento na antroponímia inovadora brasileira.

A explicação quanto à consideração e às implicações desses dois eventos se dará no Capítulo 6. Por ora, seguiremos com a apresentação do *corpus* e da metodologia adotada.

Ao proceder à coleta e ao tratamento dos dados *in loco*, lembramos a dificuldade em trabalhar com documentos manuscritos de difícil acesso, por alguns dos motivos citados por Lose (2017, p. 72-73):

A memória em papel, geralmente, se encontra em locais de acesso restrito como instituições religiosas [...], instituições da administração pública ou militares. Esses lugares, na maioria dos casos não são instituições de natureza arquivística, não têm organização formal de fácil decodificação (com inventários e catálogos minimamente organizados), nem pessoal especializado para atendimento ao público interessado na documentação. Muitos deles nem costumam atender a 'público', como é o caso das instituições religiosas regulares (conventos e mosteiros).

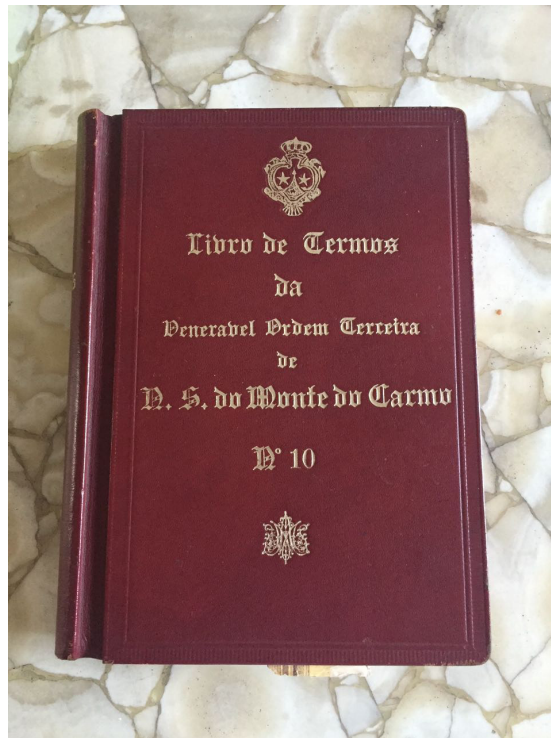
Figura 1 - Livros dos Termos dos Irmãos, números 7, 8 e 9, respectivamente



Fonte: Acervo da autora.

Devido à fragilidade do papel e dos já visíveis problemas decorrentes da conservação inadequada dos livros, optamos por um tipo de edição que não interferisse nem prejudicasse o material. Para tanto, nos valem do meio fotográfico, pois o uso de máquinas de xérox ou *scanners* poderia danificar os exemplares. A opção pelo recurso fotográfico possibilitou o trabalho com uma reprodução exata da obra original, que poderia ser consultada pela pesquisadora sempre que necessário. Assim, configurou-se o *status* de uma edição fac-similar, na qual há baixo nível de mediação, cabendo ao editor/pesquisador a tarefa de organização dos dados (LOSE, 2017). Dessa feita, todos os prenomes criados com formativos vinculados parcial ou integralmente a uma origem «germânica» foram fotografados e disponibilizados em Rodrigues (2019), no Tomo II, com o intuito de disseminar e incentivar possíveis estudos futuros.

Figura 2 - Livro dos Termos dos Irmãos, número 10



Fonte: Acervo da autora.

A seleção dos dados se deu a partir da recolha de todos os prenomes verificados no *corpus*, mas apenas o primeiro (descartando-se o segundo ou terceiro, caso existissem). Para configurar o *status* de prenome inovador, seguimos o critério proposto pelo Projeto Todos os Nomes, desenvolvido na UFBA entre os anos de 2007 e 2009, sob a coordenação das professoras doutoras Ariadne Almeida, Juliana Soledade e Tânia Lobo, no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Esse critério é o de que o prenome em análise não conste nos dicionários onomásticos etimológicos de Antenor Nascentes (*Dicionário etimológico da língua portuguesa - Tomo II*, 1952), José Pedro Machado (*Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, 2003), além da Bíblia (por esta conferir um caráter tradicional aos prenomes). Acrescentamos também o dicionário de Mansur Guérios (*Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, 1981), por sua representatividade enquanto obra de língua portuguesa.

Porém, “[...] não basta abrir um dicionário etimológico e ler as propostas oferecidas pelos autores como ‘verdade acabada’. As respostas não estão prontas: os autores discordam entre si, propõem várias soluções, elegem esta ou aquela solução e, não raro, erram” (VIARO, 2014, p. 102). Assim, apesar de tais dicionários serem considerados obras de referência no âmbito dos estudos onomásticos em língua portuguesa, salientamos que eles, não raro, se mostram desatualizados ao deixar de apresentar vários prenomes muito familiares aos brasileiros, principalmente devido ao longo tempo decorrido desde sua produção. Isso faz com que nomes como “Joilson” ou “Adailton” que, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, fazem parte do quadro onomástico brasileiro desde a década de 1930, sejam tratados como “inovadores” a partir dos critérios já apresentados. Há ainda o fato de que podem existir prenomes estrangeiros não dicionarizados, mas que também não se enquadram no rol de antropônimos inovadores, o que dificulta ainda mais a tarefa do pesquisador.

Outro aspecto importante no que tange à recolha dos dados é que também não foram analisadas as fichas de registro referentes aos indivíduos não nascidos no estado da Bahia ou as fichas que apresentaram o campo “naturalidade” em branco. A razão é que, ainda que consideremos que a tendência inovadora atue como uma constante em todo

o Brasil¹², nesta obra será preciso nos determos apenas aos prenomes baianos, pois uma análise em termos de território nacional necessitaria de uma quantidade muito maior de dados, da qual não dispomos e que não seria possível realizar neste trabalho.

Após a reunião dos prenomes de acordo com os critérios exigidos para a análise – que são, resumidamente: a) constarem nos Livros 7, 8, 9 ou 10; b) não constarem nas obras onomásticas/etimológicas consultadas e; c) serem identificados como indivíduos nascidos no estado da Bahia –, passamos a uma nova investigação a fim de determinar a presença ou não de constituintes morfolexicais «germânicos» também por meio de consulta a dicionários etimológicos, desta vez as obras *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache* (1899), de Friedrich Kluge, *Altdeutsches namenbuch* (1900), de Ernst Förstemann, e *A gothic etymological dictionary* (1986), de Winfred Lehmann.

A página Nomes no Brasil, referente ao Censo 2010 do IBGE¹³, foi similarmente importante para a análise e tratamento dos dados. Isso porque, a partir dela, foi possível acessar informações quanto à frequência de uso dos prenomes, além da década de sua inserção (antes de 1930 até os anos 2000) no quadro antroponímico brasileiro, o percentual de uso no país, a popularidade, os estados em que são utilizados (inclusive quantitativamente) etc. Durante as análises, também foram tecidas considerações quanto às relações estabelecidas (ou não) de acordo com o gênero¹⁴ e quanto às formações de diminutivo¹⁵.

A próxima etapa, então, após a confirmação da presença de formativos «germânicos», foi a análise estrutural, para entender se tais formativos

12 Aventamos tal possibilidade após participar da coleta de dados empreendida pelo projeto Dicionário de Nomes em Uso no Brasil, coordenado pela professora doutora Juliana Soledade (UFBA/UnB), que se vale de material referente a todo o território nacional, como listas de aprovados em concursos públicos, vestibulares etc. Nossa atuação no projeto nos permite acesso aos resultados preliminares que apontam para a presença da inovação envolvendo antropônimos em todo o país, como uma tendência nacional, mas apenas resultados mais conclusivos poderão comprovar tal fato. A relevância desse projeto também se dá devido à necessidade de dicionários onomásticos e etimológicos atualizados em língua portuguesa.

13 Para mais informações, consultar o site: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>

14 Sempre que nos referirmos ao termo “gênero”, fazemos alusão apenas ao gênero gramatical, buscando respeitar todas as questões mais complexas de cunho sociopsicológico que envolvem os antropônimos e o próprio termo em questão.

15 Que entenderemos aqui, respaldadas questões muito específicas, como diminutivos esvaziados do valor semântico atribuído ao grau, justamente por se tratar do léxico antroponímico que, por sua natureza, apresenta particularidades em relação ao léxico comum.

ocupariam posições fixas nos compostos inovadores – “inicial ou com base mais à esquerda” ou “final ou com base mais à direita”. De posse de tais informações, e embasados pelo aporte da Linguística Cognitiva e do modelo da Morfologia Construcional, formulamos esquemas que instanciam a criação dos novos prenomes. Especial atenção foi dada à estrutura do composto inovador, a fim de apurar se as construções seguiram, de fato, o modelo biformativo, conforme herdado do modelo bitemático «germânico», revelado por meio de reconstruções linguísticas do protogermânico.

Antes de passarmos para o próximo capítulo, salientamos o caráter peculiar da antroponímia no Brasil, diferentemente do que ocorre em Portugal, por exemplo, onde há listas específicas que delimitam quais nomes podem ou não podem ser utilizados. Assim, por não existirem listas nos cartórios e também por não haver uniformidade quanto à atuação de cada uma dessas repartições, a inovação antroponímica encontra espaço e assume relevância no Brasil. A par disso, ainda são poucos os trabalhos que exploram esse assunto, ainda mais da perspectiva morfológica, o que por si só já comprova a importância desta obra no cenário – ainda incipiente – dos estudos onomásticos no Brasil.

O papel da onomástica e da etimologia enquanto ciências norteadoras

O nome de um homem não é como uma capa que lhe está sobre os ombros, pendente, e que pode ser tirada ou arrancada a bel prazer, mas uma peça de vestuário perfeitamente adaptada ou, como a pele, que cresceu junto com ele; ela não pode ser arrancada sem causar dor também ao homem (GOETHE apud MENDES, 2009).

A história da Onomástica no Ocidente está ligada à tradição greco-latina e ao gramático Dionísio Trácio (ou Dionísio da Trácia, século II a.C.), responsável pela primeira gramática ocidental (Τέχνη Γραμματική, ou *Arte da Gramática*) e considerado um dos primeiros a pensar nas possíveis diferenças entre os nomes próprios e os nomes comuns – apesar de que, à época, essa distinção circundasse o *onoma* grego, com o termo *nomen proprium* remontando apenas à Idade Média. Desta feita, vemos nas considerações de Dionísio Trácio a ideia de que:

O nome é a parte declinável do discurso (λόγος), que significa um corpo ou uma ação; um corpo como ‘pedra’, uma ação como a ‘educação’; dito de maneira comum (κοινῶς) ou *de maneira própria* (ιδίως): comum como ‘homem’, ‘cavalo’; própria como ‘Sócrates’; acompanham os nomes cinco [acidentes]: gênero, espécie, formas, números e casos (UNIVERSITY OF OSLO, [200-], grifo nosso, tradução nossa¹⁶).

Contudo, é apenas no século XIX, com o historiador Auguste Longnon (1844-1911), que a Onomástica passa a ser de fato reconhecida como ciência (BENVENISTE, 1995 apud CARVALHINHOS, 2008). No século XX, as pesquisas onomásticas avançam e passam a considerar aspectos gramaticais, discursivos etc., voltando-se principalmente para

16 No original: “ὄνομά ἐστι μέρος λόγου πτωτικόν, σῶμα ἢ πρᾶγμα σημαῖνον, σῶμα μὲν οἷον λίθος, πρᾶγμα δὲ οἷον παιδεία, κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον, κοινῶς μὲν οἷον ἄνθρωπος ἵππος, ἰδίως δὲ οἷον Σωκράτης. παρέπεται δὲ τῷ ὀνόματι πέντε· γένη, εἶδη, σχήματα, ἀριθμοί, πτώσεις”.

a Toponímia e a Antroponímia. Uma grande referência da época é Albert Dauzat (1877-1955), influenciado pelas obras de Longnon (1844-1911).

Em termos organizacionais, além da Toponímia e da Antroponímia, a Onomástica se estrutura em diversas subáreas de acordo com a natureza dos seus referentes. Como exemplo, citamos a Hagionímia (nomes próprios de santos), a Astronímia (nomes próprios de corpos celestes), a Onionímia (nomes próprios de marcas ou artigos industriais), a Etnonímia (nomes de povos, tribos, castas etc.), a Fitonímia (nomes de plantas), a Crononímia (nomes de séculos, eras, meses), a Mitonímia (nomes de personagens mitológicos), dentre outras.

A Antroponímia se trata do estudo dos nomes de pessoas, que pode envolver os nomes oficiais – ou seja, o(s) prenome(s) e o(s) sobrenome(s), passíveis de serem registrados em cartório – e os nomes não oficiais, ou “alônimos”, como os nomes de guerra, nomes sociais, pseudônimos, heterônimos etc.¹⁷ Todos os itens onomásticos que compõem a Antroponímia, oficiais ou não, são reconhecidos como “antroponimos” que, nas palavras de Dick (1992, p. 178): “[...] se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituídos a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nominação de seus membros”.

As possibilidades de estudo em Antroponímia são tão diversas que incluem outras subdivisões, mencionadas por Amaral e Seide (2020), como a Antroponomástica¹⁸ ficcional (que analisa os antropônimos de personagens literários), a Antroponomástica comparada (em que há comparação entre sistemas antroponímicos) e a Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução, considerando que, em cada idioma, o nome próprio assume características particulares. Dito isso, passemos ao estudo do nome próprio de acordo algumas possíveis definições e critérios que podem ajudar a caracterizá-lo da perspectiva linguística, funcional, pragmática e discursiva.

¹⁷ Não nos deteremos aos pormenores que circundam os alônimos, mas sugerimos como leitura o trabalho de Amaral e Seide (2020), que possui um capítulo completo dedicado ao assunto.

¹⁸ Amaral e Seide (2020), em sua obra *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*, optaram pelo uso do termo “Antroponomástica” ao invés de “Antroponímia” e, por esse motivo, o mantivemos aqui dessa mesma forma quando os citamos.

O que são os nomes próprios?

Atribuir uma definição exata a dado conceito nem sempre é uma tarefa simples, sendo não raras as vezes em que somos capazes apenas de entendê-lo por meio da nossa intuição, sem conseguir expressá-lo verbalmente. No âmbito linguístico ainda não há, por exemplo, um consenso universal do que venha a ser o termo “palavra”, sendo lançadas diversas propostas de conceituação. Outrossim, também não é tão fácil definir o que são os “nomes próprios” de acordo com a sua natureza linguística, sendo esses elementos muitas vezes relegados entre seus estudiosos, como vemos nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa.

De modo geral, os itens onomásticos estão situados entre os nomes próprios que, por sua vez, estão alocados na classe dos substantivos, ao lado dos nomes comuns e dos adjetivos. Efetuando breve revisão de literatura em gramáticas de língua portuguesa, vemos que em João de Barros (1540) – uma das primeiras obras dessa natureza conhecidas em língua portuguesa –, apesar de não existir, de modo geral, um espaço realmente dedicado ao estudo dos nomes próprios, pois pouca atenção foi dada às suas particularidades, há uma distinção entre o que viria a ser o nome próprio e o nome comum, como vemos a seguir:

Nome próprio ę aquelle que se nam póde atribuir a mais que a hũa só cousa, como este nome. Lisboa, por ser próprio desta cidade, e nam convem a Roma: nẽ ô de Çesar, a Cipiam, però se dissermos cidade, que ę geral nome a todas, entam será comũ. E por este nome, hómẽ, assy entendo Çesar e Cipiam, como todolos outros hómẽes. Assy que com razam diremos nome próprio ser aquelle per que entẽdemos hũa só cousa, e comũ, pelo qual entẽdemos muitas da quelle gênero (BARROS, 1540, p. 5).

Bechara (2009), em sua *Moderna gramática portuguesa*, obra de natureza descritiva, explana algumas considerações específicas quanto aos nomes próprios em relação ao uso do hífen, trema, formação de plural e ao uso de artigos e de sufixos quem formam nomes comuns a partir de nomes próprios. O autor também explica que os substantivos próprios podem se aplicar a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Sendo assim, cada “João”, cada “Isabel”

e cada “Açores” é uma pessoa ou ilha considerada como inconfundível pelas demais pessoas. Seguindo sempre uma perspectiva ortográfica ou gramatical, nisso se encerram as considerações dessa obra sobre o assunto.

Em Perini (2005), na sua *Gramática descritiva do português*, há uma proposta de classificação mais “flexível” quanto à classe dos substantivos, com uma compreensão gradiente das categorias gramaticais, expressa por meio de traços, pois para o autor, “[...] o potencial funcional das palavras, na maioria das vezes, se exprime por vários traços [...]” (PERINI, 2005, p. 322). Ele chega a especificar que os antropônimos não poderiam: a) funcionar como modificadores [-Mod]; b) funcionar como intensificadores [-Int]; c) atuar como predicativos [-Pv]; d) coocorrer com o superlativo -íssimo [-íssimo]; e) funcionar como pré-núcleos [-PN]. Na contramão do que propõe Perini (1999), modalizamos algumas dessas “exigências” em confronto com a língua em uso, pois não raro vemos exemplos de nomes próprios precedidos de intensificadores (“Essa roupa é bem Maria”, ou seja, a roupa em questão lembra o estilo de Maria) ou acrescidos do uso dos sufixos -íssimo e -íssima, só para citar alguns. Apontamos que essa proposição dos traços de Perini (2005) é positiva se pensada de acordo com a ideia de prototipicidade, em que esse comportamento é tido como o mais frequente (mais prototípico), porém não é o único.

Em Cunha e Cintra (2016), na obra intitulada *Nova gramática do português contemporâneo*, observamos a afirmação de que os nomes próprios são aqueles que designam determinado indivíduo da espécie (designação específica), como “Pedro”, “Brasil” e “Lisboa”, enquanto os nomes comuns designam a totalidade de seres de uma espécie de modo genérico, sendo empregados para dar nome a todos os seres e coisas das respectivas classes. Os autores também levantam algumas questões acerca do uso de artigo diante de nomes próprios, mas de modo geral essa não é uma temática que apresenta relevância na obra.

Após o exposto, vemos que as gramáticas estudadas apresentaram uma abordagem superficial no que diz respeito à categoria dos nomes próprios, indo raríssimas vezes além da ideia de individualização exercida por esses itens e de questões meramente ortográficas ou morfosintáticas, como o uso das maiúsculas, sinais de pontuação ou

de formação de plural. A maioria das obras sequer utilizou termos da área, como “Onomástica”, “Antroponímia” e “Toponímia”, valendo-se, na maior parte do tempo, de termos genéricos, como “substantivo próprio” ou “nome próprio”, o que, nem de longe, é capaz de abarcar toda a heterogeneidade dessa classe.¹⁹

Saindo do âmbito das gramáticas e passando para os estudos linguísticos, a fim de apresentar alguns critérios que auxiliem na caracterização desses nomes próprios, começaremos pelas considerações de Dauzat (1946, p. 1-2, tradução nossa²⁰):

Logicamente, é quase impossível encontrar uma definição que englobe todos os nomes próprios. Foi proposto primeiro: o nome próprio se aplica a um indivíduo ou uma coisa, o nome comum a um grupo. Mas um primeiro nome provavelmente designará muitos indivíduos; um nome de lugar geralmente tem vários homônimos. Temos procurado esclarecer: o nome próprio aplica-se a um ou mais indivíduos tomados em particular, não a todos.

Ele acrescenta ainda que “[...] apenas uma diferença de grau, intelectual e não gramatical, existe entre os nomes próprios e os nomes comuns. Os nomes próprios são os mais individuais, os mais significativos de todos; estes são os substantivos por excelência [...]” (DAUZAT, 1946, p. 3, tradução nossa²¹). Nesse sentido, além de confirmar a dificuldade que existe em se propor uma definição que satisfaça a ampla heterogeneidade que permeia os nomes próprios, o autor parece apostar em uma classificação de natureza mais pragmática, uma vez

19 Essa parte da pesquisa que aborda a situação dos nomes próprios em gramáticas de língua portuguesa é oriunda de um artigo escrito em paralelo por Rodrigues em 2020, intitulado “O lugar dos nomes próprios: revisitando gramáticas de língua portuguesa”, ainda não publicado. Nesse artigo, a autora também investiga outros textos, como a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (2011), e o texto “O substantivo”, de Camacho e demais autores (2014), encontrado na obra *Palavras de classe aberta: gramática do português culto falado no Brasil*, de Ilari (2014).

20 No original: “Logiquement, il est à peu près impossible de trouver une définition qui englobe tous les noms propres. On a proposé d’abord celle-ci: le nom propre s’applique à un individu ou à une chose, le nom commun à un groupe. Mais un prénom est susceptible de désigner de nombreux individus; un nom de lieu a souvent plusieurs homonymes. On a cherché à préciser: le nom propre s’applique à un ou plusieurs individus pris en particulier, non à tous”.

21 No original: “[...] n’existe entre les noms propres et les noms communs qu’une différence de degré, intellectuelle et non grammaticale. Les noms propres sont les plus individuels, les plus significatifs de tous; ce sont les substantifs par excellence [...]”.

que os critérios gramaticais, pura e simplesmente, não são capazes de solucionar a questão. Em acréscimo, frisamos que em muitos casos ocorre a transcategorização, de modo que topônimos e antropônimos podem engendrar nomes comuns ou, em um movimento inverso, serem criados a partir deles, mostrando que as fronteiras que delimitam esses itens não são tão rígidas.

Ullmann (1967), em sua famosa obra intitulada *Semântica*, estabelece cinco critérios capazes de diferenciar nomes próprios e nomes comuns, a saber: identificação, som distintivo, critérios gramaticais, designação contra conotação e unicidade. Os três primeiros critérios serão apresentados de modo mais resumido por não serem tão relevantes do ponto de vista da discussão que propomos nesta obra. Em contrapartida, nos deteremos um pouco mais nos critérios da designação contra conotação e da unicidade por envolverem dois pontos centrais deste trabalho: a questão do significado (e se ele realmente existe) no que tange aos nomes próprios e a questão da unicidade que, do nosso ponto de vista, é um dos vetores atuantes no incremento do fenômeno da inovação que atinge o nosso quadro personativo.

Assim, *grosso modo*, o critério da identificação entende que “[...] um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou objecto, singularizando-o de entre as entidades semelhantes” (ULLMANN, 1967, p. 152). Porém, para Martins (1984, p. 13), do viés da Psicologia, “[...] o nome próprio transborda de muito esta perspectiva de servir somente para referência do sujeito. Em breve ele passará a construir o cerne daquilo que o sujeito mais preza: o seu próprio Eu”. O critério do som distintivo afirma que sons referentes aos nomes próprios teriam, em si, uma capacidade maior de prender a atenção dos indivíduos, diferentemente do que ocorreria com um nome comum. Já os critérios gramaticais se referem a determinadas características, frequentemente variáveis entre diferentes idiomas ou até mesmo dentro de uma mesma língua, a depender do período, da região ou das mudanças sofridas com o decorrer do tempo. Como exemplo, Ullmann (1967) menciona que nomes próprios não costumam ser passíveis de pluralização – exceto quando passam a figurar no léxico comum. Outro critério gramatical frequentemente apontado é a tradicional distinção gráfica feita com o uso das maiúsculas marcando os nomes próprios. Acreditamos, contudo,

que esse critério é uma mera convenção, visto que está circunstrito no âmbito da escrita (e mesmo na fala é quase sempre possível identificar um nome próprio a partir do contexto) e há casos de línguas ágrafas para as quais essa identificação não teria o menor valor. Seguindo o mesmo raciocínio, para Bright (2003, p. 671, grifo do autor, tradução nossa²²):

Em inglês e em algumas outras línguas europeias, tais palavras [nomes próprios] aparecem frequentemente por escrito com letras iniciais maiúsculas; mas obviamente isso não pode definir o termo para a linguagem falada, ou para sistemas de escrita como o chinês, que não possuem letras maiúsculas. Existem critérios gramaticais para identificar o nome próprio? Em inglês, frequentemente é observado que é incomum que nomes próprios ocorram com *artigos* [...]. Mas é claro que outras línguas têm regras muito diferentes para usar artigos definidos ou indefinidos; e muitas línguas, como o chinês, não usam artigos de todo.

Após o mote oferecido na citação de Bright quanto à questão do uso de artigos perante nomes próprios, vemos que, ao contrário do que ocorre no inglês, em que há inexistência de artigo precedendo o nome próprio, no território brasileiro é possível verificar os dois usos: na cidade de Salvador, localizada no estado da Bahia, região Nordeste, não se utiliza o artigo antes de antropônimos (*Ø Maria, Ø João*), em detrimento da cidade de São Paulo, localizada no estado de mesmo nome, região Sudeste, que se vale do uso do artigo (*a Maria, o João*) (LEITE; CALLOU, 2010). Portanto, constatamos que os fundamentos para essa utilização não são tão claros e que, a nível universal, a proposição de critérios gramaticais válidos é uma tarefa que dificilmente logrará sucesso em se tratando das particularidades das línguas e dos dialetos.

A respeito do critério da designação contra conotação, Ullmann (1967) acredita que os nomes próprios seriam itens esvaziados de significado lexical por possuírem apenas função designativa. O contrário

22 No original: “In English and some other European languages, such words [proper names] often appear in writing with initial capital letters; but obviously this cannot define the term for spoken language, or for writing systems like Chinese which have no capital letters. Are there grammatical criteria to identify the proper name? In English, it is often observed that is unusual for proper names to occur with *articles* [...]. But of course other languages have very different rules for using definite or indefinite articles; and many languages, such as Chinese, do not use articles at all”.

ocorreria com os nomes comuns que, de fato, possuiriam significação. Em nossa pesquisa bibliográfica encontramos uma quantidade considerável de trabalhos que tratam desse tema, com opiniões diversas e que discutiremos neste momento.

Começamos com Guérios (1981, p. 16), que afirma que “[os nomes próprios] são vocábulos desprovidos de ‘alma’, ou, melhor, ficaram ‘petrificados’”, e com Bréal (1992, p. 125), para quem “[...] o sentido etimológico não tem nenhum valor”. Para Mill (1974), os nomes próprios também são itens esvaziados de significado e complementa afirmando que eles não implicam diferenças tangíveis na personalidade, de modo que, independentemente da escolha do nome de dado indivíduo, não haveria prejuízo à sua natureza, como vemos na passagem:

Nomes próprios não são conotativos: eles denotam os indivíduos que são chamados por eles; mas eles não indicam ou implicam quaisquer atributos como pertencentes a esses indivíduos. Quando nomeamos uma criança pelo nome de Paulo, ou um cachorro pelo nome de César, esses nomes são simplesmente marcas usadas para permitir que esses indivíduos se tornem sujeitos do discurso. Pode-se dizer, de fato, que devemos ter alguma razão para dar-lhes esses nomes em vez de quaisquer outros; e isso é verdade; mas o nome, uma vez dado, é independente do motivo. Um homem pode ter sido chamado João porque esse era o nome de seu pai; uma cidade pode ter sido chamada Dartmouth porque está situada na foz do Dart. Mas não faz parte da significação da palavra João que o pai da pessoa assim chamada tenha o mesmo nome; nem mesmo da palavra Dartmouth, situada na foz do Dart. Se a areia sufocar a boca do rio ou um terremoto mudar de curso e removê-lo a uma distância da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente alterado. Esse fato, portanto, não pode fazer parte da significação da palavra; caso contrário, quando o fato confessadamente deixasse de ser verdade, ninguém mais pensaria em aplicar o nome (MILL, 1974, p. 33, tradução nossa²³).

23 No original: “Proper names are not connotative: they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Paul, or a dog by the name Cæsar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse. It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others; and this is true; but the name, once given, is independent of the reason. A man

Na mesma obra, Mill (1974, p. 35) usa o termo – um tanto quanto radical – *unmeaning mark* (“marca sem significado”), que indica que os nomes próprios apenas expressam a ideia daquilo que nomeiam, sem relação mais profunda ao que de fato sejam. Propondo um diálogo com as ideias de Mill, Lévi-Strauss (1970, p. 200) se questiona:

Os nomes próprios não formam, pois, uma simples modalidade prática dos sistemas classificatórios, que bastaria citar, após as outras modalidades. Mais ainda que aos lingüistas, eles apresentam um problema aos etnólogos. Para os lingüistas, este problema é o da natureza dos nomes próprios e de seu lugar no sistema da língua. Para nós, trata-se disso e ainda de outra coisa, porque nos defrontamos com um duplo paradoxo. Devemos estabelecer que os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as para termos de outras significações. Poderíamos fazê-lo, se fôsse preciso seguir o ensinamento dos lógicos e de certos lingüistas e admitir que os nomes próprios são, segundo a fórmula de Mill, ‘meaningless’, desprovidos de significação?

Como vimos, a questão do significado atrelado aos antropônimos levanta controvérsias entre pesquisadores. Segundo Marcato (2009, p. 19, tradução nossa²⁴):

Portanto, está em discussão, de modo geral, o significado do nome próprio em relação ao significado de um nome comum. De outro lado, o nome próprio carrega uma semântica extralinguística (ou cultural) que coloca a Onomástica em uma perspectiva interdisciplinar mais ampla que torna complexo o próprio método de pesquisa.

may have been named John, because that was the name of his father; a town may have been named Dartmouth, because it is situated at the mouth of the Dart. But it is no part of the signification of the word John, that the father of the person so called bore the same name; nor even of the word Dartmouth, to be situated at the mouth of the Dart. If sand should choke up the mouth of the river, or an earthquake change its course, and remove it to a distance from the town, the name of the town would not necessarily be changed. That fact, therefore, can form no part of the signification of the word; for otherwise, when the fact confessedly ceased to be true, no one would any longer think of applying the name”.

24 No original: “Quindi è in discussione, in generale, il «significato» del nome proprio rispetto a quello di un nome comune. D’altro canto il nome proprio si carica di una semantica extralinguistica (o culturale) che colloca l’onomastica in una più ampia prospettiva interdisciplinare che rende complesso il metodo stesso della ricerca”.

Nesse ponto, expressamos nossa discordância perante as afirmações de Ullmann (1967), Guérios (1981), Bréal (1992) e Mill (1974), pois entendemos que esses estudiosos desconsideram não só a importância da pesquisa etimológica de cunho onomástico, mas também as informações semânticas expressas pelos antropônimos no âmbito da cognição. Ademais, há ainda que se considerar os antropônimos que apresentam relação direta com itens do léxico comum em mesma sincronia, ou seja, prenomes como “Morena”, “Rosa” e “Sol” que, certamente, possuem referentes inequívocos, diferentemente dos prenomes que aludem a sincronias pretéritas (ou a outras línguas) e que, por esse motivo, nem sempre favorecem a decodificação do utente hodierno, comprovando que os antropônimos, de modo geral, guardam em si informações significativas acessadas apenas por meio da pesquisa etimológica e documental.

Confirmando a presença da carga significativa atrelada aos antropônimos que também figuram na sincronia atual de uma mesma língua como itens do léxico comum, relembremos aqueles que são considerados indesejáveis e que, às vezes, envolvem até pedidos judiciais de alteração, como os casos de “Delícia”, “Gilete”, “Disney”, “Oceano”, “Homem”, “Rolando”²⁵ etc., ou por remeterem a assuntos considerados tabus para a sociedade, como os chistes que envolvem o sobrenome²⁶ “Pinto”. Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 113-114) tratam desses nomes e explicam que eles se tornam indesejáveis justamente por serem transparentes, pois “[...] se fosse opaco o significado de [tais] nomes [...], provavelmente seriam nomes aceitos pela sociedade em sua função de etiqueta, e não causariam aos seus portadores nenhum tipo de constrangimento ou humilhação: estamos habituados a ver, nos nomes de pessoas, denotação, e não conotação”. Nesse sentido, Bechara (2009, p. 132, grifos do autor) diz:

Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhes qualidades e defeitos que se podem

²⁵ Tais prenomes foram todos encontrados na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, e apresentaram a frequência de uso de, respectivamente, 1.606, 26, 429, 185, 101 e 1.344 indivíduos, sendo alguns utilizados desde antes da década de 1930 até a década de 1980, 1990 ou 2000.

²⁶ Apesar de ser reconhecido prototipicamente como um sobrenome, “Pinto” também foi encontrado atuando como um prenome, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, correspondendo ao registro de 67 brasileiros.

transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio que, por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no *Judas* não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do *traidor*, do *amigo falso*, em expressões do tipo: *Fulano é um judas*. Desta aplicação geral de um nome próprio temos vários outros exemplos: *dom-joão* (= homem formoso; galanteador; irresistível às mulheres), *tartufo* (= homem hipócrita; devoto falso), *cicerone* (guia de estrangeiros, dando-lhes informações que lhes interessam) [...].

Para acrescentar à questão, apresentamos as considerações de Bright (2003, p. 671, grifos do autor, tradução nossa²⁷), que chega a considerar os aspectos semânticos, mas ligando os nomes próprios a uma mera convenção social:

Pode ser que, para um conceito universal de nome próprio, devemos buscar definições semânticas e pragmáticas. Para resumir, podemos dizer que um nome próprio representa uma convenção social para uma breve referência a uma entidade *específica*, em oposição a uma *classe* de pessoas ou lugares.

Ademais, embasados teoricamente pela Linguística Cognitiva, e concordando com Soledade e Simões Neto (2018), entendemos que não há construção linguística totalmente desprovida de significado, como comprovará a formulação de esquemas construcionais envolvendo nomes próprios, com pareamento entre forma e significado (cf. Capítulo 4). Dessa maneira, chegamos ao conceito de opacidade semântica, como nos apresenta Dick (1992, p. 181):

[...] o sentido originário dos nomes próprios, só revelado por inteiro através da recomposição das formas de linguagem procedentes, oculta-se, sem sombra de dúvida, na opacidade dos registros contemporâneos, quando os designativos são escolhidos, na maioria das vezes, muito mais

27 No original: “It may be that, for a universal concept of the proper name, we must seek semantic and pragmatic definitions. To put it briefly, we may say that a proper name represents a social convention for brief reference to a *specific* entity, as opposed to a *class* of persons or places”.

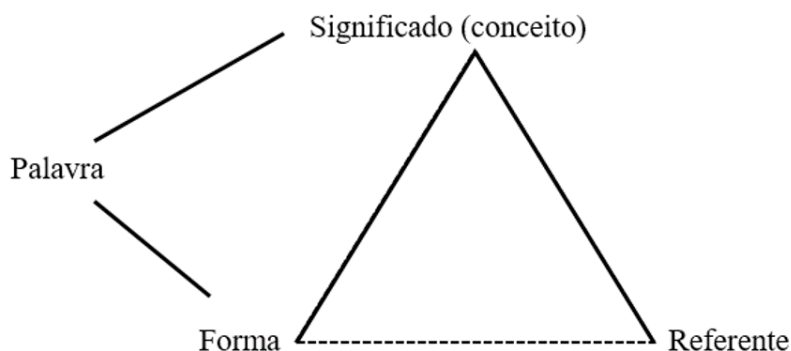
pelos modismos atuantes no momento do que por qualquer outra preocupação com seu legítimo significado [...].

Logo, de acordo com a autora, mesmo que o significado não seja a motivação primária para a escolha de um prenome, não é possível desconsiderá-lo por completo. Ainda sobre a questão da opacidade, Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 118) explicam:

A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso [de] decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas lingüísticas concorrem para a opacidade do nome [...].

Para Lyons (1979, p. 429, grifos do autor), o significado se faz de acordo com o conceito de referência, explicando que “[...] a relação que há entre as palavras e as coisas (seus referentes) é a relação de *referência*: as palavras não ‘significam’ nem ‘denominam’ as coisas, mas se *referem* às coisas”, evocando, para isso, o que chama de “triângulo semiótico”, verificado na Figura 3:

Figura 3 - Triângulo semiótico de Ogden e Richards (1985) apud Lyons (1979)



Fonte: Adaptado de Lyons (1979).

Na qual o traço pontilhado indica que a relação entre forma e referente é indireta, pois: “[...] a forma liga-se a seu referente por meio do significado (conceptual) associado àquela e a este, mas de maneira independente [...], a palavra resulta da combinação de uma forma específica com um

significado específico” (LYONS, 1979, p. 429-430). Dick (1992), contudo, costuma reunir toda a questão envolta do traço da referência²⁸, desconsiderando os demais aspectos.

Para encerrar o assunto, por ora, e imbuídos da perspectiva cognitivista, elencamos alguns dos principais problemas associados à total desconsideração do significado para antropônimos, que seriam:

- a) O desprezo do significado etimológico, recuperado por meio das documentações e obras onomásticas;
- b) A inegável existência de aspectos semânticos claros associados a antropônimos, como a própria particularização do indivíduo enquanto portador de um nome e, em muitos casos, a referência ao gênero masculino ou feminino;
- c) A forte referência de alguns prenomes a elementos do léxico comum, da perspectiva sincrônica, de modo que aqueles dificilmente poderiam se apresentar alheios a estes, como nos casos de “Morena”, “Sol”, “Brisa”, “Margarida”, “Lua” etc.;
- d) A questão envolvendo prenomes que se tornam tabus, seja por conta da similaridade de sua forma com outras, a exemplo de “Marciano”, “Frígida”, “Sem”²⁹, seja em razão do significado associado a ele, como Judas que, por motivos bíblicos, figura como sinônimo de traidor. Assim, segundo Carvalhinhos (2014, p. 92, tradução nossa³⁰): “O que torna um nome excêntrico ou exótico é muitas vezes a sua transparência semântica em relação a outros nomes”;
- e) A retomada metafórica que pode ocorrer em antropônimos que apresentem referência clara a elementos do léxico comum, podendo até figurar em situações jocosas, como nos casos

28 Referimo-nos ao aspecto referencial do ponto de vista estritamente linguístico, sem desconsiderar que nem os referentes são as coisas, por assim dizer, nem que essa visão é reducionista. Portanto, não abordaremos o assunto de um viés filosófico ou ontológico, segundo os quais certamente essa noção de referência pode ser mais bem entendida e explicada.

29 Para Machado (2003, p. 1328, grifo do autor), em uma de suas acepções, esse nome vem do latim *Sēm*, em referência a “[...] um dos filhos de Noé, do hebr. *xem*, ‘nome’, que pode também significar ‘fama’, ‘prestígio’”. Assim, apesar de apresentar um total de 354 registros, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, provavelmente é um nome pouco popular por apresentar grafia exatamente igual à preposição “sem”, que significa “1. Indicativo de falta, carência; 2. Condição; 3. Exceção” (SEM, c2018). Com isso, reiteramos que a situação de um nome como tabu pode se originar de motivos outros, além de situações vexatórias.

30 No original: “What makes a name eccentric or exotic is often its semantic transparency in relation to other names”.

mencionados por Simões Neto e Soledade (2018) de “uma rosa para professora Rosa³¹” ou “apareceu a Aparecida”.

Além do critério da designação contra conotação, voltamos o nosso interesse para o critério da unicidade, que remete à particularização de um indivíduo por meio do seu nome, distinto e singularizado dos demais, tornando-se único. Todavia, diante do vasto contingente populacional, tal critério perde cada vez mais a sua validade, principalmente quando se trata de antropônimos tradicionais. Não seria incomum, por exemplo, que alguém que atenda pelo prenome “Juliana” ou “Fernando”³² tenha, em algum momento de suas vidas, conhecido ou convivido com homônimos, de modo que, reunidos, tais indivíduos deixam de ser, de fato, reconhecidos como únicos apenas a partir do seu prenome, necessitando de algum outro caracterizador – a exemplo de apelidos ou sobrenomes. Nesta obra, ao nos centrarmos na inovação que atinge o quadro antroponímico, consideramos que o fator da unicidade aja, então, como um impulsionador para tal tendência, pois, apesar de possível, é consideravelmente mais improvável que um indivíduo registrado como “Cazildete” ou “Serivaldo”³³ conheça ou conviva com homônimos.

Nomes próprios: classificações e terminologias

Antes de entendermos os comportamentos referentes à utilização dos nomes próprios, será preciso conhecermos algumas terminologias próprias da área, porque diversos termos propostos são utilizados, às vezes, com a mesma significação³⁴. Inicialmente, é preciso deixar claro

31 Em referência a Rosa Virgínia Mattos e Silva, que foi professora da UFBA e faleceu em 2012.

32 De acordo com a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, os prenomes “Juliana” e “Fernando” ocupam, respectivamente, a 29ª e a 30ª colocação entre os prenomes mais frequentes do onomástico brasileiro.

33 Os prenomes “Cazildete” e “Serivaldo” foram, ambos, prenomes inovadores encontrados no *corpus* de Rodrigues (2016).

34 O *site* do The International Council of Onomastic Sciences (ICOS) propõe alguns termos – a exemplo de *anthroponym* (antropônimo), *hypocoristic* (hipocorístico), *patronym* (patronímico) e *toponym* (topônimo) – e suas definições em língua inglesa no intuito de afinar os diversos trabalhos que vêm sendo realizados no mundo todo. O *site* confirma ainda, em tradução livre, que “O problema que estimulou o atual projeto ICOS é que os termos internacionais não são todos usados exatamente da mesma maneira em todas as línguas ou por linguistas de todas as tradições”. Mais informações estão disponíveis no endereço: <https://icosweb.net/drupal/terminology>.

que, e utilizando as palavras de Amaral (2011, p. 63), “Os nomes próprios conformam uma classe bastante heterogênea de itens nominais e, por esse motivo, existem várias tentativas de classificá-los”.

Portanto, além dos já mencionados termos “antropônimo” ou “prenome” que, apesar das devidas diferenças, fazem referência a “nomes próprios de pessoas”, existem muitos outros, como os heterônimos, apelidos, pseudônimos, hipocorísticos, nome de guerra, nome social etc., que integram a classe dos alônimos, considerados todos aqueles antropônimos que não correspondem aos nomes oficiais assegurados por lei, mas que também integram os estudos em Onomástica. A seguir, trataremos apenas dos antropônimos ditos oficiais, ou seja, prenome e sobrenome que, juntos, compõem o ortônimo, ou seja, o nome civil completo registrado e obrigatório por lei, como nos diz o Código Civil de 2002, capítulo II (dos direitos da personalidade), artigo 16: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”.

Prenome

A fim de perscrutar um pouco a respeito da história dos itens onomásticos, lembramos do sistema trinominal romano, composto pelo *praenomen* (que designava a própria pessoa), *gentilicium* (que era indicativo da *gens* ou clã do indivíduo, reivindicando um antepassado comum) e *cognomen* (que apontava a origem hereditária, portanto, o grupo familiar menor e que era utilizado somente pelos homens) (CÂMARA JR., 1997)³⁵.

Na organização onomástica atual em língua portuguesa, os prenomes são aqueles elementos que estão situados na margem esquerda do ortônimo. Quanto à sua constituição, eles podem aparecer representados por um, dois, três e, em raros casos, até quatro elementos – com maior frequência para as ocorrências únicas ou duplas. Para o promotor de justiça André Ricardo Fonseca Carvalho (2008, p. 2):

[O nome civil] É um dos principais atributos da pessoa natural, ao lado da capacidade e do estado civil, consubstanciando seu traço indissociável da pessoa natural, o indivíduo recebe-o oficialmente com o registro de nascimento no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, não

35 Retomaremos esse assunto no Capítulo 6, ao abordar os aspectos da antroponímia «germânica».

podendo ser, em regra, alterado e não devendo ser jocoso ao seu portador, e o conserva até a morte.

O promotor também explica que o direito ao nome possui as características de intransmissibilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade. Ou seja, um nome não pode ser transmitido a outro (a não ser por direito próprio, como em casos de união matrimonial ou transmissão hereditária); não prescreve, não sendo possível usucapi-lo ou ocupá-lo; não pode ser renunciado em detrimento do uso de outrem; e não pode, por disposição legal ou por vontade de seu proprietário, ser transferido, alienado ou penhorado (CARVALHO, 2008).

Quanto à sua função, é preciso ter em mente que um nome não é apenas uma marca formal entre os indivíduos. Para a Psicologia, por exemplo, ele é parte do próprio Eu, uma ferramenta de organização e constituição da vida do sujeito e de sua personalidade. Como exemplo, segundo Martins (1984), numa determinada fase do estágio cognitivo infantil é o nome, e não o pronome pessoal de primeira pessoa do singular (eu), que primeiro se utiliza no ato da enunciação. Isso porque o “eu” se aplica a todos os indivíduos em autorreferência, enquanto o nome próprio possui relação mais direta consigo, sendo o referente principal. Em outras palavras:

Encontramos assim entre o corpo vivido e a utilização plena da linguagem o nome próprio como mediador. Ele se situa entre a cenestesia integrada do corpo, que dá suporte à auto-identificação, e a colocação em movimento da comunicação. Ele é o signo mais próximo do corpo próprio e, ao mesmo tempo, o mais socializado. Sendo o mais socializado, ele permite ao indivíduo não se perder na multidão de corpos. Ele é, portanto, o articulador do vivido com o mundo da linguagem. Daí o princípio de identidade entre corpo e o nome ter se tornado axiomático para toda e qualquer análise da constituição da pessoa humana. Ele é tão importante que sua contestação estaria no princípio da loucura (MARTINS, 1984, p. 46).

Dessa maneira, e ainda longe de abarcar todas as suas funções, o nome próprio serve para identificar, diferenciar, determinar, reconhecer, constituir, referenciar e singularizar seu portador em dado meio.

Mais especificamente quanto aos aspectos inovadores, em se tratando do quadro onomástico brasileiro, é possível verificar notória flexibilidade dos cartórios com relação ao registro dos prenomes, diferentemente do que ocorre em outros países, como Portugal, que se organiza por meio de listas³⁶ específicas que compõem a base de dados do registro civil. Tais listas permitem ou proíbem determinados nomes a partir de critérios como a preservação da onomástica nacional – inclusive, com a preocupação quanto à ortografia, de modo que esteja em conformidade com a grafia portuguesa³⁷.

Destarte, apesar de extremamente profícua no que se refere às suas possibilidades de estudo da perspectiva onomástica, a criatividade brasileira desperta polêmicas e preconceitos não só entre o senso comum, mas também entre estudiosos da área. Segundo Obata (1986, p. 8, grifo nosso), “Grande parte dos nomes *excêntricos* são provenientes de combinações de dois nomes, principalmente do pai e da mãe” e cita como exemplos os casos dos prenomes “Claudionor”, “Aguimar”, “Marielza” e do próprio Ziraldo, famoso cartunista e escritor, que recebeu tal nome em decorrência da união dos nomes de seus pais, Zizinha e Geraldo. No âmbito jurídico, entendemos que existe uma infinidade de situações e problemas ligados aos nomes. Esses problemas envolvem os direitos de personalidade³⁸, aqueles que capacitam e protegem a *persona* e, muitas vezes, impedem a alteração dos nomes, acarretando em diversos transtornos aos seus portadores. Desde uma simples falta de

36 A lista referente ao ano de 2017 pode ser consultada no *site* do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), por meio do *link*: http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/downloadFile/file/Lista_de_nomes_2017_11.pdf.

37 Exceções podem ser feitas a estrangeiros residentes em Portugal.

38 Há controvérsia quanto à natureza jurídica do direito ao nome. A corrente dominial – considerada a primeira a tratar do assunto –, por exemplo, julgava tal direito como um direito de propriedade, mas sofreu críticas daqueles que acreditam que o nome é imprescritível, inalienável e não possui valor econômico (características de propriedade). Após diversas outras teorias – como a teoria das famílias e do direito de *status*, a teoria negativista ou regressiva e a teoria do estado –, surge a do direito individual ou da personalidade, que vê o nome como um atributo da personalidade, sendo protegido por esta. Essa corrente está inserida no ordenamento jurídico brasileiro e é assegurada pela Constituição Federal de 1998 (CARVALHO, 2008).

apreço ou identificação até a posse de nomes vexatórios, antropônimos podem submeter os indivíduos a situações constrangedoras durante toda a vida, pois “A significação destes nomes ao atingirem o núcleo daquilo que constituirá o sujeito social está longe de ser algo sem importância” (MARTINS, 1984, p. 40).

Segundo a Lei nº 6.015, conhecida como a Lei de Registros Públicos, no art. 56, parágrafo único, “Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente”. Portanto, o cenário se complica ainda mais quando o poder do veto se restringe aos funcionários dos cartórios que precisam julgar, segundo suas próprias concepções, quais seriam os limites do bom senso, com um final nem sempre feliz para os nomeados, consagrados com os famosos (e às vezes até fantasiosos) casos de nomes esdrúxulos no Brasil.

Em muitos outros momentos é possível perceber menção aos nomes nas leis brasileiras, a exemplo das alterações, exclusões ou acréscimos ligados a erros gráficos, casos humilhantes, em serviços de proteção à testemunha e no âmbito matrimonial ou, ainda, quanto à proteção do nome, como ocorre com a Lei do Direito Autoral (Lei nº 9.610), reforçando que os nomes de pessoas estão longe de serem itens de pouca importância ou de estarem restritos à mera análise linguística.

Assim, intentamos, com a realização desta pesquisa, entender como e por que se criam antropônimos inovadores, mas também desmistificar preconceitos linguísticos associados aos nomes não convencionais, muitas vezes acusados de serem, como dito, “excêntricos”, ou ainda, “feios”, “de pobre”, “estranhos”, “exóticos” etc. Na verdade, salvo em casos realmente vexatórios – pois, quando comprovados, a própria lei permite alteração –, muito mais nos interessa o entendimento desse fenômeno do âmbito linguístico, que carrega em si aspectos cognitivos, sociais e históricos de um povo.

Deixando, por ora, os aspectos ligados à inovação antroponímica e suas possíveis implicações para serem mais bem explanados no decorrer deste trabalho, passaremos, a seguir, ao entendimento do sobrenome

enquanto item onomástico também recorrente e importante no que se refere à organização dos indivíduos em sociedade.

Sobrenome

A princípio, antes mesmo do que veio a se constituir como o atual sistema onomástico português, apenas o prenome era suficiente para identificar o indivíduo em sociedade. Contudo, devido ao aumento exponencial da população e à necessidade de organização dos indivíduos, a fim de evitar os casos de homonímia, esse cenário foi se modificando e formas mais complexas de denominação foram requeridas. Nesse sentido, o sobrenome existe desde a Antiguidade com a função de “[...] relacionar, em narrações e documentos, um determinado indivíduo a seu pai” (CARVALHINHOS, 2007, p. 8). Foi assim que, conforme Santos (2003, p. 230):

Ao longo da Idade Média, a evolução do antropónimo de um só nome para uma forma constituída por dois elementos foi, talvez, o marco mais significativo do processo de formação do sistema antroponímico. Se até ao século X, meados do século XI, a maioria dos indivíduos era, apenas, designada por um nome, o nome próprio, no século XII, é geral o triunfo da forma antroponímica composta por um nome de baptismo e um patronímico [...].

O termo “patronímico”, do grego *πατρωνυμικό*, que significa “tirado do nome do pai”, está presente em diversas línguas e foi, então, um elemento determinante na identificação dos indivíduos, sendo usado após³⁹ o(s) prenome(s). Sua forma em genitivo denotava vínculo familiar – sendo, mais tarde, entre as famílias consideradas mais nobres, um símbolo também de poder, visto que

[...] só deste modo o indivíduo se apresentava perante a sociedade, munido de uma identificação completa: para lá do nome próprio, seu património inalienável, aquele outro que não lhe pertencia de forma gratuita e absoluta e que até mesmo podia alienar, mas que o protegia, enquadrando-o numa comunidade específica em que o pai era o primeiro

³⁹ Reiterando que tal afirmação vale para o onomástico português. Em alguns países, os sobrenomes aparecem antes dos prenomes. Em outros, não existem os sobrenomes propriamente ditos, apenas os patronímicos etc.

e máximo referente. Dava-lhe, por assim dizer, a credibilidade a que, na Idade Média, alguém desenraizado não podia aspirar (GONÇALVES, 1999, p. 349).

Por apresentar essa carga semântica transparente na expressão da genealogia é que, originalmente, o patronímico não era o mesmo que um sobrenome. Hoje em dia, contudo, com o decorrer das sincronias, o patronímico funciona como um sobrenome qualquer, sem a indicação genealógica, possuindo um significado opaco. Quanto à sua estrutura:

A filiação exprimia-se: 1) ou por um genitivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (e *-ae*), *-is*, *-onis* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*); (2) ou por um genitivo com sufixo próprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornado depois, *-ez*, *-es*, etc.), ainda que nem todos com igual frequência. Aos nomes formados d'este modo, e agregados aos nomes de batismo, como significativos de estirpe paterna, costumam os gramáticos chamar patronímicos. Chamam especialmente assim aos que têm sufixos próprios (LEITE DE VASCONCELLOS, 1928, p. 101, grifos do autor).

Alguns exemplos de patronímicos no léxico onomástico português são “Domingues” (isto é, “filho ou filha de Domingos”), “Rodrigues” (“filho ou filha de Rodrigo”), “Fernandes” (“filho ou filha de Fernando”), “Álvares” (“filho ou filha de Álvaro”), para citar alguns. Essa nova organização (prenome + patronímico), apesar de profícua no começo, cedo se mostrou insuficiente também por conta das homonímias, diante dos muitos “Joões” que poderiam ser filhos de “Fernandos” ou “Franciscos” filhos de “Rodrigos”, por exemplo. Assim:

Face a estas dificuldades, ao sistema antroponímico de base, formado por um nome próprio e um patronímico, foram sendo, sucessivamente, associados outros elementos de diferenciação dos indivíduos, como a indicação das profissões ou cargos que desempenhavam, dos seus locais de morada ou de proveniência e todo o tipo de alcunhas. Esta forma de denominação, em que nenhum dos elementos do antropónimo era perpetuado de geração em geração, vigorou entre nós, até finais do século XV. O patronímico foi, então, perdendo a sua primitiva função e transformando-se, em ritmo cada vez mais acelerado, em apelido de família (SANTOS, 2003, p. 230-231).

Assim, “[...] a partir do século XVI se começou lentamente a adotar o sistema de um nome próprio e um nome de família fixo que foi se mantendo ao longo das gerações” (SACERDOTE, 2012, p. 33). Com a patente necessidade de escolha de novos itens para figurar no que, enfim, reconhecemos hodiernamente como os sobrenomes⁴⁰, essa terceira designação perpassou campos semânticos que costumavam partir de apelidos ou topônimos (locais de nascimento ou de residência), mas que depois circundaram também as profissões (e seus objetos de trabalho), aspectos da vegetação (como nomes de árvores, acidentes geográficos etc.), animais, qualidades morais, entre outros. Tal processo justifica os exemplos correntes de “Ferreira”, “Machado”, “do Vale”, “Penteado”, “Oliveira” e “Coelho”, sendo, portanto, tarefa mais simples a de determinar a origem dos sobrenomes em detrimento dos prenomes, que podem envolver recursos mais criativos. Então:

Alcunhas, nomes de cargos ou profissões e indicativos de origem ou morada foram denominações começadas a atribuir, no verdadeiro sentido da palavra, mas que, pouco a pouco, foram perdendo o seu conteúdo e passaram a ser transmitidas de geração em geração. No século XV [em Portugal], já muitos destes designativos eram hereditários, outros mantinham o seu significado mais primitivo (SANTOS, 2003, p. 239-240).

Logo, os “sobrenomes” ou “nomes de família”, além de “[...] bens linguísticos de valor cultural e social” (RODRIGUES, 2018a, p. 199), são itens do onomástico pessoal que se referem aos elementos que, após os prenomes, indicam familiaridade, pertencimento a um dado núcleo. Esses itens são dificilmente criados – salvo em contextos específicos, como os de recuperação de uma dada cultura –, visto que são passados de geração em geração, portanto, não apresentam alta criatividade inovadora, como já dito. Inseridos no meio social, “Os sobrenomes classificam as pessoas em termos de pertencimento a redes de parentesco específicas, que são por sua vez socialmente localizadas. Assim, eles frequentemente indicam posições de classe, identidades religiosas, étnica ou identidade nacional” (REZENDE, 2015, p. 592).

⁴⁰ A título de interesse, em Portugal, os sobrenomes são conhecidos como “apelidos”, inclusive com aplicação legal, termo que no Brasil apresenta outro significado.

Evidenciamos, portanto, que a Onomástica é uma área que desperta o interesse não apenas por indicar fatos linguísticos, como a própria renovação lexical por meio da inovação antroponímica, mas também extralinguísticos, uma vez que considera aspectos socioculturais, revelando lautas características de um dado povo, como afirma Mota (2013, p. 29):

[...] o uso linguístico faz parte do comportamento dos indivíduos, por esse motivo, não acontece isoladamente, e, estando esse uso relacionado à cultura e à história das comunidades linguísticas, o estudo de como as pessoas são chamadas e ‘tratadas’ pode desvendar importantes aspectos históricos e culturais de um povo.

Desse modo, longe de esgotar o assunto, mas tendo tais considerações bem definidas, partiremos ao conhecimento da ciência etimológica, considerada um dos pilares para o desenvolvimento deste trabalho em diversos momentos. Ressaltamos que, figurando como parte das ciências da linguagem, a Onomástica apresenta um caráter inter-, ou até mesmo transdisciplinar, intimamente ligada a outros ramos, como a História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Direito, Estudos Culturais, Arqueologia, Arquivística, Paleografia, Etnografia, Etnologia, Antropologia, Biologia, Sociologia, Política etc. – como já citamos e continuaremos a citar no decorrer deste trabalho –, justificando a necessidade de uma atitude epistemológica claramente aberta por parte dos seus estudiosos.

Em se tratando de outras áreas atreladas à Onomástica, e com mesma importância neste trabalho, está a Etimologia, que seria “[...] o percurso entre o étimo ou a origem e a palavra investigada” (VIARO, 2014, p. 106), com o étimo sendo “[...] *a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer*” (VIARO, 2014, p. 99, grifo do autor). É, ainda, pela intrínseca relação da Onomástica com os outros campos do saber que a consideração etimológica não aparece, neste trabalho, como um mero repositório da língua ou uma lista de nomes do modo que, há muito, se fazia. Para tanto, começaremos a desvendar alguns dos caminhos perpassados na discussão do que, bem depois, viria a ser a Etimologia nos termos que conhecemos atualmente, nos valendo, principalmente, das considerações desenvolvidas por Viaro (2004; 2013; 2014).

Caminhos etimológicos

Nas palavras de Viaro (2013, p. 28), “A consciência etimológica do ser humano é testemunhada, pelo menos, há vinte e cinco séculos”. Costumeiramente credita-se a Platão, na sua obra *Crátilo*, o papel de ter sido um dos primeiros a escrever sobre a origem dos nomes, de modo geral, e sobre a atribuição destes. Para ele, certas características dos nomes teriam uma conexão natural com a essência das letras e sílabas (se exprimindo leveza ou força, movimento ou estagnação etc.), muitas vezes buscando o étimo (apesar de ele não se utilizar das palavras “étimo/ἔτυμον” ou “etimologia/ἐτυμολογία”) sobretudo no próprio grego, por acreditar que as formas mais antigas seriam as mais próximas. Ainda no *Crátilo*, acredita-se que nem todo mundo poderia ser um “artesão de nomes”, ou um νομοθέτης. Tal ideia é no mínimo curiosa quando, mais de 2.000 anos depois, nos preocupamos em entender e estudar o comportamento de antropônimos inovadores, criados em diversos lugares e por diversos motivos, também por artesãos diversos. Quanto à corrente aristotélica, também chamada de “convencionalista”, mencionamos sua crença numa relação semântica entre a palavra e o objeto ao qual ela se refere como uma espécie de “contrato”, ou seja, uma convenção. Ambos os pensadores, como se vê, estavam ligados a um argumento de cunho mais filosófico.

Mil e duzentos anos após, na Espanha, durante o período dos visigodos, aparece a figura de Isidoro de Sevilha (século VII d.C.), autor de *Etymologiae*, considerada a primeira enciclopédia da cultura ocidental, contendo uma imensidão de étimos, muitas vezes confundidos com o significado. A ele se seguiram outros autores e obras, apresentados por Viaro (2013), a saber:

- a) Nebrija, no fim do século XV, com sua *Grammatica castellana*, na qual dedica, como outros autores ainda mais antigos, um capítulo ao que chamou de “etymologia” que, hoje, se referiria ao que entendemos como Morfologia. Nebrija, contudo, teria observado pela primeira vez a regularidade daquilo que mais tarde conheceríamos como “leis fonéticas” naquilo que tratou por “corrupção” do latim ao castelhano;

- b) Duarte Nunes de Leão, com sua *Ortografia da língua portuguesa*, de 1576, quando “[...] aplica e amplia o método de Nebrija, transcendendo seus objetivos, pois já utiliza um método comparativo” (VIARO, 2013, p. 33);
- c) Leibniz e sua obra *Nouveaux essais sur l’entendement humain*, escrita entre 1701 e 1704, mas publicada postumamente em 1765, para quem, seguindo, de certa forma, os preceitos vistos no *Crátilo*, de Platão, existiriam significados primários nas palavras, que estão ocultos em suas etimologias;
- d) Gébelin e sua obra *Monde Primitif*, cujos nove volumes foram publicados até 1782, com uma “[...] síntese da Etimologia dedutiva (Platão, Isidoro de Sevilha, Leibniz) com a indutiva (Nebrija, Nunes de Leão), feita num contexto de maduro conhecimento das línguas do mundo, mesclada a uma visão pré-romântica da procura de uma sociedade primitiva” (VIARO, 2013, p. 37-38);
- e) O húngaro Gyarmathi (1751-1830) que, por meio de abundantes exemplos e do recurso comparativo, confirmou a hipótese de alguns autores anteriores a ele (como o próprio Leibniz) de que havia parentesco entre o húngaro e outras línguas (que mais tarde formarão a família fino-ugriana).

A chegada do século XIX trará, “[...] nas suas três primeiras décadas, um tremendo progresso na quantidade de dados e na qualidade da pesquisa linguística e, por conseguinte, do método etimológico. [...] O mérito normalmente divide-se entre o dinamarquês Rasmus Christian Rask (1787-1832) e o alemão Franz Bopp” (VIARO, 2014, p. 64). Para Rask, é a língua o principal meio para se conhecer a história das nações e são nas línguas germânicas que ele mais se deteve nos primeiros estudos, realizando uma extensa coleta e comparação dos dados. Com os métodos de Platão e de Isidoro de Sevilha já desacreditados, era patente a necessidade de provar relações etimológicas por meio de regularidades e correspondências. Ainda, ao se propor a detectar as etimologias forçadas ou falsas, inaugura o princípio moderno da ciência etimológica (que é normalmente atribuída aos neogramáticos do final do século XIX). Por não tratar do sânscrito, a obra de Rask foi caindo no esquecimento e foi a Franz Bopp, em obra de 1816, que se atribuiu o título de fundador da Gramática Histórico-Comparativa, com o início

da Linguística científica – completamente consagrado após a publicação de *Vergleichende Grammatik* (1833-1835) (VIARO, 2014).

Com Grimm e sua *Deutsche Grammatik* (1819-1834), ocorreu a valorização dos dialetos e o rompimento com a Filologia Clássica, pretendendo valorizar a fala. Após, foi August Schleicher, influenciado por Hegel e contemporâneo de Darwin, o que mais radicalmente considera a metáfora naturalista (no sentido de que a Linguística deveria ser também estudada pelas Ciências Naturais e de que as línguas se comportam como seres vivos), já esboçando as línguas em árvores genealógicas. Algumas de suas contribuições se referem ao uso de asteriscos para marcar formas hipotéticas e à grande ênfase dada à regularidade das leis fonéticas, em seu *Compendium* (1861-1862). Já Friedrich Christian Diez, em sua gramática comparada (1836-1844) e em seu dicionário etimológico (1854), instituiu alguns dos pilares das discussões em Filologia e Linguística, não só Românica, ao atribuir importância especial aos aspectos históricos e culturais, mais até que aos linguísticos.

O questionamento do método dedutivo em detrimento de um estudo linguístico pautado pelo empirismo teve em Schuchardt (1842-1927) um de seus maiores defensores. Para ele, as leis da linguagem não são absolutas, mas sim condicionadas por fatores sociais, concluindo que cada palavra tem sua história. Indo de encontro ao que se acreditava na época, Schuchardt apresentou visões polêmicas como a não consideração da língua como um sistema, tendo a Etimologia no cerne dos seus estudos. Desse modo, “Entre o final do século XIX e o início do século XX, avanços do método etimológico ganharam terreno não só com a relativização do programa neogramático, iniciada por Schuchardt, mas também com a força teórica nos estudos da dialetologia” (VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES FILHO, 2014, p. 62).

Adiante, assim como Diez, foi o neogramático suíço Meyer-Lübke um grande estudioso da Filologia Românica, com a diferença de que este considerava não só as línguas literárias, mas também os demais dialetos românicos falados. Uma de suas grandes obras foi o importante dicionário etimológico alemão, intitulado *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* (1911-1920). Ainda em 1909 funda, juntamente com Meringer, a revista *Wörter und Sachen*, na qual estudos etimológicos se mesclavam à história das palavras. Todos esses componentes apresentados levam o início

do século XX a um quadro extremamente complexo, com o enfoque linguístico transitando entre os mais diversos ângulos (VIARO, 2014). Meyer-Lübke também foi, segundo Piel (1933), um importante pesquisador dos elementos germânicos na onomástica portuguesa, sendo o seu principal mérito a consideração do “[...] valor dêstes nomes tanto para a história do português como para a história da língua dos povos invasores” (PIEL, 1933, p. 114).

Destacamos também, nesta pequena historiografia do desenvolvimento da ciência etimológica, o *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana* (1954), de autoria de Joan Corominas, chamado por Catalán (1974) de “trabalho hercúleo”, em razão dos esforços empreendidos unicamente por Corominas num campo ainda pouco estudado. Catalán (1974) menciona também os trabalhos de Joseph Maria Piel, García de Diego, Oliver Asín, José Pedro Machado, dentre outros.

Após essa breve explanação de alguns autores e suas ideias quanto ao papel da Etimologia em seus estudos, passaremos ao entendimento da relação que esta estabelece com a Onomástica, em específico, com a Antroponímia, como se fez neste trabalho. Contudo, é preciso salientar que, com a explosão das duas grandes guerras mundiais, muitas ciências que vinham apresentando um *crescendum* foram relegadas, a exemplo justamente da Etimologia e da Toponímia, descontinuando e interrompendo a complexidade do que se vinha estudando. Só ao fim do século XX, especialmente com a Sociolinguística e o Funcionalismo, houve uma retomada dos estudos diacrônicos, ainda que muito do que se apresentou como novo fosse mais uma releitura de alguns conceitos que já vinham se delineando antes dessa interrupção.

A pesquisa etimológica aplicada à antroponímia

Sobrelevamos que realizar um estudo etimológico a respeito dos nomes de pessoas é uma tarefa particularmente mais laboriosa, especialmente em razão da “rápida” atualização dos dados⁴¹ e da veracidade das informações, visto que mesmo os mais consagrados dicionários cometem equívocos e são passíveis de revisão. Nesse sentido, para o

⁴¹ Principalmente quando consideramos a inventividade referente aos prenomes brasileiros de uma perspectiva sincrônica.

etimólogo mais vale o percurso da pesquisa do que o sucesso do resultado propriamente dito, uma vez que este nem sempre pode ser o previsto ou até mesmo o encontrado, principalmente quando nos referimos a étimos oriundos das línguas germânicas que, além de diversas, dispõem de pouca documentação antiga, quase sempre sendo preciso recorrer aos elementos históricos.

Ademais, a escolha de um nome parece receber uma carga de fascínio e responsabilidade ainda maior quando a etimologia é colocada em consideração, como nos diz Malkiel (1996, p. 9, tradução nossa⁴²):

Em certas épocas remotas, o significado literal de um determinado nome próprio e as mensagens escritas nele (em especial, mas não exclusivamente, em relação com os nomes próprios de pessoas) significam para o membro comum da comunidade linguística em questão incomparavelmente mais que a proveniência de qualquer nome comum. Depois de tudo, os pais desfrutam em muito do privilégio, emoldurado na estrutura da tradição, de eleger para seus filhos recém-nascidos nomes dotados não poucas vezes de mensagens ou associações especiais.

Logo, embora a nítida relação entre os nomes próprios e seus significados primitivos tenha se escondido ao longo da história – exceto, como dito, quando nos referimos a itens atuais do léxico comum que passam ao léxico onomástico e, portanto, apresentam associação mais óbvia entre forma e significado –, o processo que lhes permitiu serem engendrados parece ter sido preservado em nosso quadro onomástico, possibilitando a apreensão etimológica dos sentidos primitivos de seus formativos, ainda que não necessariamente no momento da nomeação.

Nos termos deste trabalho, voltado para o estudo dos prenomes inovadores, entendemos que “[...] uma boa etimologia está sempre sendo construída e não é algo pronto” (VIARO, 2004, p. 337). Assim, ainda segundo Viaro (2014, p. 97-98), cumpre esclarecer que:

42 No original: “En ciertas épocas remotas, el significado literal de un determinado nombre propio y los mensajes cifrados en él (en especial, pero no exclusivamente, en relación con los nombres propios de personas) significan para el miembro medio de la comunidad lingüística en cuestión incomparablemente más que la procedencia de cualquier nombre común. Después de todo, los padres disfrutaban en muchas partes del privilegio, enmarcado en la estructura de la tradición, de elegir para sus hijos recién nacidos nombres dotados no pocas veces de mensajes o asociaciones especiales”.

Para se chegar a um bom étimo, não basta, como pensam muitos, ter imaginação e conhecimento de sua língua materna ou de apenas algumas línguas. [...] A pesquisa etimológica, como uma edição crítica, deve passar por muitas etapas rigorosas e, mesmo assim, as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão. A situação, perante uma profusão de étimos (quando bons e dignos de avaliação) é apresentá-los sem uma solução definitiva, da mesma forma que muitas ciências o fazem seriamente com hipóteses não excludentes.

Dessa maneira, quanto à investigação etimológica, entendemos que, por se tratar de outros tempos e aspectos linguísticos, a consideração puramente sincrônica não se faz profícua. Muitas vezes a documentação é insuficiente e remonta a línguas ágrafas, de modo a dificultar ainda mais a realização de um trabalho com rigor etimológico. Nesse sentido é que:

Supondo que a etimologia ensina coisas que não são verdadeiras em relação aos valores atuais, deve propor reconstruir situações próprias a outros tempos, com características fonéticas e morfológicas diferentes dos valores atuais, com valores semânticos próprios desses outros tempos. Somente dessa maneira a palavra se torna uma fonte de história; somente assim a etimologia se torna uma coisa importante (DEVOTO, 1968, p. 5, tradução nossa⁴³).

Ainda, quanto à análise dos formativos, reiteramos a importância do estudo diacrônico, visto que “[...] a análise de uma terminação que adquire o *status* de sufixo é bastante subjetiva do ponto de vista puramente sincrônico” (VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES FILHO, 2014, p. 59), pois:

[...] uma linguística preocupada com a explicação dos fatos da língua não pode ater-se apenas à sincronia atual e teria de falsear dados se o fizesse, uma vez que todos sabemos que a essência das línguas é mutável diacronicamente, como se flagra no intervalo de uma vida.

43 No original: “Ammesso che l’etimologia insegna cose non vere rispetto ai valori attuali, essa deve proporsi di ricostruire situazioni proprie di altri tempi, con caratteri formali fonetici e morfologici diversi dai valori attuali, con valori semantici propri di questi altri tempi. Solo così la parola diventa fonte di storia; solo così l’etimologia diventa cosa importante”.

O eixo sincronia-diacronia, portanto, é falacioso por ser assimétrico: uma ‘sincronia’ nada mais é que um recorte, feito com fins práticos e metodológicos. Já uma ‘diacronia’ flagra algo essencial da língua e não tem nada a ver com um recorte. [...] Resumindo, para entender como uma língua *funciona* é preciso mesclar dados históricos com os elementos presentes da comunicação atual entre os falantes (VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES FILHO, 2014, p. 60, grifo dos autores).

Após a exposição de tais informações atinentes à Onomástica, à Etimologia e à relevância de ambas, passaremos ao entendimento de outro viés importante no que tange à hipótese formulada por este trabalho no que diz respeito à Linguística Cognitiva, nossa base teórica, à Morfologia Construcional e ao modo como os indivíduos depreendem modelos a partir de prenomes tradicionais para, então, criar novos prenomes, por meio de generalizações.

Para uma integração entre a onomástica e a linguística cognitiva: aspectos morfolexicais

Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana (LAKOFF, 2002, p. 45-46).

PENSADA nos fins dos anos 1970 e estabelecida na década de 1980, a Linguística Cognitiva se refere a uma “[...] abordagem teórica [que] entende a linguagem como meio de conhecimento conectado à experiência e à interação humana com e no mundo” (SANTOS, 2018, p. 49), tendo como alguns de seus primeiros grandes nomes os linguistas norte-americanos Ronald Langacker, George Lakoff e Leonard Talmy. Uma de suas premissas é, portanto, a relação entre linguagem e cognição, havendo uma inseparabilidade entre o meio social e o indivíduo – dotado de uma visão de mundo particular –, que se constroem em si mesmos, a cada momento. Nesse sentido, as análises são pautadas nos usos concretos da língua, tendo em vista que o uso estrutura a linguagem que, por sua vez, se fundamenta “[...] em processos cognitivos, sócio-interacionais e culturais e deve ser estudada no seu uso (orientação baseada no uso) e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interação e da experiência individual, social e cultural” (SILVA, 2008, p. 190).

Ademais, a Linguística Cognitiva concorda, em parte, com o viés cognitivo da corrente gerativa, diferenciando-se desta por considerar não haver separação entre os componentes da gramática, afastando-se da ideia de modularidade impressa pelo Gerativismo e reconhecendo a linguagem de maneira integrada à cognição de modo geral, como se entende na Gramática de Construções de Goldberg (1995) e na Gramática

Cognitiva de Langacker (2008). Nesse sentido, Ferrari (2014, p. 13-14) afirma que:

[...] a teoria gerativa postula que o módulo cognitivo da linguagem é independente de outros módulos cognitivos (como o raciocínio matemático, a percepção etc.); além disso, no domínio da linguagem, reivindica-se a primazia do módulo sintático, que apresenta princípios próprios e independentes daqueles atuantes nos módulos fonológico e semântico, por exemplo. A Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual.

Dentre os eixos organizadores deste estudo, sublinhamos, no âmbito linguístico, o papel fundamental da Morfologia. Porém, como afirma Soledade (2018b, p. 226), “Qualquer estudo de morfologia, em nossa perspectiva [cognitivist], deve partir de uma concepção de léxico e do papel da morfologia enquanto uma sua parte integrante”. Nesse sentido, a noção de léxico assumida neste trabalho também está, conseqüentemente, embasada nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva. Desse modo, o léxico de toda e qualquer língua deve ser interpretado como um componente indispensável da gramática, e não apenas como um rol de itens convencionalizados, fixos e armazenados na mente do falante, o que possibilita, além da inovação criativa, uma organização hierarquizada. Contudo, essa tarefa “[...] pode não ser tão simples quanto parece, uma vez que as concepções de léxico são variadas e mudam/mudaram de acordo com a perspectiva teórica que o enfoca, como é natural nas ciências de um modo geral” (SOLEDADE, 2018b, p. 226).

Assim, ao propor uma nova forma de entender a realidade, a Linguística Cognitiva também acaba por requerer uma nova concepção de Léxico, superando a ideia tradicional deste como um mero vocabulário, passando a um olhar ampliado, o que considera a renovação lexical. Outra ponderação está no entendimento do Léxico de uma perspectiva particular, que muda de acordo com as experiências próprias a cada indivíduo. Como exemplo, pensemos no vocabulário de um médico.

Esse profissional certamente terá tido acesso a termos como “gastrectomia”, “broncoscopia”, “hemeralopia” e “anodinia”, que não fazem parte do vocabulário cotidiano da maioria das outras pessoas que não têm contato com a Medicina.

Outro exemplo, ainda em se tratando de Linguística Cognitiva, é a conceptualização por meio do uso de metáforas, aplicada ao viés onomástico, demonstrando, a partir de situações correntes no cotidiano dos brasileiros, a relação entre linguagem e cognição. Segundo Lakoff e Johnson (2002), no livro *Metáforas da vida cotidiana* (ou *Metaphors we live by*, no original de 1980), o sistema conceptual dos indivíduos é fundamentalmente metafórico em sua natureza. Essas metáforas são estruturadas a partir de dois domínios: um fonte e um alvo. Em termos comparativos, o uso e a compreensão das metáforas depende do contexto cultural e das experiências que envolvem os sujeitos, de modo que passem a fazer sentido, sendo interessante notar a ocorrência de metáforas relacionadas aos nomes próprios e à adjetivação imbuída nestes. Assim, citamos alguns casos famosos, como Hércules (herói do mito grego, era um semideus famoso por sua forma física e bravura tendo seu nome, portanto, relacionado à força), Amélia (eternizada na música brasileira em um samba⁴⁴ que faz referência à submissão feminina perante seu companheiro, indicando o estereótipo da mulher subserviente e resignada), Don Juan (que, segundo a lenda, era um sedutor inveterado, portanto, indica alguém mulherengo) etc. Nessa lógica, o falante que, por ventura, não tenha acesso ao conhecimento do significado por trás de cada metáfora, representada por um antropônimo, não conseguirá ter sucesso em sua comunicação. Essa consideração do contexto situacional e das experiências que envolvem os indivíduos frente às metáforas também se observa quanto à criação de novos prenomes e, mais especificamente, quanto ao motivo para essa criação. Resumindo:

Intuímos que esse caráter individual e particular de cada organização léxica mental tenha um reflexo importante nas dificuldades que os linguistas têm tido de definir

⁴⁴ Trecho referente ao refrão: “Amélia não tinha a menor vaidade, Amélia que era a mulher de verdade” – canção *Ai! que saudade de Amélia* (1942), de Mário Lago (1911-2002) e Ataulfo Alves (1909-1969).

certos fenômenos linguísticos, por exemplo, a homonímia e a polissemia. Assim, a imagem mental que nos ocorre quando pensamos acerca da organização mental do léxico na mente dos falantes corresponde às raízes das árvores que convivem em um mesmo bosque; as árvores estão compartilhando o mesmo terreno, são alimentadas – mais ou menos – pelos mesmos tipos de nutrientes e sofrem com as mesmas alterações climáticas, contudo suas raízes se estendem e se ramificam em sentidos diversos, podendo estabelecer percursos e entrelaçamentos bem distintos umas das outras (SOLEDADE, 2018b, p. 235).

Porém, essa é só uma das muitas facetas que precisaríamos abordar para, de fato, chegarmos a uma concepção bem estruturada de Léxico da perspectiva da Linguística Cognitiva. Não sendo esse um dos objetivos deste estudo, seguiremos com a abordagem do nosso segundo eixo: a Morfologia. Assim, a princípio, recorreremos a Sandmann (1992, p. 11), que explica:

O estudo da morfologia é então o estudo da palavra, não das funções que ela pode desempenhar dentro da frase, que seria objeto da sintaxe, nem de sua composição fônica ou silábica, o que seria tarefa da fonologia, mas de sua composição ou estrutura: se palavra variável ou invariável, isto é, se, em função de sua semântica ou papel na frase, ela pode ser ou não acrescida de unidades constitutivas, em geral significativas, chamadas flexões [...].

Sobrelevamos que a atenção dispensada à palavra no âmbito morfológico também se deve à sua possibilidade de segmentação em unidades mínimas, recorrentes e dotadas ou não de significado, tradicionalmente chamadas de “morfemas”. Para Gonçalves (2016b), citando Booij (2010), contudo, morfemas não consistem num pareamento de forma e significado independente, enquanto os formativos integram “[...] esquemas morfológicos e sua contribuição significativa é acessível apenas por meio do significado da construção morfológica como um todo” (GONÇALVES, 2016b, p. 22).

Alertamos para a nomenclatura utilizada, pois, a fim de que não nos comprometamos com um paradigma teórico já defasado, divergente do que foi adotado para este trabalho, somado ao fato de que o estudo

onomástico apresenta, naturalmente, diferenças em relação ao estudo do léxico comum – a exemplo da própria noção de opacidade semântica associada aos formativos –, optamos pela utilização do termo “formativo” em detrimento do termo “morfema”, assim como vem sendo empregado por estudiosos da área, como Soledade e Lopes (2015), Gonçalves (2012, 2016a, 2016b, 2016c), Rodrigues (2016, 2019, 2020a, 2020b, 2020c), Rodrigues e Viaro (2021), Simões Neto e Soledade (2018) e Soledade (2018a, 2018b).

Chegamos então ao modelo da Morfologia Construcional⁴⁵, que será o responsável por orientar e fornecer o estabelecimento dos nossos esquemas construcionais. Seguimos esse viés, conforme idealizado e desenvolvido por Booij (2005, 2007, 2010) e inscrito no paradigma da Linguística Cognitiva, utilizando o mesmo método de autores como Gonçalves e Almeida (2014) e Gonçalves (2016b), além do aporte da Gramática de Construções de Goldberg (1995).

A Morfologia Construcional atua, então, como “[...] um novo modelo teórico para o tratamento de palavras complexas que os falantes abstraem dos esquemas apreendidos com o uso da linguagem” (GONÇALVES, 2016b, p. 9-10). Ao considerar o uso, o processo de formação de novas palavras – e a apreensão dos esquemas envolvidos – passa pela abstração do falante de um modelo em vigor na língua, por meio do mecanismo cognitivo da analogia, que envolve novas construções que se referem a itens lexicais já existentes. Para Bybee (2016, p. 27), a analogia

[...] é o processo pelo qual enunciados novos são criados com base em enunciados de experiências prévias. A analogia também requer categorização; as partes de ocorrências anteriormente produzidas podem ser segmentadas em unidades que são alinhadas e categorizadas antes que novos enunciados possam ser formados com elas.

Desse modo, aplicando à Onomástica, entendemos o processamento analógico como “[...] um recurso da cognição humana para a

45 Quanto à expressão “Morfologia Construcional”, Gonçalves (2016b) explica que ela já existia desde 1987, mas com outro sentido. À época, Danielle Corbin propôs um modelo de análise morfológica que chamou de “construcional”, mas diferentemente da abordagem de Booij (2005), sua reflexão estava inserida no modelo gerativista.

depreensão e, por conseguinte, criação de novos prenomes a partir de prenomes tradicionais, entendidos como os modelos. Contudo, para alcançarem essa condição de modelo, esses prenomes precisam apresentar frequência na língua” (RODRIGUES, 2020b, p. 112).

Resumindo, para pensar nas recentes criações antroponímicas, consideramos que estas provêm de esquemas construcionais, o que implica no conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de itens lexicais complexos que instanciam esses padrões, representando generalizações sobre esses conjuntos por parte dos indivíduos responsáveis pelas novas construções (RODRIGUES, 2016).

Assim, quanto ao conceito de esquema, repetimos as palavras de Gonçalves (2016b, p. 17), para quem “Esquemas são padrões gerais de pareamento forma-conteúdo que captam características comuns entre várias instanciações específicas e podem ser usados produtivamente” e que “[...] possuem duas funções: eles expressam propriedades previsíveis de palavras complexas existentes e indicam como novas podem ser cunhadas” (BOOIJ, 2010, p. 2, tradução nossa⁴⁶). Na Gramática Cognitiva de Langacker (2008, p. 219, tradução nossa⁴⁷), “[...] as regras assumem a forma de esquemas. Padrões e regularidades de qualquer tipo, em qualquer nível de especificidade, residem em unidades esquemáticas abstraídas de expressões ocorrentes”.

Dessa maneira, a hipótese defendida neste trabalho é a de que o falante de língua portuguesa, no que tange ao quadro onomástico brasileiro, reconhece inicialmente os prenomes isolados, por exemplo, com o formativo *gil-*, como em “Gilberto” – prenome tradicional do léxico antroponímico português de étimo de origem «germânica» – e, após exposição considerável a um conjunto de nomes com estruturação similar, esse mesmo falante consegue depreender analogicamente o esquema de outros, engendrando novos prenomes, a exemplo de “Gilsimar”, “Gilsie”, “Gilza” etc. Ainda, a própria utilização de esquemas, que apresentam o pareamento entre forma e conteúdo, reforça a atribuição de significado aos prenomes, como já debatido no Capítulo 3.

46 No original: “[...] have two functions: they express predictable properties of existing complex words and indicate how new ones can be coined”.

47 No original: “[...] rules take the form of schemas. Patterns and regularities of any sort, at any level of specificity, reside in schematic units abstracted from occurring expressions”.

Outrossim, no caso específico deste estudo, sugerimos que antropônimos «germânicos» têm sido usados como modelos para abstração de esquemas construcionais de antropônimos brasileiros, como demonstrado por Rodrigues (2016; 2019) que, ao analisar um conjunto de prenomes inovadores, inferiu que “Ederaldo”, “Edinaldo”, “Elivaldo”, “Enaldo”, “Erisvaldo”, “Eurivalda”, “Florisvaldo”, “Francinaldo”, “Lenivaldo”, “Marinaldo”, “Rosinaldo”, “Serivaldo”, “Valdiva”, “Vilobaldo”, “Waldete”, “Wiveraldo” e “Zenaldo” foram construídos no português brasileiro porque seus falantes os abstraíram, a partir de modelos previamente conhecidos (como os fornecidos por “Aguinaldo”, “Arnaldo”, “Clodoaldo”, “Evaldo”, “Geraldo”, “Heraldo”, “Osvaldo”, “Reginaldo”, “Teobaldo”, “Ubaldo” e “Vivaldo”). Para tanto, trabalharemos com a seguinte representação de esquemas do ponto de vista formal:

$$\langle [[X]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

Na demarcação do esquema atuam os símbolos “menor que” (<) e “maior que” (>). No primeiro bloco, estão representados, dentro dos colchetes, os formativos X, denominados de “F1” e “F2”. Ao formular esquemas pautados no uso, um dos *slots* será ocupado pelo formativo investigado, enquanto o outro permanecerá sendo representado por X. O que vai estabelecer o preenchimento dos *slots* será a posição ocupada pelo formativo em análise – se em posição inicial ou com base mais à esquerda ou se em posição final ou com base mais à direita. Nesse sentido, são a recorrência e o encadeamento morfolexical previsível duas características associadas aos formativos, porém, o que realmente determinará a posição de cada um em dada construção é o uso, resultante da criatividade do falante. O símbolo da seta dupla (↔) indica a correção entre a contraparte formal e a contraparte significativa. Após, está a informação semântica. Em ambos, há a indicação “NP”, que se refere a um nome próprio. Tornaremos a discutir os esquemas construcionais no Capítulo 7, quando veremos sua atuação aplicada às análises dos formativos encontrados.

Entendendo a inovação na antroponímia

A escolha do nome: eis tudo. O nome circunscreve o novo homem: o mesmo, repetição do humano no ser não nomeado. O homem em branco, virgem da palavra é ser acontecido: sua existência nua pede o nome. [...] A escolha do nome: eis o segredo (FONTELA, 2006).

ESCOLHER um nome próprio para outrem é (ou deveria ser) um momento importante, visto que esse nome será, salvo em contextos específicos balizados pela lei, a referência de um indivíduo por toda a sua vida. Por esse motivo, entendemos que essa escolha é capaz de refletir muitas particularidades de um povo, como seus aspectos culturais, sociais, religiosos, ideológicos, políticos etc. Segundo Hébrard (2000, p. 17): “A atribuição de um nome é um processo complexo que, de uma parte, designa um ser humano como radicalmente singular e, de outra, classifica-o nas múltiplas ordens sociais que vão organizar sua existência”. Isso porque, para Seide (2013, p. 167, grifos da autora):

Diferentemente dos nomes comuns, os *antroponimos* (nomes de pessoas) e os *topônimos* (nomes de lugar) são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Além disso, cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e, mais ainda, havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso e valores diferenciados para os recursos linguísticos à disposição do usuário.

Especificamente no âmbito antroponímico, dentre os principais motivos relacionados à atribuição de antropônimos, para citar alguns, estão:

- a) Religiosos/hagiográficos: em homenagem a santos de devoção ou comemorados no dia de nascimento do indivíduo;
- b) Homenagem a amigos ou familiares: que pode ser feita por meio da reprodução completa do nome, de “partes” dele ou de outras características gráfico-fônicas;

- c) Políticos, históricos ou literários: no intuito de fazer referência a personalidades célebres, reais ou fictícias;
- d) Etimológicos: quando, normalmente após o contato com alguma obra especializada, o nome é escolhido por seu significado;
- e) Fonéticos: comumente associados à justificativa popularmente conhecida de que “é um nome bonito”;
- f) Superstição: a exemplo do uso das mesmas letras para as iniciais de cada filho, de igual quantidade de letras para cada nome, da formação de acrônimos entre os nomes dos membros da família e afins;
- g) Mídia: diante da influência exercida por filmes, novelas, séries etc.;
- h) Modismo: com motivos vários, como a vontade de se parecer com outra cultura que esteja em situação de prestígio, fazendo uso das consoantes “k”, “w” e “y” que, até antes do Novo Acordo Ortográfico, eram consideradas estrangeiras, ou com a duplicação de consoantes como “n”, “l” e “h”, devido ao desejo de “[...] um nome único, singular ou, ainda, a preferência por formas que lembrem a grafia da língua inglesa, o que daria um certo prestígio linguístico aos nomes, tendo em vista os valores positivos que são atribuídos a esse idioma” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 104).

Assim, para o antropólogo português Pina-Cabral (2008, p. 5-6):

As pessoas escolhem os nomes próprios dos filhos segundo lógicas que se apresentam como sendo particularísticas e familiares: era o nome da avó, era o nome da madrinha, era o nome do chefe do pai, era o nome do padre que ajudou a família, etc. Alternativamente, procuram nomes ‘bonitos’, ‘chiques’, ‘modernos’, ‘que dêem sorte’ – em suma, cujas conotações valorizem a criança. Este tipo de lógica varia de contexto para contexto, consoante as práticas de associação que estruturam a vida familiar. Contudo, a lógica agregada destes actos de atribuição conforma tendências de características só parcialmente cognoscíveis pelos agentes. Existem tipicamente modas e os nomes vêm em surtos, o que põe em causa a aparência inicial de liberdade na atribuição de nomes próprios versus o constrangimento nos sobrenomes.

Contudo, além de todas essas possíveis motivações, alguns indivíduos podem vir a considerar como importante a escolha de nomes não tão conhecidos e repetidos, evitando os tradicionais e recorrendo, assim, ao recurso inovador na construção de prenomes – o mesmo pode ocorrer quando indivíduos sintam necessidade de se expressar por meio de um nome não existente (ou que ele desconheça).

Outro estudo de Pina-Cabral (2007) revelou aspectos interessantes quanto à necessidade de individualização ativada por meio da escolha dos nomes no local que ele chamou de Baixo Sul baiano, mais especificamente entre as cidades de Valença e Camamú. Esse autor observou que o universo cultural baiano, ainda mais fortemente no meio rural, busca diferenciar-se do padrão e a razão disso está atrelada a diversos fatores extralinguísticos, como a escolarização, a mídia, o nível socioeconômico, as influências familiares etc. Como exemplo, ele cita o seguinte caso:

As alunas a quem pedi para me darem exemplos de um nome ‘feio’, respondiam geralmente ‘Maria’ – o nome próprio de longe mais comum da nossa lista. Perguntando eu a uma delas porquê, respondeu com a seguinte anedota: ‘Passa um pau-de-arara [transporte público de caixa aberta que serve as zonas rurais] e você chama ‘Maria!’ e descem todas!’ (PINA-CABRAL, 2007, p. 83).

Nesse sentido, entendemos que em tal contexto é a diferenciação onomástica – ou a unicidade de Ullmann (1967) – que se almeja e só por meio dela há satisfação dos indivíduos com seus respectivos nomes, como Pina-Cabral (2007, p. 84) passa a confirmar: “Comecei a reparar que muitos dos meus interlocutores me explicavam que nunca tinham conhecido ninguém com o seu nome – uma forma tímida de dizer que tinham um nome ‘bom’”.

Entretanto, salientamos que essa é uma situação que, apesar de poder ser encontrada em determinadas localidades, não reflete opinião unânime. Na verdade, portar um nome considerado muito diferente do que se costuma utilizar no quadro onomástico brasileiro pode gerar efeito contrário nas pessoas, resultando em um desconforto para toda a vida. O trabalho realizado por Pedroso de Lima (2007), envolvendo famílias da elite lisboeta, nos mostra que em muitos casos a inventividade (ainda

mais em se tratando de Portugal, país pouco flexível em suas práticas de nomeação) é o que deve ser evitado – no caso específico do trabalho de Pedroso de Lima (2007), a tradição está atrelada a uma situação de poder. Nas famílias analisadas por ela, os casos de homonímia eram, inclusive, encorajados, de forma a ratificar os laços de identificação com a família e de demarcar relações de prestígio entre os seus. Nesse ponto ressaltamos que, apesar de importante para o entendimento e a construção do nosso tema, tais juízos de valor acerca dos nomes de pessoas podem ser certamente mais bem explicados com o apoio de outras ciências, a exemplo da Antropologia, como vimos com Pina-Cabral (2007).

Dessa forma, sobre a antroponímia inovadora no Brasil, temos observado que a escolha dos prenomes passou a apresentar, mais acentuadamente no início do século XX, relativa tendência a fugir dos considerados tradicionais, como os bíblicos “João” e “Maria”, por exemplo⁴⁸. Sabemos que os pais (ou qualquer indivíduo responsável pela nomeação de outro) costumam refletir bastante a respeito de qual(is) prenome(s) escolher, mas quando se opta por prenome(s) não dicionarizado(s), é possível que esteja ocorrendo uma formação inovadora.

Na criação de prenomes, há na literatura algumas menções relativas a processos de formação específicos. Porém, ao reformularmos o nosso produto inicial – no caso, a a dissertação apresentada por Rodrigues (2019) – na elaboração deste livro, entendemos que tais processos não são protagonistas nas nossas análises, visto que a determinação de vários deles depende do contato direto com o indivíduo responsável pela criação do nome, o que não seria possível, pois utilizamos documentos referentes a sincronias pretéritas. Assim, optamos por apenas mencioná-los brevemente.

Quanto aos processos considerados tradicionais, segundo Monteiro (2002)⁴⁹, nos referimos à(ao): sufixação, composição, braquissesmia,

48 Porém, como mencionado, por se tratar de um fenômeno em constante mudança, mais recentemente parecemos observar uma volta aos prenomes tradicionais, pois aos inovadores passou a se atribuir certo tom negativo associado ao fato de serem muito mais presentes entre as classes com menor poder aquisitivo, como vimos com os exemplos de Pina-Cabral (2007).

49 Apesar de considerarmos que Monteiro (2002), muitas vezes, peque quanto aos seus exemplos e até quanto à terminologia utilizada, acreditamos que vale a menção ao seu trabalho por este ter, em certa medida, se dedicado aos fenômenos atinentes à Onomástica, o que dificilmente se observa nos trabalhos voltados a processos morfológicos de modo geral.

acrossemia, anagrama e empréstimo. Existem ainda os processos não tradicionais – ou não concatenativos, em contraposição aos já mencionados –, a saber: hipocorização, cruzamento vocabular (*blend*), truncamento (*clipping*) e *splinter*. Reiteramos que a maioria expressiva da literatura encontrada quanto à aplicação desses processos – tradicionais ou não – se dá na perspectiva do léxico comum, mas neste estudo voltamos tais conceitos, sempre que possível e com as devidas particularidades, ao léxico onomástico, ainda que, para manter fielmente as ideias desenvolvidas por cada autor, a exemplo principalmente de Monteiro (2002), também tenhamos mantido certos termos (como “sufixação” etc.) que se aplicam aos nomes comuns. Passemos, então, à explicação de cada processo.

Processos tradicionais para a construção de antropônimos inovadores

A seguir, serão apresentados os processos que têm sido tomados como canônicos ou tradicionais por Monteiro (2002) na formação de antropônimos inovadores.

Sufixação

Esse processo se refere à união de elementos de posição final ou com base mais à direita que se agregam a um antropônimo. A ideia comumente associada é a de um diminutivo, apesar de a questão do significado ser opaca quanto à indicação do grau. Segundo Monteiro (2002, p. 206), “[...] os sufixos [ano], [ino], [eta], [ico] e semelhantes se prendem a qualquer base nominal para produzir nomes próprios”, tratando de possíveis casos de mudança categorial.

Composição

No rol das gramáticas de língua portuguesa, o processo da composição é o que tradicionalmente ocupa lugar de destaque, sendo acionado na descrição de quase todo fenômeno que envolva a união de itens lexicais, como observamos em obras mais antigas, como as de Silveira Bueno (1958), Said Ali (1964), Cunha (1985), ou nas mais recentes, como as de Rocha Lima (2002) e Azeredo (2014) – apesar de haver,

nesta última, um pequeno espaço para os cruzamentos vocabulares (ou amálgamas lexicais), como veremos.

Para Monteiro (2002), a composição pode ocorrer: a) com a formação de prenomes duplos, portanto, separados graficamente (exemplo: “Pedro Paulo”); b) com a justaposição dos elementos, de modo que não haja perda de segmento(s) fônico(s) (exemplo: “Rosalinda”); ou c) com a aglutinação dos termos, ocorrendo crase ou elisão e, conseqüentemente, perda de segmento(s) fônico(s) (exemplo: “Lindalva”).

Braquissemia

Tal processo ocorre quando um hipocorístico – que seria uma espécie de derivação do prenome a fim de diferenciá-lo e que é geralmente utilizado em contextos familiares, muitas vezes para expressar afetividade – se converte em prenome, sendo passível de registro em cartório. Esse fenômeno se dá, geralmente: a) por meio da queda de segmentos fônicos; b) do uso de “aumentativo” e “diminutivo”; c) pela reduplicação de sílabas etc. Monteiro (2002) apresenta como exemplos de braquissemia os prenomes “Max”, hipocorístico de “Maximiliano”, e “Elis”, hipocorístico de “Elisabete”. Ao tratarmos do processo da hipocorização (cf. 5.2.1), apresentaremos maiores detalhes que, direta ou indiretamente, estão também ligados à braquissemia.

Acrossemia⁵⁰

Para Monteiro (2002), acrossemia é o processo em que ocorre a mistura de formativos referentes aos nomes próprios e traz como exemplos os antropônimos “Jomar” (como a união dos prenomes “João” e “Maria”), “Erlice” (para a união de “Ernesto” e “Alice”) e “Angerico” (para “Ângela” e “Eurico”). Na gramática de Azeredo (2014, p. 404, grifos do autor), encontramos a informação de que “Também tipicamente brasileira é a tendência à criação de antropônimos por meio de amálgama ou aglutinação dos nomes de outras pessoas da família: *Vanilson* (Vânia e

50 Uma observação terminológica a ser feita é que, ao compararmos as informações trazidas por Monteiro (2002) quanto ao processo da composição por aglutinação e o da acrossemia, observamos muitas similaridades entre ambos, sendo a diferença principal a de que a acrossemia se insere estritamente no âmbito do léxico onomástico, enquanto a composição por aglutinação se verifica no léxico dos nomes comuns. Por esse motivo, e devido à pouca aceitação do termo “acrossemia” entre os estudiosos da área, é que julgamos que o uso desses dois termos em paralelo é dispensável.

Nílson), *Gildésio* (Gilda e Edésio), *Francineide* (Francisco e Neide)”. Logo, apesar da (rara) menção a um fenômeno de formação de prenomes em uma obra dessa natureza, observamos que esta se faz de modo breve, sem maiores elucubrações. A própria terminologia utilizada em referência a “amálgama” ou “aglutinação” levanta controvérsias e dificulta o entendimento e a consonância entre os estudos.

Anagrama

Assim como no léxico comum, os anagramas se formam a partir da inversão total ou da troca de sílabas/letras de uma palavra ou, nesse caso, de um prenome. Também podem surgir como forma de homenagear outros indivíduos. Segundo Monteiro (2002), citando Nascentes (1952), temos os exemplos de “Belisa” (anagrama de “Isabel”) e “Natércia” (anagrama de “Caterina”).

Empréstimo

No contato entre as línguas, os empréstimos são fenômenos comumente observados. Quanto aos nomes de pessoas, isso não é diferente. Assim, quando alguém ou algum personagem de dada nacionalidade se torna muito conhecido, é possível – fato ainda mais acentuado por conta dos recursos tecnológicos cada vez mais avançados e atuantes na aproximação entre pessoas do mundo inteiro – que seu nome seja tomado de empréstimo para outras línguas, a exemplos dos prenomes “Jaqueline”, “Yuri”, “Kennedy” e “Brigitte”. Em alguns países, como em Portugal, tais nomes estrangeiros passam pelo crivo dos cartórios, de modo que nem todo nome ou toda grafia são aceitos. No Brasil, contudo, o cenário é diferente, com a aceitação, inclusive, de muitos acréscimos em “n”, “y”, “k”, “l”, “h”⁵¹ etc. Assim, segundo Amaral e Seide (2020, p. 103, grifos dos autores):

Não existe, no Brasil, nenhuma entidade que atue com a finalidade de padronizar os nomes atribuídos aos brasileiros. [...] Um prenome como *Felipe* (do latim *Philippus* e este do grego Φίλιππος) pode ser alterado para *Fellipe*, *Felippe*, *Filipe*,

51 A partir da obrigatoriedade, em 2016, do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as letras “k”, “w” e “y” passam a ser, de fato, incluídas no alfabeto brasileiro (composto, então, por 26 letras no total). Contudo, o uso dessas letras ainda nos remete a termos estrangeiros, principalmente quando se trata da duplicação delas ou de outras, visto que tal fenômeno não se faz presente na língua portuguesa, exceto em dígrafos (-rr-, -ss-).

Felype, entre outras formas. No caso de nomes estrangeiros que se afastam de padrões gráficos do português, a variação pode ser maior, como acontece com Wellington, que deu origem a *Welington*, *Wuellyngton*, *Wuellington*, *Uelinton*, *Huelinton*, entre outros prenomes, todas essas formas registradas na base de dados do IBGE.

Nesse ponto, Monteiro (2002, p. 208, grifo nosso) exprime sua opinião pessoal:

O ideal seria que, à semelhança dos nomes comuns, os prenomes de origem estrangeira tivessem uma grafia de acordo com a pronúncia portuguesa. Infelizmente, embora a escrita dos nomes próprios se submeta às mesmas regras ortográficas dos nomes comuns, o que se observa é o gosto pelo *exótico* [...].

Tal posicionamento, realçado pelo uso da palavra “exótico”, apesar de escrito há quase duas décadas, ainda reflete as opiniões de estudiosos e leigos, engendrando preconceitos linguísticos também no âmbito onomástico. Ainda, quanto a essa criatividade onomástica e suas possíveis implicações na vida dos indivíduos, nos diz Carvalhinhos (2014, p. 88-89, tradução nossa⁵²):

Destes elementos básicos, a criatividade em Onomástica, apoiada, por um lado, pela falta de regulamentação da lei sobre o assunto (os registros civis só começaram a existir no início do século XIX) e, por outro lado, pela não conformidade com o ato que está em vigor, é manifestada nos indivíduos não apenas na criação de novos nomes baseados em elementos tradicionais e originais, mas também na importação de nomes de outras culturas, adaptando-os foneticamente e ortograficamente para a língua portuguesa.

52 No original: “From these basic elements, creativity in onomastics, supported, on the one hand, by the lack of law regulations on the subject (civil records only began to exist in the early nineteenth century) and, on the other hand, by non-compliance with the act that is in force, is manifested in individuals not only in the creation of new names based on traditional and original elements, but also in the import of names from other cultures, adapting them to Portuguese language phonetically and orthographically. This process is neither new nor unique in Brazil, but unlike in other countries, such as Portugal, there are no legal mechanisms to curb this type of influence and preference at the expense of traditional Brazilian elements. This gap opens up new possibilities for combinations and creations and gives rise to first names that are considered unusual or even exotic – in most cases, those first names which go beyond what is usual end up causing a negative experience to the bearers”.

Esse processo não é novo nem único no Brasil, mas, ao contrário de outros países, como Portugal, não há mecanismos legais para restringir esse tipo de influência e preferência em detrimento dos elementos tradicionais brasileiros. Essa lacuna abre novas possibilidades para combinações e criações e dá origem a nomes considerados incomuns ou até exóticos – na maioria dos casos, os primeiros nomes que vão além do que é comum acabam causando uma experiência negativa aos portadores.

Processos não tradicionais para a construção de antropônimos inovadores

Na contramão do que foi abordado, existem também os processos não canônicos e, conseqüentemente, menos estudados, chamados até de “marginais” ou “irregulares” por alguns autores, devido à maior imprevisibilidade das construções que deles resultam, principalmente em razão de serem não concatenativos. Outros autores, porém, assumem que esses processos são tão importantes quanto os canônicos, em razão da sua alta produtividade na renovação lexical⁵³. Segundo Rio-Torto et al. (2016, p. 521):

A criação lexical em português, apesar de ser predominantemente concatenativa, dispõe de um conjunto de processos que não se enquadra nesse tipo de operações morfológicas. A ‘marginalidade’ destes processos (cf. Alves 1990) pode atribuir-se quer à baixa frequência da sua utilização (sobretudo em português europeu), quando comparados com a afixação e a composição, quer a algumas das suas características intrínsecas. Trata-se de operações que geram produtos através de mecanismos que não assentam em princípios de natureza eminentemente morfológica, mas antes de natureza fonológica/prosódica (cruzamento vocábular, truncação, reduplicação) e/ou gráfica (siglação/acronímia), em que estão envolvidos padrões não lineares de formação. Nos produtos gerados através destas operações, não são identificáveis constituintes morfológicos encadeados linearmente, pois raramente as bases mantêm

⁵³ Para entender melhor esse debate que envolve os processos considerados não tradicionais, cf. Gonçalves (2016a; 2016c), Rio-Torto (2014), Rocha (1998), Laroca (1994), Sandmann (1992) e Basilio (1987).

integralmente o seu material segmental. Daí que diversos autores defendam que não se trata de processos de formação de palavras com estatuto morfológico.

Desse modo, em contraposição ao que ocorre com os processos concatenativos, “[...] nos processos não concatenativos, a sucessão linear dos elementos morfológicos pode ser rompida por reduções, fusões, intercalações ou repetições, de modo que uma informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que outra termina” (GONÇALVES, 2016a, p. 67-68), com o resultado podendo ser o que se considera como algo “inesperado”, visto que os limites das informações morfológicas entre cada elemento constituinte da construção podem não ser respeitados. Passemos, então, a uma breve explicação de quais seriam esses processos.

Hipocorização

Quando tratamos da braquissemia (cf. 5.1.3), explicamos que o hipocorístico é uma construção formalmente ligada ao prenome do qual deriva, característica que o distingue do que entendemos como um apelido pura e simplesmente. Nesse sentido, como nos diz Gonçalves (2004, p. 12), que “Se, por um lado, hipocorísticos são apelidos, por outros apelidos não são, necessariamente, hipocorísticos. Em outras palavras, a seta que relaciona esses dois conceitos não é bidirecional [...]”, visto que existem casos como “Spider”, para o lutador Anderson Silva (1975-), ou “Mussum”, para o falecido ator e comediante Antonio Carlos Bernardes Gomes (1941-1994), que não apresentam nenhuma relação com os prenomes de cada indivíduo, possuindo motivos outros para sua atribuição e que, por isso, não são exemplos de hipocorização.

Quanto ao uso, segundo Gonçalves (2016a, p. 72), os hipocorísticos “[...] são reservados ao tratamento por parte de familiares, amigos íntimos ou pessoas com quem haja relação afetiva. Por isso, são bastante frequentes nas redes sociais e pouco usuais na escrita formal”, exceto, acrescentamos, quando passam a figurar como um novo nome, com registro em cartório.

Já quanto à sua formação, nos diz Vasconcellos (1928, p. 454, grifos do autor) que: “A nossa lingua abunda de hipocoristicos. Ha-os de duas especies: hipocoristicos correspondentes a um só nome, ou nome

simples, [...] e correspondentes a dois, isto é, a um nome duplo [...], por exemplo, *Milota*, que reúne os hipocorísticos de *Maria* e *Carlota*". Contudo, alguns estudos recentes, como os realizados por Lima (2008), Thami da Silva (2008) e Gonçalves (2004; 2016c), após análise de dados, apontam para a existência de quatro grandes grupos de hipocorísticos, demonstrando regularidade no processo, reproduzidos no Quadro 1.

Quadro 1 - Padrões de hipocorização em português⁵⁴

| Tipos de hipocorísticos | | | |
|-------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|
| (A) | (B) | (C) | (D) |
| Edvaldo > Valdo | Filomena > Filó | Juliana > Jujú e Jú | André > Dedé e Dé |
| Augusto > Guto | Cristina > Cris | Renata > Rê | Artur > Tutú e Tú |
| Roberto > Beto | Manuela > Manú | Leandro > Lelê e Lê | Salomé > Memé e Mé |

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2016c).

O padrão A tem como principal característica a preservação da posição final ou mais à direita do prenome de origem, ainda que não de forma integral, como nos exemplos “Guto” e “Beto”, nos quais há perdas fônicas, mas há manutenção da tonicidade. O padrão B, ao contrário, demonstra preservação da posição inicial ou mais à esquerda, com modificação do acento. O padrão C também se refere à manutenção da parte inicial ou mais à esquerda do prenome de origem, mas apenas a primeira sílaba (com padrão estrutural de consoante + vogal), que pode ser reduplicada. Por fim, o padrão D, assim como o padrão C, se utiliza de uma sílaba, reduplicada ou não, com a diferença de que essa sílaba será sempre a tônica, podendo ser modificada (como nos exemplos de “Dé” ou “Dedé”, advindos do prenome “André”, no qual há perda segmental) ou não (como nos casos de “Mé” ou “Memé”, de “Salomé”). É óbvia a ligação dos hipocorísticos listados com os seus prenomes de origem, mas há também aqueles que “[...] se aproveitam do pé nuclear do antropônimo (‘Francisco’ > ‘Chíco’ e ‘Alcir’ > ‘Cí’)”⁵⁵ (LAGE, 2016, p. 81).

⁵⁴ Alguns acentos gráficos são meramente ilustrativos na indicação da tonicidade e não necessariamente se aplicam na escrita.

⁵⁵ Nesses exemplos, os acentos gráficos também são meramente ilustrativos para indicar tonicidade, sem aplicação na escrita.

Ademais, em todos os casos parece haver um padrão para formas monossílabas ou dissílabas. Portanto, segundo Monteiro (2002) e Gonçalves (2016c) – e os demais autores já citados –, alguns dos processos que envolvem a formação e a produtividade dos hipocorísticos seriam a braquissemia, a acrossemia e a reduplicação. Por fim, a análise do Quadro 1 também nos alerta para a ausência de itens onomásticos como “Paulinho”, a partir do prenome “Paulo”, que mais se aproxima do processo derivacional formado por meio do acréscimo de um afixo opaco de grau a um prenome.

Cruzamento vocabular (*blend*)

Lewis Carrol, em 1871, no seu livro *Through the looking-glass and what Alice found there*⁵⁶, ao retratar o encontro de Alice com Humpty Dumpty – um ovo com rosto, braços e pernas que combina as palavras do modo que lhe parece melhor –, traz a expressão *portmanteau word*, como observamos na passagem:

‘Isso vai funcionar muito bem’, disse Alice. ‘E *slithy*?’. ‘Bem, *slithy* significa ‘lithe and slimy’ [‘ágil e viscoso’]. ‘*Lithe*’ [ágil] é o mesmo que ativo. Veja que é como uma *portmanteau* [valise] – há dois significados dentro de uma palavra’ (CARROLL, 1871, p. 83, grifos do autor, tradução nossa⁵⁷).

Como uma possível tentativa de decalcar essa expressão, surgiram diversos termos, como “palavra-valise” (ALVES, 1990), “cruzamentos vocabulares” (SANDMANN, 1992), “amalgamas lexicais” (AZEREDO, 2014), “composições de partes de palavras” (STEINBERG, 2003), “*blends* lexicais” (GONÇALVES, 2006), “Fusões Vocabulares Expressivas” (BASILIO, 2010) e “cruzamentos vocabulares” (GONÇALVES, 2016a). O termo que optamos por empregar, devido à sua transparência semântica, é “cruzamento vocabular”. Assim, apesar de não existir em português um consenso ou uma descrição uniforme a respeito de tais nomenclaturas utilizadas para fazer referência a esse fenômeno, é certo

⁵⁶ Título em português: *Alice através do espelho e o que ela encontrou por lá*.

⁵⁷ No original: “‘That’ll do very well’, said Alice: and ‘*slithy*?’. ‘Well, ‘*slithy*’ means ‘lithe and slimy.’ ‘*Lithe*’ is the same as ‘active.’ You see it’s like a *portmanteau* – there are two meanings packed up into one word”.

que elas aludem a um processo não concatenativo, ou seja, no qual não há encadeamento entre os constituintes da construção.

Na literatura especializada, ainda é possível encontrar posicionamentos distintos dos estudiosos quanto à natureza do cruzamento: se composicional ou não. Para Rio-Torto e demais autores. (2016, p. 523-524):

I. a composição permite a junção de mais do que duas bases, enquanto os produtos de cruzamento vocabular atestados resultam da junção de apenas duas bases; ii. nos compostos, as bases são preenchidas por constituintes morfológicos (radicais ou palavras); no cruzamento vocabular, como o conteúdo segmental das bases não é integralmente preservado, não são reconhecíveis constituintes morfológicos; iii. a composição preserva a sequencialidade linear dos constituintes; no cruzamento vocabular há ruptura da sequencialidade linear, por meio de sobreposição; iv. na composição (morfossintática) é preservada a estrutura prosódica de cada uma das bases, constituindo o composto um sintagma fonológico; o produto do cruzamento vocabular constitui uma única palavra fonológica, perdendo-se a estrutura prosódica dos seus componentes; v. a composição é regida por princípios morfológicos ou morfossintáticos; o cruzamento vocabular obedece a certas condições prosódicas, pelo que é um processo que se situa na interseção da morfologia com a fonologia/prosódia.

Para Gonçalves (2016a, p. 75), os cruzamentos “[...] consistem de dois elementos, uma característica que os torna semelhantes a compostos. No entanto, ao contrário da composição, seus constituintes não são morfemas plenos, mas partes de palavras”, portanto, não composicionais. Além disso, Gonçalves (2016a) também salienta que o resultado desse processo não é tão previsível ou claro para os utentes da língua como se observa nos processos composicionais. Neste trabalho, seguiremos, então, com o que propõe Rio-Torto et al. (2016) e Gonçalves (2016a), assumindo o cruzamento vocabular como um processo não composicional.

Quanto à identificação e caracterização de um cruzamento vocabular, acreditamos ser necessário considerar dois fatores, a saber: a) semântico; e b) frequência. O traço semântico é importante, pois

quase sempre as construções resultantes desse processo são carregadas de emocionalidade – depreciativa, positiva, irônica etc. –, como nos exemplos “lixeratura” (literatura de má qualidade) e “aborrecente” (adolescente que aborrece), referentes ao léxico comum (GONÇALVES, 2016a; 2016c). Já a frequência atua no fato de que esse processo pode vir a apresentar a quantidade de ocorrências necessárias para, sob o esteio teórico da Linguística Cognitiva, participar da formulação de um esquema construcional que permita ao falante a criação de novas construções – esquema muitas vezes engendrado a partir dos *splinters*, como veremos a seguir (cf. 5.2.3).

Outro aspecto fundamental na interpretação morfossemântica de um cruzamento vocabular, para Rio-Torto (2014, p. 10, grifos da autora), é que:

[...] de alguma forma o falante reconheça e recupere, pelo menos em parte, as unidades lexicais que entretanto foram manipuladas, por via da sobreposição ocorrida e da subsequente supressão de segmentos. Por isso, em produtos que envolvem nomes próprios, os quais nem sempre são do conhecimento comum dos falantes externos à comunidade de origem dos mesmos, pode haver dificuldades acrescidas no seu reconhecimento; não será o caso de *Billary* (Bill \cap Hillary) ou de *Merkozy* (Merkel \cap Sarkozy), dada a notoriedade de Bill/Hillary Clinton e de Merkel e Sarkozy, mas pode bem ser o caso de *Cavaquistão* (Cavaco \cap Cazaquistão), ou de *ladruf* (ladrão \cap Maluf), para quem não identifica Cavaco e Maluf como nomes do atual chefe de estado de Portugal e de um conhecido político-empresário do Brasil.

Portanto, no entendimento que fizemos, segundo nossa base bibliográfica do cruzamento vocabular enquanto processo de formação de palavras, apontamos como exemplo um nome de *shipp* ou *ship* (da palavra *relationship*), como vem sendo utilizado atualmente nas redes sociais, a exemplo do Facebook, Instagram e Twitter. Trata-se da combinatória de nomes associados a casais – reais ou não – como o caso de “Brumar” (do cruzamento do nome da atriz Bruna Marquezine e do nome do jogador de futebol Neymar Júnior).

Splinter

Segundo o dicionário eletrônico Michaelis, o termo *splinter* significaria “lasca, cavaco, estilhaço” ou, ainda, como verbo, possui o sentido de “lascar, quebrar em estilhaços, fragmentar-se”. Dessa forma, o entendemos como a fragmentação de dado material em algo menor. Primeiramente, cumpre esclarecer que o *splinter*, diferentemente do que já foi apresentado neste capítulo, não é um processo, mas sim um constituinte decorrente de um processo. Esse constituinte pode ser conhecido ainda como “fractoconstituinte” (CORBIN, 2000; CORREIA, 2003) ou “fragmento lexical” (ANDRADE, 2013). Contudo, assim como Gonçalves (2016b), optamos pelo termo em inglês, no intuito de uniformizar os termos da literatura específica da área, evitando o uso de várias palavras que se refiram a um mesmo conceito.

O *splinter*, então, é um “[...] fragmento de palavra usado repetidamente na formação de novas palavras” (BAUER, 2005, p. 105). Diante das considerações de Bauer (2005), Gonçalves (2016b) diz que ele “[...] deixa de ser concebido apenas como uma porção aleatória de palavras para ser interpretado como categoria morfológica com estatuto parecido com o dos afixos, já que *splinters* são agora encarados como entidades que podem levar à criação de novos formativos”. Assim, aplicados à Onomástica, tais fragmentos/formativos, quando repetidos, apresentariam frequência suficiente para atuar na formulação de um dado esquema construcional. Para isso, sua criação seria mais comumente observada a partir do cruzamento vocabular.

Após tais considerações relativas aos processos inovadores envolvendo prenomes, faremos uma pausa no que tange às reflexões de ordem principalmente linguística para, no próximo capítulo, nos determos às considerações históricas, imprescindíveis para o entendimento deste trabalho, principalmente no que se refere à análise dos formativos vinculados a uma origem «germânica», como explicaremos adiante. Depois de termos tais pontos bem definidos poderemos, então, passar para a análise dos nossos dados (cf. Capítulo 7).

Considerações históricas

À medida que se recua no tempo, vai-se aproximando, mais e mais, do nome como uma entidade personalizada e individualizada, do nome como o terceiro elemento formador do homem, ao lado de sua materialidade e de sua espiritualidade, porque algo tangível, que se podia vivenciar desde que havia consciência de sua presença (DICK, 1992, p. 191).

A consideração dos fatos históricos e do estudo de grupos identitários a fim de explicar aspectos linguísticos, do presente ou do passado, é um meio profícuo para entender também fatos culturais, sociais e políticos de dado povo ou dada civilização. Para tanto, será necessário focar em dois momentos fundamentais para o que atualmente observamos ao estudar o léxico onomástico brasileiro. Assim, primeiro partiremos de uma breve análise territorial e linguística da Península Ibérica, pois “As circunstâncias históricas, em que se criou e desenvolveu o nosso idioma, estão intimamente ligadas a fatos que pertencem à história geral da Península” (COUTINHO, 1976, p. 46). Ademais, a respeito da influência «germânica» no léxico antroponímico da língua portuguesa, apoiamo-nos na concepção de que as línguas não são conjuntos estáticos e se influenciam mutuamente. Por conseguinte, também ocorrem sucessivas transformações no âmbito lexical. Afinal, “Embora o Léxico seja patrimônio da comunidade lingüística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua” (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Logo, consideramos o período que vai desde a fragilidade do Império Romano e a chegada dos povos germânicos⁵⁸, passando pela chegada dos muçulmanos na Península Ibérica até o processo de domínio das terras pelos cristãos, num movimento conhecido como

58 Novamente a título de esclarecimento, acreditamos ser necessário enfatizar que nunca existiram “os germânicos” no sentido de um povo uniforme e que esse termo é empregado apenas para fins didáticos. O máximo que se estabelece nesse sentido é a reconstrução linguística do protogermânico, língua hipotética que não tem registros documentais e que não é utilizada neste trabalho.

“Reconquista”. Saltando muitos séculos em nossa linha temporal, também é de importância perscrutar alguns fatos da história brasileira no que se refere à herança lusitana – advinda dos colonizadores – e a outros dois fatos considerados como determinantes para o incremento dos prenomes inovadores na Bahia, a saber: a retirada do registro civil das mãos da Igreja Católica e a Abolição da Escravatura, já no século XIX. Antes, porém, acreditamos ser preciso destacar a dificuldade em estudar e recontar a história, principalmente quando se trata de algumas informações desencontradas ou díspares fornecidas pelos autores sobre povos que pouco ou quase nada deixaram de fonte de pesquisa material.

Península Ibérica: heranças onomásticas

determinar com exatidão quando se deu o primeiro contato entre romanos e germânicos na Península Ibérica é uma tarefa complexa e alguns pesquisadores apontam para o período entre o final do século II e meados do século III (MOLINARI, 2009). Neste estudo, porém, nos deteremos aos fatos ocorridos no século V quando, impulsionados, entre outros fatores, pela progressiva deterioração administrativa do Império Romano, chegam à Península Ibérica diversos povos, muitos de suposta origem germânica, conhecidos mais genericamente como “bárbaros”⁵⁹, por não falarem o latim e/ou por não seguirem os costumes romanos porque seus domínios estavam fora do Império, sendo, por isso, considerados povos “não civilizados”. Para Torreira (1986, p. 53, tradução nossa⁶⁰):

‘Bárbaro’ significava pura e simplesmente o estrangeiro ou, se preferir o contrário, à tradição cultural greco-romana; e em sua versão política aplicava-se a todos aqueles reinos ou povos que não estavam submetidos à égide de Roma. A essa acepção veio juntar-se, como se sabe, a partir do

59 O termo, contudo, é grego e já tinha sido usado para os povos que não falavam essa língua. Ressaltamos tratar-se de uma palavra empregada com tom pejorativo, mencionada neste trabalho apenas para ilustrar o pensamento romano e peninsular à época.

60 No original: “‘Bárbaro’, significaba pura y simplemente lo ajeno ó si se prefiere lo opuesto, a la tradición cultural grecolatina; y en su versión política aplicábase a todos aquellos reinos ó pueblos que no estuvieran sometidos a la égida de Roma. A esta acepción vino a unírsele, como es sabido, a partir de la IV^a centuria, un tercer elemento – el religioso –, que llevó el concepto de barbarie a su máxima efectividad”.

século IV, um terceiro elemento – o religioso – que levou o conceito de barbárie à sua máxima eficácia.

Segundo Piel (1933, p. 105), sobre os novos habitantes da Península: “É uma mistura heterogénea de povos de diferente origem: Suevos, Vândalos (Silingos e Asdingos), Alanos, Godos, etc., hoje amigos, amanhã inimigos e que pouco mais têm de comum do que a designação extremamente vaga de ‘germanos’”. Destacamos, contudo, que tais povos não tinham, ao contrário do que se vê em muitos manuais de história que insistem em aglutiná-los numa grande massa, uma identidade em comum, até porque provinham de localidades distintas.

Já no século III, Roma reorganiza estruturalmente os seus exércitos e, em razão do baixo contingente de soldados romanos e da experiência bélica dos germânicos, são empregados oficiais “bárbaros” nessas tropas. Assim, parte destes chegam como convidados para lutar a favor do Império – e também para manter relações comerciais –, com o título de *foederati* (ou federados, aliados), apesar de essa relação nem sempre ter sido exatamente pacífica. De acordo com Mattoso (1993, p. 302):

[...] o convite àqueles povos constituía como que o sancionamento da inteira autonomia das forças militares perante a autoridade imperial, uma vez que os bárbaros tinham, por um lado, uma força própria, independente dessa autoridade, e, por outro, costumes e princípios de actuação fundamentalmente inconciliáveis com o sistema político instaurado pelos Romanos.

Posteriormente, o Império se valerá, inclusive, da tática de lançar bárbaros contra bárbaros, que parece ter sido vantajosa para ambos os lados e surtiu efeito, apesar da longa e difícil luta travada entre visigodos e suevos (SARAIVA, 1993). Outro ponto a se considerar é que, por essa convivência dos germânicos com os romanos, mais tarde, aqueles já não eram considerados bárbaros de todo, apesar de também não serem considerados romanos. Nesse sentido, nos diz Musset (1982, p. 21, tradução nossa⁶¹):

61 No original: “El destino del Imperio quedó sellado a partir del momento en que los bárbaros consiguieron asentarse en los intersticios entre los núcleos de resistencia, sin entrar, no obstante, a título individual, en el sistema de la sociedad romana. A lo largo del Bajo Imperio diversos contingentes bárbaros habían afluído sin cesar al interior de las fronteras romanas,

O destino do Império foi selado a partir do momento em que os bárbaros conseguiram se instalar nos interstícios entre os núcleos de resistência, sem entrar, no entanto, individualmente no sistema da sociedade romana. Ao longo do Baixo Império, vários contingentes bárbaros fluíram incessantemente para o interior das fronteiras romanas, alguns na força – até 378 todos haviam falhado, e sua aventura terminou com a morte, captura ou expulsão – e outros pacificamente [...]. As coisas mudaram quando os povos inteiros, considerando-se e comportando-se como corpos estranhos, entraram coletivamente no Império e conseguiram permanecer nele. Primeiro, foi um estado de fato, fundado apenas na violência: Roma ainda reagiu e manteve a esperança de um triunfo final, como depois da crise do século III. Então, tornou-se um estado de direito: o *foedus*, contrato político aplicado primeiro aos vizinhos da fronteira que interessava submeter-se aos pontos de vista do governo romano, e então logo foi proposto aos bárbaros instalados no coração do território imperial. Por uma ficção jurídica, dois poderes foram sobrepostos no mesmo terreno: o do chefe bárbaro, que continuou sendo o chefe absoluto de suas tropas, com a condição de usá-lo apenas ao serviço de Roma e do governo civil romano, que teoricamente permaneceu intacto, com a condição de fornecer comida e abrigo para os bárbaros. Obviamente, o primeiro desses poderes que teve a força, ultrapassou infinitamente o segundo, que, além dos exércitos, tinha apenas a autoridade moral e os recursos de um tesouro reposto de forma irregular. A partir do dia em que esse

unos por la fuerza – hasta 378 todos habían fracasado, y su aventura había acabado con la muerte, la captura o la expulsión – y otros pacificamente [...]. Las cosas cambiaron cuando pueblos enteros, considerándose y comportándose como cuerpos extraños, penetraron colectivamente en el Imperio y consiguieron permanecer en él. Primero fue un estado de hecho, fundado sólo en la violencia: Roma aún reaccionaba y mantenía la esperanza de un triunfo final, como después de la crisis del siglo III. Luego se convirtió en un estado de derecho: el *foedus*, contrato político aplicado primero a los vecinos de la frontera que interesaba someter a los puntos de vista del gobierno romano, y que luego fue propuesto a bárbaros afincados en el corazón mismo del territorio imperial. Por una ficción jurídica, en un mismo terreno se superpusieron dos poderes: el del jefe bárbaro, que continuó siendo jefe absoluto de sus tropas, con la condición de principio de utilizarlas solamente al servicio de Roma, y el del gobierno civil romano, que teóricamente permanecía intacto, con la condición de proporcionar a los bárbaros los víveres y la vivienda. Evidentemente el primero de estos poderes, que disponía de la fuerza, aventajaba infinitamente al segundo, que, aparte de la zona de los ejércitos, sólo tenía la autoridad moral y los recursos de un tesoro irregularmente repuesto. A partir del día en que se generalizó este régimen, el Imperio estaba condenado a desembocar, de abandono en abandono, en la desmembración. Una vez expoliado el territorio, quedaba la institución imperial”.

regime foi generalizado, o Império estava condenado ao fim, de abandono em abandono, ao desmembramento. Uma vez que o território foi saqueado, permaneceu a instituição imperial.

Quanto à distribuição territorial, ao adentrar a Península Ibérica esses povos se estabeleceram em diversas regiões. Esse espaçamento, se pensado pelos romanos, poderia ter a intenção de afastar os germânicos das terras romanizadas, a saber, a Tarraconense e a Cartaginense oriental que, de fato, eles não ocuparam. Para Piel (1933, p. 105), tais povos se dividiram em:

[...] dois grandes grupos: germanos orientais e germanos ocidentais, assim denominados segundo as primitivas regiões que ocupavam. O que nos interessa saber aqui é que os Godos pertencem à primeira família, os Suevos à segunda. [...] À sorte distribuem entre si as diferentes províncias. Aos Suevos cabe a parte ocidental da Gallaecia que abrangia, além da Galiza e da região de entre Douro e Minho, as Astúrias com Leão e Valladolid. Os Alanos estabelecem-se na Lusitânia, ou seja a região ao Sul do Douro e na Cartaginense, enquanto [sic] que os Vândalos ocupam o resto da Gallaecia e a Baetica. Juridicamente e oficialmente, estes povos eram federados, sócios dos Romanos.

Para os fins desta pesquisa, serão levados mais detidamente em análise os povos suevos e visigodos, por terem sido os que mais influências – não só linguísticas – deixaram ao território. Assim, com relação aos suevos, de modo mais específico, sabemos que “A sua história é toda ela confusão e obscuridade” (MARQUES, 1983, p. 48). De fato, em muitos materiais são encontradas apenas histórias resumidas, oriundas de fontes escassas. Apesar disso, sua importância para o cenário peninsular deve ser considerada, pois estes, ao se instalarem na Gallaecia no início do século V, seriam os responsáveis pelo particularismo inicial da língua galego-portuguesa. Relegando as cidades, dominadas pelos romanos, os suevos ocuparam o distante Noroeste, onde construíram um reino organizado e com forte combatividade, apesar do número reduzido. Ali não encontraram resistência, inclusive por conta da crise que afligia o Império, que vivia uma grande depressão econômica que já chegava a prejudicar até mesmo o recrutamento de escravos, uma

das bases da economia romana. Assim, “Pelos meados do século V, apogeu do império suevo na Espanha, este povo exercia soberania sobre a Gallaecia, Lusitania, Baetica e parte da Cartaginensis [...]” (MARQUES, 1983, p. 49). Contudo, em razão dos diversos combates travados com os visigodos, o reino suevo sucumbe em 585 devido às campanhas de expansão do reino visigodo de Leovigildo que, em 618, já dominava quase toda a Península Ibérica (AREÁN-GARCÍA, 2009). Piel (1933, p. 106) assim resume tais momentos:

Na sua história podemos distinguir três períodos. No primeiro, que vai aproximadamente até a morte do rei Ermerico (441), os Suevos defendem com êxito a sua independência contra os seus vizinhos Vândalos e os Romanos. Num segundo período (441-468) passam, sob o comando do rei Rechila, à ofensiva conquistando, embora temporariamente, toda a Baetica e a Cartaginense e estendendo as suas expedições um pouco por toda a parte. Estas tentativas de se apoderarem de toda a Península incompatibiliza-os com os Visigodos pelos quais são finalmente vencidos. O terceiro período (559-585) vê as últimas lutas dos Suevos pela sua independência.

Quanto à sua religião, eram originariamente pagãos, mas, por volta de 448, Rechiarius, rei suevo, aderiu ao cristianismo, ratificando a progressiva assimilação da cultura latina. Ainda, provavelmente como forma de reduzir a animosidade com os visigodos, ocorre a conversão de Remismundus, também rei suevo, por volta de 465, ao arianismo. Entretanto, a influência da Igreja Católica aumenta com o decorrer dos anos e, menos de um século depois, aproximadamente em 550 e 559 (com os reis Chararicus e Theodemirus), ocorrem novas conversões, reacendendo a tensão entre eles. Por fim, do aspecto estritamente linguístico, parece que os suevos pouco influenciaram, até mesmo por conta da superposição dos visigodos, e “Não mais que meia dúzia de topônimos suevos parece terem sobrevivido até hoje” (MARQUES, 1983, p. 49).

Por outra parte, passemos, então, ao que se pode conhecer a respeito da cultura e do modo de vida dos visigodos. A princípio, Mattoso (1993, p. 303) nos diz que:

Os Visigodos são fundamentalmente um conjunto de bandos de guerreiros enriquecidos pela apropriação dos bens do fisco e de alguns ricos aristocratas romanos e pelo exercício de uma autoridade que concebem sobretudo como exercício da força e acumulação de tesouros. De uma maneira geral, respeitam o clero, e até o beneficiam, servem-se dos seus conhecimentos intelectuais e técnicos, promulgam as leis que os Hispano-Romanos lhes sugerem, mas desinteressam-se, salvo em casos excepcionais, pelos problemas administrativos e civis.

O que ficou conhecido como Império Visigótico, Estado Germânico ou Reino de Toulouse foi originalmente fundado quando os visigodos, sob o comando do rei *Vália*, se estabeleceram na província de Aquitânia e começaram a migrar rumo à Península Ibérica, onde “[...] erigiram o mais forte e duradouro reino bárbaro, de que se tem memória, na região aquém-pirenaica” (COUTINHO, 1976, p. 51). Para Piel (1933, p. 107):

A história dos Visigodos é a mais brilhante. Depois duma breve permanência na Península, durante a qual dominaram, com auxílio romano, os Vândalos, Silingos e Alanos, fixam-se definitivamente no sul de França onde o imperador Constâncio lhes tinha marcado residência. A princípio simples «federados» dos Romanos, não tardam a alcançar a soberania e procuram estender o limite do seu novo reino, o reino Tolosano, para Norte e Sul. Na Hispânia o êxito foi completo. Desfizeram-se dos últimos competidores que lhes restavam: os Suevos.

Após o resultado positivo contra os suevos e com a queda definitiva do Império Romano do Ocidente – encerrando o trato que existia até então –, os visigodos se instalam permanentemente na Península e passam a agir por iniciativa própria. Ressaltamos, porém, que quanto à gestão do território, segundo Silva Neto (1986, p. 320), “Os Visigodos aproveitaram-se dos quadros administrativos que encontraram, adaptando-se a eles sem conseguir anular as profundas diferenciações regionais que caracterizam a Hispânia”, visto que, à época, também já estavam eles bastante integrados aos costumes romanos. Contudo, havia ainda uma divergência grave entre os germânicos e os hispânicos que ali se encontravam, pois:

Os Visigodos não eram católicos, mas arianos (uma interpretação do cristianismo propagada por Ario no século IV). Esse facto dificultou por muito tempo a fusão dos Visigodos com os Hispano-Romanos. Uns e outros estavam submetidos a leis diferentes. O casamento entre pessoas de uma e outra raça era proibido (SARAIVA, 1993, p. 47).

É assim que, em 589, durante o terceiro Concílio de Toledo, operando uma transformação radical na monarquia visigótica no intuito de dissolver tal impasse, Recaredo, rei visigodo e sucessor de Liuvigildo, abandona o arianismo e declara-se católico, fortalecendo os laços entre realeza e Igreja, seguido da conversão da maioria dos bispos arianos ao catolicismo. Para Thompson (2007, p. 129, tradução nossa⁶²): “A vitória do catolicismo foi, em certo sentido, uma derrota para o elemento visigodo [...]”. A esse momento, então, se atribui a efetiva integração entre germânicos e hispânicos. Desse modo:

Nos reinados de Chindasvinto (642-649) e Recesvinto (649-672) procurou-se efetuar a fusão política e social dos godos e hispano-romanos, facilitada pela unidade religiosa. Regiam-se os dois grupos por leis diferentes, que foram substituídas por uma lei igual para todos os habitantes da península. Foi abolida a lei que proibia o casamento entre godos e hispano-romanos (SILVA NETO, 1986, p. 318).

Portanto, apesar de os visigodos “[...] se terem romanizado bastante durante suas andanças pela România antes de se fixarem na Ibéria” (BASSETTO, 2005, p. 158), não se pode negar que eles legaram não tão raros vestígios em sua passagem pela Península ao substituírem o poder romano e também devido aos longos anos de permanência, reinando do século V ao VIII, ainda que alguns historiadores considerem que tal domínio só foi exercido com estabilidade durante o período que decorre da expulsão dos bizantinos até a chegada muçulmana.

Apesar da parca documentação e, conseqüentemente, dos também poucos estudos quanto à contribuição dos visigodos no âmbito linguístico⁶³, há de se notar, por exemplo, a situação de isolamento

⁶² No original: “La victoria del catolicismo constituyó en cierto sentido una derrota para el elemento visigodo [...]”.

⁶³ Um exemplo é Baldinger (1963), na obra *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, quanto aos aspectos fonéticos à época da presença dos visigodos na Península.

da Península do resto do império infligida por estes, de modo a “[...] acentuar-lhe o carácter conservador e arcaizante” (SILVA NETO, 1986, p. 320), além dos vocábulos emprestados decorrentes da situação de contato⁶⁴. Inclusive, segundo Molinari (2009, p. 23), “Nos séculos subsequentes [após o século VI] de florescimento literário, os germanismos consagraram-se no léxico latino, visto que muitos desses termos suplantaram seus equivalentes latinos” e, ainda, segundo Coutinho (1976, p. 52, grifos do autor):

Da dominação germânica, quase tricentenária, há vestígios indeléveis em mais de duzentas palavras, que ficaram incorporadas ao nosso patrimônio léxico. São vocábulos referentes aos seus usos e costumes, na maioria designativos de *armas, vestes, insígnias guerreiras*, etc. Alguns também se conservaram na onomástica.

Dessa “conservação na Onomástica”, mencionada na citação e que interessa a este trabalho, em específico, diz Teyssier (1998, p. 17) que “[...] grande número de nomes de pessoas (Fernando, Rodrigo, Álvaro, Gonçalo, Afonso, etc.), assim como de topônimos (Guitiriz, Gomesende, Gondomar, Sendim, Guimarães, etc.) remontam aos Suevos e aos Visigodos”, como também já observado por Bueno (1967, p. 25)⁶⁵,

⁶⁴ Deixando sempre claro que a entrada dos elementos «germânicos» no cenário ibérico se deu por vias diversas e em épocas sucessivas, apesar de, para os fins deste trabalho, focamos no incremento que se deu a partir do século V (VASCONCELOS, 1946).

⁶⁵ Piel (1979, p. 7), ao estabelecer a relação entre Toponímia e Antroponímia nesses casos, diz que “Trata-se de nomes de senhorios (‘possessores’), que desde a época latina, e através de toda a Idade Média, se prenderam às propriedades respectivas, as chamadas ‘vilas’, e se perpetuaram, por via de regra, numa forma fonética que supõe o genitivo, acompanhada ou não do determinado”. Mais especificamente, Carvalhinhos (2013) traz ao debate, também com base em Piel, a relação entre topônimos e antropônimos portugueses de base «germânica» quando diz que a composição morfológica dos nomes de lugares segue a regra do antropônimo (que, no caso, era o possuidor das terras) com a junção a um sufixo indicador do caso genitivo – de preferência com base no genitivo em -i, -anis ou -onis –, o que perdurou durante vários séculos da Idade Média até ser gradualmente substituído pela expressão “de”, veiculando a ideia de posse. Tal regra também valeu para os topônimos da época germânica, com a fórmula nome do proprietário somado a sufixo de origem latina e, para a época da Reconquista, com “[...] novos antropônimos de origem germânica para proprietários e antropônimos subjacentes ao sistema léxico-onomástico, de uso não relacionado à nacionalidade estrangeira do século V (povos germânicos), mas sim a virtuais e representantes de uma nova nacionalidade, a portuguesa” (CARVALHINHOS, 2013, p. 285, tradução nossa) – no original: “[...] nuevos antropónimos de origen germánico para propietarios y antropónimos subyacentes en el sistema léxico-onomástico, de uso no relacionado a la nacionalidad extranjera del siglo V (pueblos germánicos), sino a virtuales y representantes de una nueva nacionalidad, la portuguesa”.

para quem “A grande contribuição germânica está nos antropônimos que, na maioria dos casos, passaram também a topônimos: a terra tomou o nome do possuidor”, por meio do genitivo ou do nominativo, estabelecendo relações entre a Antroponímia e a Toponímia. Por fim, Piel (1933), ao mencionar que dessa civilização “[...] salvaram-se duas ou três dúzias de vocábulos” (PIEL, 1933, p. 109), ressalta o quão incrível é que sejam, em sua maioria, itens onomásticos e ainda afirma que quase todos os topônimos «germânicos» em Portugal são, na sua origem, antropônimos, além de que “[...] qualquer nome próprio, seja ele pessoal ou de lugar, se entronca, em perspectiva histórica variável, num nome comum, donde resulta ser o estudo dos elementos toponímicos inseparável do estudo do léxico geral, antigo ou ainda contemporâneo” (PIEL, 1979, p. 5).

Quanto à língua falada, sabemos, segundo Lehmann (2002, p. 19, tradução nossa⁶⁶), que o:

Gótico é a língua de dois povos germânicos, os visigodos e os ostrogodos, conhecidos desde os primeiros séculos da nossa era. Exceto por algumas inscrições rúnicas, o gótico nos fornece os nossos textos germânicos mais antigos. Os textos são principalmente traduções do Novo Testamento e fragmentos do Antigo Testamento, atribuídas a Wulfila (c. 300-82/3), e alguns outros materiais do século VI. Porque precede outros extensos textos germânicos por

Nesse sentido, Castro (1988, p. 189) complementa que “O uso de critérios morfológicos revela-se fundamental para Piel poder esclarecer a medida em que os antropotopônimos oriundos de possesores latinos provinham de antigos *villae* e *fundi* anteriores aos períodos árabe e visigodo”. Em termos quantitativos, Piel (1979) propõe a existência de cerca de 2.300 nomes de terras, situadas no noroeste da Península Ibérica que refletem o nome de senhorio de substância visigoda.

66 No original: “Gothic is the language of two Germanic peoples, the Visigoths and the Ostrogoths, known from the early centuries of our era. Except for a few runic inscriptions, Gothic provides us with our earliest Germanic texts. The texts are chiefly translations of the New Testament and fragments of the Old Testament, ascribed to Wulfila (c. 300-82/3), and a few other materials from the sixth century. Because it precedes other extensive Germanic texts by three or four centuries, by even more those in North Germanic, Gothic is important for reconstruction of Proto-Germanic as well as for the information it gives us on its society and their language. Like all early texts, those in Gothic present many problems. These have given rise to an enormous bibliography that has by no means provided solutions. Our information on Wulfila is slight. The origin of the Gothic alphabet is undocumented and spelling conventions are disputed. The text of the Greek Bible used for the translation is unknown. Only parts of the translation have come down to us, so that the stock of words and forms is not great”.

três ou quatro séculos, ainda mais por aqueles do norte germânico, o gótico é importante para a reconstrução do protogermânico, bem como para a informação que nos dá sobre sua sociedade e sua língua. Como todos os textos antigos, esses em estilo gótico apresentam muitos problemas. Estes deram origem a uma enorme bibliografia que, de modo algum, forneceu soluções. Nossas informações sobre Wulfila são delicadas. A origem do alfabeto gótico não é documentada e convenções ortográficas são disputadas. O texto da Bíblia grega usada para a tradução é desconhecido. Apenas partes da tradução chegaram até nós, de modo que o estoque de palavras e formas não é grande.

Como vemos, esse capítulo da história ainda se mostra bastante obscuro, não só entre linguistas, mas também entre os historiadores, pois como dito, as fontes são escassas e a informação é quase sempre ausente. Não podemos afirmar com certeza qual seria a língua falada por esse povo à época na Península, o que, porém, não invalida outras questões de ordem linguística associadas a esse aspecto, a exemplo da herança bitemática.

Retornando aos fatos históricos, dificuldades de todas as ordens, tais como crises políticas, desestruturações internas, falta de um comando coeso, problemas sociais e epidemias de pragas e doenças passam a ocorrer e a fragilizar o Império Visigótico e, apesar de uma recuperação observada durante os reinados de Chindasvinto e Recesvinto, não foi possível resistir aos muçulmanos que, em 711, desembarcam na Península e conseguem, rapidamente, conquistar a região.

Assim, ainda que esses recém-chegados não tenham imposto rigorosamente suas crenças, a sua vinda interrompe a existência do reino cristão e, apesar das razoáveis relações estabelecidas entre cristãos e muçulmanos e da facilidade de integração destes, “[...] por volta de fins do século IX e inícios do X, encontramos duas sociedades justapostas: a hispano-visigótica e a árabe-berbere, com estruturas e comportamentos diversos” (ANDRADE FILHO, 1994, p. 42). Os desconfortos oriundos da nova gestão, principalmente aqueles relacionados ao aspecto religioso, foram considerados fatores fundamentais no distanciamento entre os povos. Desse modo, “O que restou do exército cristão [e de parte da população hispano-goda] se refugiou nos Montes Cantábricos ao norte,

sob o comando de Pelágio [...]” (BASSETTO, 2005, p. 149). Esse local, isolado por cadeias de montanhas, no qual a população nativa passou a conviver com os refugiados cristãos, acabou por se estabelecer paulatinamente como uma espécie de sede da organização de retomada das terras. Segundo os historiadores:

A invasão muçulmana implicara o recuo da soberania cristã na península aos limitados cantões no norte. Aos que por diversas razões permaneceram em *al-Andalus*, restou configurar-se como minoria étnico-religiosa. As exigências excludentes do Deus dos cristãos impediam qualquer solução conciliatória. As aproximações com as formas de vida dos conquistadores eram vistas com desconfiança (ANDRADE FILHO, 1994, p. 70).

E ainda:

Ao contrário do que sucede em relação aos Romanos, aos Suevos, aos Visigodos, não é possível fixar num determinado número de anos, ou mesmo de séculos, a duração do domínio muçulmano na Península, porque essa duração variou muito de região para região. Nunca se chegou a exercer nas terras mais setentrionais; todo o país ao norte do Ebro estava de novo sob o domínio cristão em 809. O Porto e Braga foram reconquistados cerca de 868. Coimbra voltou definitivamente à posse cristã em 1064 e Lisboa em 1147. Em Sevilha, Córdova e Faro, os Mouros estiveram cerca de seis séculos (até meados do século XIII); de Granada só foram expulsos nos fins do século XV: a presença moura atinge perto de oito séculos. Estas variações reflectem-se necessariamente na intensidade da influência sobre as populações peninsulares (SARAIVA, 1993, p. 49).

A fim de propor a organização dos fatos sob uma perspectiva cronológica, Silva Neto (1986) menciona três fases referentes à luta entre cristãos e muçulmanos:

- a) A defensiva (720-1002);
- b) A transição (1002-1045);
- c) A Reconquista (1045-1250), que marca o recuo dos falantes do árabe.

Reiteramos que, apesar do que romanticamente nos transmitem algumas obras históricas portuguesas e espanholas, em decorrência desses mais de 700 anos em que parte da população hispano-goda viveu ao norte da Península, não é possível apregoar a plena consciência de uma fé cristã em oposição à muçulmana. Tal cenário, como é de se esperar, certamente apresentou oscilações e foi mais marcante a partir do século XI, após a atuação dos cluniacenses em território da Península Ibérica e das prédicas de Urbano II, bem como dos cistercienses a partir do século XII.

Toda essa retrospectiva histórica, então, nos ajuda a entender fenômenos verificados até os dias de hoje no que nos interessa de modo mais premente, a saber, as heranças e influências da antroponímia «germânica» encontradas na antroponímia brasileira via Portugal. Segundo Mattoso (1993), por exemplo, uma explicação razoável para a lauta quantidade de topônimos «germânicos» se deve à presença dos visigodos no Noroeste da Península – berço da nação portuguesa –, fato que também aplicamos à antroponímia. Ainda, de acordo com Piel (1989, p. 130), “Para a germanização do onomástico peninsular, contribuiu certamente o prestígio de que gozavam os novos senhores da Hispânia [à época da Reconquista] junto da população hispano-românica, a qual passaria a identificar o seu destino com o do reino visigodo”. Assim é que os germanismos se fariam mais presentes no léxico antroponímico – até o século XII, quando passam a predominar os nomes de santos latino-cristãos – e toponímico, enquanto os vocábulos de origem árabe seriam ostensivamente percebidos no léxico comum, resultado dos longos anos de convívio.

Piel (1989) esclarece que, entre os povos germânicos, assim como os gregos ou antes ainda, no período indo-europeu, o modo de nomeação, em sua maioria, se estruturava a partir de um modelo bitemático, no qual os compostos personativos eram formados por meio da união de dois vocábulos do léxico comum. Castro (1988), ao citar o artigo “Antroponímia germânica” de Piel (1959), identifica cinco processos morfológicos para a construção dos nomes bitemáticos «germânicos», a saber: substantivo + substantivo; substantivo + adjetivo; adjetivo + adjetivo; adjetivo + substantivo e; adjetivo + advérbio. Cita ainda que na elaboração dos antropônimos utilizavam-se nomes comuns masculinos

para nomes de homem e comuns femininos para nomes de mulher. Em casos mais específicos, contudo, também poderia ocorrer a formação monotemática⁶⁷, que dispensa o segundo elemento e se agrega a um formativo de posição final ou que se origina da redução de um prenome. Explica-nos Musset (1982, p. 131, grifos do autor, tradução nossa⁶⁸):

O sistema antroponímico do Alto Império, baseado nos *tria nomina*⁶⁹ do cidadão romano, já foi visto muito antes do

67 Para Castro (1988, p. 182), estudioso das obras de Piel, “O aparecimento dos nomes monotemáticos germânicos espelha essas mutações [dos elementos do léxico]. A perda pelos nomes plenos de um dos seus elementos, normalmente o segundo pois era sobre o primeiro que recaía o acento, reflecte a tendência geral da língua para a economia. Acontece, porém, que, às vezes, o núcleo do nome monotemático é constituído pelo segundo termo do nome por já em tempos românicos o acento para ele se ter deslocado”.

68 No original: “El sistema antroponímico del Alto Imperio, basado en los *tria nomina* del ciudadano romano, ya había muerto mucho antes del choque de las invasiones. Salvo en algunos linajes aristocráticos, en el siglo IV sólo habían *cognomina*, y cada hombre llevaba usualmente dos o tres; casi todos eran de una etimología transparente, y tomados de un tema latino o griego por medio de sufijos poco numerosos, sobre todo -ius (por ejemplo, Leontius, Ausonius, Gregorius). En un plazo muy breve – menos de un siglo – este sistema fue eliminado por outro, en el que el individuo sólo llevaba un nombre, generalmente formado, a imagen de los nombres reales, por dos temas germânicos reunidos, que no siempre tenían entre ellos una relación muy clara (por ejemplo: *Dagobertus*, «brillante + día»; *Sigibertus* «brillante + victoria»; *Teudericus* «rey + pueblo»; *Hariulfus* «lobo + ejército»; *Arnulfus* «lobo + águila», etcétera). No hay nombres de familia, pero la relación hereditaria a menudo se expresa por la transmisión de padres a hijos de uno de los componentes de su nombre (por ejemplo *Clodovechus*, Clodoveo, tiene por hijo *Clodomericus*, Clodomiro). Estos nombres, generalmente largos (por lo menos 4 sílabas) a menudo son remplazados en el uso corriente por formas breves, los hipocorísticos (verbigracia, *Dado* por *Audoenus*). Este sistema fue la base de nuestra antroponimia hasta la adopción de los nombres de familia (entre el siglo XII y el XIV); explica la mayoría de nuestros patronímicos y algunos nombres. [...] La difusión de la nueva antroponimia se explica por la moda, el prestigio de la corte, quizás una especie de lealtad hacia el nuevo régimen”.

69 Ao tratarmos da Península Ibérica em termos de sua organização antroponímica, relembremos que, à época da República (509 a.C. a 27 a.C.), existia a convenção representada pelo uso dos *tria nomina*, como chegamos a abordar no Capítulo 3. Para melhor compreender o assunto, nos valem das palavras de Coulanges (2004, p. 111, grifos do autor), que explica: “Sabe-se que em Roma era costume comum a todo o patrício usar três nomes. Chamava-se, por exemplo, Públio Cornélio Cipião. [...] Públio era apenas um nome colocado antes do de família, proenomen; Cipião era um nome acrescido ao cognome, agnomen. O seu verdadeiro nome, nomen, era Cornélio, nome esse, ao mesmo tempo, que pertencia a toda a gens. Se não tivéssemos mais que estes ensinamentos acerca da gens antiga, estes, por si sós e unicamente, bastavam para nos afirmarem ter existido Cornélios antes de haver Cipiões, e não, como se diz muitas vezes, ter a família dos Cipiões se associado a outras para formarem a gens Cornélia. [...] O uso dos patronímicos data desta antiguidade e relaciona-se visivelmente com a velha religião”. Contudo, Coulanges (2004) chama atenção para o fato de que tal comportamento, verificado entre os antigos, se distingue do caminho trilhado pelas sociedades cristãs, pois “Na Idade Média, até o século XII, o nome verdadeiro foi o de batismo, ou nome individual, e os patronímicos só apareceram bastante mais tarde, como nomes de terra, ou como sobrenome. Entre os antigos deu-se precisamente o contrário” (COULANGES, 2004, p. 115). O

choque das invasões. Salvo em algumas linhagens aristocráticas, no século IV só haviam *cognomina* e cada homem levava usualmente dois ou três; quase todos eram de uma etimologia transparente, e tomados de um tema latino ou grego por meio de sufixos pouco numerosos, sobretudo -ius (por exemplo, Leontius, Ausonius, Gregorius). Em um prazo muito breve – menos de um século – este sistema foi eliminado por outro, em que o indivíduo só levava um nome, geralmente formado à imagem dos nomes reais, por dois temas germânicos reunidos, que nem sempre tinham entre eles relação muito clara (por exemplo: *Dagobertus*, «brilhante + dia»; *Sigibertus* «brilhante + vitória»; *Teudericus* «rei + povo» *Hariulfus* «lobo + exército» *Arnulfus* «lobo + águia» etc.). Não há nomes de família, mas a relação hereditária ao menos se expressa pela transmissão de pais a filhos de um dos componentes do seu nome (por exemplo *Clodovechus*, Clodoveo, tem por filho *Clodomiris*, Clodomiro). Esses nomes, geralmente grandes (pelo menos 4 sílabas) ao menos são substituídos no uso corrente por formas breves, os hipocorísticos (verbigracia, *Dado* por *Audoenus*). Esse sistema foi a base da nossa antroponímia até a adoção dos nomes de família (entre o século XII e o XIV); explica a maioria dos nossos patronímicos e alguns nomes. [...] A difusão da nova antroponímia se explica pela moda, o prestigiado da corte, talvez uma espécie de lealdade para o novo regime.

Em nossas análises, seguindo o que propõe Soledade (2018a), modalizamos o conceito de modelo “bitemático”, como utilizado indiscriminadamente em Rodrigues (2016; 2019), para modelo “bifor-mativo”. Essa substituição terminológica se fundamenta porque, nos atuais prenomes inovadores,

[...] nem sempre é possível encontrar um tema, isto é, uma forma livre na língua que faça parte da construção antroponímica neológica, pois, muitas vezes, o que se tem são formas presas, que apresentam grande recorrência no

motivo, para o autor, está justamente na religião, pois para os antigos a família que era “[...] o verdadeiro ser vivo, do qual o indivíduo se tornava apenas membro inseparável: assim o nome patronímico foi o primeiro em data e o primeiro em importância. A nossa nova religião, pelo contrário, reconheceu vida própria ao indivíduo, liberdade completa, independência inteiramente pessoal e não lhe repugnou de modo algum isolá-lo da família: por isso, o nome de batismo foi o primeiro e durante muito tempo o único nome do homem” (COULANGES, 2004, p. 115).

sistema de nomeação de indivíduos, em posições mais ou menos estáveis, tal como um afixo. Ademais, também é importante considerar que a terminologia empregada pela morfologia lexical tradicional não parece se encaixar, de forma elegante e eficiente, aos pressupostos teóricos/descritivos da morfologia construcional aplicada aos antropônimos (SOLEDADE, 2018a, p. 37).

Assim, ao analisarmos um prenome inovador como “Dilza”, temos a seguinte segmentação: [D- + -ILZA]. Nesse exemplo, o F1 não poderia ser entendido como uma forma livre na língua, de modo que a terminologia “bitemático” se mostra inapropriada para a classificação desse prenome, sendo mais coerente a utilização do termo “biformativo”, relembrando nossa hipótese de que os prenomes inovadores que integram o atual quadro onomástico brasileiro “[...] se utilizam de uma estrutura biformativa, advinda do modelo bitemático dos nomes de origem germânica” (SOLEDADE, 2018a, p. 35).

Ademais, é preciso ter em mente, também recorrendo à história, que a nomeação germânica durante parte da Idade Média era semanticamente motivada, com palavras relativas a “campos conceituais” que se referiam a elementos próprios da cultura desses povos, como instrumentos de guerra, animais e sentimentos de conquista – coragem, fama, vitória etc. –, além de adjetivos que denotavam qualidades físicas e morais. Para Piel (1933, p. 111), “Nestes nomes estão condensados os desejos e as esperanças com que os pais acompanham o nascimento dum filho, e claro é que os bens dêste mundo se resumem para um povo de instintos primitivos em: força guerreira, glória, autoridade na tribo, poder e propriedade”. Portanto, havia, por parte desses povos, provavelmente a crença de que ao nome do indivíduo estariam atreladas características físicas ou psicológicas que influiriam nos traços da personalidade deste. Mais tarde, algumas dessas palavras, no âmbito do léxico comum, inclusive suplantaram suas equivalentes latinas, como se verifica pela recuperação de alguns poucos documentos da época.

Contudo, ainda que os antropônimos «germânicos» tivessem sua estruturação voltada para aspectos semânticos, reconhece-se que esses nomes, ao serem absorvidos pelo sistema linguístico vigente no território hispânico, rumaram em direção a uma opacidade do significado,

visto que diversos fatores, como o abandono das línguas germânicas, além da cristianização e da grande importância política adquirida pela Igreja Católica entre os visigodos, levaram o latim a se consolidar, não permitindo a inserção das línguas faladas pelos povos germânicos na Península Ibérica, sendo improvável outorgar que os compostos personativos conservassem seu significado lexical. Nesse sentido, já na década de 1930, Piel (1933, p. 112) propunha que:

À medida que a cultura dum povo vai crescendo, a sua antropônimo enriquece progressivamente. Como a cópia dos nomes existentes não é ilimitada, produzem-se cruzamentos de dois nomes para criar um terceiro e juntam-se assim elementos cuja combinação é lógica e semânticamente impossível, como sucede com o nome Fredenando, Fernando, que à letra significa «paz audaz», o que não diz nada.

Além disso, há que se modalizar essa consideração referente à carga semântica, haja vista a existência de dicionários de nomes próprios – tanto aqueles que se apoiam em evidências etimológicas para recuperar possíveis significados quanto aqueles de cunho popular cuja significação dos nomes é culturalmente construída, mas sem rigor científico. O que não se pode negar é o fato de a maioria das pessoas desconhecerem informações de sincronias pretéritas das línguas em que se expressam devido ao seu uso instrumental na comunicação: uma pessoa chamada “Bruno” pode ignorar que seu nome remonta a “moreno” (MACHADO, 2003, p. 289) ou alguém com o nome “Letícia” pode não saber que ele significa “alegria” (GUÉRIOS, 1981, p. 161). Contribuindo para a conformação dessas ideias, Dick (1992, p. 185) explica que os nomes de pessoas, ao exercerem

[...] o papel de verdadeiros registros do cotidiano, revelado em atitudes e posturas sociais, específicas a determinados grupos humanos, preservam, por isso mesmo, a memória coletiva, principalmente nas sociedades ágrafas, onde sua importância é mais notável pela ausência de outras fontes de análise. Os aspectos semânticos que podem ser encontrados nos nomes de pessoas ligam-se, portanto, como vimos, ao papel que exercem de verdadeiras manifestações culturais dos povos, e onde transparece, como

se sabe, os mais diversos motivos determinantes de sua escolha. Talvez a própria maneira pela qual se concebia o nome, em épocas remotas, como uma substância revestida de poderes místicos, seja a responsável pela variedade das motivações, em uma ou outra sociedade.

Logo, mesmo que esvaziados de sua motivação semântica “primitiva”, os nomes e os formativos antroponímicos de origem «germânica» atravessaram séculos e ainda hoje perduram e produzem novos elementos morfológicos para a renovação do léxico onomástico do português brasileiro. Também é importante, como observa Coelho (2004, p. 54), “[...] chamar a atenção para a inerente incorporação do passado no presente que todo sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrônica pode subestimar”, considerando, portanto, que os falantes herdaram as estruturas da língua e raramente as alteram, para não correr o risco de uma incompreensibilidade que afetaria o propósito comunicativo da língua.

Dessa forma, não causa espanto que a língua e a cultura portuguesa no Brasil conservem diversas influências de povos que habitaram a Península Ibérica, berço do nascimento da língua portuguesa. Ao longo de vários séculos, dos inúmeros pré-romanos presentes na Península desde o Neolítico, passando pelo legado latino deixado pelos romanos, chegando aos germânicos e aos muçulmanos, o cabedal antroponímico é bem diverso. No que tange ao elemento «germânico», não devemos ainda nos esquecer dos contatos culturais posteriores com línguas de origem germânica, como o inglês, ou de forte influência germânica, como o francês. Da mesma maneira, devido ao longo tempo pelo qual se deu esse contato na língua, é curioso notar que vários prenomes «germânicos», como “Francisco”, “Elvira”, “Edmundo”, “Arlete”, “Orlando” e “Fernando”, já estão tão entranhados no cotidiano dos brasileiros que não são sentidos como estrangeiros – e realmente não são, pois já adquiriram o *status* de endônimos.

Brasil e os fatores de impulsionamento para antropônimos inovadores

Caminhando alguns séculos adiante, entendemos que os fatores que alavancaram o incremento acentuado da inovação antroponímica ao fim do século XIX e ao longo do século XX, no Brasil, remontam a acontecimentos sócio-históricos e culturais importantes no que diz respeito a um momento de redefinição das hierarquias vigentes. Para tanto, focalizaremos na retirada do registro civil das mãos da Igreja Católica e na Abolição da Escravatura como os dois principais motivos para esse incremento, além de alguns outros aspectos impulsionadores. As mudanças observadas no quadro dos prenomes brasileiros nesse período foram tantas que podemos, até mesmo, propor a reutilização da expressão “revolução antroponímica”, conforme Santos (2003).

O primeiro fator a ser mencionado advém da necessidade de universalização do registro civil, que se deu – ao menos legalmente, visto que este demorou de ser aceito – com o Decreto nº 9.886, de 7 março de 1888, por meio do qual todos os municípios brasileiros deveriam dispor ao menos de um escritório de registro, retirando tal função das mãos da Igreja Católica, representante da religião oficial do Brasil Colônia. Inicialmente, portanto, era de conhecimento das igrejas e paróquias, sob responsabilidade do vigário, os registros de todos que nasciam, casavam e morriam, feitos em livros especiais que deveriam ser conservados por elas. A influência da igreja se observa, assim, de uma perspectiva geral (inclusive nos nomes dos escravos, quando havia), sendo uma prática comum a opção por nomes da tradição católica. Tais fatos são importantes na perspectiva linguística, pois como resultado verificamos heranças no quadro onomástico brasileiro, repleto, até hoje, de nomes de origem bíblica, a exemplo de “João”, “Maria” e “José”.

Com a diminuição do poder da igreja sobre as práticas de nomeação da época, devido ao advento do Decreto nº 9.886, os cidadãos teriam maior liberdade para escolher seus nomes, podendo até mesmo criá-los, acarretando, como propomos, em um possível incremento da inovação antroponímica. Contudo, é preciso ressaltar que essa separação do registro civil e da Igreja Católica foi motivo de grandes disputas entre esta

e a burocracia estatal que lutava pela sua autonomia e, portanto, esse processo também não se deu de forma simples ou rápida, havendo uma:

[...] insatisfação que tomou conta do mundo eclesiástico, primeiro com a separação do Estado da Igreja Católica e, segundo, com a perda do controle do registro civil. Com o advento da República e da maior burocratização do governo, o registro civil ganhou novo fôlego e, mesmo diante de pressões contrárias, no ano de 1889 os primeiros registros começaram a ser escritos. O decreto de 1888 impôs regras para o assentamento dos registros de nascimento, casamento e óbito, sendo uma das primeiras referente ao declarante (COSTA, 2016, p. 121).

O segundo acontecimento, também do ano de 1888, se refere à Abolição da Escravatura no Brasil. É preciso lembrar que à época colonial o registro civil era feito de forma simples. Muito mais tarde, com o surgimento de diversas documentações de ordem militar, eleitoral, fiscal etc., também surgiram mais números de identificação particulares a cada indivíduo. Em comum a todos eles, estava um elemento: o nome. Portanto, “Tudo, do ponto de vista social, começa por este signo. Sem ele o indivíduo não se faz reconhecer nem é reconhecido” (MARTINS, 1984, p. 58). No contexto da escravidão, é o nome (ou a ausência deste), mais um elemento de coerção dos direitos. Ainda, de acordo com Martins (1984, p. 46):

O limite máximo social do uso deste poder [de dominação] implica o uso do outro somente como força de trabalho e tem repercussões na questão do nome próprio. Este limite é a escravatura. Como se sabe, desde a Antiguidade o escravo não tinha direito a um nome próprio. Quando o tem, via de regra, está indicado a quem o escravo pertence. No Brasil, os escravos que aqui chegavam eram compulsória e imediatamente cristianizados. A maioria não tinha direito a sobrenome.

Assim, a Abolição é resultado de uma longa e complexa negociação entre governo⁷⁰, senhores e os próprios escravos e, apesar de ter sido mais bem mais estudada do ponto de vista econômico e político do que social

⁷⁰ O primeiro documento nacional a se comprometer com o fim da escravidão foi o tratado anglo-brasileiro (1826-1827).

ou cultural, ela engendrou, *a posteriori*, diversos movimentos que diziam respeito à massa populacional de negros libertos e seus descendentes. Enquanto tratados como uma propriedade, os escravos foram privados de vários direitos, dentre eles, o do nome. Quando “registrados”, eram designados por apenas um elemento, resultando numa “economia onomástica”, como mencionam Palma e Truzzi (2012). A importância do nome se dava e se dá justamente porque “A apropriação de um nome, para além do processo de individualização da identidade que ele representa, traz consigo a questão da inserção do indivíduo nas estruturas jurídicas e administrativas do Estado” (PALMA; TRUZZI, 2012, p. 4), portanto, estando relegados ao seu maior direito de personalidade, estavam os escravos também à margem das relações estabelecidas no meio social. Nesse sentido:

Em geral portadores de nomes simples e sem sobrenomes, os libertos queriam agora [no pós-Abolição] ser reconhecidos da mesma forma que o restante da população, apagando as reminiscências que pudessem associá-los à escravidão. A imposição e a apropriação de nomes foram, aliás, questões presentes no processo de escravização desde a captura em solo africano (PALMA; TRUZZI, 2012, p. 2).

O apagamento onomástico já se dava antes mesmo do embarque, quando todos os escravos deveriam passar por uma conversão religiosa a fim de se tornarem adeptos do cristianismo – realçando o fato de que, na história, muitas vezes os interesses econômicos caminhavam lado a lado com os interesses religiosos. Dessa maneira, somente após chegarem ao Brasil é que esses escravos eram renomeados, passando a portar um hagiônimo ligado à tradição litúrgica cristã. Esse nome, aos poucos, foi apropriado e absorvido de tal modo que, adiante, com o movimento abolicionista, muitos o mantiveram mesmo após a conquista da liberdade, de modo que pouco restou da onomástica africana em solo brasileiro (PALMA; TRUZZI, 2012).

Contudo, parte dos indivíduos saiu em busca de uma construção identitária particular, pois não se viam representados pela herança onomástica advinda dos seus senhores, responsáveis por ditar as regras, e partiram para um caminho alternativo, na contramão do que costumeiramente se fazia. Para tanto, e segundo a hipótese aventada

neste trabalho, passaram a criar, por meio de mecanismos cognitivos e de suas experiências lexicais, novos itens onomásticos a partir daqueles que conheciam (os modelos). Ou seja, ainda que se apropriando de antropônimos tradicionais – de origem «germânica», cristã etc. –, foram os responsáveis pelo surgimento de antropônimos inovadores, criados por mecanismos diversos.

Nesse ponto, observamos a importância da Onomástica, uma vez que “[...] modificações de nomes [atuam] como ritos de ruptura, nos quais personalidades se redefinem ao mesmo tempo em que expressam uma nova imagem social daquele indivíduo” (WEIMER, 2008, p. 326). Ainda nesse sentido, Castro (1994, p. 91) afirma:

O nome atribuído ao africano cativo terá um novo conteúdo. Diferente daquele que portava na África, o novo nome estará destituído dos momentos históricos, das representações sócio-culturais [sic] que, de certa forma, o ligava ao passado. Admitindo-se que os portadores do mesmo sobrenome compartilhassem ancestrais comuns, partiam-se, com a negação do nome original, fatores fundamentais de identidade. O nome cristão-hebraico-português, impregnado da ideologia do dominador, será mais um fator de ajustamento, porque sedimenta a perda da identidade africana.

Outrossim, a “construção” da consciência e da identificação de um movimento especificamente negro também dependia diretamente da existência de um grupo que se identificasse e se reconhecesse como “negro”, o que foi paulatinamente mais viável a partir da Abolição, visto que não seria coerente afirmar que uma possível identidade escrava e/ou liberta teria passado automaticamente a uma identidade negra. Para tanto, também é preciso considerar o fator “memória”, pois esta, além de um elemento constituinte do sentimento de identidade é, ao mesmo tempo, distinta e indissociável do fator “história”. Apenas é necessário cuidado no que tange à “memória seletiva”, a fim de se chegar às representações mais próximas e fidedignas do passado e não apenas a uma visão estereotipada deste. Ademais, como nos diz Paixão de Sousa (2006, p. 43):

Quando buscamos uma perspectiva efetivamente histórica, e não apenas diacrônica, no estudo lingüístico, precisamos

refinar e tornar crítico o nosso olhar sobre o ‘discurso do tempo’. Precisamos lembrar que as novas narrativas se constroem com base nas narrativas anteriores; e que podemos refletir sobre aquilo que resta a narrar.

Como já mencionado, entendemos que muitas características de um povo podem ser observadas na escolha dos nomes próprios, como também aponta Jean Hébrard (2000, p. 17) acerca dos nomes de pessoas: “A atribuição de um nome é um processo complexo que, de uma parte, designa um ser humano como radicalmente singular e, de outra, classifica-o nas múltiplas ordens sociais que vão organizar sua existência”. Por isso é que acreditamos que um reflexo dessa retomada identitária pode ser verificado justamente na Onomástica, a partir da tendência de se construir antropônimos inovadores que começam a se distanciar, então, dos antropônimos tradicionalmente empregados. Relembramos, contudo, que essa mudança na opção de nomes convencionais por nomes inovadores não se deu de modo brusco tampouco uniforme, pois como nos diz Weimer (2008, p. 321-322):

Quem nascia no Brasil, trazia consigo um nome cristão que não lhe era estranho, desde sua infância. Isso não significa, contudo, que estes últimos eram ‘aculturados’, ou que perderam referências africanas. Seus pais de lá vinham. Trataram de construir laços de ancestralidade no Novo Mundo por meio da herança de nomes de geração a geração.

Isso porque, diante das novas gerações, não mais de africanos⁷¹, mas de brasileiros, a atribuição de nomes tradicionais remontava a experiências mais próximas do seu local de nascimento e da sociedade aos quais estavam integrados do que ao continente africano, onde estavam as raízes dos seus antepassados. Acreditamos que esse motivo seria relevante para que o número de nomes inovadores surgidos no pós-Abolição não tenha sido ainda maior.

Saltemos, neste momento, do final do século XIX para a segunda metade do século XX. Somados aos dois acontecimentos já narrados, diversos outros impulsionadores podem ser apontados para o aumento

71 Relembrando que os negros que chegavam ao Brasil eram de diferentes regiões e também falavam diferentes línguas. Quando passavam por esse processo de adaptação à língua geral indígena, acabavam por perder muitos elementos, incluindo itens onomásticos.

da inovação em termos antroponímicos no Brasil, a exemplo dos fenômenos midiáticos – como o surgimento e a propagação do rádio, da televisão e do cinema –, da diminuição do número de católicos, dos movimentos migratórios e imigratórios e, posteriormente, com o processo de globalização, da maior abertura à língua e cultura dos Estados Unidos, somado ao pouco poder restritivo dos cartórios, uma vez que, diferentemente de países como Portugal, o Brasil não possuía (nem possui) regras muito rígidas para a escolha de antropônimos⁷².

Ao fim deste capítulo, consideramos ter sido possível elencar com objetividade e clareza alguns dos principais acontecimentos históricos envolvidos na constituição do atual quadro antroponímico brasileiro. Todas as situações, por mais desconexas que possam parecer, acarretaram, de uma forma ou de outra, em determinadas consequências/opções lexicais, reforçando a ideia de que a Onomástica está sempre refletindo aspectos sociais, culturais, históricos, dentre outros, de modo que estudos nessa área, atravessada por uma valiosa interdisciplinaridade, devem ser sempre realizados, atualizados e encorajados.

72 Cf. Simões Neto e Rodrigues (2017) sobre os antropônimos brasileiros.

O que revela a análise do *corpus*

Após a recolha dos dados a partir dos documentos analisados *in loco*, foi possível obter informações basilares para nossas análises. Diante da consideração do período histórico do pós-Abolição, portanto, pós-1888 – e considerando o espaço geracional de aproximadamente 20 a 30 anos –, apenas foram analisados os Livros de número 7, 8, 9 e 10, visto que os demais correspondiam a um período anterior e que não nos interessa. Tais livros possuíam, respectivamente, 796, 500, 500 e 164 fichas de registro dos novos irmãos que aderiram à Ordem, totalizando 1960 nomes para análise. O primeiro registro data do ano de 1893, enquanto o último registro se refere ao ano de 2014, portanto, cobrindo um percurso temporal de fins do século XIX até início do século XXI.

Antes de passarmos à exposição do que encontramos nos livros, acreditamos ser necessária a ponderação de alguns aspectos que influenciaram os nossos resultados de uma perspectiva quantitativa. Em primeiro lugar, mencionamos as inúmeras ocorrências dos prenomes “Maria”, “José”, “Ana”, “João”, “Antônio”, “Manoel”⁷³, dentre outros, em que pese a alteração nas porcentagens atribuídas aos nomes de origem «germânica» – tradicionais ou inovadores, como veremos. Lembramos que à época, e ainda hoje, esses prenomes foram e são muito frequentes no cenário onomástico brasileiro (principalmente quando relembramos a forte influência religiosa que resultou no uso exacerbado de nomes bíblicos) e a repetição deles no *corpus* fez com que a quantidade dos prenomes vinculados a uma origem «germânica» não fosse mais expressiva.

Outro ponto importante que certamente alterou as porcentagens dos nossos dados diz respeito à desconsideração dos nomes de pessoas não nascidas na Bahia, visto que muitos indivíduos registrados na Ordem eram de outros estados (como Sergipe, Pernambuco etc.) ou países (Espanha, Portugal, dentre outros). Como as fichas referentes a outros lugares, que não pertencentes ao estado da Bahia, não foram analisadas, o número de ocorrências de prenomes vinculados a uma

⁷³ Segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, os prenomes “Maria”, “José”, “João”, “Antônio” e “Manoel” ocupam, respectivamente, as posições de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 25º lugares quanto à ordem de frequência no quadro onomástico brasileiro atualmente.

origem «germânica» – tradicionais ou inovadores –, consequentemente, também diminuiu. Ainda quanto aos fatores que influenciaram quantitativamente nos nossos resultados, é preciso destacar que neste trabalho nos dedicamos apenas aos prenomes criados com formativos vinculados a uma origem «germânica», desconsiderando formativos vinculados a outras origens. Por conseguinte, descartamos também possíveis prenomes inovadores, o que significa que essa tendência, à época, pode ter sido ainda mais expressiva, mas só uma investigação mais abrangente do *corpus*, e com outros objetivos, pode trazer resultados mais esclarecedores.

Por fim, destacamos a incompletude e também as incongruências de certas fichas que, por vezes, deixam de indicar alguma informação, não apresentam leitura clara – por se tratar de um documento manuscrito, com dificuldades tanto na conservação do material quanto na própria leitura da caligrafia do responsável pelo registro – ou, mais gravemente, possuem grafias distintas para um mesmo prenome (logo abaixo do título da ficha e na assinatura⁷⁴). Algumas dessas dificuldades foram destacadas nas figuras a seguir.

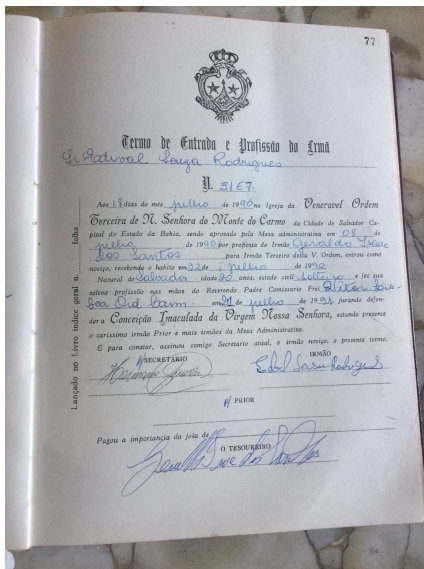
Figura 4 - Dificuldade de leitura do campo “Natural de” na ficha nº 116 do Livro 9



Fonte: Acervo da autora.

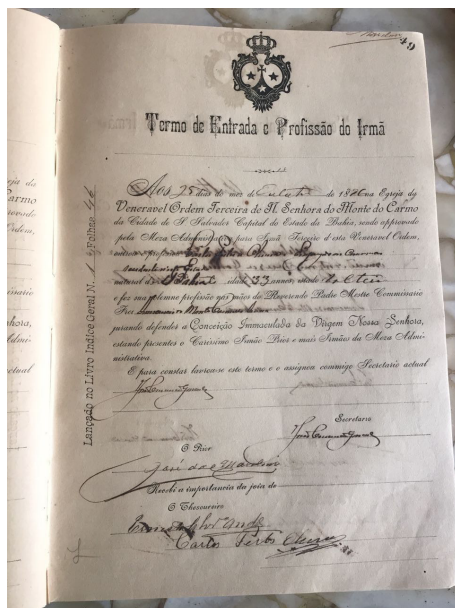
74 Apesar de termos conhecimento da possibilidade, em assinaturas, da omissão de letras como marca pessoal do indivíduo. Contudo, por não ser possível o contato com este, também não é possível afirmar com certeza o que de fato pode ter acontecido para justificar a diferença nas grafias.

Figura 5 - Divergência gráfica na ficha nº 77 do Livro 10



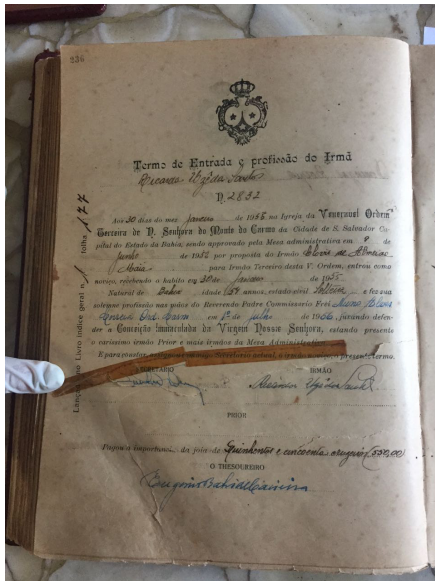
Fonte: Acervo da autora.

Figura 6 - Ausência de identificação no primeiro campo da ficha nº 49 do Livro 7



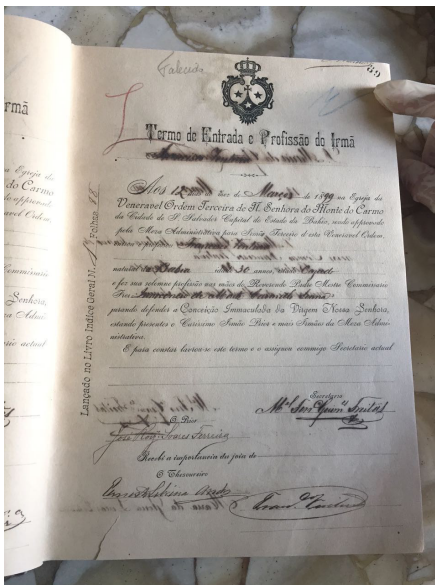
Fonte: Acervo da autora.

Figura 7 - Uso inadequado de fita adesiva para manutenção da ficha nº 236 do Livro 9



Fonte: Acervo da autora.

Figura 8 - Dificuldade de leitura devido a borrões na ficha nº 89 do Livro 7



Fonte: Acervo da autora.

Figura 9 - Estado de conservação da lombada do Livro 8



Fonte: Acervo da autora.

Após essas ressalvas, passaremos agora à apresentação, no Quadro 2, de todos os prenomes – tradicionais e inovadores – cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem «germânica» encontrados nos Livros 7, 8, 9 e 10, por ordem alfabética. A primeira coluna indica o número total das ocorrências, incluindo os prenomes repetidos. Os prenomes que apresentaram duas grafias distintas na mesma ficha – como vimos na Figura 5 – foram marcados com o uso do elemento gráfico “~” entre as formas encontradas (por exemplo: Alsira ~ Alzira).

Quadro 2 - Prenomes cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem «germânica» encontrados nos Livros 7, 8, 9 e 10

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|----------|-----------------|
| | 9 | 392 | Abelardo | 1975 |
| | 10 | 163 | Adailton | 2014 |
| | 8 | 433 | Adalardo | 1935 |
| | 7 | 693 | Adalgisa | 1918 |
| | 7 | 689 | Adalgisa | 1918 |
| | 7 | 183 | Adalgiza | 1899 |
| | 9 | 114 | Adalicio | 1942 |
| | 9 | 479 | Adalinda | 1978 |
| | 7 | 325 | Adelaide | 1912 |
| | 8 | 214 | Adelaide | 1927 |
| | 7 | 50 | Adelia | 189[-] |
| | 7 | 84 | Adelia | 1897 |
| | 7 | 220 | Adelia | 1900 |
| | 7 | 242 | Adelia | 1900 |
| | 7 | 536 | Adelia | 1916 |
| | 9 | 237 | Adelia | 1955 |
| | 7 | 583 | Adelia | 1917 |
| | 7 | 548 | Adelina | 1916 |
| | 7 | 624 | Adelina | 1918 |
| | 8 | 266 | Adelina | 1929 |
| | 8 | 364 | Adelina | 1934 |
| | 9 | 464 | Adelina | 1978 |
| | 8 | 219 | Adelisa | 1927 |
| | 8 | 335 | Adelmo | 1933 |
| | 9 | 491 | Ademar | 1978 |
| | 9 | 283 | Adolfo | 1957 |
| | 7 | 257 | Adolpho | 1900 |
| | 7 | 528 | Adolpho | 1915 |
| | 7 | 748 | Adolpho | 1919 |
| | 7 | 173 | Adolpho | 1899 |
| | 9 | 415 | Adroaldo | 1976 |
| | 7 | 706 | Affonso | 1919 |
| | 7 | 710 | Affonso | 1919 |
| | 9 | 442 | Agnaldo | 1977 |
| | 10 | 128 | Ailton | 199[-] |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|------------|----------------|
| | 7 | 62 | Albertina | 1897 |
| | 7 | 471 | Albertina | 1913 |
| | 7 | 721 | Albertina | 1919 |
| | 7 | 728 | Alberto | 1919 |
| | 7 | 735 | Alberto | 1919 |
| | 8 | 201 | Alberto | 1926 |
| | 8 | 228 | Alberto | 1927 |
| | 8 | 469 | Alberto | 1936 |
| | 9 | 256 | Alberto | 1957 |
| | 9 | 281 | Alberto | 1957 |
| | 9 | 489 | Alda | 1978 |
| | 7 | 229 | Alfredo | 1900 |
| | 7 | 269 | Alfredo | 1901 |
| | 7 | 491 | Alfredo | 1914 |
| | 7 | 511 | Alfredo | 1915 |
| | 7 | 538 | Alfredo | 1916 |
| | 7 | 632 | Alfredo | 1918 |
| | 7 | 661 | Alfredo | 1918 |
| | 8 | 107 | Alfredo | 1923 |
| | 8 | 191 | Alfredo | 1926 |
| | 8 | 270 | Alfredo | 1929 |
| | 9 | 85 | Alfredo | 1940 |
| | 9 | 409 | Alfredo | 1975 |
| | 7 | 753 | Alfredo | 1920 |
| | 7 | 79 | Almeirinda | 1897 |
| | 7 | 529 | Almerinda | 1916 |
| | 8 | 2 | Almerinda | 1921 |
| | 9 | 225 | Almerinda | 1949 |
| | 9 | 454 | Almerinda | 1977 |
| | 7 | 773 | Almerinda | 1920 |
| | 8 | 132 | Almerindo | 1924 |
| | 8 | 55 | Almir | 1922 |
| | 10 | 52 | Almir | 1985 |
| | 7 | 225 | Almira | 1900 |
| | 8 | 224 | Almira | 1927 |
| | 8 | 499 | Almira | 1937 |
| | 9 | 385 | Almira | 1975 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | 7 | 754 | Almiro | 1920 |
| | 9 | 161 | Almiro | 1945 |
| | 8 | 323 | Aloysio | 1932 |
| | 7 | 156 | Alsira ~ Alzira | 1899 |
| | 8 | 53 | Alvaro | 1922 |
| | 8 | 184 | Alvaro | 1925 |
| | 8 | 305 | Alvaro | 1932 |
| | 8 | 486 | Alvaro | 1936 |
| | 9 | 80 | Alvaro | 1940 |
| | 9 | 160 | Alvaro | 1945 |
| | 9 | 187 | Alvaro | 1947 |
| | 9 | 388 | Alvaro | 1975 |
| | 7 | 576 | Alvaro | 1917 |
| | 7 | 609 | Alvaro | 1917 |
| | 7 | 629 | Alvaro | 1918 |
| | 8 | 78 | Alvaro | 1923 |
| | 7 | 179 | Alzira | 1899 |
| | 7 | 792 | Alzira | 1920 |
| | 8 | 394 | Alzira | 1935 |
| | 7 | 585 | Alzira | 1917 |
| | 7 | 105 | Amalia | 1899 |
| | 7 | 267 | Amalia | 1901 |
| | 7 | 590 | Amelia | 1917 |
| | 8 | 10 | Amelia | 1921 |
| | 8 | 267 | Amelia | 1929 |
| | 8 | 302 | Amelia | 1931 |
| | 8 | 303 | Amelia | 1931 |
| | 9 | 209 | Amelia | 1949 |
| | 7 | 198 | Amelia | 1899 |
| | 7 | 616 | Amelia | 1918 |
| | 7 | 44 | America | 1896 |
| | 7 | 358 | America | 1903 |
| | 9 | 459 | America | 1977 |
| | 7 | 677 | Americo | 1918 |
| | 7 | 683 | Americo | 1918 |
| | 8 | 52 | Americo | 1922 |
| | 9 | 9 | Americo | 1937 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|---------------------------|----------------|
| | 9 | 144 | Americo | 1944 |
| | 8 | 241 | Anathilde | 1928 |
| | 7 | 77 | Areolina | 1897 |
| | 7 | 430 | Arlinda | 1905 |
| | 8 | 203 | Arlinda | 1926 |
| | 9 | 79 | Arlinda | 1939 |
| | 9 | 313 | Arlinda | 1962 |
| | 9 | 326 | Arlinda | 1964 |
| | 9 | 130 | Arlindo | 1942 |
| | 7 | 734 | Armandina | 1919 |
| | 7 | 674 | Armando | 1918 |
| | 8 | 234 | Armando | 1928 |
| | 9 | 51 | Armando | 1938 |
| | 7 | 283 | Arnaldo | 1901 |
| | 7 | 781 | Arnaldo | 1920 |
| | 8 | 173 | Arnaldo | 1925 |
| | 7 | 206 | Arthur | 1900 |
| | 7 | 464 | Arthur | 1913 |
| | 7 | 469 | Arthur | 1913 |
| | 7 | 602 | Arthur | 1917 |
| | 7 | 785 | Arthur | 1920 |
| | 8 | 260 | Arthur | 1929 |
| | 8 | 386 | Arthur | 1935 |
| | 8 | 425 | Arthur | 1935 |
| | 9 | 99 | Arthur | 1941 |
| | 8 | 297 | Arthur | 1931 |
| | 7 | 66 | Arthur | 1899 |
| | 8 | 63 | Athalydio | 1922 |
| | 10 | 53 | Avanildes | 1985 |
| | 10 | 56 | Bernadete | 1985 |
| | 9 | 458 | Bernadeth ~ Bernardeth | 1977 |
| | 8 | 320 | Bernadette | 1932 |
| | 8 | 269 | Bernardino | 1929 |
| | 7 | 172 | Bernardo | 1899 |
| | 9 | 106 | Bernardo | 1941 |
| | 7 | 410 | Bertholino | 1904 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|-------------------|-----------------|
| | 9 | 163 | Cacilda | 1946 |
| | 8 | 252 | Cardulina | 1928 |
| | 8 | 489 | Carlito | 1936 |
| | 7 | 49 | Carlos | 1896 |
| | 7 | 123 | Carlos | 1899 |
| | 8 | 108 | Carlos | 1923 |
| | 8 | 175 | Carlos | 1925 |
| | 8 | 185 | Carlos | 1925 |
| | 8 | 199 | Carlos | 1926 |
| | 8 | 246 | Carlos | 1928 |
| | 9 | 40 | Carlos | 1938 |
| | 9 | 70 | Carlos | 1939 |
| | 9 | 95 | Carlos | 1940 |
| | 9 | 408 | Carlos | 1975 |
| | 7 | 694 | Carlos | 1918 |
| | 9 | 359 | Carlos | 1968 |
| | 7 | 67 | Carlos | 1897 |
| | 7 | 252 | Carolina | 1900 |
| | 7 | 600 | Carolina | 1917 |
| | 9 | 330 | Clemilton | 1964 |
| | 9 | 262 | Crisaldete | 1957 |
| | 7 | 654 | Dagoberto | 1918 |
| | 7 | 60 | Deolinda | 1897 |
| | 8 | 322 | Deolinda | 1932 |
| | 10 | 132 | Deuzimar | 1995 |
| | 9 | 482 | Dilza | 1978 |
| | 8 | 97 | Divaldo ~ Dyvaldo | 1923 |
| | 9 | 450 | Dorival | 1977 |
| | 7 | 214 | Durval | 1900 |
| | 7 | 355 | Durval | 1903 |
| | 7 | 489 | Durval | 1914 |
| | 7 | 737 | Durval | 1919 |
| | 9 | 82 | Durval | 1940 |
| | 9 | 103 | Durval | 1941 |
| | 7 | 230 | Durvalgisa | 1900 |
| | 8 | 168 | Durvalina | 1925 |
| | 8 | 488 | Ederval | 1936 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|----------------|----------------|
| | 9 | 113 | Edgard | 1942 |
| | 9 | 153 | Edgard | 1945 |
| | 8 | 399 | Edith | 1935 |
| | 9 | 294 | Edith | 1960 |
| | 8 | 60 | Edméa | 1922 |
| | 9 | 288 | Edméa | 1958 |
| | 8 | 291 | Edmundo | 1930 |
| | 8 | 326 | Edmundo | 1932 |
| | 9 | 486 | Edna | 1978 |
| | 10 | 121 | Edna | 1993 |
| | 9 | 349 | Edson | 1966 |
| | 10 | 125 | Edson | 1993 |
| | 7 | 435 | Eduardo | 1906 |
| | 7 | 716 | Eduardo | 1919 |
| | 7 | 788 | Eduardo | 1920 |
| | 8 | 41 | Eduardo | 1921 |
| | 8 | 81 | Eduardo | 1923 |
| | 8 | 99 | Eduardo | 1923 |
| | 10 | 77 | Edval ~ Edival | 1990 |
| | 9 | 151 | Edvaldo | 1945 |
| | 8 | 387 | Egberto | 1935 |
| | 7 | 182 | Elvira | 1899 |
| | 7 | 406 | Elvira | 1904 |
| | 7 | 760 | Elvira | 1920 |
| | 9 | 63 | Elvira | 1939 |
| | 8 | 281 | Elza | 1929 |
| | 9 | 158 | Elza | 1945 |
| | 10 | 91 | Elza | 1991 |
| | 9 | 100 | Erico | 1941 |
| | 9 | 108 | Erico | 1941 |
| | 7 | 733 | Ernestina | 1919 |
| | 7 | 137 | Ernestina | 1899 |
| | 7 | 482 | Ernesto | 1913 |
| | 7 | 651 | Ernesto | 1918 |
| | 7 | 708 | Ernesto | 1919 |
| | 8 | 196 | Ernesto | 1926 |
| | 9 | 105 | Ernesto | 1941 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|----------------------------|-----------------|
| | 7 | 80 | Eterelvina ~ Etirelvina | 1897 |
| | 9 | 270 | Eurivalda | 1957 |
| | 9 | 240 | Everaldina | 1955 |
| | 9 | 116 | Everaldo | 1942 |
| | 7 | 487 | Fernando | 1913 |
| | 8 | 189 | Fernando | 1926 |
| | 8 | 385 | Fernando | 1935 |
| | 9 | 76 | Fernando | 1939 |
| | 9 | 191 | Fernando | 1948 |
| | 9 | 432 | Fernando | 1977 |
| | 10 | 74 | Fernando | 1990 |
| | 10 | 100 | Fernando | 1992 |
| | 9 | 302 | Florival | 1961 |
| | 7 | 166 | Francelina | 1899 |
| | 7 | 409 | Francelina | 1904 |
| | 9 | 234 | Francina | 1955 |
| | 7 | 344 | Francisca | 1902 |
| | 7 | 346 | Francisca | 1902 |
| | 7 | 58 | Francisco | 1897 |
| | 7 | 89 | Francisco | 1899 |
| | 7 | 94 | Francisco | 1899 |
| | 7 | 119 | Francisco | 1899 |
| | 7 | 154 | Francisco | 1899 |
| | 7 | 162 | Francisco | 1899 |
| | 7 | 203 | Francisco | 1900 |
| | 7 | 208 | Francisco | 1900 |
| | 7 | 280 | Francisco | 1901 |
| | 7 | 292 | Francisco | 1901 |
| | 7 | 332 | Francisco | 1902 |
| | 7 | 374 | Francisco | 1903 |
| | 7 | 452 | Francisco | 1912 |
| | 7 | 453 | Francisco | 1912 |
| | 7 | 466 | Francisco | 1913 |
| | 7 | 467 | Francisco | 1913 |
| | 7 | 475 | Francisco | 1913 |
| | 7 | 522 | Francisco | 1915 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|-------------|----------------|
| | 7 | 523 | Francisco | 1915 |
| | 7 | 556 | Francisco | 1916 |
| | 7 | 589 | Francisco | 1917 |
| | 7 | 591 | Francisco | 1917 |
| | 7 | 634 | Francisco | 1918 |
| | 7 | 648 | Francisco | 1918 |
| | 7 | 704 | Francisco | 1918 |
| | 7 | 745 | Francisco | 1919 |
| | 7 | 786 | Francisco | 1920 |
| | 8 | 35 | Francisco | 1921 |
| | 8 | 36 | Francisco | 1921 |
| | 8 | 74 | Francisco | 1923 |
| | 8 | 111 | Francisco | 1923 |
| | 8 | 230 | Francisco | 1927 |
| | 8 | 257 | Francisco | 1928 |
| | 8 | 434 | Francisco | 1935 |
| | 8 | 446 | Francisco | 1935 |
| | 8 | 496 | Francisco | 1937 |
| | 8 | 74 | Francisco | 1939 |
| | 9 | 77 | Francisco | 1939 |
| | 10 | 25 | Francisco | 1980 |
| | 7 | 750 | Frederico | 1919 |
| | 9 | 475 | Frederico | 1978 |
| | 9 | 355 | Gaspar | 1968 |
| | 9 | 166 | Gelsa | 1946 |
| | 9 | 28 | Genebaldo | 1937 |
| | 9 | 343 | Geraldo | 1965 |
| | 10 | 15 | Geraldo | 1980 |
| | 9 | 91 | Gilberto | 1940 |
| | 10 | 36 | Gilberto | 1980 |
| | 9 | 251 | Gilberto | 1957 |
| | 9 | 437 | Gilton | 1977 |
| | 8 | 187 | Guilherme | 1925 |
| | 9 | 96 | Guilherme | 1940 |
| | 7 | 167 | Guilhermina | 1899 |
| | 7 | 254 | Guilhermina | 1900 |
| | 7 | 604 | Guilhermina | 1917 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|---------------------|-----------------|
| | 7 | 688 | Guilhermina | 1918 |
| | 7 | 565 | Guiomar | 1916 |
| | 8 | 376 | Guiomar | 1934 |
| | 9 | 45 | Guiomar | 1938 |
| | 9 | 46 | Guiomar | 1938 |
| | 9 | 300 | Guiomar | 1961 |
| | 9 | 303 | Haroldo | 1961 |
| | 9 | 292 | Heloisa | 1958 |
| | 8 | 158 | Henrique | 1924 |
| | 7 | 402 | Hermano | 1904 |
| | 7 | 477 | Hermelinda | 1913 |
| | 9 | 165 | Hermenegilda | 1946 |
| | 7 | 465 | Hermenegildo | 1913 |
| | 9 | 269 | Herval | 1957 |
| | 9 | 195 | Hilda | 1948 |
| | 9 | 228 | Hilda | 1950 |
| | 9 | 315 | Hilda | 1962 |
| | 9 | 71 | Hildebrando | 1939 |
| | 8 | 131 | Hildegardo | 1924 |
| | 9 | 253 | Hildete | 1957 |
| | 9 | 478 | Hildete | 1978 |
| | 8 | 198 | Hildeth ~ Hyldeth | 1926 |
| | 7 | 338 | Hormina | 1902 |
| | 9 | 118 | Humberto | 1942 |
| | 9 | 418 | Hyldéa | 1976 |
| | 9 | 332 | Hildélia ~ Hyldélia | 1964 |
| | 10 | 148 | Ilma | 2003 |
| | 9 | 451 | Ironilde | 1977 |
| | 9 | 321 | Ivonildo | 1962 |
| | 10 | 160 | Joilson | 2007 |
| | 7 | 6 | Leolinda | 1893 |
| | 7 | 204 | Leopoldina | 1900 |
| | 7 | 215 | Leopoldina | 1900 |
| | 7 | 468 | Leopoldino | 1913 |
| | 8 | 240 | Lindaura | 1928 |
| | 9 | 61 | Lindaura | 1938 |
| | 9 | 92 | Lindaura | 1940 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|-------------|----------------|
| | 10 | 55 | Lindaura | 1984 |
| | 9 | 255 | Lindinalva | 1957 |
| | 8 | 134 | Lindolpho | 1924 |
| | 8 | 369 | Loroastro | 1934 |
| | 9 | 184 | Lourival | 1947 |
| | 7 | 107 | Luis | 1899 |
| | 7 | 350 | Luis | 1902 |
| | 7 | 744 | Luis | 1919 |
| | 9 | 44 | Luis | 1938 |
| | 9 | 401 | Luis ~ Luiz | 1975 |
| | 9 | 402 | Luis ~ Luiz | 1975 |
| | 7 | 191 | Luiz | 1899 |
| | 7 | 397 | Luiz | 1904 |
| | 7 | 398 | Luiz | 1904 |
| | 7 | 563 | Luiz | 1916 |
| | 7 | 670 | Luiz | 1918 |
| | 9 | 192 | Luiz | 1948 |
| | 9 | 275 | Luiz | 1957 |
| | 9 | 203 | Luiz | 1948 |
| | 7 | 178 | Luiza | 1899 |
| | 8 | 332 | Lyderico | 1933 |
| | 10 | 158 | Mailson | 2007 |
| | 9 | 389 | Marinaldo | 1975 |
| | 8 | 16 | Nelson | 1921 |
| | 9 | 67 | Nelson | 1939 |
| | 10 | 9 | Nilza | 1980 |
| | 10 | 51 | Nilzete | 1984 |
| | 10 | 155 | Nilzete | 2004 |
| | 9 | 496 | Norete | 1980 |
| | 9 | 260 | Odete | 1957 |
| | 9 | 183 | Orlando | 1947 |
| | 9 | 346 | Orlinda | 1965 |
| | 7 | 367 | Oscar | 1903 |
| | 7 | 566 | Oscar | 1916 |
| | 7 | 605 | Oscar | 1917 |
| | 7 | 696 | Oscar | 1918 |
| | 8 | 92 | Oscar | 1923 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|----------|-----------------|
| | 8 | 167 | Oscar | 1925 |
| | 8 | 202 | Oscar | 1926 |
| | 8 | 415 | Oscar | 1935 |
| | 8 | 452 | Oscar | 1936 |
| | 9 | 213 | Oscar | 1949 |
| | 9 | 430 | Osmar | 1977 |
| | 10 | 80 | Osmar | 1990 |
| | 8 | 289 | Oswaldo | 1930 |
| | 9 | 124 | Oswaldo | 1942 |
| | 9 | 171 | Oswaldo | 1946 |
| | 9 | 273 | Oswaldo | 1957 |
| | 9 | 329 | Oswaldo | 1964 |
| | 9 | 480 | Oswaldo | 1978 |
| | 10 | 31 | Oswaldo | 1980 |
| | 10 | 156 | Oswaldo | 2004 |
| | 9 | 284 | Othilia | 1957 |
| | 9 | 297 | Rahilda | 1961 |
| | 10 | 97 | Railda | 1987 |
| | 9 | 425 | Raimunda | 1977 |
| | 10 | 14 | Raimunda | 1980 |
| | 9 | 245 | Raimundo | 1955 |
| | 9 | 267 | Raimundo | 1957 |
| | 9 | 351 | Raimundo | 1967 |
| | 9 | 390 | Raimundo | 19[--] |
| | 9 | 398 | Raimundo | 1975 |
| | 9 | 439 | Raimundo | 1977 |
| | 9 | 473 | Raimundo | 1978 |
| | 10 | 92 | Raimundo | 1991 |
| | 10 | 102 | Raimundo | 1992 |
| | 7 | 537 | Ramiro | 1916 |
| | 9 | 129 | Ranulpho | 1942 |
| | 7 | 497 | Raul | 1914 |
| | 7 | 619 | Raul | 1916 |
| | 7 | 702 | Raul | 1918 |
| | 8 | 416 | Raul | 1935 |
| | 7 | 739 | Raul | 1919 |
| | 8 | 315 | Raulinda | 1932 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|--------------------------|----------------|
| | 8 | 47 | Raymundo | 1922 |
| | 8 | 259 | Raymundo | 1929 |
| | 8 | 287 | Raymundo | 1930 |
| | 9 | 98 | Raymundo | 1941 |
| | 8 | 73 | Reine | 1922 |
| | 8 | 169 | Reynaldo | 1925 |
| | 7 | 496 | Ricardo | 1914 |
| | 8 | 306 | Ricardo | 1932 |
| | 9 | 236 | Ricardo | 1955 |
| | 9 | 373 | Ricardo | 1972 |
| | 9 | 426 | Roberto | 1977 |
| | 10 | 63 | Roberto | 1987 |
| | 10 | 75 | Robson | 1990 |
| | 8 | 455 | Rodolpho | 1936 |
| | 8 | 476 | Rodolpho | 1936 |
| | 8 | 80 | Rodrigo | 1923 |
| | 7 | 478 | Romualdo | 1913 |
| | 8 | 282 | Romualdo | 1929 |
| | 8 | 255 | Theodomiro | 1928 |
| | 7 | 498 | Ubaldo | 1914 |
| | 10 | 105 | Valda | 1992 |
| | 10 | 161 | Valdimira | 2007 |
| | 10 | 41 | Valdiva | 1984 |
| | 10 | 98 | Valney | 1992 |
| | 8 | 495 | Venefrida ~ Venefride | 1936 |
| | 8 | 309 | Vilobaldo | 1932 |
| | 8 | 473 | Vivaldo | 1936 |
| | 10 | 42 | Vivaldo | 1984 |
| | 9 | 127 | Waldelir | 1942 |
| | 9 | 417 | Waldemar | 1976 |
| | 9 | 363 | Waldemiro | 1969 |
| | 10 | 19 | Waldete | 1980 |
| | 9 | 328 | Waldir | 1964 |
| | 9 | 149 | Walter | 1945 |
| | 10 | 21 | Walter | 1980 |
| | 7 | 552 | Wenceslau | 1916 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|-----------|-----------------|
| | 9 | 362 | Wilma | 1968 |
| | 10 | 138 | Wilson | 19[--] |
| | 9 | 460 | Wiveraldo | 1977 |
| | 10 | 113 | Zelina | 19[--] |
| | 10 | 130 | Zenilda | 1994 |
| | 9 | 271 | Zilda | 1957 |
| | 7 | 284 | Zulmira | 1901 |
| | 7 | 333 | Zulmira | 1902 |

Fonte: Rodrigues (2019).

Contudo, é nosso interesse principal somente a análise dos prenomes inovadores. Portanto, separamos, no Quadro 3, também por ordem alfabética, apenas os itens onomásticos que não foram encontrados em nenhum dos nossos dicionários de consulta, segundo os critérios já apontados na metodologia (cf. Capítulo 2).

Quadro 3 - Prenomes inovadores cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem «germânica» encontrados nos Livros 7, 8, 9 e 10

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registro |
|--|-------|--------------------|----------------------------|-----------------|
| | 10 | 163 | Adailton | 2014 |
| | 9 | 114 | Adalicio | 1942 |
| | 10 | 128 | Ailton | 199[-] |
| | 7 | 77 | Areolina | 1897 |
| | 8 | 63 | Athalydio | 1922 |
| | 10 | 53 | Avanildes | 1985 |
| | 8 | 252 | Cardulina | 1928 |
| | 8 | 489 | Carlito | 1936 |
| | 9 | 330 | Clemilton | 1964 |
| | 9 | 262 | Crisaldete | 1957 |
| | 10 | 132 | Deuzimar | 1995 |
| | 9 | 482 | Dilza | 1978 |
| | 7 | 230 | Durvalgisa | 1900 |
| | 8 | 488 | Ederval | 1936 |
| | 10 | 77 | Edval ~ Edival | 1990 |
| | 7 | 80 | Eterelvina ~ Etirelvina | 1897 |
| | 9 | 270 | Eurivalda | 1957 |

| | Livro | Nº página no livro | Prenome | Ano de registo |
|--|-------|--------------------|---------------------|----------------|
| | 9 | 240 | Everaldina | 1955 |
| | 9 | 166 | Gelsa | 1946 |
| | 9 | 28 | Genebaldo | 1937 |
| | 9 | 437 | Gilton | 1977 |
| | 9 | 332 | Hildélia ~ Hyldélia | 1964 |
| | 9 | 253 | Hildete | 1957 |
| | 9 | 478 | Hildete | 1978 |
| | 8 | 198 | Hildeth ~ Hyldeth | 1926 |
| | 7 | 338 | Hormina | 1902 |
| | 9 | 418 | Hyldéa | 1976 |
| | 10 | 148 | Ilma | 2003 |
| | 9 | 451 | Ironilde | 1977 |
| | 10 | 160 | Joilson | 2007 |
| | 9 | 255 | Lindinalva | 1957 |
| | 8 | 369 | Loroastro | 1934 |
| | 8 | 332 | Lyderico | 1933 |
| | 10 | 158 | Mailson | 2007 |
| | 9 | 389 | Marinaldo | 1975 |
| | 10 | 51 | Nilzete | 1984 |
| | 10 | 155 | Nilzete | 2004 |
| | 9 | 496 | Norete | 1980 |
| | 9 | 297 | Rahilda | 1961 |
| | 10 | 97 | Railda | 1987 |
| | 8 | 315 | Raulinda | 1932 |
| | 8 | 73 | Reine | 1922 |
| | 10 | 41 | Valdiva | 1984 |
| | 10 | 98 | Valney | 1992 |
| | 8 | 309 | Vilobaldo | 1932 |
| | 9 | 127 | Waldelir | 1942 |
| | 10 | 19 | Waldete | 1980 |
| | 9 | 460 | Wiveraldo | 1977 |

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

Após a exposição dos Quadros 2 e 3, podemos chegar a algumas conclusões iniciais. No Livro 7, de 796 prenomes registrados, quatro foram criados por meio do uso de formativos que se vinculam parcial ou integralmente a uma origem «germânica», ou seja, 0,5% do total. Já

no Livro 8, dos 500 prenomes encontrados, 10 são inovadores sob as mesmas condições, ou 2% do total para esse livro. No Livro 9, dentre os 500 prenomes analisados, 20 foram apontados como inovadores e apresentam formativos de mesma origem em seus compostos, representando 4% do total. Já no Livro 10, das 164 fichas estudadas, 14 prenomes foram considerados inovadores e criados a partir de tais formativos, ou 8,5%. Para melhor sintetizar tais informações, organizamos, no Quadro 4, os prenomes de acordo com os livros em que foram encontrados.

Quadro 4 - Síntese dos prenomes inovadores encontrados no *corpus* de acordo com os livros

| Livros | Prenomes inovadores | Total de ocorrências | Frequência de prenomes inovadores Por livro | Período de ocorrência dos prenomes |
|--------|---|----------------------|---|------------------------------------|
| 7 | Areolina, Durvalgisa, Eterelvina ~ Etirelvina, Hormina | 4 | 0,5% | 1897-1902 |
| 8 | Athalydio, Cardulina, Carlito, Ederval, Hildeth ~ Hyldeth, Loroastro, Lyderico, Raulinda, Reine, Vilobaldo | 10 | 2% | 1922-1936 |
| 9 | Adalicio, Clemilton, Crisaldete, Dilza, Eurivalda, Everaldina, Gelsa, Genebaldo, Gilton, Hildélia ~ Hyldélia, Hildete, Hildete, Hyldéa, Ironilde, Lindinalva, Marinaldo, Norete, Rahilda, Waldelir, Wiveraldo | 20 | 4% | 1937-1980 |
| 10 | Adailton, Ailton, Avanildes, Deuzimar, Edval ~ Edival, Ilma, Joilson, Mailson, Nilzete, Nilzete, Railda, Valdiva, Valney, Waldete | 14 | 8,5% | 1980-2014 |

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

Da observação do Quadro 4, notamos que o fator temporal influenciou no incremento da tendência de criar prenomes inovadores para os indivíduos, de modo que, com o avançar dos livros (e dos anos), o número de ocorrências só aumentou, ratificando, portanto, uma de nossas hipóteses iniciais. Nesse sentido, também relembramos que o Livro 10 possui apenas 164 fichas de registro, cerca de $\frac{1}{3}$ da quantidade total das fichas que compõem os Livros 8 e 9 e menos de $\frac{1}{4}$ do total referente ao Livro 7; se assim não fosse, acreditamos que a quantidade

de prenomes inovadores cujos formativos estivessem vinculados a uma origem «germânica» no Livro 10 teria sido ainda mais expressiva.

Antes de passarmos à análise dos prenomes e de seus respectivos formativos, salientamos que, diante da impossibilidade de contato com os responsáveis pela criação dos prenomes inovadores, não foi possível determinar as motivações ou os processos morfológicos envolvidos. Outro comentário prévio à análise é que, para sanar dúvidas ou confirmar suposições, recorreremos muitas vezes à página Nomes no Brasil, referente ao Censo 2010 do IBGE. A plataforma do *site* é composta pelos campos “Primeiro nome”, “Sexo” e “País”. Infelizmente, não foi possível fornecermos os *links* relativos a cada consulta feita, pois o próprio *site* não permite, mas para checar as informações, é só visitar a página e digitar no campo “Primeiro nome” que aparecerão dados como a frequência, o percentual, a popularidade, a distribuição no território brasileiro por estado, além de possíveis nomes similares (caso esse prenome possua uma frequência maior que 20 registros no Brasil).

Quando o prenome apresentar frequência inferior a 20 registros, segundo apontado em algumas figuras no decorrer da análise dos dados, o *site* fornece a seguinte informação, representada pela Nota 3:

Nota 3: Somente são apresentados os nomes cuja frequência é maior ou igual a 20 para o total Brasil. Para a Unidade da Federação selecionada se exige uma frequência de ao menos 15 nomes iguais e para os municípios se exige uma frequência de ao menos 10 nomes. Por esta razão o total do Brasil para alguns nomes pode não ser igual à soma das Unidades da Federação assim como o total das Unidades da Federação de alguns nomes pode não ser igual à soma de seus municípios. Quando os resultados são apresentados por década os mesmos filtros são atribuídos para cada década.

Figura 10 - Apresentação da página Nomes no Brasil, referente ao Censo 2010 do IBGE



Pesquise um nome Nomes mais populares

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.

Primeiro nome Ambos os sexos

Brasil Município

Pesquisar

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Por fim, a respeito da segmentação, empreendida para melhor fundamentar nossa hipótese quanto à reprodução do modelo biformativo nos prenomes inovadores, seguimos o mesmo método realizado por Soledade (2013), Gonçalves (2016b), Rodrigues (2016; 2019), Simões Neto (2016) e Simões Neto e Soledade (2018). A principal dificuldade dessa tarefa diz respeito à linha tênue que delimita os formativos antroponímicos. Desse modo, seguindo as ideias já apresentadas quanto à abstração dos modelos por parte dos falantes, em consonância com os pressupostos da Linguística Cognitiva, nos baseamos nos demais prenomes, inovadores ou não, com o mesmo formativo, buscando a validação das nossas análises. Para observar, na prática, como isso se deu, passemos, então, à análise do *corpus*.

O formativo adal-

De acordo com Nascentes (1952), adal- se relaciona a «adal», «adel», «athal» e «edel» que, para o mesmo autor, seriam étimos «germânicos» que significam “nobre”, verificados nos prenomes “Adalberto”, “Adelmar” e “Aldimir”, respectivamente: “Nome de homem. Do germânico *adal*, nobre, al. mod. *edel*, e *berth*, no ant. alto al. brilhante, ilustre; ilustre por sua nobreza” (NASCENTES, 1952, p. 4, grifos do autor); “Nome de homem. Do germânico, ant. alto al. *adal*, *adel*, al. mod. *edel*, nobre, e *mar*, glória: afamado ou ilustre por nobreza (Nunes, RL, XXXI, 23)

[...]. Brilho, glória de nobreza (Guérios)” (NASCENTES, 1952, p. 4, grifos do autor) e:

Nome de homem. Forma alterada do antigo *Aldemiro*, encontrado em documento do século X, o qual pode representar um primitivo *Adalmiro* ou *Adelmiro*. Do germânico. O primeiro elemento deve ser *ald*, velho, ing. *old*, al. *alt*, ou *adel*, al. *edel*, mudado para *alde* por analogia. O segundo é *mir*, afamado, ilustre (NASCENTES, 1952, p. 9, grifos do autor).

Para Piel (1933, p. 118, grifos do autor), o mesmo formativo *adal-* é: “[...] derivado de *athals* ‘nobre’, alto alemão *edel*”. Logo, de acordo com os autores, constatamos que a forma atual de *adal-* remete a prenomes com grafias diferentes, mas unidos pela mesma origem, como o caso de “Edelberto” (*edel-*).

Nesse sentido, as ocorrências apresentadas por Nascentes (1952), sempre em posição inicial ou com base mais à esquerda, seriam: “Adalberto”, “Adalgisa”, “Adalzira”, “Adelaide”, “Adélia”, “Adelina”, “Adelino”, “Adelmar”, “Edelberto” e “Edilberto”, dentre os quais se verificam prenomes masculinos e femininos. Intentando remontar aos prenomes em sua forma mais antiga, nos valem das ocorrências verificadas no dicionário de Förstemann (1900) quanto aos prenomes do antigo alto alemão, também em posição inicial ou com base mais à esquerda, a saber: *Adalbalda*, *Adalberga*, *Adalbern*, *Adalberta*, *Adalbrand*, *Adalfrida*, *Adalgildis*, *Adalgisil*, *Adalhelm*, *Adalin*, *Adalina*, *Adalisma*, *Adalung*, *Athalfrid*, *Athalmar* e outros.

No *corpus* atinente a este trabalho, tal formativo também foi encontrado apenas em posição inicial ou com base mais à esquerda e em duas ocorrências, a saber: “Adalicio” e “Athalydio”, representando apenas 4,2% do total dos nossos prenomes inovadores. Em Rodrigues (2016), esse formativo não apareceu⁷⁵ e a provável razão é que, à época, a letra A do seu *corpus* já havia sido analisada por Possidônio (2007), também membro do Projeto Todos os Nomes, e não integrou as análises – mesmo que pudessem ter surgido ocorrências referentes a *edel-*.

75 Ainda que, em Rodrigues (2016), tenha existido a proposta de um formativo *del-* referente ao «adal» ~ «edel» «germânico» em sua forma aferética em razão da opacidade semântica que envolve os formativos antroponímicos que, com a sucessão das sincronias, afastam-se dos seus étimos primitivos.

Quanto à estrutura dos prenomes inovadores com o formativo adal-, propomos as seguintes segmentações, conforme o Quadro 5:

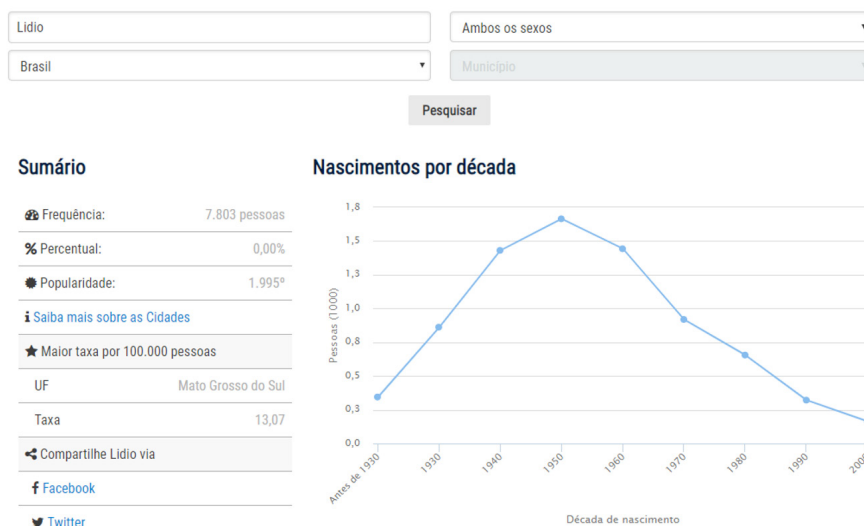
Quadro 5 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo adal-

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Adalicio | [ADAL- + -ICIO] |
| Athalydio | [ATHAL- + -LYDIO] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Com provável aglutinação fônica no prenome “Athalydio”, visto que “Lydio” (ou mais comumente “Lidio”) é um prenome verificado no quadro onomástico brasileiro, com mais de sete mil ocorrências, como mostra a Figura 11:

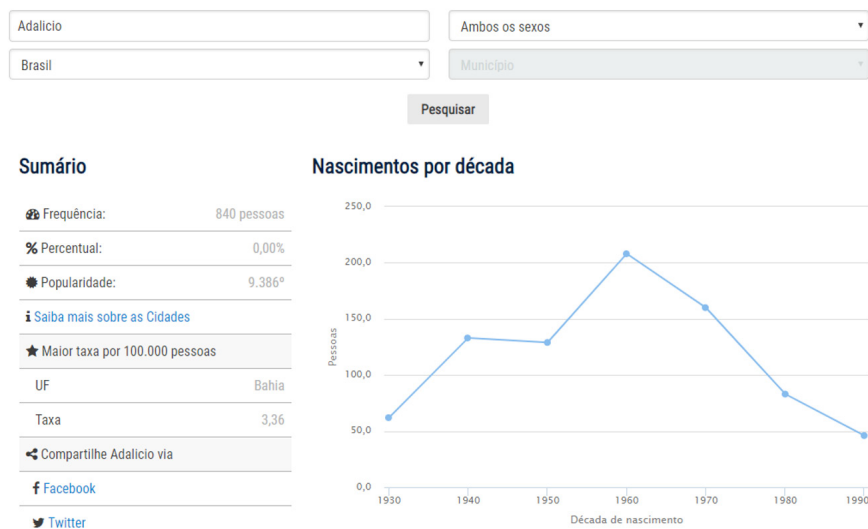
Figura 11 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Lidio”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

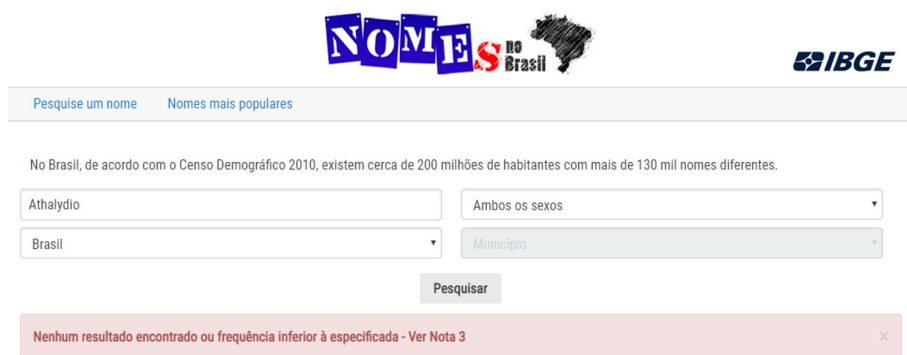
Ainda nos utilizando da plataforma Nomes no Brasil, intentamos demonstrar a frequência de uso referente aos prenomes “Adalicio” e “Athalydio”, respectivamente

Figura 12 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Adalicio”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 13 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Athalydio”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Para os quais não observamos um uso expressivo no âmbito do quadro antroponímico brasileiro, com as ocorrências do prenome “Athalydio” sendo inferiores a 20 indivíduos.

Por fim, após a apreensão dos prenomes encontrados em Nascentes (1952), Förstemann (1900) e nas ocorrências verificadas

no *corpus* estudado, propomos o seguinte esquema construcional para o formativo adal-:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Adal-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

Como já indicado no Capítulo 4, o preenchimento do *slot* F1 ou F2 depende da base ocupada pelo formativo na construção. No caso de adal-, as ocorrências apontaram apenas para a posição inicial ou com base mais à esquerda. Isso não significa, contudo, que esse mesmo formativo não possa ocorrer em posição final ou com base mais à direita, ou seja, atuando como o F2. Caso isso acontecesse, seria necessário postular outro esquema construcional indicando esse comportamento, como veremos com outros formativos no decorrer desta análise.

Os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald⁷⁶

Para Piel (1933), tomando como exemplo o prenome “Rabaldo”, os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald derivariam do verbo «waldan», que significaria “governar”. Afirmção semelhante pode ser verificada em Nascentes (1952), levando em consideração as ressalvas já feitas quanto à acurácia etimológica desses dois materiais de consulta. Dentre as ocorrências encontradas em Nascentes (1952), podemos citar ao menos 20 prenomes com os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald, a saber: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Aldobrando”, “Aldonça” e “Valdomiro”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Adroaldo”, “Aguinaldo”, “Arnaldo”, “Beraldo”, “Bernaldo”, “Clodoaldo”, “Euvaldo”, “Evaldo”, “Geraldo”⁷⁷, “Giraldo”, “Heraldo”, “Osvaldo”, “Reginaldo”,

⁷⁶ O uso do elemento gráfico “~” indica o mesmo formativo ocupando posições diferentes no composto inovador ou formativos em situação de alomorfa, como se verificará adiante, no caso do ed- ~ ede- ~ edi-.

⁷⁷ Piel (1933) propõe que o formativo -ald, referente ao prenome “Geraldo”, não seria o mesmo formativo -ald que apresentamos. Isso porque, para esse autor, aquele -ald se referiria ao «hartus», significando “duro”, além de afirmar que não há outros nomes visigóticos com tal componente. Contudo, diante da imprecisão do étimo e da grande difusão que o prenome “Geraldo” alcançou no quadro antroponímico brasileiro, mantivemo-lo neste trabalho como

“Reinaldo” e “Vivaldo”; c) ocupando posição absoluta: “Aldo” e “Valdo”. Também salientamos a possibilidade de formação de prenomes femininos, a exemplo de “Geralda”, além da formação de diminutivos, como “Geraldina” e “Geraldino”, atestando a frequência de uso do prenome “Geraldo” que, nesses casos, serviu como modelo (RODRIGUES, 2016).

Quanto a alguns dos prenomes referentes ao antigo alto alemão que utilizam os formativos *ald-* ~ *-ald/nald-* ~ *-nald/vald-* ~ *-vald* em sua composição, citados por Förstemann (1900), estão: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Aldagondis*, *Aldara*, *Aldburg*, *Aldechin*, *Aldelman*, *Aldemar*, *Aldephons*, *Aldinga*, *Aldini*, *Aldofrid*, *Aldrus*, *Aldulf*, *Aldward*, *Waldand* etc.; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): *Aberald*, *Adalwald*, *Algenald*, *Amanald*, *Anawald*, *Anduald*, *Angloald*, *Ansovald*, *Arnald*, *Arnoald*, *Elveald*, *Ostrald*, *Ostrowald*, *Oswald* e outros; c) ocupando posição absoluta: *Alda*, *Aldo*, *Valda*, *Valdo*, *Walda* e *Waldo*.

No *corpus* deste trabalho, os prenomes construídos por meio desse formativo apareceram em oito ocorrências: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Valdiva”, “Waldelir”, “Waldete” e “Wiveraldo”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Crisaldete”, “Eurivalda”, “Everaldina” e “Marinaldo”, representando 16,7% do total do *corpus* analisado. Comparando com os resultados encontrados em Rodrigues (2016), esses formativos também se mostraram muito produtivos, com um total de 14 ocorrências (14,5%), a saber: “Ederaldo”, “Edinaldo”, “Elivaldo”, “Enaldo”, “Erisvaldo”, “Florisvaldo”, “Francinaldo”, “Lenivaldo”, “Rosinaldo”, “Serivaldo”, “Valdelia”, “Valdir” (em duas ocorrências) e “Zenaldo” – portanto, preferencialmente na posição final ou com base mais à direita. Acreditamos que tal produtividade está relacionada aos muitos prenomes tradicionais (como os que foram elencados há pouco) vinculados a uma origem «germânica» com esse formativo que foram e ainda são comumente empregados no quadro antroponímico do português brasileiro.

Quando utilizados com a vogal “o” ao final, em português, corresponderam ao gênero masculino, mas analisando mais detidamente os prenomes encontrados no nosso *corpus*, é possível verificar tanto a

forma de ilustrar o modelo que ele instância, não só em razão do formativo *-ald*, mas também devido às ocorrências “Geralda” e “Geraldino”.

criação de prenomes femininos a partir de masculinos quanto a utilização de diminutivos, com os exemplos de “Crisaldete”, “Eurivalda”, “Everaldina”, “Valdiva”, “Waldelir”⁷⁸ e “Waldete”.

Sobre a frequência de uso entre os brasileiros, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, apresentamos as seguintes informações relativas aos prenomes “Crisaldete”, “Eurivalda”, “Everaldina”, “Marinaldo”, “Valdiva”, “Waldelir”, “Waldete” e “Wiveraldo”:

Figura 14 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Crisaldete”

The screenshot shows the search interface for the name "Crisaldete". At the top, there is a logo for "NOMES no Brasil" and the IBGE logo. Below the logo, there are two tabs: "Pesquise um nome" (selected) and "Nomes mais populares". A text box states: "No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes." Below this, there are input fields for the name "Crisaldete", a dropdown for "Ambos os sexos", a dropdown for "Brasil", and a dropdown for "Município". A "Pesquisar" button is located below the input fields. At the bottom, a red message box says: "Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3".

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 15 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Eurivalda”

The screenshot shows the search interface for the name "Eurivalda". It includes the same search fields as Figure 14. Below the search fields, there is a "Pesquisar" button. Underneath, there are two sections: "Sumário" and "Nascimentos por década". The "Sumário" section contains the following data:

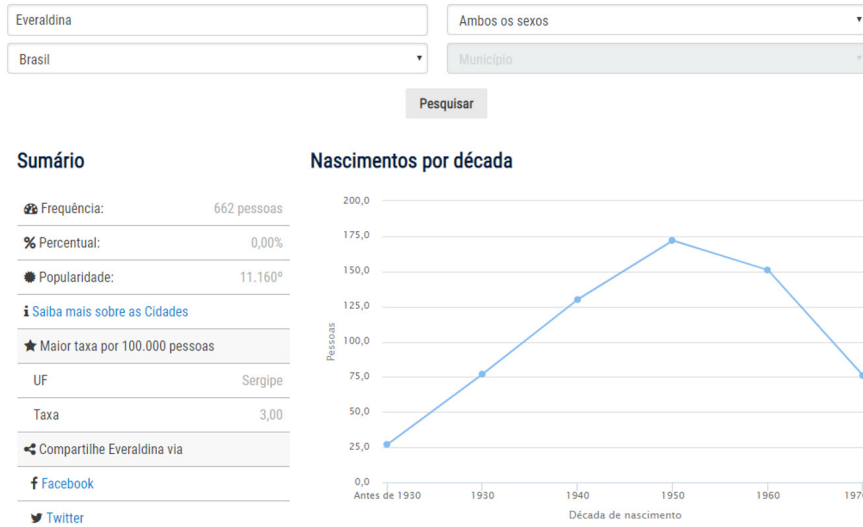
| | |
|-----------------|------------|
| 👤 Frequência: | 23 pessoas |
| % Percentual: | 0,00% |
| 🌟 Popularidade: | 115.888° |

The "Nascimentos por década" section contains a yellow box with the text "Gráfico não disponível".

Fonte: Censo 2010, IBGE.

⁷⁸ Os prenomes “Valdiva” e “Waldelir” também podem se referir a indivíduos do gênero masculino, mas no *corpus*, de fato, ao consultarmos as fichas, vimos que pertenceram a indivíduos do gênero feminino.

Figura 16 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Everaldina”



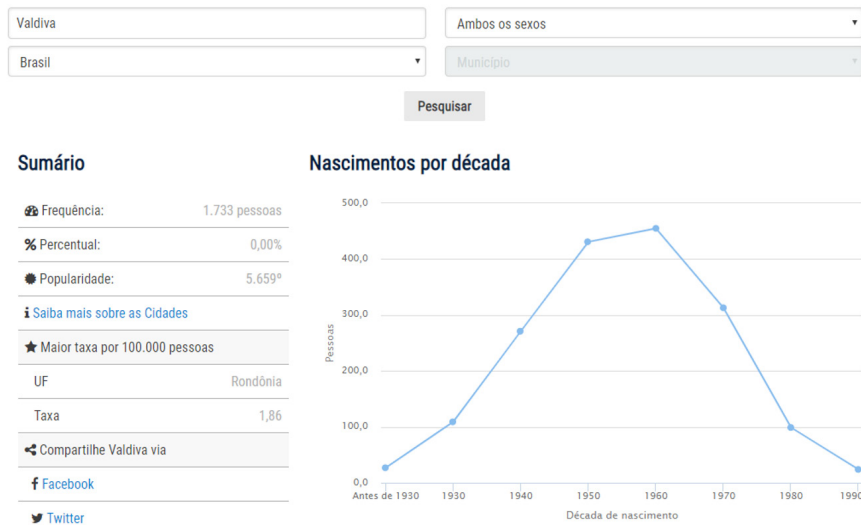
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 17 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Marinaldo”



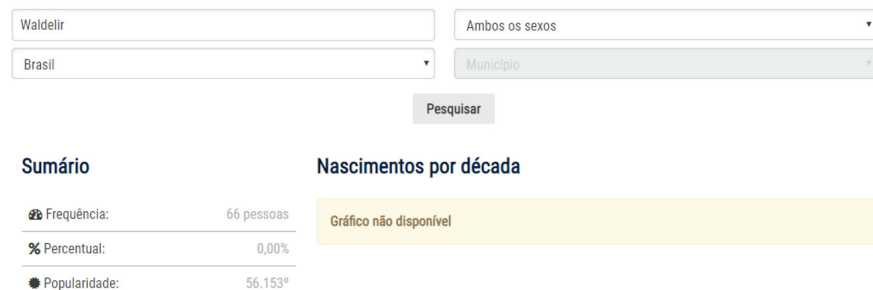
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 18 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Valdiva”



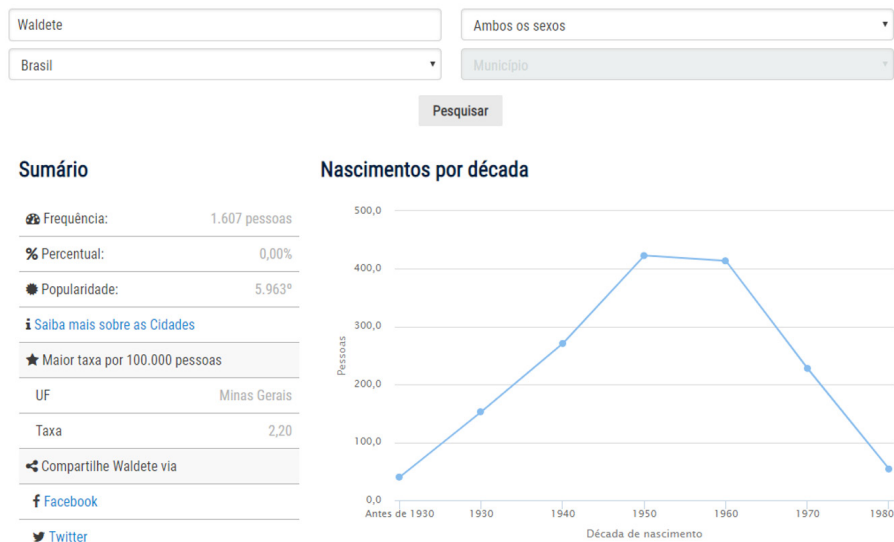
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 19 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Waldelir”



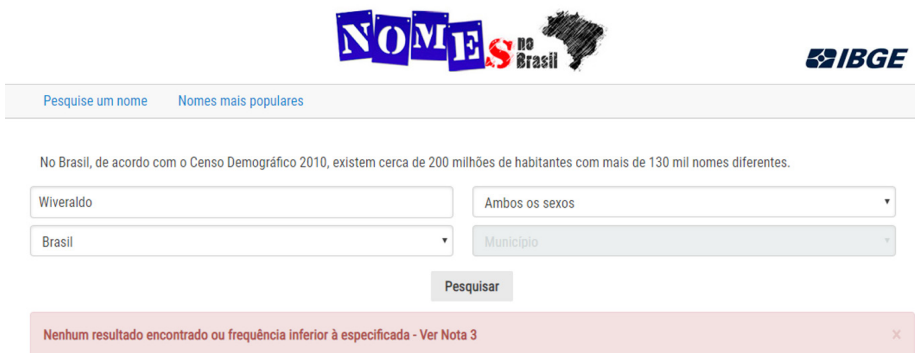
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 20 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Waldete”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 21 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Wivaldo”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

A partir da análise das figuras elencadas, vemos prenomes apresentando frequência considerável, a exemplo de “Marinaldo” (com 16.156 ocorrências), “Valdiva” (1.733 ocorrências) e “Waldete” (1.607

ocorrências)⁷⁹, enquanto outros não se mostraram tão populares, como os casos de “Crisaldete” (inferior a 20 ocorrências), “Eurivalda” (23 ocorrências), “Everaldina” (662 ocorrências), “Waldelir” (66 ocorrências)⁸⁰ e “Wiveraldo” (inferior a 20 ocorrências), demonstrando alternância nesse quesito para tal formativo.

Quanto à estrutura dos compostos, relembramos a atuação do modelo biformativo. Desse modo, temos as seguintes considerações no Quadro 6:

Quadro 6 - Segmentação dos prenomes inovadores com os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald

| Prenome | Proposta de segmentação |
|------------|----------------------------------|
| Crisaldete | [CRIS- + -ALD(ETE)] |
| Eurivalda | [EURI- + -VALD(A)] |
| Everaldina | [EVER- + -ALD(INA)] |
| Marinaldo | [MARI- + -NALD(O)] |
| Valdiva | [VALD- + -IVA] ⁸¹ |
| Waldelir | [WALD- + -ELIR] |
| Waldete | [WALD- + -ETE] |
| Wiveraldo | [WIVER- + -ALD(O)] ⁸² |

Fonte: Rodrigues (2019).

A demarcação do masculino ou feminino ficará a critério da vogal que se unirá ao formativo quando este aparecer em posição final ou mais à direita. Para Rodrigues (2016, p. 44): “A indicação morfológica de gênero em português é usualmente marcada à margem direita, portanto, caberiam aos formativos antroponímicos, que usualmente ocupam essa posição, a integração da informação quanto à aplicação a nomes masculinos ou

⁷⁹ Quando pesquisado com a grafia “Valdete”, o uso desse prenome passa a ser ainda mais expressivo, representando 49.878 ocorrências, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE.

⁸⁰ Quando pesquisado com a grafia “Waldelir”, segundo a mesma página, passa a apontar para 1.201 ocorrências.

⁸¹ Apesar de considerarmos que tal prenome está associado ao formativo vald-, não negamos a hipótese de que ele possa ser formado pela união dos prenomes “Val” e “Diva”.

⁸² Para as bases menos produtivas, testamos alguns prenomes com estruturação similar em redes sociais (apenas inserindo os nomes e verificando se existiam perfis correspondentes), a exemplo do Facebook, e até mesmo na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, a fim de comprovar que, mesmo raras, estas funcionam como formativos, como em “Wiverton” [WIVER- + -TON] ou até mesmo “Wiver” [WIVER], em posição absoluta.

femininos”. Ademais, a união a uma vogal provavelmente ocorre, pois em se tratando da língua portuguesa, itens lexicais, de um modo geral, não terminam com a oclusiva [d].

Portanto, a fim de formularmos possíveis esquemas construcionais para tais formativos, sugerimos que os prenomes vinculados a uma origem «germânica» incorporados ao léxico tradicional antroponímico do português brasileiro com ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald fornecem bases para as seguintes abstrações:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Ald-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

<[[Nald-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

<[[Vald-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-ald]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

<[[X]_{F1} [-nald]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

<[[X]_{F1} [-vald]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

III. Posição absoluta:

<[Alda]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Aldo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

<[Nalda]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Naldo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

<[Valda]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Valdo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

O formativo -astr

Para Nascentes (1952), o formativo -astr advém de «austr-», forma «germânica» que significaria “brilhante”, como se lê no prenome “Astrogildo”: “Nome de homem. Do germânico *austr-*, brilhante, e *gild*, digno ou valor, sacrifício. V. *Atanagildo*, *Hermenegildo*, *Leovigildo*” (NASCENTES, 1952, p. 30, grifos do autor). Como exemplos dicionarizados, também em Nascentes (1952), encontramos esse mesmo prenome em posição inicial ou com base mais à esquerda. Já em Förstemann (1900), podemos citar os seguintes exemplos de prenomes referentes ao antigo alto alemão, também ocupando a posição inicial ou com base mais à esquerda: *Austraberta*, *Austrad*, *Austrefus*, *Austriga*, *Austrigildis*, *Austrigisil*, *Austring*, *Austroland*, *Austrouald*, *Austrobald*, *Austrobert*, *Austrulus* e outros.

No nosso *corpus*, esse formativo apresentou apenas uma ocorrência, que foi verificada no prenome “Loroastro”, ocupando a posição final ou com base mais à direita, diferentemente dos exemplos de prenomes tradicionais citados. Em Rodrigues (2016), o formativo -astr não participou da construção de nenhum prenome inovador.

A fim de verificar a frequência de uso do prenome “Loroastro”, consultamos a plataforma do Censo 2010 do IBGE, que demonstrou sua baixa popularidade no quadro antroponímico brasileiro, com uso inferior a 20 indivíduos, como confirma a Figura 22:

Figura 22 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Loroastro”

The image shows a search interface for names in Brazil. At the top, there is a logo for 'NOMES no Brasil' and the IBGE logo. Below the logo, there are two tabs: 'Pesquise um nome' (selected) and 'Nomes mais populares'. A text line states: 'No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.' Below this, there are four input fields: 'Loroastro' (text), 'Ambos os sexos' (dropdown), 'Brasil' (dropdown), and 'Município' (dropdown). A 'Pesquisar' button is located below the fields. At the bottom, a red message box displays: 'Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3'.

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Quanto à segmentação, propomos a seguinte análise:

Quadro 7 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo -astr

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Loroastro | [LORO- + -ASTR(O)] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Por fim, mesmo tendo uma única ocorrência no *corpus* e que também não tenha apresentado lauta gama de prenomes dicionarizados, aventamos as seguintes propostas de esquemas construcionais para o formativo -astr:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Astr-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-astr]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

O formativo bald- ~ -bald

Diferentemente do que foi aventado em Rodrigues (2016), neste trabalho separamos os formativos bald- ~ -bald de seus possíveis alocos morfes ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald. O motivo é a proposição de um étimo diferente, como vemos em “Teobaldo”, em cujo verbete se lê: “Nome de homem. Do germânico: *thiuda*, povo e *balths*, audaz, povo ousado (...)” (NASCENTES, 1952, p. 257, grifo do autor).

Do mesmo modo, nos diz Piel (1933) que o elemento bald- encontra-se em muitos nomes «germânicos», trazendo como exemplo o “Balde”. Para ele, tal formativo também significaria “audaz”, por meio do gótico *balthei*, “audácia” e *balthi*, que seria o nome duma família real visigoda. Como exemplos dicionarizados em Nascentes (1952), então, citamos: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Balduína” e “Balduíno”; b) ocupando a posição final (ou com base

mais à direita): “Arquibaldo”, “Teobaldo”, “Ubaldo”, “Vilibaldo” e “Vinebaldo”; c) ocupando posição absoluta: “Baldo”.

Alguns dos muitos prenomes citados por Förstemann (1900) que se utilizam do bald- ~ -bald são: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Baldebert, Baldechin, Baldefred, Baldegar, Balderich, Balde-trudis, Baldhard, Baldin, Baldisma, Baldmunt, Baldomar, Baldsind, Balduin, Baldulf* e outros; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): *Adabald, Adalbalda, Agebald, Albald, Amulbald, Andobald, Angilbald, Austrobald, Azibald, Egesbald, Egorbald, Fribald, Gisalbald, Osbald* e outros; c) ocupando posição absoluta: *Balda* e *Baldo*.

No *corpus* analisado neste trabalho, esse formativo esteve presente na construção de apenas dois prenomes inovadores, “Genebaldo” e “Vilobaldo”, correspondendo a 4,2% da frequência total. Em Rodrigues (2016), tal formativo não ocorreu em nenhum prenome inovador. Assim como dito para os formativos ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald, o bald- ~ -bald também fornece a possibilidade de criação de antropônimos femininos, a exemplo de “Ubalda”, e de diminutivos, como “Ubaldino” e “Ubaldina”, atestando a aplicabilidade do prenome utilizado como modelo: “Ubaldo” (RODRIGUES, 2016).

A fim de verificar a frequência de uso dos dois prenomes encontrados no nosso *corpus*, apresentamos as seguintes pesquisas, realizadas por meio da página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, ao que constatamos que, apesar de não tão frequentes, “Genebaldo” e “Vilobaldo” possuem certo uso, principalmente no estado da Bahia, como confirmam as Figuras 23 e 24.

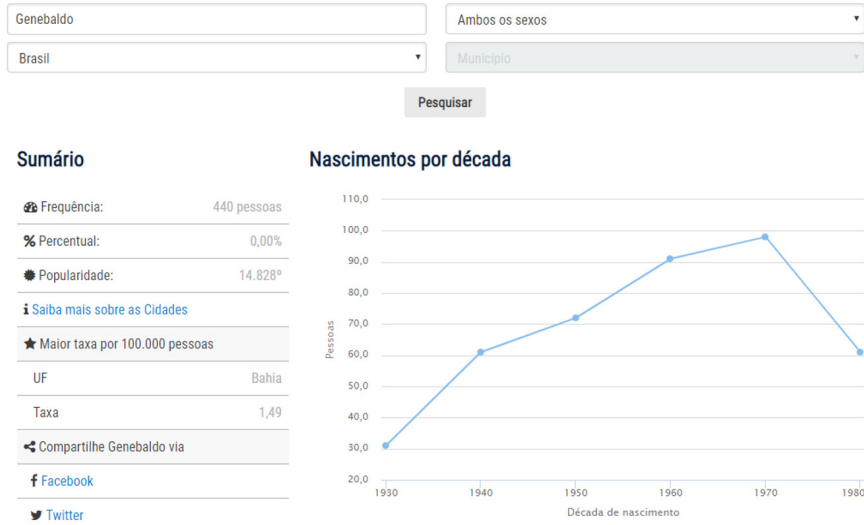
Quanto à proposta de segmentação referente aos prenomes construídos por meio do formativo bald- ~ -bald, temos:

Quadro 8 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo bald- ~ -bald

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Genebaldo | [GENE- + -BALD(O)] |
| Vilobaldo | [VILO- + -BALD(O)] |

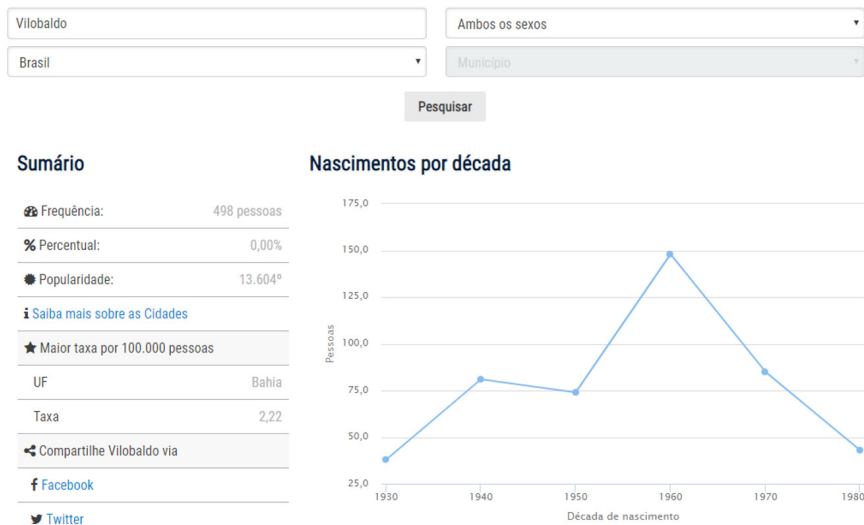
Fonte: Rodrigues (2019).

Figura 23 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Genebaldo”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 24 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Vilobaldo”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

No intuito de formular possíveis esquemas para tal formativo, sugerimos que os prenomes de origem «germânica» incorporados ao léxico tradicional antroponímico do português brasileiro com bald- ~ -bald fornecem as seguintes possibilidades de esquemas construcionais:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Bald-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-bald]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

III. Posição absoluta:

<[Balda]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Baldo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

O formativo ed- ~ ede- ~ edi-

O formativo ed- ~ ede- ~ edi- remontaria, segundo Nascentes (1952), ao «ead», palavra «germânica» que significaria “riqueza”. Quanto às ocorrências verificadas para esse formativo, vemos que as construções com ed- ~ ede- ~ edi aparecem em oito prenomes encontrados em Nascentes (1952), sempre ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Edelberto”, “Edgar”, “Edite”, “Edmar”, “Edmundo”, “Edna”, “Eduarda” e “Eduardo”, dentre os quais se verificam prenomes masculinos e femininos. Em Förstemann (1900), alguns dos prenomes encontrados, também em posição inicial ou com base mais à esquerda, foram: *Eddan*, *Ederad*, *Edie*, *Ediram*, *Edita*, *Edobinchus*, *Edoildis*, *Edotheus*, *Edulf*, *Edward* e outros. Na análise do *corpus* de Rodrigues (2016), esse foi o formativo mais recorrente, aparecendo em 22 ocorrências (23% do total), também em posição inicial ou com base mais à esquerda e em prenomes femininos e masculinos, a saber: “Edclea”, “Edeilice”, “Edemario”, “Edenildo”, “Edenilton”, “Ederaldo”, “Ederval”, “Ediana”,

“Edie”, “Edijane”, “Edileide”, “Edilene”, “Edilla”, “Edinaldo”, “Edineia”, “Edirlainne”, “Edjane”, “Edmagno”, “Edmara”, “Edmildes”, “Edvania” e “Edwardes”.

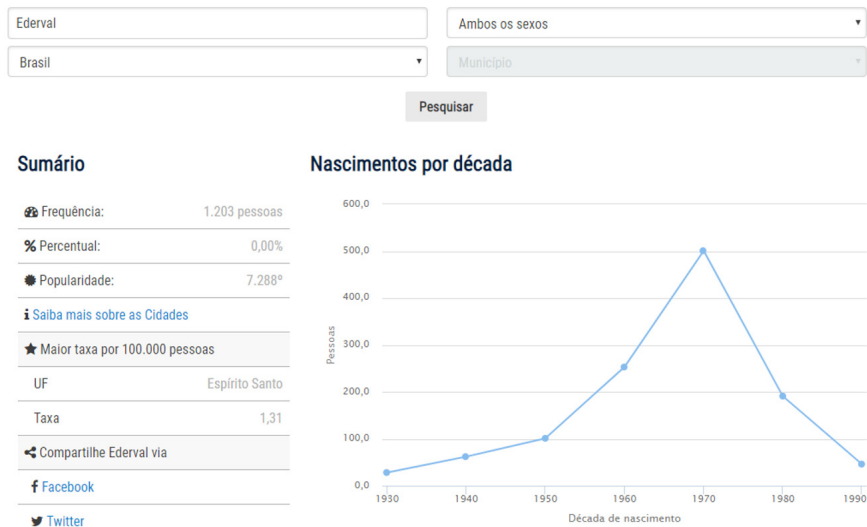
Neste trabalho, tal formativo também foi encontrado apenas em posição inicial ou com base mais à esquerda, tanto em prenomes tradicionais (“Edgard”, “Edith”, “Edméa”, “Edna”, “Edson” e “Edvaldo”) quanto em prenomes inovadores, com duas ocorrências no *corpus* (“Ederval” e “Edval” ~ “Edival”), ou 4,2% do total. Um breve comentário a ser feito quando comparamos os dados deste trabalho com os de Rodrigues (2016) é a diferença em termos quantitativos. Em Rodrigues (2016), o formativo *ed-* ~ *ede-* ~ *edi-* foi o mais recorrente, enquanto nesta pesquisa a primeira ocorrência se dá em 1936, voltando a aparecer apenas no Livro 10, mais precisamente em 1990. Uma possível hipótese seria, então, a de que esse formativo veio ganhando prestígio no decorrer dos anos, mas apenas estudos mais especializados poderiam confirmá-la.

Assim como em Rodrigues (2016), consideramos que as formas com o acréscimo de “i” ou “e”, como no prenome “Edival”, representam casos de alografia devido à realização epentética do [i] fonológico na fala, independentemente da ausência na escrita ou da utilização do <i> ou <e> gráfico⁸³. Já o caso de “Ederval” apresenta uma possível complicação quanto ao -r-. Para tanto, neste trabalho assumiremos três propostas que poderiam explicá-lo: a) a ocorrência de alomorfia, sendo possíveis as variações *eder-* e *edir-*; b) a ocorrência de uma composição com a união de dois prenomes vigentes na língua (“Eder” e “Val”); ou c) o -r-, nesse e em outros possíveis casos, podendo ser tratado como um elemento medial ou de “ligação”, descaracterizando um suposto modelo biformativo – o que desacreditamos. Não nos abstendo do problema em questão, entendemos que para se chegar a uma possível solução seria necessário empreender uma investigação mais aprofundada, com a análise de outros casos que melhor fundamentem qualquer uma das propostas.

Quanto à frequência no uso dos prenomes “Ederval” e “Edval” ~ “Edival”, apresentamos as seguintes informações:

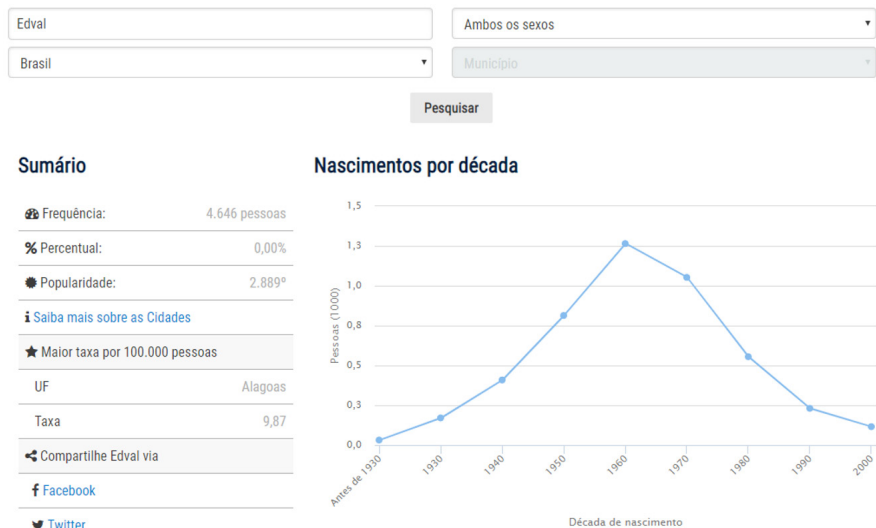
83 Fato comum no português brasileiro, verificado em diversas palavras como em “advogado”, ou em outras, como em “captura” e “absurdo”, nas quais há uma oclusiva não seguida de [r] ou [l].

Figura 25 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Ederval”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 26 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Edval”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 27 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Edival”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Com todos os prenomes pesquisados apresentando considerável frequência de uso (entre 1 mil e 5 mil ocorrências no território brasileiro).

Sobre a estrutura dos prenomes com o formativo ed- ~ ede- ~ edi-, propomos a seguinte segmentação:

Quadro 9 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo ed- ~ ede- ~ edi-

| Prenome | Proposta de segmentação |
|----------------|--------------------------------|
| Ederval | [EDE(R)- + -VAL] ⁸⁴ |
| Edval ~ Edival | [ED- + -VAL ~ EDI- + -VAL] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Ratificando o uso do modelo biformativo e, nesse caso, com ambos os formativos (ed- ~ ede- ~ edi e -val) estando vinculados a uma origem «germânica» e atuando juntos na construção de um novo prenome.

De acordo com os exemplos encontrados em Nascentes (1952) e nos *corpora*, propomos o seguinte esquema construcional para o formativo ed- ~ ede- ~ edi-:

⁸⁴ Admitindo, para tal segmentação, um caso de alomorfa.

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Ed(i/e)(r)-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

O formativo -elza ~ -ilza ~ -ilze

Em Rodrigues (2016), o formativo -elza ~ -ilza ~ -ilze foi um dos mais complicados quanto à análise e descrição. O mesmo se repetiu neste trabalho e um dos motivos foi novamente a pouca informação oferecida por Kluge (1899), Förstemann (1900), Nascentes (1952) e Lehmann (1986). Contudo, encontramos em Guérios (1981) e em Machado (2003) algumas pistas verificadas no verbete “Elsa”, a saber: “[...] n. de uma ninfa, da mitologia germânica; veio a confundir-se com *Elsa*, *Else*, hip., abrev. de *Elisabete*” (GUÉRIOS, 1981, p. 110, grifos do autor) e:

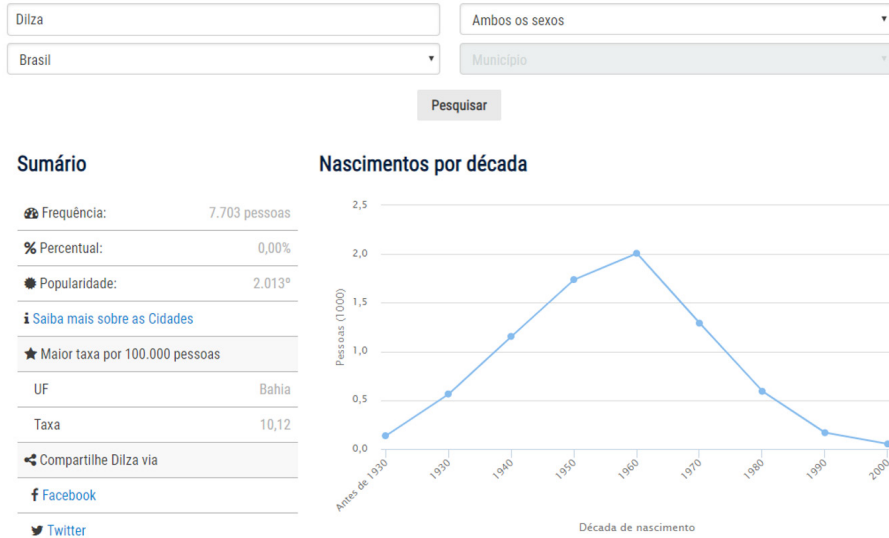
[...] aceitação da escrita alemã *Elsa*, diminutivo de *Elisabeth*. A sua generalização parece dever-se à heroína do *Lohengrin* de Wagner (1846-1848), que se chama assim. [...] trata-se de forma oriunda do mesmo nome alemão, talvez também devida à mesma personagem wagneriana, mas recebida por via oral, sabido que o -s- em al. tem o valor de -z- junto de vogal (MACHADO, 2003, p. 557, grifos do autor).

Guérios (1981) diz ainda, quanto ao prenome “Elza”, que se trata da: “[...] escrita port. de *Elsa*, de acordo com a pronúncia alemã. Dim.: *Elzita*” (GUÉRIOS, 1981, p. 110, grifos do autor). Assim, além de ligarmos tal formativo à tradição «germânica», aventamos a hipótese de que -elza ~ -ilza ~ -ilze seja entendido pelo falante atual como um formativo só, mesmo que possa apresentar origens diferentes.

No nosso *corpus*, esse formativo apareceu em quatro ocorrências, ou 8,3% do total, verificadas nos prenomes “Dilza”, “Gelsa” e “Nilzete”, todos femininos e em posição final ou com base mais à direita, sendo “Nilzete” uma formação com diminutivo presente em duas ocorrências. Em Rodrigues (2016), foram encontradas seis ocorrências, relativas aos prenomes “Dailze”, “Elzenita”, “Ilza” (duas vezes), “Jailza” e “Joelza”, também em posição final ou com base mais à direita, exceto no prenome “Elzenita”, quando aparece em posição inicial ou com base mais à esquerda.

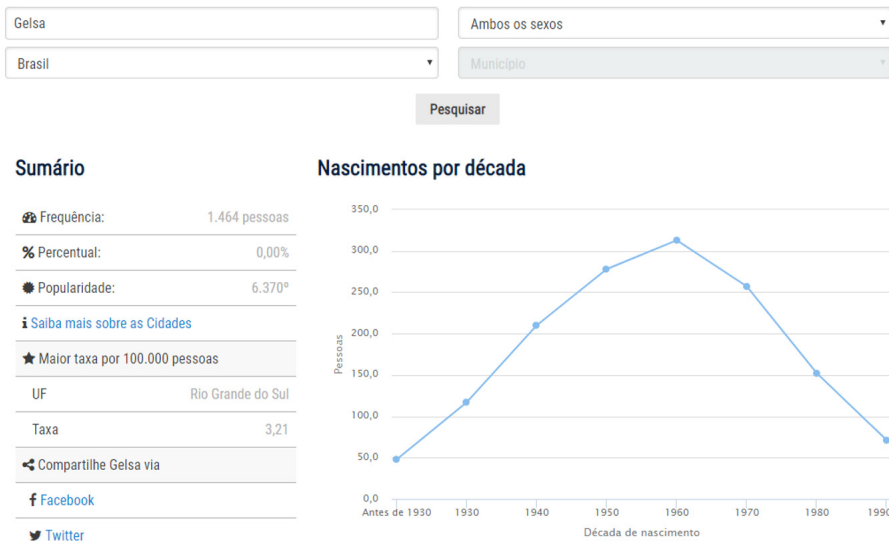
Quanto à frequência de uso, temos as seguintes informações:

Figura 28 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao pre-nome “Dilza”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 29 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao pre-nome “Gelsa”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 30 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Nilzete”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Nas figuras ora apresentadas foi possível observar alta frequência para “Dilza” (7.703 ocorrências), “Gelsa” (1.464 ocorrências) e “Nilzete” (11.374 ocorrências), com “Dilza” e “Nilzete” sendo mais utilizados no estado da Bahia.

No que se refere à segmentação de tais prenomes, propomos:

Quadro 10 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo -elza ~ -ilza ~ -ilze

| Prenome | Proposta de segmentação |
|---------|-------------------------|
| Dilza | [D- + -ILZA] |
| Gelsa | [G- + -ELSA] |
| Nilzete | [N- + ILZ(ETE)] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Após a análise do Quadro 10, verificamos uma notável contribuição associada ao uso do termo “biformativo” em detrimento do termo “bitemático”, como consta em Rodrigues (2016; 2019), uma vez que em todas as ocorrências com o formativo -elza ~ -ilza ~ -elza houve a

associação a uma forma presa na língua, desconfigurando a união de duas bases, como se pressupõe no modelo bitemático (cf. Capítulo 6).

Por fim, após reunir todas as informações relatadas e almejando formular esquemas que demonstrem a atuação desses formativos nas construções antroponímicas inovadoras, considerando a marcação do gênero feminino marcado pela vogal “a” ligada a esse formativo de posição final, propomos:

I. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-elza]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino associado ao formativo X]_{NP}>

<[[X]_{F1} [-ilza]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino associado ao formativo X]_{NP}>

<[[X]_{F1} [-ilze]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição absoluta:

<[Elza]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Ilza]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Ilze]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

O formativo gil-

Primeiramente, salientamos que nossas pesquisas relacionadas ao formativo gil- não foram tão profícuas quanto à segurança das informações. Em Nascentes (1952), para o prenome “Gilberto”, encontramos o seguinte:

Nome de homem. Do germânico. O primeiro elemento é duvidoso. O livro *Unsere Taufnamen* tem *gil* por forma encurtada de *gisal*, do ant. alto al. e significando ‘refém’ (al. mod. Geissel). Tetzner vê em *gil* um divergente de *ger*, lança, sendo *Gilberto* o mesmo que *Gerberto*. F. Khull,

partindo do ant. alto al. *Gilaberto*, vê um tema *gila* que coincide talvez com o irlandês *gael* (parentesco) através da raiz básica *ghoil*; neste caso, *gil* se relacionaria com o adjetivo *geil* (sadio, forte, exuberante) e o substantivo norueguês *gil* (fermentação) (NASCENTES, 1952, p. 125, grifos do autor).

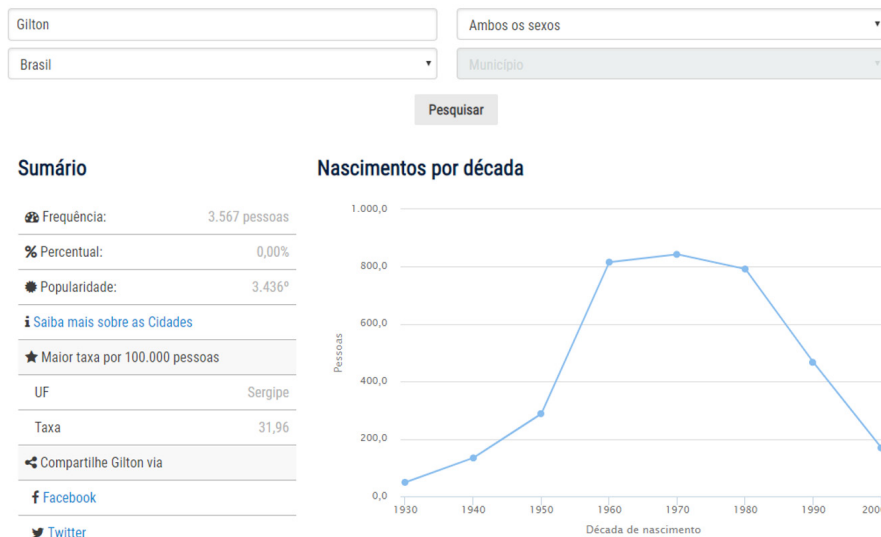
A mesma dificuldade parece ter sido sentida por Machado (2003, p. 715, grifos do autor), também para o prenome Gilberto: “Do fr. *Gilbert*, este de origem germânica, de *gil-*, radical de origem obscura (de *gisil*, «penhor») [...]”.

Quanto às ocorrências em Nascentes (1952), “Gilberto” foi o único prenome observado, ocupando posição inicial ou com base mais à esquerda. No dicionário de Förstemann (1900), encontramos como exemplos de prenomes com esse formativo, em posição inicial ou com base mais à esquerda: *Gilabert*, *Gilbald*, *Gilomar*, *Gilo*, *Gilrada* e outros.

No *corpus* analisado neste trabalho, o formativo *gil-* apareceu em apenas uma ocorrência, mais uma vez em posição inicial ou com base mais à esquerda, no prenome “Gilton”. Sua baixa frequência contrastou com os resultados obtidos por Rodrigues (2016), quando foram encontrados 11 prenomes: “Gilcimar”, “Gilmar” (cinco ocorrências), “Gilmara”, “Gilneia”, “Gilsie”, “Gilsimar” e “Gilza”, indicando os gêneros feminino e masculino – ainda que não tenha sido possível determiná-los em todos os casos –, sempre em posição inicial.

Com relação à frequência de uso do prenome “Gilton”, mencionamos as seguintes informações:

Figura 31 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Gilton”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Tendo, portanto, considerável atuação no cenário onomástico brasileiro, com mais de 3.500 ocorrências e ápice de uso na década de 1970. Quanto à estrutura desse prenome, propomos:

Quadro 11 - Segmentação do prenome inovador com o formativo gil-

| Prenome | Proposta de segmentação |
|---------|-------------------------|
| Gilton | [GIL- + -TON] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Apesar do parco material encontrado para esse formativo, a análise dos prenomes de Rodrigues (2016), tidos como modelos, ajudou na elaboração dos seguintes esquemas construcionais:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Gil-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição absoluta⁸⁵:

<[Gil]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}>

O formativo ild- ~ -ild

Considerado um formativo de origem «germânica», o ild- ~ -ild, para Piel (1933, p. 112), viria do componente gótico **hildi*, significando “luta, combate”. Em Nascentes (1952), verificamos os seguintes prenomes dicionarizados: a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Hildeberto”, “Hildebrando”, “Hildegarda”, “Hildemar”, “Hilderico”, “Ildefonso”; b) em posição final (ou com base mais à direita): “Batilde”, “Brunilda”, “Cassilda”, “Clotilde”, “Cremilda”, “Heremildo”, “Giselda”, “Leonilda”, “Matilde”, “Ragnilda”, “Tusnelda”; c) em posição absoluta: “Hilda” e “Hildo”. Em Förstemann (1900), encontramos as seguintes ocorrências: a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Hildara, Hildebranda, Hildibald, Hildiberga, Hildifrid, Hildigard, Hildigunda, Hildila, Hildilinda, Hildimar, Hildis* e outros; b) em posição final (ou com base mais à direita): *Blathild, Gentildis, Germenildis, Grasilda, Guthildis, Nithildis, Richildis, Romilda, Spothild, Waldohildis, Wamentildis* e outros.

No *corpus* analisado para esta pesquisa, ild- ~ -ild também foi um formativo consideravelmente produtivo, totalizando nove ocorrências – ou 18,7% do total –, a saber: a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Hildete” (duas ocorrências), “Hildeth” ~ “Hyldeth”, “Hildélia” ~ “Hyldélia”, “Hyldéa”; b) em posição final (ou com base mais à direita): “Avanildes”, “Ironilde”, “Rahilda” e “Railda”. Assim, quanto à posição, verificamos certa flexibilidade do formativo na estrutura do composto, ocorrendo tanto em posição inicial quanto em posição final – em contraposição aos dados encontrados em Rodrigues (2016), que se referem apenas a prenomes com o formativo -ild em posição final, como em “Cazildete”, “Edenildo”, “Edmildes”, “Ivanilda”, “Ivanildes”, “Josenilda”, “Nildes”, “Renilda”, “Roquildes” e “Wanildo”.

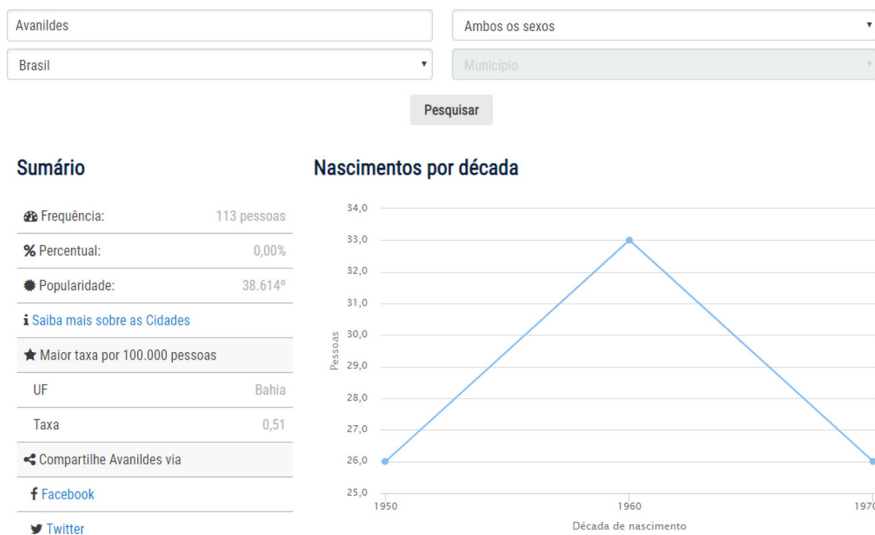
⁸⁵ O prenome “Gil” corresponde ao registro de 9.158 brasileiros e 516 brasileiras, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE e, por esse motivo, não apontamos no esquema construcional a informação referente ao gênero.

Ademais, todos os prenomes desta pesquisa estiveram associados ao gênero feminino, apesar de ser possível que esse formativo se refira a ambos, verificando-se a existência de -ilda, -elda e -ilde(s) – com -s paragógico, tendo por base o formativo -ilde –, para o feminino, e a forma -ildo, para o masculino, além da existência do diminutivo em -ete, como já citado tanto nos exemplos encontrados em Rodrigues (2016) quanto nos nossos dados.

Ao contrário da tendência tradicional para a formação de prenomes, segundo Nascentes (1952), o formativo masculino -ildo é que parece ter sido originado do feminino -ilda. Tal fato pode ser observado com o prenome “Leonildo”, no qual se lê: “Nome de homem. Masculino de *Leonilda*. O segundo elemento é próprio dos nomes femininos” (NASCENTES, 1952, p. 171, grifo do autor), enquanto que em “Leonilda” (1952, p. 171, grifo do autor) observamos a seguinte definição: “Nome de mulher. Do germânico: al. *Löwe* (lat. *Leo*, leão, e *hild*, combate, leoa combatente, a que peleja como uma leoa”.

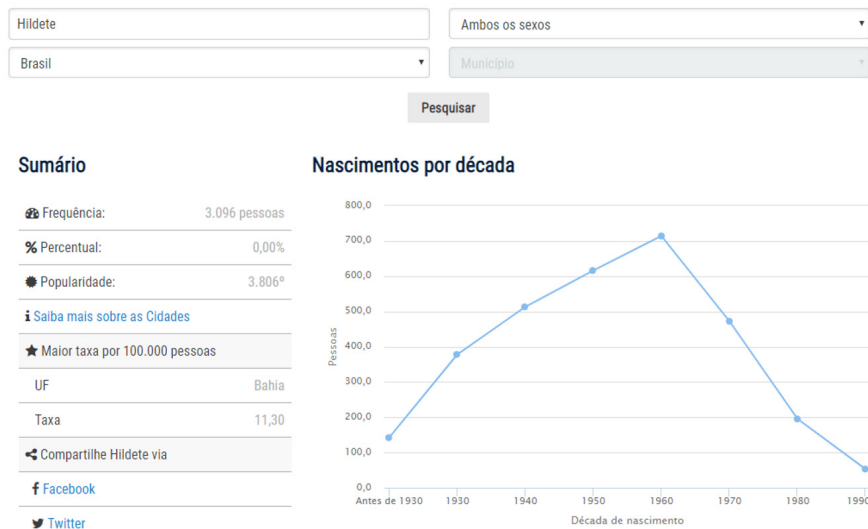
Quanto à frequência de uso dos prenomes “Avanildes”, “Hildete”, “Hildeth” ~ “Hyldeth”, “Hildélia” ~ “Hyldélia”, “Hyldéa”, “Ironilde”, “Rahilda” e “Railda”, coletamos as seguintes informações:

Figura 32 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Avanildes”



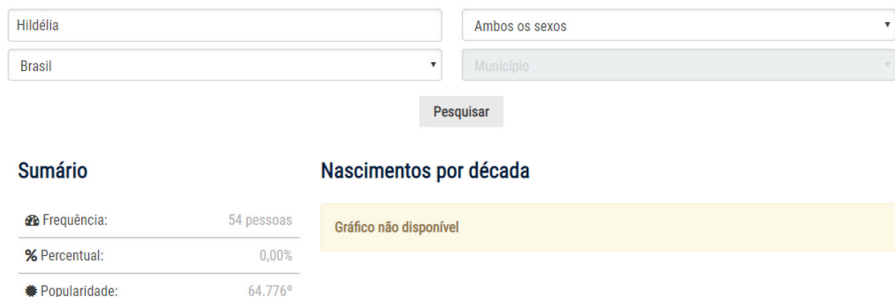
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 33 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Hildete”⁸⁶



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 34 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Hildélia”⁸⁷

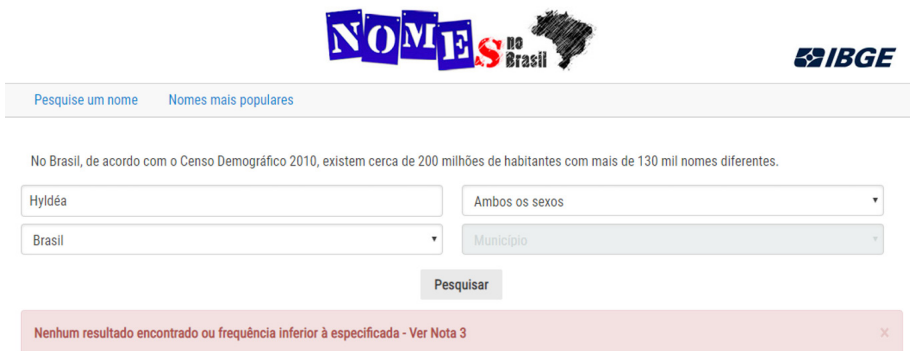


Fonte: Censo 2010, IBGE.

⁸⁶ Apresentamos somente as informações relativas ao prenome “Hildete”, pois o prenome “Hildeth” correspondeu a apenas 84 ocorrências – verificadas principalmente no estado da Bahia – e “Hyldeth” não chegou a 20 indivíduos, portanto, sem maiores informações quanto a gráficos, popularidade etc.

⁸⁷ A grafia “Hyldélia” não chegou a apresentar nem 20 ocorrências de uso no Brasil.

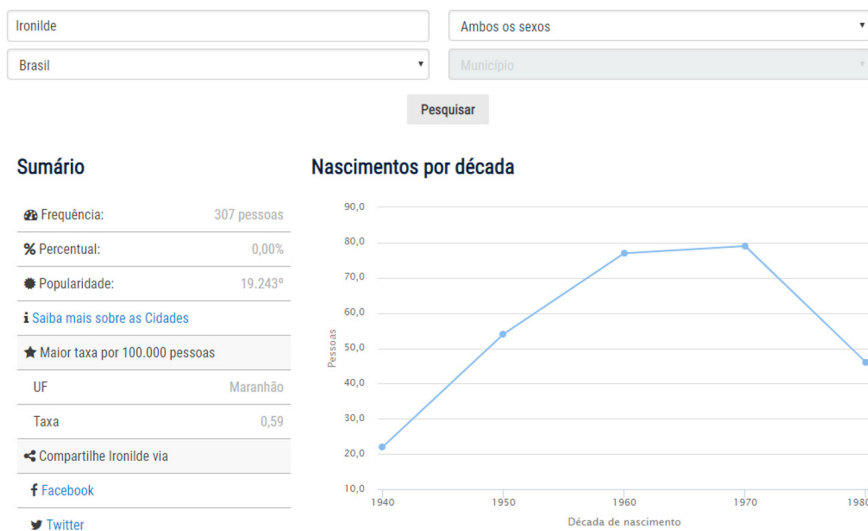
Figura 35 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Hyldéa”



The screenshot shows the 'Nomes no Brasil' website interface. At the top, there is a logo for 'NOMES no Brasil' and the IBGE logo. Below the header, there are search filters: 'Pesquise um nome' and 'Nomes mais populares'. A message states: 'No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.' The search criteria are: Name: 'Hyldéa', Sex: 'Ambos os sexos', State: 'Brasil', and Municipality: 'Município'. A 'Pesquisar' button is present. Below the search results, a red message box indicates: 'Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3'.

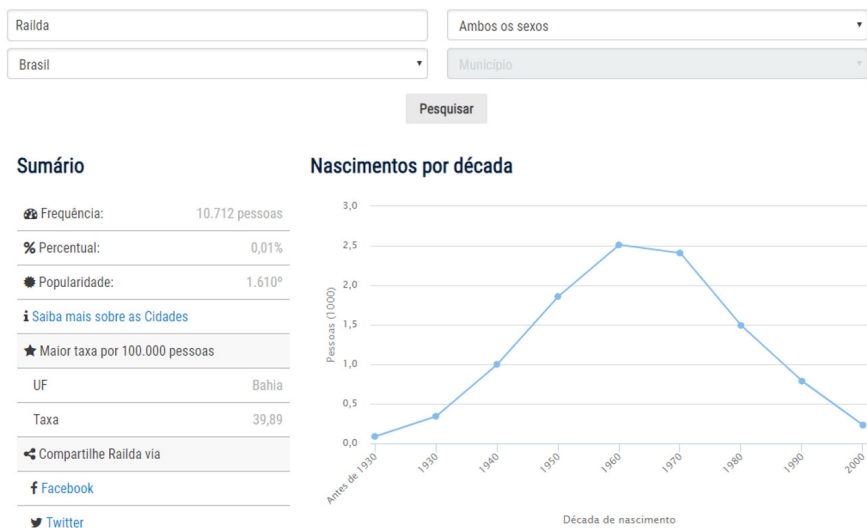
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 36 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Ironilde”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 37 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Railda”⁸⁸



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Portanto, após a análise das figuras apresentadas, verificamos que no que tange ao quadro antroponímico brasileiro foram bastante recorrentes os prenomes “Hildete” (com 3.096 ocorrências) e “Railda” (com 10.712 ocorrências), enquanto os outros não se mostraram tão populares, como os prenomes “Avanildes” (113 ocorrências), “Hildélia” (54 ocorrências) e “Ironilde” (307 ocorrências), às vezes não alcançando nem 20 indivíduos no país, como ocorreu com os prenomes “Hildeth” ~ “Hyldeth”, “Hyldéa”, “Hyldélia” e “Rahilda” – talvez por conta da grafia, com a inserção de “h” ou pela opção do “y” em detrimento do “i”.

Assim, quanto à estrutura dos prenomes inovadores, vemos mais uma vez a forte influência composicional de natureza biformativa, assinalada no Quadro 12:

Quadro 12 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo ild- ~ -ild

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Avanildes | [AVA(N)- + -ILDES] |
| Hildete | [HILD- + -ETE] |

⁸⁸ A grafia “Rahilda” não foi encontrada nem em 20 registros de indivíduos brasileiros.

| | |
|---------------------|---------------------------------|
| Hildeth ~ Hyldeth | [HILD- + -ETH ~ HYLD- + -ETH] |
| Hildélia ~ Hyldélia | [HILD- + -ÉLIA ~ HYLD- + -ÉLIA] |
| Hyldéa | [HYLD- + -ÉA] |
| Ironilde | [IRO(N)- + -ILDE] |
| Rahilda | [RA(H)- + -ILDA] |
| Railda | [RA- + -ILDA] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Por fim, a produtividade desse formativo em diferentes posições nos permite aventar a existência dos seguintes esquemas construcionais:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

$$\langle [[\text{Ild(a/e/es/o)-}]_{F1} [\text{X}]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

II. Posição final ou base mais à direita:

$$\langle [[\text{X}]_{F1} [-\text{ild(a/e/es/o)}]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

O formativo -lin

O formativo -lin foi encontrado em Förstemann (1900), mas não há, nessa obra ou nas outras consultadas, maiores informações com relação ao seu significado etimológico. Quanto às ocorrências verificadas em Nascentes (1952), vemos apenas três: a) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Carolina”, “Carolino”; b) ocupando posição absoluta: “Lina”. Em Förstemann (1900), achamos os seguintes prenomes referentes ao antigo alto alemão com o formativo -lin: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Linburga*, *Linger*, *Linheit*, *Lynmar*, *Linwiz* e outros; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): *Acelina*, *Ascelina*, *Autlina*, *Avelina*, *Bebelina*, *Betlina*, *Brandelina*, *Dommelina*, *Ermelina*, *Eutilina*, *Gibelina*, *Gudelina*, *Joscelina*, *Nodelina*, *Odelina*, *Wandelina* e outros; c) ocupando posição absoluta: *Lina* e *Lino*.

No *corpus* deste trabalho, esse formativo apareceu em dois prenomes inovadores, representando 4,2%. Ambos ocuparam a posição final ou com base mais à direita e apresentaram a adição do “a”, ao fim, indicando prenomes femininos, a saber: “Areolina” e “Cardulina”. Em Rodrigues (2016), o formativo -lin não representou nenhuma ocorrência. Ainda assim, para os dois prenomes verificados no *corpus* deste trabalho, propomos as seguintes segmentações:

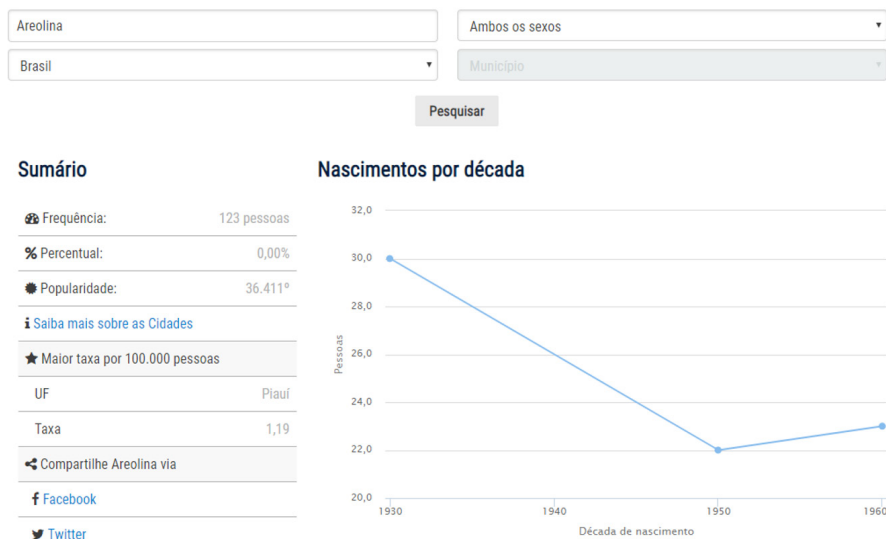
Quadro 13 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo -lin

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Areolina | [AREO- + -LIN(A)] |
| Cardulina | [CARDU- + -LIN(A)] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Ademais, quanto à popularidade dos prenomes “Areolina” e “Cardulina” no atual cenário onomástico brasileiro, podemos observar, segundo as Figuras 38 e 39, que eles não apresentam uma frequência considerável, correspondendo, respectivamente, a 123 e a menos de 20 indivíduos no país, segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE.

Figura 38 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Areolina”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 39 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Cardulina”

Logo: NOME S no Brasil, IBGE

Pesquise um nome | Nomes mais populares

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.

Cardulina | Ambos os sexos

Brasil | Município

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Para finalizar, formulamos esquemas construcionais depreendidos por meio da análise dos prenomes tradicionais elencados, sem menção a um possível esquema com o formativo -lin ocupando a posição inicial ou com base mais à esquerda, pois não encontramos prenomes modelos atuais suficientes para tal proposição:

I. Posição final ou base mais à direita:

$\langle [[X]_{F1} [-lin]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa associado ao formativo } X]_{NP} \rangle$

II. Posição absoluta:

$\langle [Lina]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero feminino}]_{NP} \rangle$

$\langle [Lino]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero masculino}]_{NP} \rangle$

O formativo lind- ~ -lind

O formativo lind- ~ -lind, segundo os autores consultados, corresponderia a «lint», vocábulo «germânico» com o significado de “protetor”, como verificado, em posição inicial ou com base mais à esquerda, no prenome “Lindolfo”, que diz: “Do germânico: *lint*, protetor, e *wolf*, lobo” (MACHADO, 2003, p. 883, grifos do autor), ou a «lind», vocábulo também «germânico», significando “serpente”, como encontrado, em

posição final ou mais à direita, nos prenomes “Arlindo”: “Do germânico *ar*, águia, e *lind*, serpente, animais que os germanos consideravam belicosos” (NASCENTES, 1952, p. 27, grifos do autor) e “Deolindo”, no qual se lê: “Masculino de *Deolinda*. [...] O germânico *-lind*, serpente, é formador de nomes de mulher” (NASCENTES, 1952, p. 89, grifos do autor).

A confusão aumenta ao verificarmos o prenome “Ermelinda”, que diz: “Nome de mulher. Do germânico: *ermens*, forte e *lind*, dragão, serpente [...] Nunes, RL, XXXII, 116, interpreta <a que protege>, em vez de <serpente>, atento o papel deste réptil na mitologia germânica” (NASCENTES, 1952, p. 101, grifos do autor). Nesse último caso, apesar da consideração do étimo «*lind*», a definição adotada corresponderia a «*lint*», como já mencionado, demonstrando inconsistências na argumentação.

Assim, em Nascentes (1952) aparecem os seguintes prenomes referentes a esse formativo: a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Lindeberto” e “Lindolfo”; b) em posição final (ou com base mais à direita): “Arlindo”, “Deolindo”, “Ermelinda” e “Teolinda”; e c) ocupando posição absoluta: “Linda”. Para Förstemann (1900), alguns dos prenomes do antigo alto alemão que utilizam o *lind-* ~ *-lind* em sua composição são: a) em posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Lindgart*, *Lindoald*, *Lindolf*, *Lindrät*, *Lintwar* e outros; b) em posição final (ou com base mais à direita): *Adallinda*, *Amallindis*, *Baldelindis*, *Burgilind*, *Dagalind*, *Eberlind*, *Ferlinda*, *Fraulinda*, *Fridulind*, *Gebalinda*, *Godalindis*, *Irminlind* e outros.

No *corpus* deste trabalho, tal formativo apareceu nos prenomes inovadores “Lindinalva” e “Raulinda”, ocupando, portanto, tanto a posição inicial ou com base mais à esquerda quanto a posição final ou com base mais à direita. A baixa frequência no uso de tal formativo (4,2%) concordou com os dados obtidos por Rodrigues (2016), que apenas encontrou o prenome “Lindomar” como ocorrência. Ademais, a reunião de todas essas construções nos permite observar a existência tanto de prenomes femininos quanto masculinos. E mais: como verificado com o formativo *ild-* ~ *-ild* (cf. 7.8), o formativo *lind-* ~ *-lind* também pode ter originado prenomes masculinos a partir de femininos, como

sugere Nascentes (1952, p. 89, grifo do autor) no verbete “Deolindo”: “Masculino de *Deolinda*”.

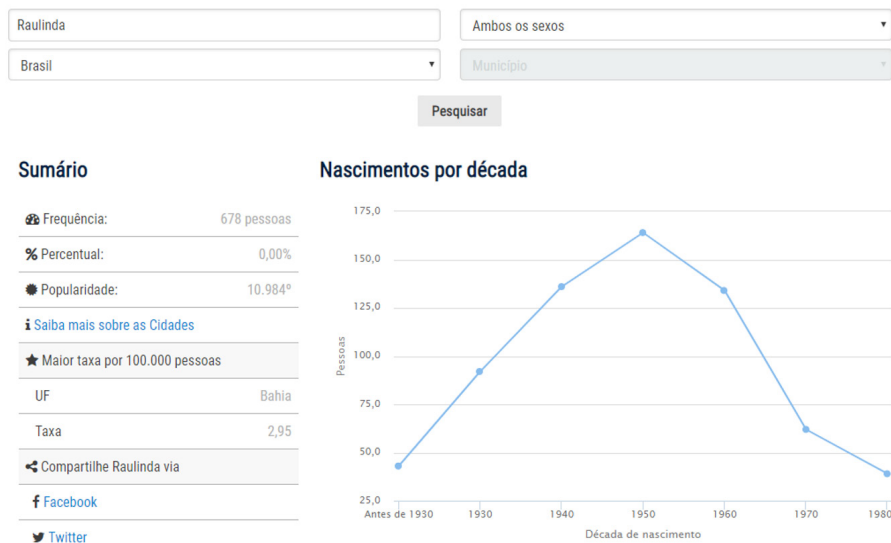
A fim de verificar a frequência de uso referente às nossas ocorrências do *corpus*, apresentamos os dados contidos nas Figuras 40 e 41, que demonstram a grande popularidade associada ao prenome “Lindinalva”, com mais de 23 mil ocorrências no quadro antroponímico brasileiro, não compartilhada com o prenome “Raulinda”, com apenas 678 ocorrências verificadas no país.

Figura 40 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Lindinalva”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 41 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Raulinda”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Quanto à estrutura dos compostos, propomos as seguintes segmentações:

Quadro 14 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo lind- ~ -lind

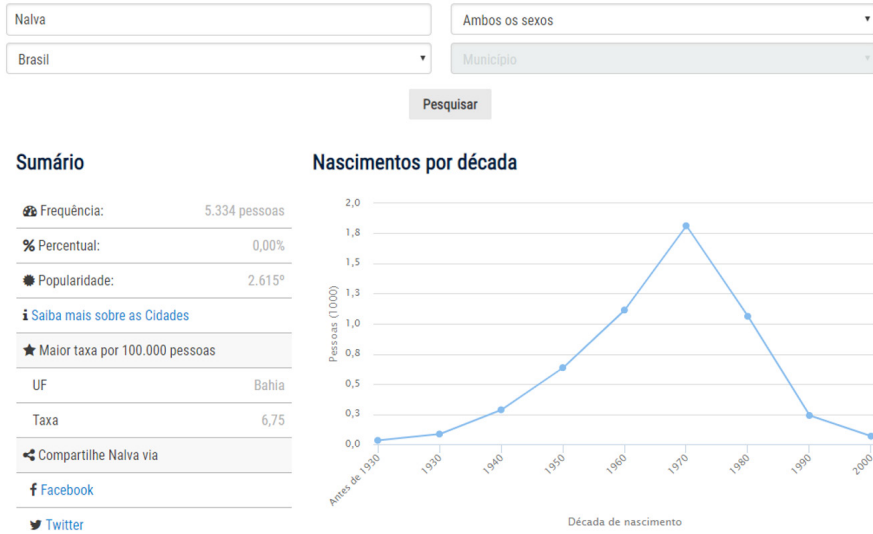
| Prenome | Proposta de segmentação |
|------------|-------------------------|
| Lindinalva | [LIND(I)- + -NALVA] |
| Raulinda | [RAUL- + -LIND(A)] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Tal proposta de segmentação não surpreende, pois tanto “Nalva” quanto “Raul” são bases conhecidas do léxico onomástico brasileiro, com “Nalva” ocorrendo em diversos outros prenomes (a exemplo de “Edinalva”, “Francinalva”, “Marinalva” e outros⁸⁹) ou em posição absoluta (“Nalva”), e com “Raul” sendo um nome dicionarizado em Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003) e amplamente divulgado no Brasil, como demonstram as Figuras 42 e 43:

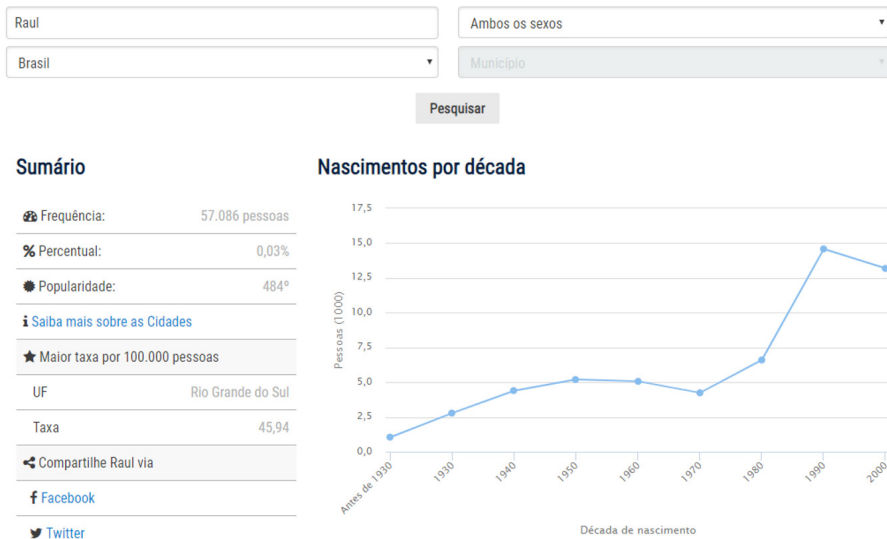
⁸⁹ Exemplos confirmados na plataforma da página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE.

Figura 42 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Nalva”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 43 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Raul”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Assim, pensando na formulação de possíveis esquemas para tal formativo, sugerimos:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Lind-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-lind]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

III. Posição absoluta:

<[Linda]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}>

<[Lindo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

O formativo -mar

Remontando ao «germânico», esse formativo viria de «mar», segundo o étimo proposto por Nascentes (1952, p. 4, grifos do autor) para o prenome “Ademar”: “Do germânico, ant. alto al. *adal*, *adel*, al mod. *edel*, nobre, e *mar*, glória; afamado ou ilustre por nobreza”. Para Piel (1933), contudo, a situação é um pouco mais complicada. Ele aponta, em referência ao nome “Armamar”, a proposição de dois étimos: a) segundo Meyer-Lübke, uma forma reconstruída do gótico **marha*, significando “cavalo”; b) e **mêreis*, quando diz “[...] há outros factores que falam em favor da explicação dêle [Sachs], que vê em *-mâr* a forma germânica ocidental do gótico **mêreis* «celebre»” (PIEL, 1933, p. 137). Em Nascentes (1952), como exemplos de prenomes dicionarizados com o formativo -mar, temos: a) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Adelmar”, “Ademar”, “Dagmar”, “Edmar”, “Guiomar”, “Hilmar”, “Oldemar”, “Osmar”, “Valdemar” e “Vilmar”.

No nosso *corpus*, o -mar se mostrou, de modo geral, um formativo bastante recorrente, aparecendo em todos os livros, totalizando 11 ocorrências. Contudo, em prenomes inovadores, ocorreu em apenas um

caso: no prenome “Deuzimar”. Em contraposição aos dados colhidos por Rodrigues (2016), observamos outro cenário, visto que tal formativo apresentou alta frequência na criação de prenomes inovadores, representando 20% do *corpus* analisado pela autora, sempre em posição final ou com base mais à direita, como nos prenomes “Damares”, “Edmara”, “Eliomar”, “Gilcimar”, “Gilmar” (em cinco ocorrências), “Gilmara”, “Gilsimar”, “Josimara”, “Lindomar”, “Lucimar”, “Lucimara” (em duas ocorrências), “Neomar”, “Neumar” e “Nilmara”. É possível propugnar, então, que esse formativo, assim como o já apresentado ed- ~ ede- ~ Edi- (cf. 7.5), pode ter ganhado maior prestígio no decorrer dos anos, mas novamente apenas estudos mais especializados poderiam confirmar tal suposição.

Quanto à natureza dos prenomes com o formativo -mar, tanto inovadores quanto tradicionais, é possível verificar ocorrências de femininos e masculinos. Porém, quando ocupando posição final, esse formativo tende a apontar para o gênero masculino, como os casos de “Ademar”, “Edmar”, “Hilmar”⁹⁰ e outros, mas isso não é determinativo, pois há os exemplos de “Guiomar” e “Dagmar”⁹¹ que, tradicionalmente, remontam a indivíduos do gênero feminino. No nosso *corpus*, por exemplo, o prenome inovador “Deuzimar” não indica com clareza se se refere a indivíduos do gênero feminino ou masculino (apesar de termos a informação, contida na ficha, de que se tratava do feminino), o que “[...] pode ter relação com a terminação em ‘r’ que, até mesmo no léxico comum, pode se referir a substantivos de ambos os gêneros (como em ‘o mar’, ‘o amor’, ‘a mulher’, ‘a colher’)” (RODRIGUES, 2016, p. 52). Nos prenomes, a fim de marcar o feminino, costuma se acrescentar a vogal “a”, como em “Edmara”, “Gilmara” e “Lucimara”⁹², mas neste trabalho tal situação não foi verificada diante da quantidade exígua de prenomes.

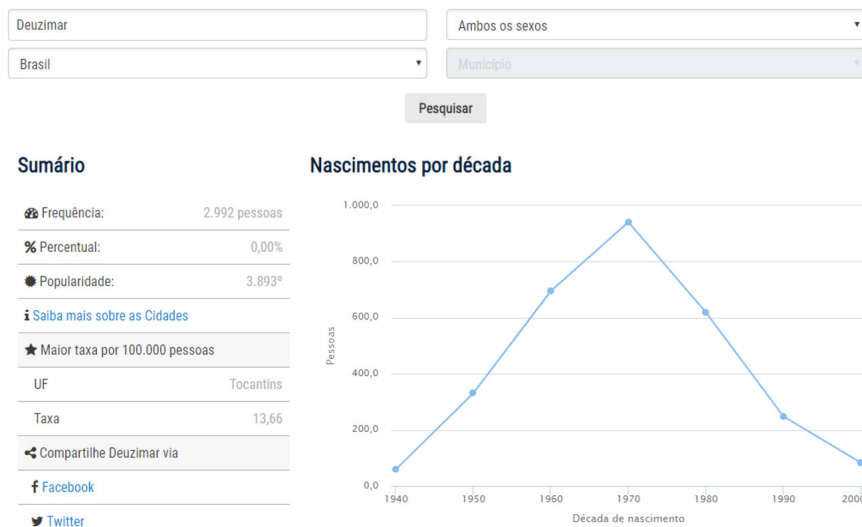
Quanto à frequência de uso, de acordo com a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, o prenome “Deuzimar” apresenta certa popularidade no cenário onomástico brasileiro, apontando para quase 3 mil ocorrências no país, como demonstra a Figura 44:

90 Segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE.

91 Segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE.

92 Referindo-se aos prenomes encontrados na análise de Rodrigues (2016).

Figura 44 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Deuzimar”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Assim, após observar o comportamento que o formativo -mar assume em seus prenomes, propomos a seguinte segmentação:

Quadro 15 - Segmentação do prenome inovador com o formativo -mar

| Prenome | Proposta de segmentação |
|----------|-------------------------|
| Deuzimar | [DEUZ(I)- + -MAR] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Por fim, diante do fato de que todas as ocorrências encontradas apontaram para o uso desse formativo em posição final ou com base mais à direita, sugerimos os seguintes esquemas construcionais:

I. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-mar]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

<[[X]_{F1} [-mar(a/es)]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

O formativo -ric

Para Nascentes (1952), o formativo -ric estaria atrelado a «rik», de origem «germânica». Contudo, os significados associados a ele apresentam certa divergência na obra, como observamos a partir dos prenomes “Erico”, “Frederico” e “Ricardo”, nos quais se lê, respectivamente: “Nome de homem. De origem germânica: *er*, honra, cfr. Al. mod. *Ehre*, e *rik*, príncipe, príncipe em honras (Nunes, RL, XXXII, 115). Drummond interpreta <rico em honra>. Larousse igualmente” (NASCENTES, 1952, p. 100, grifos do autor); “Nome de homem. Do germânico *frid*, al. mod. *Friede*, paz, e *rich*, *reiks* em gótico, rei, rei da paz” (NASCENTES, 1952, p. 117, grifos do autor) e; “Nome de homem. Do germânico: *rik*, rei, príncipe, senhor, ou *rich*, rico, e *hardo*, forte, príncipe ou senhor forte (Nunes, RL, XXXIV, 143), rico e forte” (NASCENTES, 1952, p. 261, grifos do autor).

Quanto às ocorrências verificadas em Nascentes (1952), citamos: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Ricardo”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Alarico”, “Alberico”, “Alderico”, “Amauri”⁹³, “Americo”, “Atanarico”, “Clodorico”, “Erico”, “Eurico”, “Frederico”, “Henrique”, “Odorico”, “Rodrigo”, “Teodorico” e “Uldarico”. Já em Förstemann (1900), para os prenomes do antigo alto alemão com o formativo -ric, apresentamos: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): *Reccesvinth*, *Ricbald*, *Ricberga*, *Ricberta*, *Ricburgis*, *Ricfrida*, *Richarda*, *Richared*, *Richildis*, *Riclindis*, *Ricmar*, *Ricward* e outros; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): *Alderich*, *Amalaric*, *Angelrich*, *Audericus*, *Baldarich*, *Benerich*, *Dedalrich*, *Enerich*, *Gaidericus*, *Odalrich*, *Salderich*, *Theudoricus* e outros; c) ocupando posição absoluta: *Rico*.

No *corpus* deste trabalho, o formativo -ric apareceu apenas em um prenome inovador, ocupando a posição final ou com base mais à direita: “Lyderico”. A baixa frequência no uso desse formativo no nosso *corpus* coincidiu com o resultado obtido por Rodrigues (2016), que não encontrou nenhuma ocorrência. No atual cenário onomástico brasileiro, o prenome “Lyderico” também não pode ser considerado popular, pois segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, sua

93 Segundo Nascentes (1952), seria a forma francesa do prenome “Amalrico”.

frequência para o total de indivíduos no Brasil é inferior a 20, como mostra a Figura 45.

Figura 45 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Lyderico”

Logo: NOME S no Brasil

Logo: IBGE

Pesquise um nome Nomes mais populares

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.

LYDERICO Ambos os sexos

Brasil Município

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3

Fonte: Censo 2010, IBGE.

A utilização da grafia “Liderico” também não se mostrou popular, apresentando somente 47 ocorrências, como informa o mesmo *site*. Porém, o mais interessante é que a frequência de utilização aponta justamente para o estado da Bahia que, sozinha, é responsável por 23 dos 47 casos encontrados, ou seja, aproximadamente 50% do território brasileiro. Quanto à segmentação do prenome “Lyderico”, propomos:

Quadro 16 - Segmentação do prenome inovador com o formativo -ric

| Prenome | Proposta de segmentação |
|----------|-------------------------|
| Lyderico | [LYDE- + -RIC(O)] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Por meio da análise dos prenomes tradicionais elencados, é possível depreender os seguintes esquemas construcionais:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Ric-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-ric]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

III. Posição absoluta:

<[Rico]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino]_{NP}>

Os formativos -son e -ton

Quando tratamos, neste trabalho, das classificações e terminologias envolvendo os nomes próprios, mais especificamente os sobrenomes (cf. 3.2.2), explicamos o que veio a ser o patronímico e qual a sua importância na constituição do léxico onomástico português. Assim, resumindo o que já foi dito, lembramos que, à época de sua criação, o patronímico servia como um identificador direto do indivíduo com seu pai e essa identificação se dava por meio do uso de formativos específicos adicionados ao prenome paterno, a exemplo do -es, no português, que originou patronímicos como “Rodrigues”, “Fernandes”, “Domingues”, entre outros, visto que derivaram dos antropônimos “Rodrigo”, “Fernando” e “Domingos”. Por isso é que “No português arcaico, os patronímicos funcionavam como mecanismos de organização de famílias e clãs, e esse significado de ‘filho ou descendente’ ainda era funcional naquela sociedade” (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2018, p. 1310). Com o decorrer do tempo, porém, o patronímico perde sua função identificatória, pois ao ser passado de geração em geração, não mais indica relação com o prenome paterno, mas sim com uma dada família, ao mesmo modo que um sobrenome.

Nos termos desta pesquisa, foi possível verificar um fato interessante quanto aos patronímicos e ao processo de opacidade semântica que estes sofreram no âmbito onomástico. Quando tratamos de -son e -ton, nos referimos a formativos de língua inglesa que, após passarem por uma mudança categorial, atualmente são verificados na formação de prenomes inovadores brasileiros, e não de sobrenomes. Para Mexias-Simon (2004), isso ocorre porque não há, no Brasil, o costume de chamar as pessoas por seu sobrenome, diferentemente dos Estados Unidos ou da Inglaterra, por exemplo.

Quanto ao uso dos patronímicos em outras línguas⁹⁴, Viaro (2004, p. 330, grifos do autor) explica:

A esses se acrescentam sobrenomes ingleses e nórdicos terminados em *-son* (*Anderson, Jefferson, Robinson*), nomes irlandeses e escoceses iniciados em *Mac* ou *O'* (*McDonald, McLuhan, McIntosh, McCarthy, McAdam, O'Hara, O'Connor*), nomes eslavos terminados em *-ov*, *-itch*, *-ovitch* (*Ivanov, Ivanovitch*), nomes romenos terminados em *-escu* (*Ionescu, Popescu, Ceaușescu*) e alguns sobrenomes italianos terminados em *-ato*, *-elli*, *-ella*, *-ini*, *-otti*, *-oni*, *-utti* (*Francescato, Antonelli, Paolini, Perotti, Zanoni, Stefanutti*).

Demonstrando também que nem sempre os itens formadores de patronímicos apresentam a posição final ou com base mais à direita como fixa.

O formativo *-son*, então, indica “filho de”, como vemos em Machado (2003, p. 1066, grifo do autor), quanto ao prenome “Nelson”, “[...] parece que está por *Neilson*, patronímico, isto é, ‘filho de Neil’”, e em Guérios (1981, p. 131, grifos do autor), para o prenome “Gilson”: “[...] sobr. Ingl.: ‘filho (*son*) de *Gil*, abrev. de *Gilbert*”. Já o formativo *-ton* parece se referir ao pertencimento a um povo, comunidade, significando “aldeia, cidade”, como observamos em Guérios (1981) para os prenomes adaptados ao português “Hamilton” e “Washington”, respectivamente: “[...] sobr. ingl. top.: ‘aldeia (*ton, town*) fortificada (*hamble*)’; ou do escocês ‘aldeia da montanha’” (GUÉRIOS, 1981, p. 139, grifos do autor) e “[...] sobr. ingl. top., n. de uma localidade no condado de Durham, Inglaterra: ‘aldeia (*ton*) dos *Wessyng*, i. é ‘dos descendentes de um certo *Wess*’” (GUÉRIOS, 1981, p. 251, grifos do autor). Portanto, mesmo que possuam origens distintas, optamos por apresentá-los juntos, visto que tanto o *-son* como o *-ton*, ao se estabelecerem enquanto formativos antroponímicos brasileiros, perderam sua carga semântica original e, hodiernamente, indicam aspectos semelhantes do ponto de vista semântico.

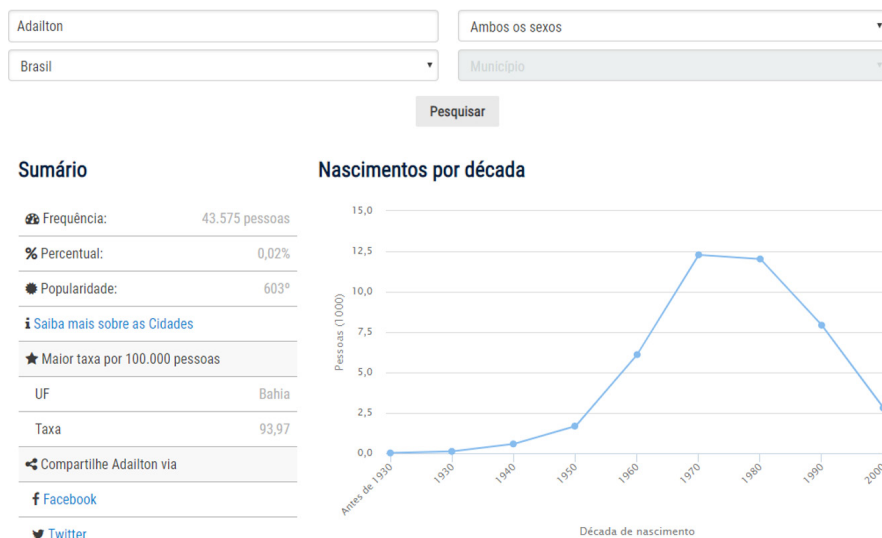
Assim, depreendemos que uma das maneiras de indicar, no inglês, a relação entre o indivíduo e seu pai ou o indivíduo e sua comunidade, no meio onomástico, é pela adição do *-son* ou do *-ton* ao fim do

⁹⁴ Salientamos ainda que em algumas línguas/culturas, como o russo e o tcheco, o patronímico ainda exerce sua função identificadora do pai do indivíduo.

antropônimo. Outrossim, verificamos o mesmo comportamento para as seis ocorrências do *corpus*, ou 12,5%, todas com os formativos -son e -ton na posição final ou com base mais à direita, a saber: “Adailton”, “Ailton”, “Clemilton”, “Gilton”⁹⁵, “Joilson” e “Mailson”, nos quais vemos uma unanimidade de prenomes que correspondem ao gênero masculino. Em Rodrigues (2016) não foram encontrados prenomes inovadores com esses formativos.

Quanto à frequência de uso das ocorrências encontradas, apontamos as informações colhidas na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE:

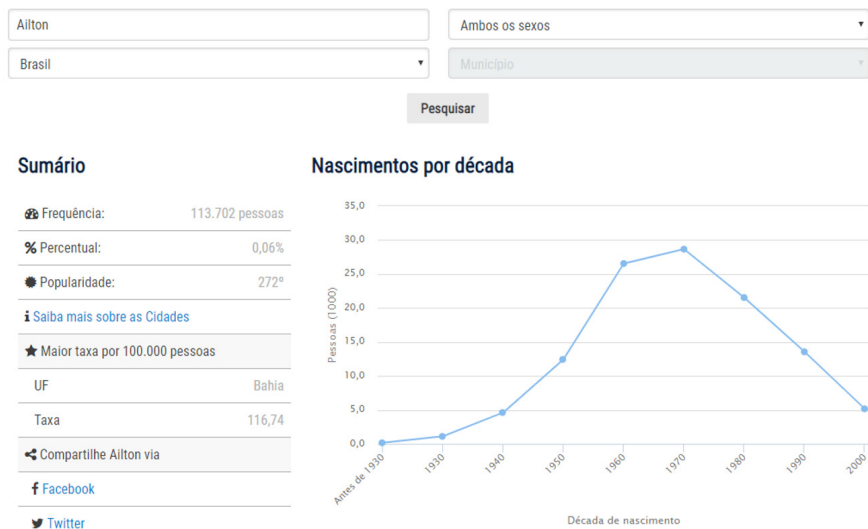
Figura 46 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Adailton”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

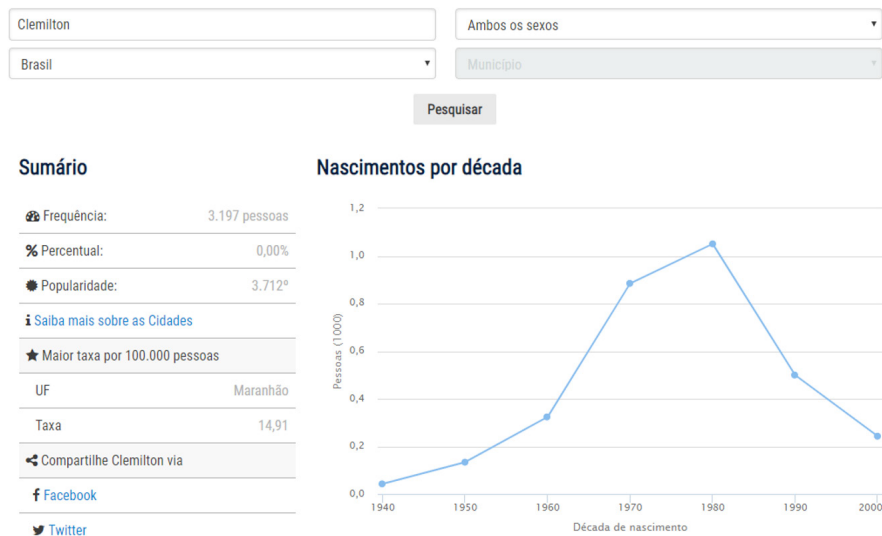
⁹⁵ Verificamos que em Machado (2003) e Guérios (1981) aparece o prenome “Gilson”. Contudo, por considerarmos que se tratem de formativos distintos, mantivemos o prenome “Gilton” com o estatuto de inovador em razão dos critérios já elucidados neste trabalho.

Figura 47 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Ailton”



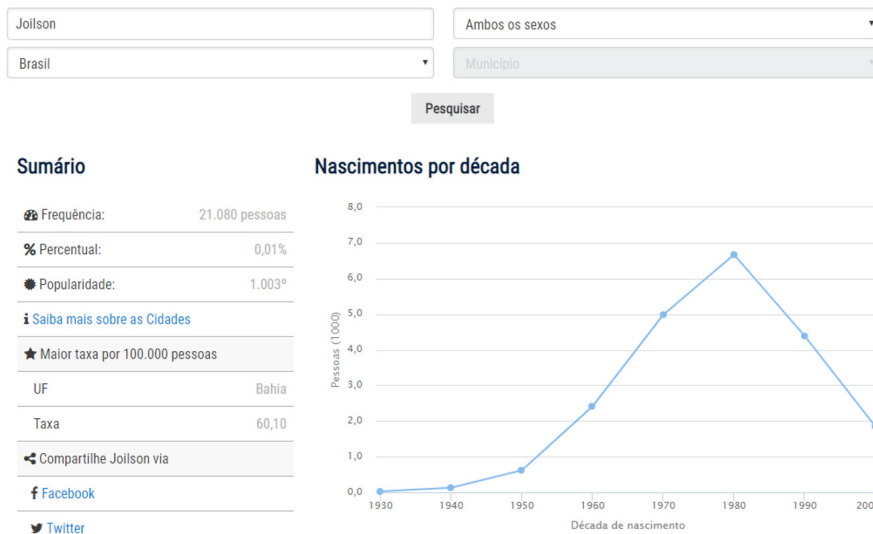
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 48 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Clemilton”



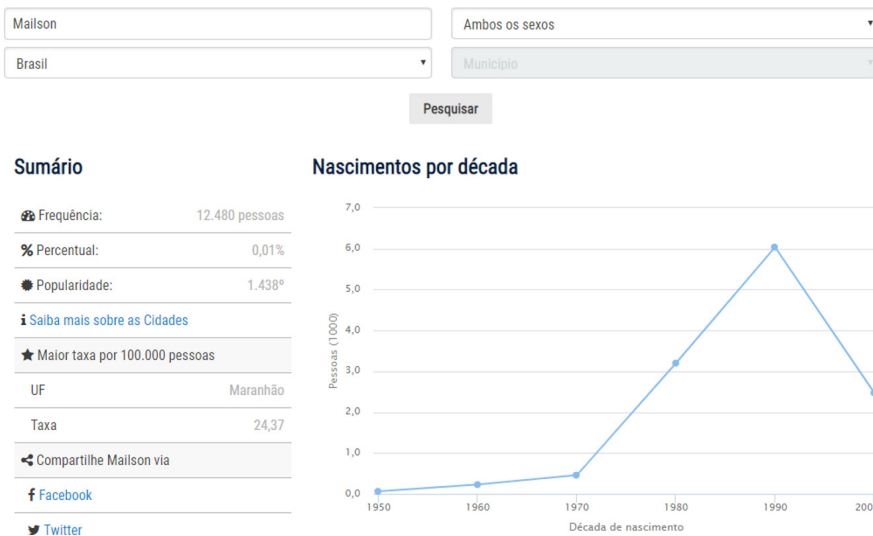
Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 49 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Joilson”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 50 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Mailson”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Após a análise das figuras, observamos alta popularidade no uso de todos os prenomes, sendo “Adailton” o mais frequente (com 43.575 ocorrências) e “Clemilton” o menos frequente (com 3.197 ocorrências). Observamos também que os prenomes “Adailton”, “Ailton” e “Joilson” apresentaram maior uso no estado da Bahia.

Passemos, então, às nossas propostas de segmentação:

Quadro 17 - Segmentação dos prenomes inovadores com os formativos -son e -ton

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-----------|-------------------------|
| Adailton | [ADAIL- + -TON] |
| Ailton | [AIL- + -TON] |
| Clemilton | [CLEMIL- + -TON] |
| Gilton | [GIL- + -TON] |
| Joilson | [JOIL- + -SON] |
| Mailson | [MAIL- + -SON] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Tendo tais considerações bem definidas, foi possível depreender os seguintes esquemas construcionais envolvendo os formativos -son e -ton na criação de prenomes brasileiros, sempre relacionados ao gênero masculino:

I. Posição final ou base mais à direita:

$$\langle [[X]_{F1} [-son]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero masculino associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

$$\langle [[X]_{F1} [-ton]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero masculino associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

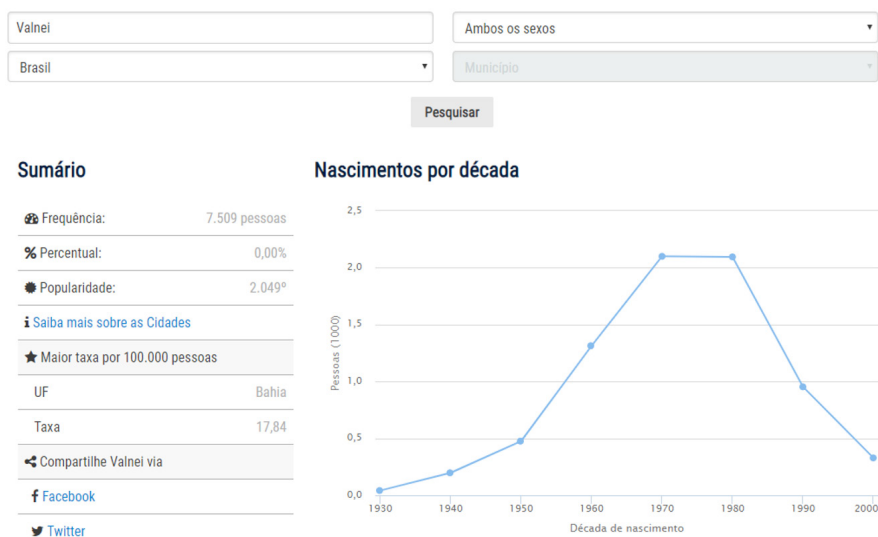
O formativo val- ~ -val

Para o formativo val- ~ -val, encontramos em Nascentes (1952, p. 310, grifos do autor), nos prenomes “Valfredo” e “Valfrido”, a seguinte informação: “Nome de homem. Do germânico: *walt*, poderoso, e *frede*, al. *Friede*, paz, poderoso dador ou portador da paz”. Ainda segundo Nascentes (1952), elencamos os seguintes prenomes que se utilizam

desse formativo: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Valfredo”, “Valfrido”, “Valmir” e “Valter”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Sinval”.

No *corpus* deste trabalho, os prenomes construídos por meio desse formativo apareceram em três ocorrências: a) ocupando a posição inicial (ou com base mais à esquerda): “Valney”; b) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Edval” ~ “Edival” e “Ederval”, representando 6,2% do *corpus* analisado. Comparando com os resultados encontrados por Rodrigues (2016), verificamos um total de oito⁹⁶ ocorrências, a saber: “Ederval”, “Gerval”, “Josival”, “Julival”, “Rudival”, “Sonival”, “Valmiro” e “Valnei”. Interessante notar que, em ambos os resultados, foram encontrados os prenomes “Ederval”⁹⁷ e “Valnei” ~ “Valney”, demonstrando que eles ainda se fazem presentes no quadro onomástico brasileiro, como nos confirma a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, na Figura 51.

Figura 51 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Valnei”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

⁹⁶ Em Rodrigues (2016), na verdade, são apontadas 11 ocorrências. Contudo, isso se dá pela consideração dos formativos val- ~ -val e vald- ~ -vald como alomorfes. Neste trabalho, essa proposta foi desconsiderada após revisão dos étimos, com a proposição do val- ~ -val separadamente do vald- ~ -vald e, por isso, contabilizamos apenas oito ocorrências.

⁹⁷ Cf. Figura 25.

Com o formativo val- ~ -val apresentando certa frequência de uso nos prenomes “Ederval” (1.203 ocorrências) e “Valnei” (7.509 ocorrências), sendo este último, inclusive, apontado como mais recorrente no estado da Bahia.

Os três prenomes encontrados se referiram ao gênero masculino, mas salientamos a possibilidade de formação de prenomes femininos com esse formativo, até mesmo porque, quando em posição final, o uso da consoante lateral [l] não necessariamente exprime, em língua portuguesa, o gênero gramatical, apesar de, na maioria dos casos – como observamos com as ocorrências deste trabalho e de Rodrigues (2016) –, apontar para o masculino.

Desse modo, para os prenomes “Edval” ~ “Edival”, “Ederval” e “Valney”, propomos as seguintes segmentações:

Quadro 18 - Segmentação dos prenomes inovadores com o formativo val- ~ -val

| Prenome | Proposta de segmentação |
|----------------|----------------------------|
| Edval ~ Edival | [ED- + -VAL ~ EDI- + -VAL] |
| Valney | [VAL- + -NEY] |
| Ederval | [ED(ER)- + -VAL] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Salientamos, a partir da análise do Quadro 18, a possibilidade de junção do formativo val- ~ -val a outro formativo vinculado a uma origem «germânica» na construção de prenomes inovadores, confirmando o uso do modelo biformativo, como nos casos de “Edval” ~ “Edival” e “Ederval”. Ademais, como já dito, no *corpus* analisado o formativo val- ~ -val esteve presente não só em posição inicial ou com base mais à esquerda, mas também em posição final ou com base mais à direita, ratificando sua mobilidade na estrutura do prenome. A partir de tais ocorrências, e também da consideração dos antropônimos tradicionais que serviram de modelo, aventamos os seguintes esquemas construcionais:

I. Posição inicial ou base mais à esquerda:

<[[Val-]_{F1} [X]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

II. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-val]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]_{NP}>

III. Posição absoluta:

<[Val]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}>

Outros casos

Agrupados sob o título de “outros casos” estão reunidos sete prenomes inovadores encontrados no *corpus* para os quais julgamos ser mais esclarecedor tratar do prenome em específico ao invés do formativo que o integra, diferentemente do que vinha sendo feito. Assim, falaremos dos casos que envolvem: “Carlito”, “Norete”, “Durvalgisa”, “Eterelvina” ~ “Etirelvina”, “Hormina”, “Ilma” e “Reine”.

“Carlito” e “Norete”

Os prenomes “Carlito” e “Norete” são, ambos, formados por meio do diminutivo, ainda que, como já explicado quando tratamos dos processos de formação (cf. 5.1.1), este apareça com seu significado opaco. Nesse sentido, foram unidos aos prenomes dicionarizados “Carlos” e “Nora”, considerados «germânicos» pelas obras consultadas, os formativos -ito e -ete, que também são comumente ligados a outros prenomes, como nos exemplos do *corpus*: “Crisaldete”, “Hildete”, “Hildeth” ~ “Hyldeth”⁹⁸, “Nilzete” e “Waldete”. Observamos que, com excessão do prenome “Carlito”, todos os outros apresentam o formativo -ete em sua composição e se referem a prenomes femininos.

Desse modo, com relação ao prenome “Carlos”, temos: “[...] do nom. lat. *Cárolus*, por sua vez do aaa. [antigo alto alemão] *kharal*: ‘homem’. É um dos pouquíssimos nomes germ. antigos de um só tema; contudo há quem afirme ser abrev. de *Karalmann*. Sentido primit.: ‘viril, varonil, vigoroso’” (GUÉRIOS, 1981, p. 86, grifos do autor). Em Förstemann (1900, p. 359), encontramos o verbete *Carl*, ao qual estão

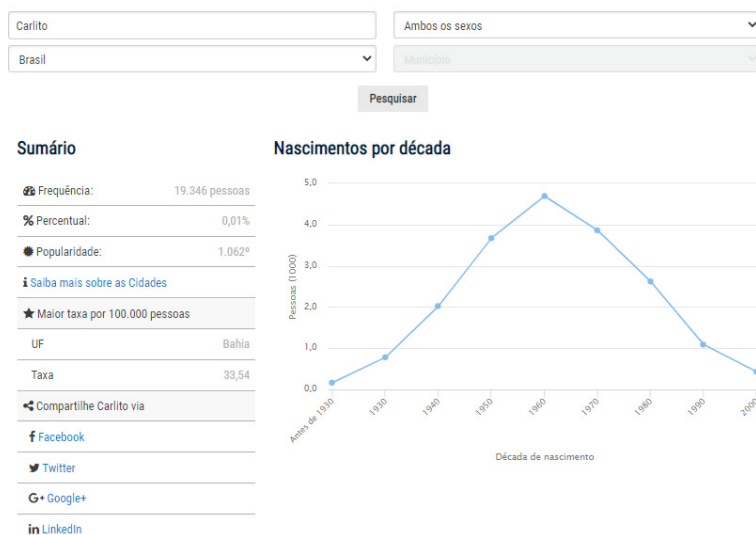
⁹⁸ Em termos fonéticos, a terminação em -eth, no português, não se diferencia do convencional -ete.

associados os prenomes *Carolus*, *Karolus*, *Carlus*, *Karlus*, *Carolus*, *Karolus* e outros, referentes ao antigo alto alemão.

Quanto ao prenome “Nora”, encontramos em Guérios (1981) a informação de que seria a abreviação de “Norberta” ou o hipocorístico de “Eleonor”. Assim, para o prenome “Norberto”, citamos: “[...] germ.: al. *Norbert*: ‘o brilhante (*bert*) do Norte (*Nort*)’. Latiniz. *Norbertus*” (GUÉRIOS, 1981, p. 188, grifos do autor). Förstemann (1900) confirma a existência do prenome *Nora* no antigo alto alemão.

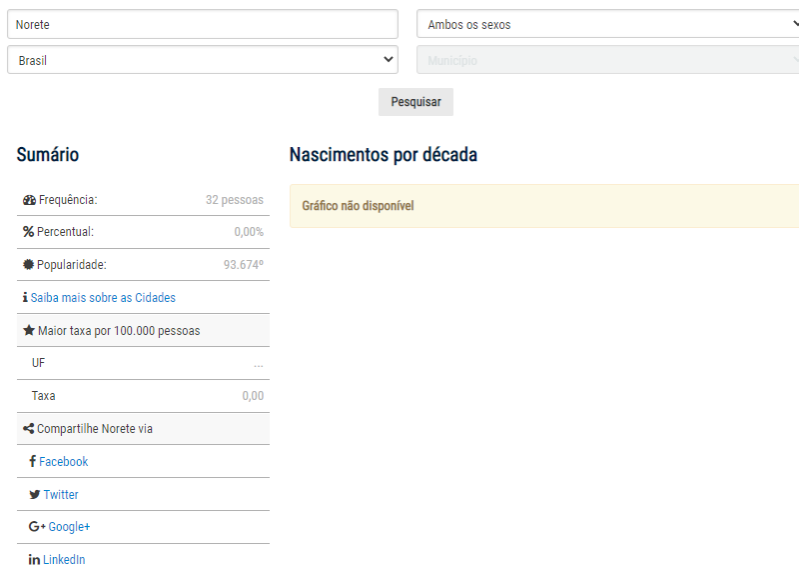
Quanto à frequência de uso, temos as informações de que, enquanto o prenome “Carlito” pode ser considerado popular no quadro onomástico brasileiro, “Norete” correspondeu apenas ao registro de 32 brasileiros, como mostra as Figuras 52 e 53:

Figura 52 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Carlito”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 53 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Norete”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

A fim de melhor ilustrar como se deu, segundo a nossa proposta de segmentação, a formação de prenomes por meio do diminutivo, reunimos no Quadro 19 todas as ocorrências encontradas no *corpus*:

Quadro 19 - Segmentação dos prenomes formados por meio do diminutivo

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-------------------|-------------------------------|
| Carlito | [CARL- + -ITO] |
| Crisaldete | [CRIS- + -ALD(ETE)] |
| Hildete | [HILD- + -ETE] |
| Hildeth ~ Hyldeth | [HILD- + -ETH ~ HYLD- + -ETH] |
| Nilzete | [N- + -ILZ(ETE)] |
| Norete | [NOR- + -ETE] |
| Waldete | [WALD- + -ETE] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Para finalizar, propomos, então, nos termos das nossas ocorrências, os seguintes esquemas construcionais acionados na formação desses diminutivos:

I. Posição final ou base mais à direita:

<[[X]_{F1} [-ete]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino
Associado ao formativo X]_{NP}>

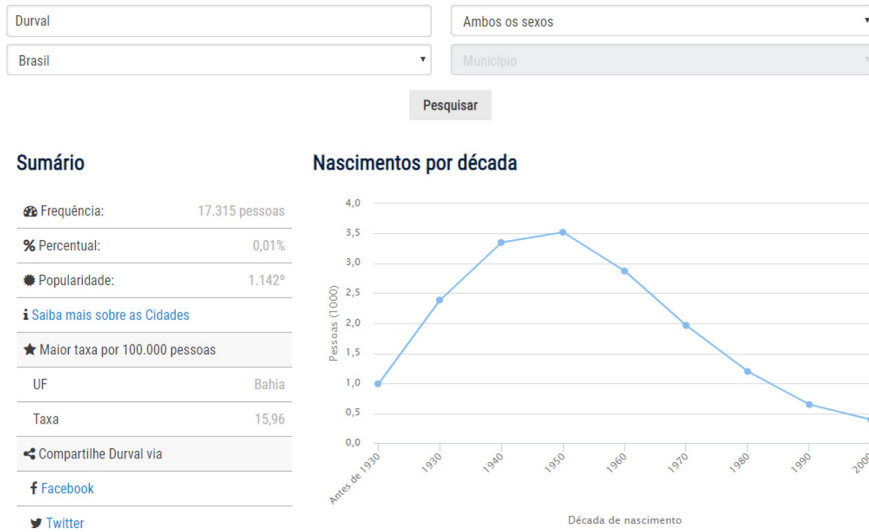
<[[X]_{F1} [-ito]_{F2}]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino
Associado ao formativo X]_{NP}>

“Durvalgisa”

Optamos por analisar o prenome “Durvalgisa” em separado, visto que “Durval”, que é o item onomástico que se vincula à tradição «germânica», não poderia ser considerado um formativo, pois se apresenta em sua forma integral, como um prenome que integra o quadro onomástico brasileiro. Assim, para Guérios (1981, p. 106, grifos do autor), quanto ao verbete “Durval”: “[...] var. de *Dorval*, germ.; al. *Thorwald*; ant. nórdico *Thorvaldr*: ‘o que governa (*wald*) sobre *Thor*’, i. é ‘sacerdote de *Thor*’, deidade germânica dos trovões [...]”. Guérios apresenta também o verbete “Gisa”: “[...] abrev., hip. de *Adalgisa*, *Gisela* etc.” (GUÉRIOS, 1981, p. 132, grifos do autor).

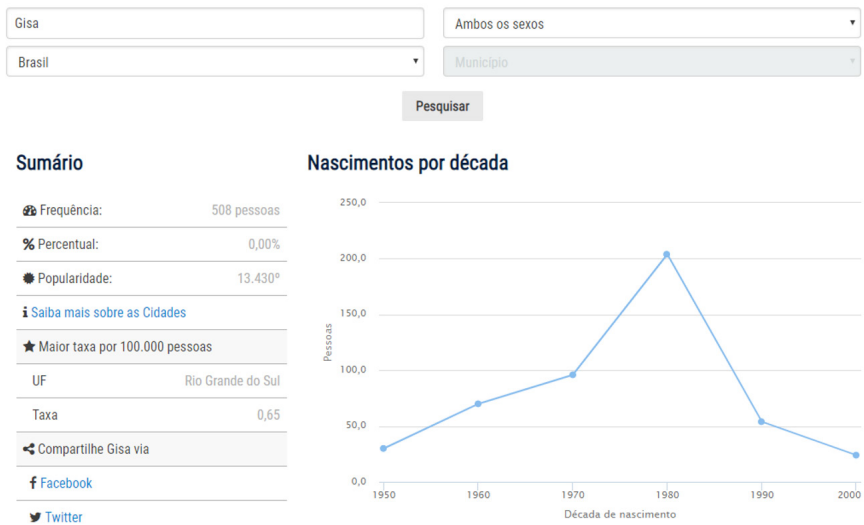
Com relação às frequências desses dois prenomes, trazemos as seguintes informações, verificadas na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, nas Figuras 54 e 55:

Figura 54 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Durval”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 55 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Gisa”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Nas quais verificamos um maior alcance para o prenome “Durval”, apesar da confirmação do prenome “Gisa” figurando como um prenome atuante no cenário onomástico brasileiro.

Ainda quanto à frequência, notamos, na mesma plataforma, a informação de que o prenome “Durvalgisa” não é largamente utilizado, de modo que não esteve registrado nem em 20 indivíduos, conforme nos mostra a Figura 56:

Figura 56 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Durvalgisa”

The screenshot shows the 'Nomes no Brasil' search interface. At the top, there is a logo for 'NOMES no Brasil' and the IBGE logo. Below the logo, there are two buttons: 'Pesquise um nome' and 'Nomes mais populares'. A text block states: 'No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.' Below this, there are four input fields: 'Durvalgisa', 'Ambos os sexos', 'Brasil', and 'Município'. A 'Pesquisar' button is located below the fields. At the bottom, a red message box displays: 'Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3'.

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Após, apresentamos, então, a seguinte proposta de segmentação:

Quadro 20 - Segmentação do prenome inovador “Durvalgisa”

| Prenome | Proposta de segmentação |
|------------|-------------------------|
| Durvalgisa | [DURVAL + GISA] |

Fonte: Rodrigues (2019).

Por “Durval” não estar diretamente relacionado a um formativo antroponímico, não faremos a proposição de esquemas construcionais para o caso do prenome “Durvalgisa”.

“Eterelvina” ~ “Etirelvina”



Decidimos analisar o prenome “Eterelvina” ~ “Etirelvina” separadamente pela similaridade encontrada com outros dois prenomes dicionarizados: “Etelredo” e “Etelvina”, ambos apontados como de

origem «germânica» por Machado (2003). Para o prenome “Etelredo”, lê-se: “Nome germânico, que quer dizer nobre (*etel-* ou *ethel-* de *edel-*: cf. *Adelgundes*) *conselheiro* (*-redo*, actualmente *rat* em alemão; cf. o gótico *redan*) [...] Em Em port., o nome talvez se deva ao ingl. *Etherelred* [...], nome de certo rei de Essex (866-871), irmão de Alfredo” (MACHADO, 2003, p. 601, grifos do autor). Já em “Etelvina”, temos: “[...] germ. *Ethelwine: ‘amiga (*wine*) da nobreza (*ethel*)’. Outra f. germ.: *Athalwin*, *Athalwin*, *Edelwin*, *Adalwin*” (GUÉRIOS, 1981, p. 113, grifos do autor).

Observamos, segundo Guérios (1981) e Machado (2003), que tanto “Etelredo” quanto “Etelvina” são prenomes que apresentam em sua estrutura o formativo «ethel», vinculado a uma origem «germânica», o que não poderia ocorrer no caso da grafia do prenome “Eterelvina” ~ “Etirelvina”. Logo, como não há informação sobre o motivo da criação nem contato direto com o nomeador, adotamos a postura de considerar que a formação “Eterelvina” ~ “Etirelvina” se inspirou em prenomes como “Etelredo” e “Etelvina”, mas não o reproduziu seguindo o mesmo modelo, como ocorreu com os outros prenomes do nosso *corpus*.

Quanto às frequências desse prenome, apresentamos as informações encontradas na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, optando por realizar a busca com as duas grafias registradas na ficha analisada:

Figura 57 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Eterelvina”

Pesquise um nome Nomes mais populares

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.

Eterelvina Ambos os sexos

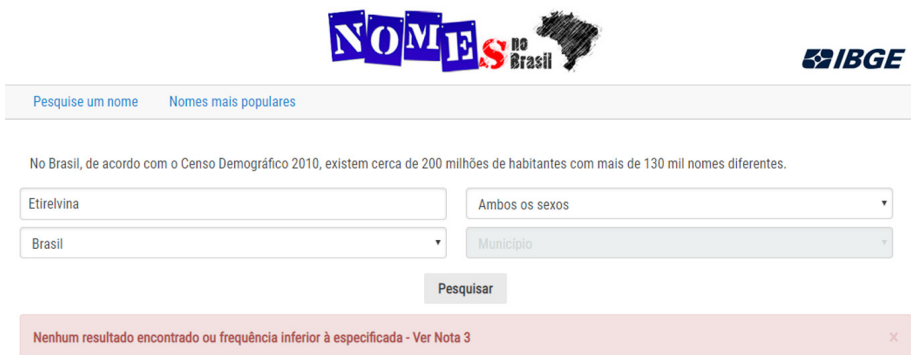
Brasil Município

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Figura 58 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Etirelvina”



Logo: NOME S no Brasil, IBGE

Busca:

Resultado: Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Em ambas as grafias, “Eterelvina” ~ “Etirelvina” se mostraram pouco populares quanto ao uso, aparecendo no documento de menos de 20 brasileiros. Para realizar a segmentação, de acordo com as considerações já apresentadas a respeito dos prenomes dicionarizados que, acreditamos, tenham servido de modelo (“Etelredo” e “Etelvina”), marcamos a inserção do -re- entre o que poderia ter correspondido ao «ethel», como verificamos no Quadro 21:

Quadro 21 - Segmentação do prenome inovador “Eterelvina” ~ “Etirelvina”

| Prenome | Proposta de segmentação |
|-------------------------|---|
| Eterelvina ~ Etirelvina | [ETE(RE)L- + -VINA ~ ETI(RE)L- + -VINA] |

Fonte: Rodrigues (2019).

“Hormina”

Em Förstemann (1900), associado ao verbete *Ermin/Irmin*, encontramos os prenomes *Hermina* e *Hirmina*, muito similares à ocorrência “Hormina” do nosso *corpus*. Ainda, em Guérios (1981, p. 142, grifos do autor), para o prenome “Hermínio” e “Hermínia”, lemos: “[...] duas origens: 1º) lat. *Herminius*, deriv. de *Hermes*, ou é n. de origem estrusca? 2º) *Irmin*, o deus Irmin: ‘o grande, o forte, o poderoso’; al. *Irmo*, *Irmino*. O h- é explicável pelo gr. *Hermes*. It. *Erminio*. Fem. al.: *Hermine*, *Herma*, mas também hip. de *Irmgard*, v. *Irmengarda*”. Em Nascentes (1952,

P. 139, grifos do autor), para o prenome “Hermengarda”, existem as seguintes informações: “Nome de mulher. Do germânico: *Ermingarda*, *Yrmingarda*, em Förstemann. Dauzat, NP, 31, interpretou <morada de Irmino (Armin)>. Nunes, RL, XXXIII, 15, dá a mesma significação que *Ermelinda*, do qual diverge apenas no segundo elemento”. Outra possibilidade é que o prenome “Hormina” esteja aparentado com o prenome dicionarizado “Orminda”, encontrado em Machado (2003).

Assim, apesar de não podermos afirmar com certeza qual seria a real motivação atrelada ao surgimento desse prenome, não podemos desconsiderar tais similaridades, deixando claro que apenas estudos mais detalhados sobre o assunto poderão deslindar a situação. Quanto à sua frequência de uso no cenário onomástico brasileiro, as informações verificadas na Figura 59 nos dizem que ela é baixíssima, não chegando a aparecer nem em 20 indivíduos:

Figura 59 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Hormina”

The image shows a screenshot of the 'Nomes no Brasil' website. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquise um nome' and a link for 'Nomes mais populares'. Below this, a message states: 'No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, existem cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes.' There are four input fields: 'Hormina', 'Ambos os sexos', 'Brasil', and 'Município'. A 'Pesquisar' button is located below these fields. At the bottom, a red message box says: 'Nenhum resultado encontrado ou frequência inferior à especificada - Ver Nota 3'.

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Diante de tantas incertezas, preferimos não propor nem a segmentação nem esquemas construcionais relativos a tal prenome.

“Ilma”

Com pouca recorrência nos *corpora* deste trabalho e também em Rodrigues (2016), -ilma é um formativo associado a «helm», palavra

«germânica» que significaria “proteção, elmo”⁹⁹. Em Nascentes (1952), encontramos como exemplos os prenomes masculinos “Anselmo” e “Adelelmo”, ambos com o formativo em posição final ou mais à direita: “Do germânico *Anse*, nome de deuses da mitologia germânica, e *helm*, elmo, aquele a quem os Anses servem de elmo” (NASCENTES, 1952, p. 19, grifos do autor) e; “Do germânico: *athal*, al. mod. *edel*, nobre e *hilms*, al. mod. *helm*, elmo, nobre elmo, nobre proteção” (NASCENTES, 1952, p. 4, grifos do autor). Nascentes (1952, p. 133, grifos do autor) também aponta o prenome “Guilherme” com o uso desse formativo: “Do germânico. Do francônio através do francês antigo *Guillelme*. O primeiro elemento é a raiz que se encontra no gótico *wilja*, vontade, no ant. alto al. *wellen*, al. mod. *Wollen*, querer, no ant. ing. *Willan*, ing. Mod. *Will*; o segundo é *hilms*, proteção, elmo”.

Em nossa pesquisa, foi possível observar apenas duas ocorrências: a) ocupando a posição final (ou com base mais à direita): “Wilma”; b) em posição absoluta: “Ilma”. Portanto, estiveram ausentes, neste estudo, os prenomes masculinos. Tal situação se confirmou ao compararmos com os dados de Rodrigues (2016), quando encontramos apenas os prenomes “Delma”, “Elenilma”, “Gracielma” e “Odeilma”, todos referentes a prenomes femininos e em posição final ou com base mais à direita.

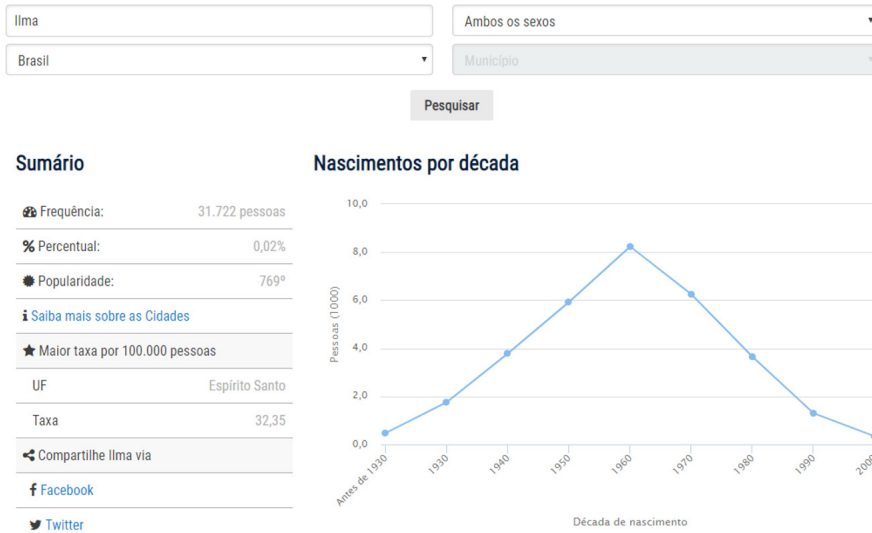
Assim, apesar de não termos verificado exemplos de prenomes cunhados com o formativo -ilma em Nascentes (1952), consideramos a generalizada criação de prenomes femininos, por analogia, a partir de modelos masculinos, como os já apresentados, geralmente com o acréscimo do -a, ainda que não descartemos a possibilidade de que -ilma tenha sua origem em outros formativos não vinculados a uma origem «germânica» (RODRIGUES, 2016).

Quanto à caracterização de um prenome como inovador, temos o caso do item “Wilma” – com grafia “Vilma” – que se encontra dicionarizado tanto em Guérios (1981) quanto em Machado (2003), ao contrário de “Ilma”, que não foi encontrado em nenhuma das obras consultadas. Contudo, neste ponto levantamos uma ressalva, pois segundo a página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, o prenome

⁹⁹ Um elmo é um item bélico que compõe a armadura. Se destina à proteção da cabeça do soldado. Assim como outros exemplos já mencionados, o elmo faz parte do campo semântico que envolve a guerra, característica muito comum a vários povos germânicos.

“Ilma” já é reconhecido no quadro onomástico brasileiro desde antes dos anos 1930 (Figura 60), com registro em mais de 30 mil brasileiros, além de figurar como um formativo atuante na construção de prenomes inovadores no Brasil, de modo que não haja um sentimento de inovação para ele, ainda mais em posição absoluta.

Figura 60 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Ilma”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Por aparecer em posição absoluta, a proposta de segmentação seria óbvia: Ilma [ILMA]. Contudo, com base nos dados colhidos em Rodrigues (2016), expandimos a análise e propomos os seguintes esquemas construcionais:

I. Posição final ou base mais à direita:

$$\langle [[X]_{F1} [-ilma]_{F2}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero feminino Associado ao formativo X}]_{NP} \rangle$$

II. Posição absoluta:

$$\langle [Ilma]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero feminino}]_{NP} \rangle$$

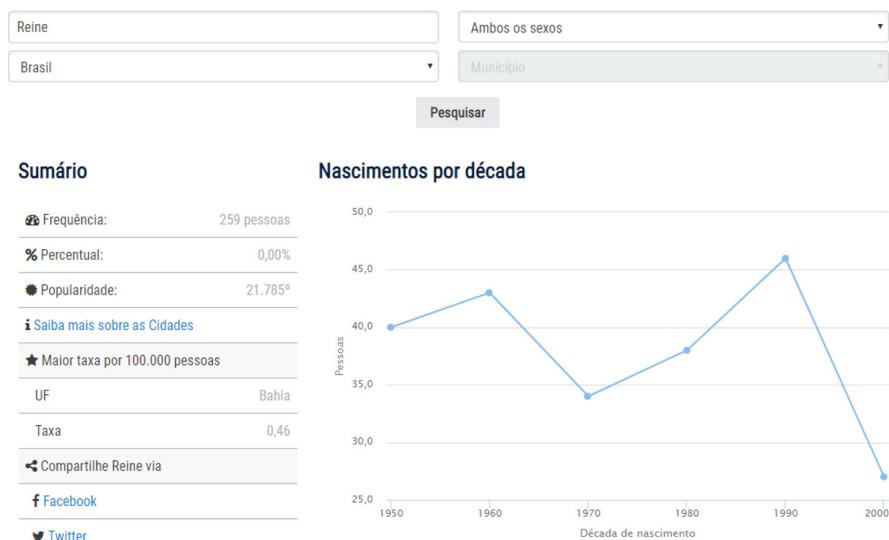
“Reine”

O caso do prenome “Reine” foi particularmente interessante, pois apesar de não ter sido encontrado em nenhuma das obras consultadas (KLUGE, 1899; FÖRSTEMANN, 1900; NASCENTES, 1952; GUÉRIOS, 1981; MACHADO, 2003), sabemos que *reine* é uma flexão da palavra alemã moderna *rein*, incorporada ao léxico comum e significa “limpo”, “puro”, “nobre”. Assim, apesar de não podermos determinar exatamente como essa palavra passou a integrar o léxico onomástico brasileiro, por desconhecermos as motivações envolvidas na criação dos prenomes inovadores verificados no *corpus*, supomos que esse item do léxico comum tenha passado ao léxico dos nomes próprios.

O que encontramos em Förstemann (1900), contudo, foi a presença de prenomes similares no contexto do antigo alto alemão, formados por meio do «ragan», a exemplo de: *Rein*, *Reinbald*, *Reibern*, *Reibert*, *Reinard*, *Reinburga*, *Reiner*, *Reinfred*, *Reingar*, *Reinger*, *Reingild*, *Reinhard*, *Reinike*, *Reinzecho*, *Reinzo* e outros.

Quanto à popularidade desse prenome entre os brasileiros, nos diz a Figura 61:

Figura 61 - Informação encontrada na página Nomes no Brasil referente ao prenome “Reine”



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Observamos, segundo as informações encontradas na página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE, uma frequência de apenas 259 indivíduos registrados no país, sendo, portanto, um prenome pouco expressivo quanto ao uso. Ademais, o maior número de ocorrências aponta para o estado da Bahia, que é justamente o lugar no qual nosso *corpus* se insere.

Considerações finais

URGE salientar que, apesar dos poucos estudos e do tímido avanço nas pesquisas, a Onomástica é uma ciência importante não só da perspectiva linguística, mas também ao desvelar aspectos do passado referentes à história de um dado povo, cultura, região ou época. Associada a outras ciências, como feito neste trabalho mais fortemente em combinação com a Etimologia, pode oferecer informações ainda mais completas, ao envolver as esferas antropológicas, sociológicas, filológicas, dentre muitas outras.

Salientamos também que, se pouca atenção foi dada à Onomástica no curso dos estudos linguísticos, menor atenção é percebida quanto aos estudos antroponímicos, ainda mais se comparados aos toponímicos, talvez pela quase imutabilidade dos topônimos em detrimento da liberdade criativa (exceto dos sobrenomes) dos antropônimos que, por apresentarem maior dificuldade na análise, muitas vezes abrem espaço para propostas pouco científicas, divergências terminológicas, sendo simplesmente relegados a um canto comumente conhecido como o das “exceções”.

Nesse sentido, relembremos o desafio em se trabalhar com a inovação, especialmente com aquela que se volta para os nomes de pessoas, pois além do pouco material disponível para consulta sobre o assunto, há discordâncias entre os autores e certa confusão nas propostas. Para tanto, nos diz Soledade (2018b, p. 228) que:

A Linguística nunca cedeu ao léxico um lugar de centralidade, e desde as primeiras gramáticas, passando pelas históricas até as normativas tradicionais, o enfoque no léxico se resumia à análise de palavras primitivas e complexas já formadas e incorporadas ao léxico, e não havia interesse em observar a capacidade de se criarem novas palavras, nem de entender como essas palavras são armazenadas e se relacionam umas com as outras no cérebro dos falantes.

Sintetizamos, ainda, as contribuições fornecidas pelo aporte teórico da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional, perpassando

desde a discussão que envolve os termos “morfema” *versus* “formativo” até a proposição de esquemas construcionais que instanciam, partindo da depreensão de modelos, a criação de prenomes, considerando o valor semântico associado aos antropônimos, que deixam, assim, de atuar como meras etiquetas identificatórias e assumem lugar de destaque no léxico da língua.

Quanto à análise dos dados e os resultados que foram obtidos por meio dela, verificamos a tímida, porém crescente presença de prenomes inovadores. Tal afirmação se confirma com a observação do *corpus*, pois dos 48 prenomes inovadores cujos formativos se vinculam parcial ou integralmente a uma origem «germânica», quatro estavam no Livro 7, 10 no Livro 8, 20 no Livro 9 e 14 no Livro 10 (este último, com o número de ocorrências possivelmente menor, como já explicado no Capítulo 7, devido à reduzida quantidade de fichas, pois foi o último exemplar referente aos registros dos Livros dos Termos dos Irmãos), demonstrando um aumento com o decorrer dos anos. Quanto ao comportamento dos formativos, verificamos variações na frequência de uso quanto às ocorrências, como mostra o Quadro 22:

Quadro 22 - Frequência de uso dos formativos

| Formativo | Nº de ocorrências | Percentual de ocorrências |
|---|-------------------|---------------------------|
| adal- | 2 | 4,2% |
| ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald | 8 | 16,7% |
| -astr | 1 | 2,1% |
| bald- ~ -bald | 2 | 4,2% |
| ed- ~ ede- ~ edi- | 2 | 4,2% |
| -elza ~ -ilza ~ -ilze | 4 | 8,3% |
| gil- | 1 | 2,1% |
| ild- ~ -ild | 9 | 18,7% |
| -lin | 2 | 4,2% |
| lind- ~ -lind | 2 | 4,2% |
| -mar | 1 | 2,1% |
| -ric | 1 | 2,1% |
| -son/-ton | 6 | 12,5% |
| val- ~ -val | 3 | 6,2% |

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2019).

com os formativos ild- ~ -ild, ald- ~ -ald/nald- ~ -nald/vald- ~ -vald e -son/-ton figurando entre os mais recorrentes, enquanto os formativos -astr, gil-, -mar e -ric apareceram entre os menos recorrentes.

No decorrer das análises, também foi possível apontar particularidades associadas aos prenomes e/ou seus formativos, como os aspectos ligados ao gênero, à formação de diminutivos, à frequência no atual cenário antroponímico brasileiro, à verificação ou não de alomorfes, além da nem sempre possível confirmação do étimo ou do significado etimológico. Não seria possível, contudo, reconhecer qual o processo de formação associado a cada ocorrência devido à ausência de contato com o nomeador.

Como surpresa positiva – pois não era nosso objetivo, a princípio –, em muitos casos foi possível recuperar informações importantes por meio da página Nomes no Brasil, do Censo 2010 do IBGE. Nela, sempre que o prenome atinge mais de 20 indivíduos no território brasileiro, são disponibilizados dados atinentes à frequência, ao percentual de uso, à popularidade, à distribuição no território brasileiro por estado, além de possíveis nomes similares. Inclusive, a partir desse recurso, descobrimos que diversos prenomes inovadores encontrados no nosso *corpus* foram mais frequentes no estado da Bahia – nosso local de coleta –, a exemplo dos prenomes “Genebaldo”, “Dilza”, “Nilzete”, “Adailton”, “Joilson”, dentre outros.

Ademais, acreditamos ter sido possível comprovar nossas hipóteses de que: a) há sim um inegável indício da herança do modelo bitemático advindo da antroponímia «germânica», reformulado no uso do atual modelo biformativo, e que não deve ser descartado; b) certamente a instauração do Decreto nº 9.886 e a Abolição da Escravatura, ambos em 1888, foram eventos relevantes no incremento da tendência de criação de prenomes inovadores no Brasil, considerando o desejo da unicidade (ULLMANN, 1967) e os demais motivos já citados no Capítulo 6. Assim, ainda que nossos dados tenham demonstrando que essa tendência foi discreta, apesar de gradativa, também precisamos ter em conta que, neste trabalho, nos valem apenas dos prenomes criados por meio de formativos vinculados à uma origem «germânica». Logo, se pensarmos na possibilidade de que haja outros prenomes inovadores, construídos com formativos de outras origens, esse número

possivelmente aumentará. Para finalizar, observamos, assim como Lopes e Soledade (2018, p. 165), que:

O sistema antroponímico analisado [século XIX] era muito mais fechado que na contemporaneidade, não havendo espaço considerável para inovações. A atribuição de nomes próprios personativos era extremamente conservadora, o que é corroborado pela frequente repetição dos antropônimos, em sua maioria motivados religiosamente, de forma tão marcada quanto aquela que ocorre na imposição de onomástico a frades e freiras das ordens religiosas mais tradicionais do catolicismo.

Logo, apesar da patente necessidade de produções voltadas a esse tema no âmbito acadêmico, principalmente em se tratando de antroponímia brasileira, conhecida por sua grande inventividade, já é possível notar certo interesse dos pesquisadores pelo assunto – como os diversos trabalhos mencionados no decorrer deste estudo –, o que deve ser ainda mais encorajado.

Referências

AI! QUE saudades da Amélia. Intérprete: Mário Lago. Compositor: Ataulfo Alves; Mário Lago. *In: A MÚSICA brasileira deste século: por seus autores e intérpretes.* São Paulo: SESC, 2000. 1 disco, digital, 4,8 pol.

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa.* 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. O que escrevem sobre os prenomes de brasileiros: leituras de José Pedro Machado. *In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José (org.). Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos, em homenagem a Therezinha Barreto.* Salvador: EdUFBA, 2012. p. 447-478.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; LOBO, Tânia; SOLEDADE, Juliana. *Projeto Todos os Nomes: análise sócio-histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana.* Salvador: UFBA, 2003.

ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; GONÇALVES, Carlos Alexandre. O léxico e construções do PB: propostas para novos e antigos problemas. *In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos; SOLEDADE, Juliana (org.). Saberes lexicais: mundos, mentes e usos.* Salvador: EdUFBA, 2015. p. 411-428.

ALVES, Ieda Maria. Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográficas, gramaticais e filológicas da língua portuguesa. *In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro.* São Paulo: Humanitas, 2002. p. 203-221.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical.* São Paulo: Ática, 1990.

ALVES, Ieda Maria; PEREIRA, Eliane Simões. *Neologia das línguas românicas.* São Paulo: Humanitas. CAPES, 2015.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa: revista de linguística,* São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira.* São Paulo: Blucher, 2020.

ANDRADE, Katia Emmerick. *Proposta de continuum composição-derivação para o português do Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ANDRADE FILHO, Ruy. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Breve histórico da Península Ibérica. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 45, p. 25-48, 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/AreA4.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

AZEVEDO, Eliane S. The Anthropological and Cultural Meaning of Family Names in Bahia, Brazil. *Current Anthropology*, v. 21, n. 3, p. 360-363, 1980. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/202462?journalCode=ca>. Acesso em: 10 fev. 2019.

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de. Moçarabismo e toponímia em Portugal. In: TEIXEIRA, Antônio Santos; MARQUES, Susana Patrício. *Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015. p. 1-21.

BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos, 1963.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2005. v. 1.

BASILIO, Margarida Maria de Paula. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BASILIO, Margarida Maria de Paula. Fusão vocabular expressiva: um estudo da produtividade e da criatividade em construções lexicais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 2010, Porto. *Anais [...]*. Porto: APL, 2010. p. 201-210.

BASILIO, Margarida Maria de Paula. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

- BASTOS, Gleyce Ramos; RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Onomástica e possibilidades de releitura da história. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, p. 86-92, ago. 2010.
- BAUER, Laurie. The borderline between derivation and compounding. In: DRESSLER, Wolfgang; KASTOVSKY, Dieter; RAINER, Franz (ed.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELCHOR, Ana Paula Victoriano. Truncamento. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre (org.). *Processo “marginais” de formação de palavras*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 17-31.
- BIDERMAN, Maria Tereza. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BOOIJ, Geert. Compounding and derivation: evidence for construction morphology. In: DRESSLER, Wolfgang U. et al. (ed.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 109-131.
- BOOIJ, Geert. Construction morphology. *Language and Linguistics Compass*, United Kingdom, v. 4, n. 7, p. 543-555, 2010. Disponível em: <https://geertbooij.files.wordpress.com/2014/02/booij-2010-construction-morphology-lg-linguistics-compass.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BOOIJ, Geert. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, Fabio; BOYÉ, Gilles; HATHOUT, Nabil (ed.). *Selected Proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse*. Somerville: Cascadilla Press, 2007, p. 34-44.
- BRASIL. Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928. Aprova o regulamento para execução dos serviços concernentes nos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1928.
- BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 fev.1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Tradução de Aída Ferrás, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza. São Paulo: EdUC, 1992.

BRIGHT, William. Whats is a name? reflections on onomastics. *Language and Linguistics*, [s.l.], p. 669-680, 2003. Disponível em: http://www.ling.sinica.edu.tw/files/publication/j2003_4_01_3698.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1958.

BUESCO, Maria Leonor. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1997.

CARREIRA, António; QUINTINO, Fernando. *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1966. v. 2.

CARROLL, Lewis. *Through the looking-glass and what Alice found there*. New York: Morrow, 1993. Disponível em: <https://birrell.org/andrew/alice/IGlass.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008. p. 1-20. Disponível em: http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/01_10.pdf. Acesso em: 3 out. 2018.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. A onomástica e o resgate semântico: as *antas*. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 33, p. 274-279, 2004. Disponível em: http://www.academia.edu/500706/A_ONOM%C3%81STICA_E_O_RESGATE_SEM%C3%82NTICO_AS_ANTAS_ONOMASTICS_AND_SEMANTIC_INVESTMENT_ANTAS_. Acesso em: 19 dez. 2018.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem*, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *A toponímia portuguesa: um recorte lingüístico do Douro ao Tejo*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Brief overview of unconventional (or exotic) first names in the Brazilian Anthoponimic System. In: FELECAN, Oliviu; FELECAN, Daiana (org.). *Unconventional Antrhoponyms: Formation Pattens and Discursive Function*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. v. 1, p. 77-107.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 2007, Rio de Janeiro. *Livro dos minicursos [...]*. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. p. 108-121. Disponível em: https://www.academia.edu/500702/Princ%C3%ADpios_te%C3%B3ricos_de_topon%C3%ADmia_e_antropon%C3%ADmia_a_quest%C3%A3o_do_nome_pr%C3%B3prio_Theoretical_fundamentals_of_toponymy_and_Anthroponymy_the_proper_name_. Acesso em: 23 nov. 2018.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; LIMA, Adriana Tavares. Los pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval. In: SECOND INTERNACIONAL CONFERENCE ON ONOMASTICS “NAME AND

NAMING – ONOMASTICS IN CONTEMPORARY PUBLIC SPACE”, 2013. Cluj Napoca: Argonaut, 2013. v. 1. p. 277-290.

CARVALHO, André Ricardo Fonseca. Aspectos relevantes do nome civil. *Jus Navigandi*, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11782/aspectos-relevantes-do-nome-civil>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito: uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses*. Tradução de Jacob Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxado úmido: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre; século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel; KREMER, Dieter. *Novi te ex nomine: estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. [A Coruña]: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004. p. 245-256.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. p. 145-151. v. 1.

CASTRO, Rui Vieira de. Antroponímia e toponímia. In: CASTRO, Ivo (ed.). *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel: seminário de linguística portuguesa histórica*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988. p. 170-200.

CATALÁN, Diego. *Lingüística ibero-románica: crítica retrospectiva*. Madrid: Gredos, 1974.

COATES, Richard. *What is onomastics?* [s. l.]: The International Council of Onomastic Sciences, [200-]. Disponível em: <https://icosweb.net/drupal/what-is-onomastics>. Acesso em: 18 out. 2018.

COELHO, Juliana Soledade Barbosa. *Semântica morfoléxica: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CORBIN, Danielle. French (Indo-European: romance). In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim. (ed.). *Encyclopédie Internationale de Morphologie*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000, p. 121-145.

- CORREIA, Margarita. *Criatividade e inovação terminológica: novos desafios*. 2003. Trabalho apresentado ao Colóquio Internacional a Neologia Científica: balanço e perspectivas. Roma, 2003. Comunicação inédita.
- CORREIA, Margarita. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.
- COSTA, Carlos Eduardo C. da. O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-Abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). *Veredas da História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 117-139, 2016.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga*. Tradução de Fernando de Aguiar. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 110-115.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1976.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- DAUZAT, Albert. *Les noms de personnes: origine et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1946. p. 1-17.
- DEVOTO, Giacomo. *Avviamento alla etimologia italiana: dizionario etimologico*. Firenze: Felice Le Monnier, 1968.
- DIAS, Luciana. Aspectos da antroponímia no português arcaico. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA, Hirão F. Souza; GOMES, Luís. (org.). *Novos tons de Rosa: ...para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 11-26.
- DICK, Maria Vicentina. Toponímia e línguas indígenas do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p. 435-436, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/59.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Coletânea de Estudos, 1992.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRO, Alberto (ed.). *The Visigoths: Studies in Culture and Society*. Leiden: Brill, 1999.

FONTELA, Orides. *Poesia reunida [1969-1996]*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (Ás de Colete).

FÖRSTEMANN, Ernst. *Altdeutsches namenbuch*. Bonn: Hanstein, 1900.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Claudio Umpierre. Romanos e germânicos: lutas, guerras, rivalidades na antigüidade tardia. *Brathair*, São Luís, v. 7, n. 1, p. 17-24, 2007.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago. 1969. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 13).

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *Signum: estudos da linguagem*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 169-199, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/10721/11171>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016a.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016b.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Processos “marginais” de formação de palavras*. Campinas: Pontes, 2016c.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico e latitude funcional. *Alfa*: São Paulo, v. 48, n. 1, p. 9-28, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/4253/3845>. Acesso em: 17 fev. 2019.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 219-242,

2006. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/310/311>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa: revista de linguística*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5771/4922>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1981.
- HÉBRARD, Jean. *Escravidão e dominação: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX*. Tradução de Tânia Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa. Salvador, 2000. Não publicado.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. Escritores, epítetos e dicionário: uma parceria afinada. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS: Associação Editorial Humanitas, 2007. p. 223-233. v. 3.
- IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2010.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- JACKENDOFF, Ray. Semantic and morphological regularities in the lexicon. *Language*, [s.l.], v. 51, n. 3, p. 639-671, 1975.
- JACKENDOFF, Ray. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Strasbourg: Trübner, 1899.
- KREMER, Dieter. Hispania Germanica: en torno a las relaciones lingüísticas germano-hispanicas. In: HEMPEL, Wido; BRIESEMEISTER, Dietrich (org.). *Actas del Colóquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1982. p. 138-149.
- KREMER, Dieter. Tradição e renovação no léxico latino-românico. *Verba: Anuario Galego de Filoloxía*, v. 19, p. 7-18, 1992. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/3176>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- KRIPKE, Saul Aaron. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University, 1972.

LAGE, Hayla Thami. Hipocorização. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre (org.). *Processo “marginais” de formação de palavras*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 77-97.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LANGACKER, Ronald Wayne. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1994.

LEHMANN, Winfred Philip. *A gothic etymological dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986.

LEHMANN, Winfred Philip. Gothic and the Reconstruction of Proto-Germanic. In: KÖNIG, Ekkehard; AUWERA, Johan van der (ed.). *The Germanic Languages*. London: Routledge, 2002.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional: EDUSP, 1970.

LIMA, Bruno Cavalcanti. *A formação de “Dedé” e “Malu”*: uma análise Otimalista de dois padrões de hipocorização. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1962.

LOPES, Mailson dos Santos; SOLEDADE, Juliana. Antroponímia, história e cultura: os nomes próprios personativos em documentos paroquiais baianos do século XIX. In: SANTOS, Elisângela Santana dos; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SIMÕES NETO, Natival Almeida (org.). *Olhares sobre o léxico*: perspectivas de estudo. Salvador: EdUNEB, 2018. p. 141-168.

LOSE, Alicia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da Abralín*, v. 16, n. 2, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52000/32041>. Acesso em: 20 jan. 2019.

- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.
- MABUZA, Mandinda Elias. Individual names and personality: a consideration of some beliefs. In: CONGRÉS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, XXIV, 2011, Barcelona. *Actes: Els noms en la vida quotidiana [...]* Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 833-841.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte: Confluência, 2003. v. 2.
- MALKIEL, Yakov. *Etimología*. Tradução de José Casa e Carlos Laguna. Madrid: Cátedra, 1996.
- MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, 2004. Disponível em: <https://slidex.tips/download/os-registros-paroquiais-e-a-historia-do-brasil>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. *História de Portugal: desde os tempos mais remotos até à presidência do Sr. General Eanes*. 10. ed. Lisboa: Palas Editores, 1983. v. 1.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; PALOMANES; Roza. Linguística Cognitiva. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 177-192.
- MARTINS, Francisco. *O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A arte de fazer melhor uso de maus dados: estudos diacrônicos do português antigo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ROMÂNICOS, 1, 1991, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 1991, p. 68-84.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Germanismos e arabismos no período formativo da língua. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 5., 2003, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ABREM/UFBA, 2003.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.

MENDES, Clóvis. O nome civil da pessoa natural: direito da personalidade e hipóteses de retificação. *Jus Navigandi*, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13015/o-nome-civil-da-pessoa-natural>. Acesso em: 2 mar. 2017.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

MILL, John Stuart. *System of logic ratiocinative and inductive: being a connected view of principles evidence and methods of scient invest*. Toronto: University Press, 1974. p. 33-36.

MOLINARI, Edison Lourenço. O mundo romano e as invasões germânicas. *Principia*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 16-25, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/8153/5934>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galáxia, 1999.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MOTA, Maria Alice. *Formas de referência a pessoas: uma abordagem variacionista*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MUSSET, Lucien. *Las invasiones: las oleadas germánicas*. Barcelona: Editorial Labor, 1982.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

OBATA, Regina. Introdução. In: OBATA, Regina. *O livro dos nomes*. 13. ed. São Paulo: Nobel, 1986. p. 5-10.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: NUNES, José Horta; PFEIFFER, Claudia Castellanos. *Introdução às ciências da linguagem: língua, sociedade e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-48.

PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-Abolição. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. *Anais [...]*. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.

- PEDROSO DE LIMA, Antónia. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: PINA-CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. *Nomes: género, etnicidade e família*. Almedina: São Paulo, 2007. p. 39-62.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- PETRUCCI, Armando. *Writing the dead: death and writing strategies in the Western tradition*. Tradução de Michael Sullivan. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- PIEL, Joseph Maria. Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas. *Verba: Anuario galego de filoxía*, v. 6, p. 5-11, 1979. Disponível em: https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/3556/pg_007-014_verba6.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 fev. 2019.
- PIEL, Joseph Maria. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN/CM, 1989.
- PIEL, Joseph Maria. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1933.
- PIEL, Joseph Maria. Sobre o sufixo -ellus, -ella, no onomástico tardio hispano-latino. *Humanitas: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos*, v. 2, p. 241-248, 1948. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/6763/1/HumanitasII_Artigo13.pdf. Acesso em: 24 fev. 2019.
- PINA-CABRAL, João de. Mães, pais e nomes no Baixo Sul (Bahia, Brasil). In: PINA-CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. *Nomes: género, etnicidade e família*. Almedina: São Paulo, 2007. p. 63-88.
- PINA-CABRAL, João de. Recorrências antroponímicas lusófonas. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 12, p. 1-22, 2008. DOI: 10.4000/etnografica.1684. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1684>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- PINA-CABRAL, João de. The truth of personal names. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 16, p. 297-312, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9655.2010.01626.x>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- PINA-CABRAL, João de. The core of affects: namer and named in Bahia (Brazil). *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 19,

p. 75-101, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-9655.12004>. Acesso em: 26 dez. 2018.

POSSIDÔNIO, Priscila Maria de Oliveira. A criação de nomes próprios no português brasileiro: aspectos mórficos da neologia antroponímica. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA, 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007. p. 1-11.

REZENDE, Claudia Barcellos. Nomes que (des)conectam: gravidez e parentesco no Rio de Janeiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 587-607, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300587. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

RIO-TORTO, Graça. Blending, cruzamento ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (dis)semelhanças com a composição. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, p. 7-29, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/83491/86439>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RIO-TORTO, Graça; RODRIGUES, Alexandra Soares; PEREIRA, Isabel; PEREIRA, Rui; RIBEIRO, Sílvia. *Gramática derivacional do português*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RODRIGUES, Letícia Santos. Antroponímia neológica e os esquemas construcionais. In: CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM, 2020a, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Editora Realize, 2020a, p. 1-10. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72034>. Acesso em: 28 nov. 2020.

RODRIGUES, Letícia Santos. *Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Letícia Santos. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, Letícia Santos. O léxico onomástico e a imigração: o que revelam os sobrenomes portugueses. In: XIV SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA E V CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM LETRAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO, 2020c, Cascavel. *Anais [...]*. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020c, p. 1-11. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/literaturahistoriaememoria/anais>. Acesso em: 26 dez. 2020.

RODRIGUES, Letícia Santos. O papel da morfologia construcional na formação de antropônimos neológicos. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 108-123, 2020b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/31661/20600>. Acesso em: 26 out. 2020.

RODRIGUES, Letícia. Sobrenomes italianos: diatopia e identidade. In: SANTOS, Elisângela Santana dos; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SIMÕES NETO, Natival Almeida (org.). *Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudo*. Salvador: EdUNEB, 2018a. p. 169-201.

RODRIGUES, Letícia Santos. Topônimos latino-americanos: um estudo etimológico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1031-1055, 2018b. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12812/pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

RODRIGUES, Letícia Santos; SOLEDADE, Juliana. Germanismos e a contribuição para a antroponímia brasileira. *Revista Hyperion*, Salvador, n. 8, p. 75-90, 2016. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistahyperion/article/view/17018/11379>. Acesso em: 20 jul. 2017.

RODRIGUES, Letícia Santos; VIARO, Mário Eduardo. Antroponímia brasileira: considerações sobre neologia a partir do modelo bitemático germânico. In: SOLEDADE, Juliana; SIMÕES NETO, Natival Almeida (org.). *Nomes próprios: abordagens linguísticas*. Salvador: EdUFBA, 2021. p. 75-98.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SACERDOTE, Irani. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. *Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos*, Guarapuava, v. 4, p. 31-40, 2012.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SANTOS, Elisângela Santana dos. A polissemia na abordagem cognitivista: um estudo sobre os itens lexicais dar e tomar. In: SANTOS, Elisângela Santana dos; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SIMÕES NETO, Natival Almeida (org.). *Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudo*. Salvador: EdUNEB, 2018. p. 49-68.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. A onomástica, o indivíduo e o grupo. *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, v. 7, p. 229-242, 2003. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44/45, p. 165-184, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307091357_Metodos_de_pesquisa_em_Antroponomastica. Acesso em: 30 nov. 2018.

SEM. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, c2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sem>. Acesso em: 18 out. 2018.

SHIGUEMOTO, Samuel dos Santos; SIQUEIRA, Reinaldo Wenceslau. YHWH: a identidade do Deus de Israel. *Kerygma*, Engenheiro Coelho, v. 7, n. 2, p. 69-85, 2011. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/viewFile/143/142>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SILVA, Augusto Soares da. Os estudos de Linguística Cognitiva do português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 12, p. 189-221, 2008.

SILVA, Hayla Thami da; GONÇALVES, Carlos Alexandre. Hipocorização em português: o padrão de cópia dos segmentos à esquerda. In: CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2004. p. 63-71.

SILVA, Irani Sacerdote. Estrangeirismos e empréstimos: uma perspectiva antroponímica. In: ROSAE: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 1., 2009, Salvador. *Anais [...]*. Feira de Santana: Imprensa Universitária da UEFS, 2009.

- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- SIMÕES NETO, Natival Almeida; RODRIGUES, Letícia Santos. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. *Mandinga: revista de estudos linguísticos*, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 110-127, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/33>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- SIMÕES NETO, Natival Almeida. Outras palavras: as palavras-valise entre revisões e sistematizações. *Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 46-64, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/2815/2058>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- SIMÕES NETO, Natival Almeida. Perdidas do nome: um estudo onomástico sobre a renomeação de travestis, transexuais e transformistas brasileiras. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 18, n. 1, p. 67-90, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5178829>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- SIMÕES NETO, Natival Almeida; SOLEDADE, Juliana. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12678/pdf_1. Acesso em: 18 fev. 2019.
- SIMÕES NETO, Natival Almeida. *Um enfoque construcional sobre as formações X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. 2016. 2 v. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SOLEDADE, Juliana. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes próprios personativos. In: LOBO, Tânia et al. (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 323-336.
- SOLEDADE, Juliana. A hipótese da prevalência de construções biformativas em processos concatenativos e não concatenativos na formação de antropônimos neológicos no Brasil. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 61, 2018a, p. 30-48.
- SOLEDADE, Juliana. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi-EIR-]Nj no português arcaico. *Diadorim*:

Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Rio de Janeiro, v. 1, n. especial, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/viewFile/4008/2986>. Acesso em: 24 fev. 2019.

SOLEDADE, Juliana. *Germanismos antroponímicos do português: estudo morfológico*. 2009. Trabalho apresentado ao 1º Congresso Internacional de Linguística Histórica – Homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador, 2009.

SOLEDADE, Juliana. Por uma abordagem cognitiva da Morfologia: revisando a Morfologia Construcional. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos (org.). *Linguística Cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além-mar*. Salvador: EdUFBA, 2018b, p. 225-258.

SOLEDADE, Juliana; LOPES, Mailson. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos; SOLEDADE, Juliana (org.). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EdUFBA, 2015. p. 429-461.

SOLEDADE, Juliana; SIMÕES NETO, Natival Almeida. Uma abordagem construcional da antroponímia brasileira em perspectiva histórica. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 9., 2018, *Caderno de Resumos [...]*. Salvador: Memória e Arte, 2018. p. 43-44.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. Nomes próprios e a referenciação xerente. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 118-125, 2006. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/849>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SOUZA, Ana Carolina Horta de. A recorrência de Anas e de Antônios na formação dos nomes duplos na antroponímia baiana. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA, Hirão F. Souza; GOMES, Luís. (org.). *Novos tons de Rosa: ...para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 129-141.

SPLINTER. In: MICHAELIS: moderno dicionário inglês. São Paulo: Melhoramentos, 2018. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/%20SPLINTER/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

STEINBERG, Martha. *Neologismos de língua inglesa*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.
- THAMI DA SILVA, Hayla. *Uma abordagem otimalista da hipocorização com padrão de cópia à esquerda*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- THOMPSON, Edward Arthur. *Los godos en España*. Tradução de Javier Faci. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- TORREIRA, Federico-Mario Beltrán. El concepto de barbarie en la Hispania Visigoda. In: BLANCO, Antonino González (dir.). *Los Visigodos, historia y civilización: actas de la Semana Internacional de Estudios Visigóticos*. [Murcia]: Universidad de Murcia, 1986. p. 53-73.
- UNIVERSITY OF OSLO. *Dionysius Thrax: Grammar*. Oslo, [200-]. Disponível em: <https://www2.hf.uio.no/polyglotta/index.php?page=fulltext&view=fulltext&vid=447&mid=0>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de Mateus, J. A. Osorio. 2. ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *Lições de filologia portuguesa: segundo às preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13 seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.
- VASCONCELLOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VIARO, Mário Eduardo. Uma breve história da etimologia. *Filologia e linguística portuguesa*, v. 15, p. 27-67, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/82818>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2014.
- VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004.
- VIARO, Mário Eduardo; FERREIRA, Michael; GUIMARÃES FILHO, Zwinglio. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, Mário Eduardo (org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 58-105.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-Abolição*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008. (Coleção Biblioteca Histórica, 2).

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: IowanOldSt BT, Compacta BT
Extensão digital: PDF

Letícia Santos Rodrigues é mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Letras Vernáculas (bacharelado) pela Universidade Federal da Bahia. Atua como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e é membro do projeto Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil, coordenado pela professora doutora Juliana Soledade, da Universidade de Brasília, e do grupo de pesquisa Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, coordenado pelo professor doutor Mário Eduardo Viaro, da USP. Dedicase a estudos voltados para a Onomástica, a Etimologia, o Léxico, a Linguística Cognitiva, a Morfologia e a Linguística Histórica.

O livro *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos* é destinado a todos aqueles que se interessam, em alguma medida, pelos nomes de pessoas e por todo o fascínio associado a eles desde o início dos tempos. Assim, além de figurar como uma das poucas obras específicas sobre o assunto em língua portuguesa, este livro não se restringe ao objetivo específico da pesquisa, que é a análise dos prenomes inovadores que integram o quadro onomástico brasileiro hodierno, pois também aborda o universo dos nomes próprios de forma ampla, contemplando aspectos atinentes a diversas áreas do saber, como a História, a Filosofia, a Psicologia, o Direito, os Estudos Culturais, dentre muitas outras.

Apoio:



ISBN 978-65-5630-301-7



9 786556303017